



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL UFPE/UESPI

JOANA AIRES DA SILVA

**AGRICULTURA URBANA EM TERESINA: O RURAL QUE PERMANECE NA
CIDADE**

RECIFE
2014

JOANA AIRES DA SILVA

**AGRICULTURA URBANA EM TERESINA: O RURAL QUE PERMANECE NA
CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jan Bitoun.

RECIFE

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586a Silva, Joana Aires da.
Agricultura urbana em Teresina : o rural que permanece na cidade /
Joana Aires da Silva. – 2014.
230 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Jan Bitoun.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2014.
Inclui Referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Agricultura urbana. 3. Agropecuária urbana. 4. Relação rural urbano. I. Bitoun, Jan (Orientador). II. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-275)

JOANA AIRES DA SILVA

**AGRICULTURA URBANA EM TERESINA: O RURAL QUE PERMANECE NA
CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Tese defendida em 16/12/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jan Bitoun (Orientador – Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antônio Cardoso Façanha (Examinador Externo)

Universidade Federal do Piauí

Profa. Dra. Christine Rufino Dabat (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Doralice Sátyro Maia (Examinadora Externa)

Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

A Deus, pela sua infinita bondade.
A minha mãe querida (*in memoriam*).
A toda minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Inteligência Suprema e Causa Primeira de todas as coisas, pela oportunidade de realizar esse trabalho.

A Jesus, que esteve comigo em todos os momentos dessa caminhada.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), pela realização do DINTER (Doutorado Interinstitucional) entre UESPI (Universidade Estadual do Piauí) e UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Ao Prof. Dr. Jan Bitoun, por ter sido muito atencioso comigo nas diversas vezes que precisei de suas orientações. Obrigada por me aceitar como orientanda, por ter acreditado em mim, pelos conhecimentos compartilhados e por sempre atender às minhas indagações.

Ao Prof. Dr. Alcindo de Sá, pela implantação o DINTER UESPI/UFPE e também pela sua orientação primeira, da qual nasceu meu projeto que virou esta tese.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Barros, por ter ombreado com o Prof. Alcindo na implantação do DINTER UESPI/UFPE.

À Profa. Dra. Doralice Sátiro Maia, por ter lido meu trabalho, pelas orientações e sugestões muito válidas, pelo material que disponibilizou para minha pesquisa, sem os quais não teria trilhado os caminhos necessários para responder às minhas indagações.

Ao Prof. Dr. Antônio Cardoso Façanha, pelas leituras cuidadosas e observações relativas ao meu trabalho e por ter me acompanhado na qualificação e na defesa da tese.

Especiais a minha querida amiga, Profa. Irlane Gonçalves Abreu, pela sua colaboração incansável na realização deste doutorado, pelo seu empenho desde a realização do Projeto DINTER, por seu companheirismo. Agradeço as sugestões em todos os aspectos do trabalho, as leituras que fez. Agradeço por ter ouvido minhas dúvidas, dificuldades. Não tenho palavras para agradecer-lhe.

Ao Prof. Dr. Antônio Bispo, Coordenador operacional do DINTER.

À professora Edina de Sousa, pelo apoio na Coordenação do DINTER.

À Professora Silvana e ao Marcos Aurélio, pela confecção de mapas.

Ao Prof. Jorge Martins Filho, por ter assumido a liderança de nosso grupo, como representante dos alunos perante o DINTER.

A todos os meus colegas do doutorado, em especial à Profa. Teresinha de Jesus, amigona de todas as horas, dúvidas, desabafos, brigas. Valeu Teca. Às Professoras Liége, Irene, Fátima Veras e Suzete que compartilharam as minhas dificuldades.

Aos queridos amigos professores, Jorge Eduardo e Neide, que sempre me der apoio.

Ao meu pai, Sr. Salvador, que sempre compreendeu quando não pude ficar ao seu lado perto. Às meninas Chica e Mariana, que tomaram conta da casa, do papai e de tudo o que eu não podia fazer.

A toda a minha família, Luís, Maria de Fátima, Nonatim, Joaquina, Sr. Luiz, Graça, Luzimar, Santinha, Leônidas, Geovana, Neto, Carmem, Carlim, Hélio, Lia, Luciana, Manin, Rosilene, Leonício, Elzineide, Júlia, Mirele, Cleide, Cecília, Pepé e demais sobrinhos.

A todos que rogaram a Deus por mim, em especial a minha irmã querida, Lenice, mãezona, que fez tudo para esta tese se tornar realidade.

Ao Jurandir, meu braço direito que resolve tudo para mim. Ao Lucas, meu técnico em computação e companheiro das madrugadas.

A todos os amigos da Fraternidade Espírita “André Luiz”, em especial ao Dr. Manuel, à minha querida Isolete, Lisboa das Matas, Tobias, Cleminora, Betinha e a todos os que rogaram a Deus por mim, nesta caminhada. Obrigada.

Aos horticultores e agropecuaristas urbanos da zona sudeste de Teresina, que gentilmente colaboraram fornecendo as informações para que esta pesquisa se tornasse uma realidade.

À equipe da PMT/SDR na pessoa do Dr. Judivan, pelas informações disponibilizadas.

A Elismar Santos e Raimundo Ramos, graduados em Geografia, por terem aplicado os questionários com os sujeitos da pesquisa.

RESUMO

Considerando-se a agricultura urbana como presença do rural na cidade, esta tese tem como objetivo geral analisar aspectos que indicam a permanência e recriação do rural no espaço urbano da zona sudeste de Teresina. Como objetivos específicos destacam-se: i) compreender os mecanismos de permanência e recriação de elementos rurais na cidade; ii) caracterizar a área de pesquisa, considerando as condições naturais apropriadas para a realização da agricultura urbana; iii) Identificar tipos de propriedade e uso da terra; iv) Caracterizar os agentes responsáveis pela materialização da agricultura urbana na zona sudeste de Teresina; iv) Caracterizar o sistema produtivo de agropecuária urbana, destacando as condições de acesso à terra, relações de trabalho, relações de produção, tipos de produtos e destino da produção. Para tanto, como base de sustentação teórica da pesquisa buscou-se apoio na literatura sobre agricultura urbana, campo cidade e rural urbano. Os estudos sobre essa temática se justificam pela grande incidência de áreas com agricultura urbana na cidade. O foco central dessa pesquisa é a compreensão dos fatores que possibilitam a permanência e recriação de elementos rurais no sudeste de Teresina. Por isto elegeram-se duas situações de agricultura urbana: uma que se expressa através do projeto de hortas urbanas gerenciado pela Prefeitura Municipal de Teresina desde 1987. Os horticultores dispõem de recursos básicos como terra e água para desenvolver essa modalidade de agricultura. Assim, conclui-se que o rural foi recriado, pois as hortas representam uma espécie de superposição do rural sobre a cidade. A outra situação trata dos criador de animais, cujas terras foram invadidas pela cidade, mas a atividade de criação permanece. O problema de pesquisa partiu de duas situações empíricas vivenciadas pelos agropecuaristas urbanos, seja na condição de criador de animais, seja na condição de horticultor. Como procedimentos metodológicos adotou-se a pesquisa qualitativa, a partir do uso de instrumentos metodológicos como observação direta, aplicação de questionário com 75 agropecuaristas urbanos (60 horticultores e 15 criadores de animais) e entrevistas com antigos moradores da área, representantes da Prefeitura de Teresina, além do uso de depoimento de agricultores urbanos envolvidos nas duas situações. O funcionamento das hortas tem apoio do poder público municipal, já os criadores de animais realizam suas atividades por conta própria. A produção de horticultura destina-se ao sustento da família e venda do excedente. Parte dos criadores de animais comercializam a produção com um mercado mais amplo, principalmente os produtores de leite, pois alguns criadores produzem até 300 litros de leite por dia e vendem para laticínios, indústrias de pasteurização, panificadoras e pequenas fábricas (de doces, sorvetes e picolés), e de forma *in natura* para

consumidores diretos. A carne bovina é vendida para grandes frigoríficos. Aqueles que criam poucos bovinos vendem o leite na própria vacaria, direto ao consumidor e ao distribuidor. Já os criadores de animais menores (suínos, caprinos, galináceos etc.,) vendem para restaurantes e consumidores diretos. Os agropecuaristas também produzem para o consumo da família. Nas duas situações em que ocorre a agricultura urbana na área da pesquisa, o trabalho é realizado pelas famílias, com exceção de alguns criadores de bovinos que têm empregados com carteira assinada. A presença das atividades rurais na cidade materializadas pela agricultura urbana representa tanto a recriação como a permanência do rural na zona sudeste de Teresina.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Relação rural urbano. Permanência. Recriação e agropecuária urbana. Teresina-PI.

ABSTRACT

Considering urban agriculture as the presence of the rural in the city, the general objective of this thesis is to analyze the aspects that reveal the permanence and the remaking of the rural in the urban space in southeast Teresina. The specific objectives are: i) understanding the mechanisms which contribute for permanence and remaking of rural practices in the city; ii) characterize the research area considering the natural conditions appropriate for urban farming; iii) identify the types of property and land use; iv) characterize the agents responsible for the materialization of urban agriculture in southeast Teresina; v) characterize the productive system of urban agriculture, highlighting the conditions of access to land, working relations, relations of production, types of products and production destination. For this purpose, the theoretical framework of this research study takes into account assumptions related to urban agriculture, countryside -city and rural-urban relationships. The studies on this theme are justified by the high incidence of urban agriculture areas in the city. The main focus of this research is understanding the factors that contribute for the permanence and remaking of rural aspects in southeast Teresina. That is why two urban agriculture situations were chosen: one that is expressed through the project of urban vegetable gardens run by the City Hall of Teresina since 1987 and the other through animal raisers. In the first situation, the horticulturists have land and water as the basic resources to develop this type of agriculture. Thus, it is concluded that the rural was remade, because the vegetable gardens represent a kind of overlap of the rural over the city. The other situation is about animal raisers who, instead of having their lands occupied by the city, continue raising animals. The research problem was based on two empirical situations experienced by urban livestock farmers, whether as animal raisers or as a horticulturist. Designing a qualitative research as methodological procedures, the study considered the use of direct observation, questionnaire application to 75 urban livestock farmers (60 horticulturists and 15 animal raisers) and interviews with former residents of the study area, representatives of Teresina's City Hall, besides considering the comments from urban farmers involved in both situations. The operation of the vegetable gardens has the support of the municipal government, but the animal raisers carry out their activities on their own. The production of horticulture is intended to provide a livelihood for the family and sell any surplus. Some animal raisers trade their products in a wider market, especially dairy farmers, as some of them produce up to 300 liters of milk a day and sell them to dairies, pasteurization industries, bakeries and small factories (of candy, ice cream and popsicles), and *in natura* directly for consumers. Beef is

sold to large butchers shops. Those who raise few cattle sell the milk locally on the farm, directly to consumers and distributors. On the other side, raisers of small animals (pigs, goats, chickens, etc.) sell their production to restaurants and directly to consumers. Cattle raisers also produce for their own consumption. In both situations, urban agriculture in the surveyed area is practiced by the family members, taking exception to some cattle raisers who have workers with a signed contract. The presence of rural activities materialized by urban agriculture in the city represents both the remaking and the permanence of the rural in southeast Teresina.

Keywords: Urban agriculture. Urban-rural relationship. Permanence. Remaking and urban livestock farming. Teresina-PI

RESUMEN

Considerando la agricultura urbana como presencia del rural en la ciudad, esta tesis tiene como objetivo general analizar aspectos que indican la permanencia y la recreación del rural en el espacio urbano de la Zona Sudeste de Teresina. Como objetivos específicos se destacan: i) comprender los mecanismos de permanencia y recreación de elementos rurales en la ciudad; ii) caracterizar el área de investigación, considerando las condiciones naturales apropiadas para la realización de la agricultura urbana; iii) identificar tipos de propiedad y uso de la tierra; iv) caracterizar los agentes responsables por la materialización de la agricultura urbana en la Zona Sudeste de Teresina; iv) caracterizar el sistema productivo de agropecuaria urbana, destacando las condiciones de acceso a la tierra, relaciones de trabajo, relaciones de producción, tipos de productos y destino de la producción. Para ello, como base de sustentación teórica de la investigación se buscó apoyo en la literatura sobre agricultura urbana, campo ciudad y rural urbano. Los estudios sobre esa temática se justifican por la gran incidencia de áreas con agricultura urbana en la ciudad. El foco central de esta investigación es la comprensión de los factores que posibilitan la permanencia y recreación de elementos rurales en el sudeste de Teresina. Por eso, se eligieron dos situaciones de agricultura urbana: una que se expresa a través del proyecto de huertas urbanas gestionado por el Ayuntamiento Municipal de Teresina, desde 1987. Los horticultores disponen de recursos básicos como tierra y agua para desarrollar esa modalidad de agricultura. Así, se concluye que el rural fue recreado, pues las huertas representan una especie de superposición del rural sobre la ciudad. La otra situación trata de los criadores de animales, cuyas tierras fueron invadidas por la ciudad, pero la actividad de cría permanece. El problema de investigación partió de dos situaciones empíricas vivenciadas por los agropecuarios urbanos, sea en la condición de criador de animales, sea en la condición de horticultor. Como procedimientos metodológicos se adoptó la investigación cualitativa, a partir del uso de instrumentos metodológicos como observación directa, aplicación de cuestionario con 75 agropecuarios urbanos (60 horticultores y 15 criadores de animales) y entrevistas con antiguos habitantes del área, representantes del Ayuntamiento de Teresina, además del uso de testimonio de agricultores urbanos involucrados en las dos situaciones. El funcionamiento de las huertas tiene apoyo del poder público municipal, ya los criadores de animales realizan sus actividades por cuenta propia. La producción de hortalizas se destina al sustento de la familia y venta del excedente. Parte de los criadores de animales comercializan la producción con un mercado más amplio, principalmente los productores de leche, pues algunos criadores producen hasta

300 litros de leche al día y venden para laticinios, industrias de pasteurización, panaderías y pequeñas fábricas (de dulces y helados), y de forma *in natura* para consumidores directos. La carne bovina se vende a grandes frigoríficos. Aquellos que crían pocos bovinos venden la leche en la propia vacunación, directo al consumidor y al distribuidor. Ya los criadores de animales menores (cerdos, caprinos, galináceos etc.) venden para restaurantes y consumidores directos. Los agropecuarios también producen para el consumo de la familia. En las dos situaciones en que ocurre la agricultura urbana en el área de la investigación, el trabajo es realizado por las familias, con excepción de algunos criadores de bovinos que tienen empleados con cartera firmada. La presencia de las actividades rurales en la ciudad materializadas por la agricultura urbana representa tanto la recreación como la permanencia del rural en la Zona Sudeste de Teresina.

Palabras claves: Agricultura urbana. Relación rural urbano. Permanencia. Recreación agropecuaria urbana. Teresina-PI.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de localização da zona sudeste de Teresina.....	32
Figura 2 -	Localização de áreas com agricultura urbana na zona sudeste de Teresina PI: horticultura e criação de animais (bovinos, suínos, equinos, caprinos e aves).....	33
Figura 3 -	Agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Cultivo de hortaliças no bairro Dirceu Arcoverde. B) Plantação de macaxeira no bairro Parque Ideal.....	57
Figura 4 -	Criação de animais na zona sudeste de Teresina. A) Criação de caprinos no bairro Comprida. B) Criação de equinos no bairro São Sebastião.....	58
Figura 5 -	Cultura de subsistência na zona sudeste de Teresina ao lado de condomínios residenciais no bairro Dirceu Arcoverde. A) Cultivo de feijão. B) Cultivo de milho.....	59
Figura 6 -	Elementos utilizados por Mougéot na formulação do conceito de agricultura urbana.....	60
Figura 7 -	Atividades de agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Cultivo de hortaliças no bairro Dirceu Arcoverde. B) Plantação de capim no bairro Comprida.....	61
Figura 8 -	Diversidade da agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Cultivo de planta medicinal no bairro Dirceu Arcoverde. B) Cultivo de planta ornamental no bairro Dirceu Arcoverde. C) Criação de caprinos no bairro Redonda. D) Plantação de milho e macaxeira no bairro Parque Ideal.....	63
Figura 9 -	Comercialização da produção nas hortas do bairro Dirceu na zona sudeste de Teresina-PI.....	64
Figura 10-	Agricultura urbana: dimensões Integradas.....	70
Figura 11-	Dimensão econômica da agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Cultivo de hortaliças diversas no bairro Dirceu Arcoverde. B) Comercialização de hortaliças no bairro Renascença.....	71
Figura 12-	Agricultura urbana como atividade econômica multifuncional na	

	zona sudeste de Teresina. A) Produção e comercialização de hortaliças no bairro Renascença. B) Criação de caprinos no bairro Comprida.....	75
Figura 13-	Criação de animais e vendas de material de construção na Avenida São Francisco no bairro Comprida.....	76
Figura 14-	Aspectos característicos da vida rural na zona sudeste de Teresina. Cavalo pastando na Avenida Noé Mendes, próxima às hortas no bairro Dirceu Arcoverde.....	81
Figura 15-	Zona urbana da cidade de Teresina-PI.....	89
Figura 16-	Primeira planta urbana da cidade de Teresina, 1852.....	91
Figura 17-	Expansão Urbana da cidade de Teresina-PI entre 1852-2000.....	96
Figura 18-	Mapa de zoneamento da zona urbana da cidade de Teresina (PI).....	12
Figura 19-	Rês amarrada na porta de casa no Residencial Francisco Marreiros.....	110
Figura 20-	Representação da zona sudeste de Teresina-PI.....	112
Figura 21-	Ampliação do Residencial Francisco Marreiros em terrenos na Fazenda Redonda na zona sudeste de Teresina-PI.....	116
Figura 22-	Presença de gado bovino na zona sul de Teresina. A) Gado bovino pastando na praça do Terminal Rodoviário no bairro Redenção. B) Gado bovino pastando na calçada de uma unidade escolar no bairro Catarina.....	121
Figura 23-	Áreas com ocorrência de agropecuária urbana na zona sudeste de Teresina.....	122
Figura 24-	Criação de animais no bairro Dirceu Arcoverde, zona sudeste de Teresina-PI. A) Bovinos pastando em espaços muradas ao lado de residências. B) Presença de equinos onde funcionou a antiga Cerâmica Fortes. C) Bovinos saindo do pasto em direção à residência do proprietário.....	124
Figura 25-	Presença do rural na cidade através de criação de gado bovino na zona sudeste de Teresina-PI. A) Bovinos pastando em áreas livres do bairro Dirceu Arcoverde. B) Bovinos presos no quintal da residência do proprietário, no bairro Comprida.....	130
Figura 26-	Bovinos no quintal da residência do proprietário na zona sudeste	

	de Teresina-PI.....	131
Figura 27	Relações rural urbano na zona sudeste de Teresina-PI. A) Homem montado a cavalo pelas ruas da cidade em busca do gado. B) Reses soltas na Avenida São Francisco no bairro Comprida.....	135
Figura 28	Reses em busca de pasto durante a noite nas hortas do bairro Dirceu Arcoverde próximo à Estação do Metrô.....	136
Figura 29-	Permanência de atividades rurais na zona sudeste de Teresina-PI. A) Criação de bovinos em espaços murados na Avenida São Francisco no bairro Comprida. B) Criação de equinos em espaços murados no bairro Todos os Santos.....	137
Figura 30-	Comercialização de produtos oriundos da agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Venda de carne no bairro Tancredo Neves. B) Venda de leite <i>in natura</i> no bairro Comprida.....	145
Figura 31-	Condições físicas das vacarias do bairro Redonda na zona sudeste de Teresina. A) Curral estruturado com base nos critérios exigidos pela vigilância sanitária. B) Curral com estrutura fora do padrão exigido.....	148
Figura 32-	Criação de bovinos em espaços inadequados na zona sudeste de Teresina-PI. A) Animais amontoados em pequeno espaço no bairro Redonda. B) Animais acomodado são lado de residência no bairro Tancredo Neves.....	149
Figura 33-	Condições locais onde acontece a ordenha das vacas na zona sudeste de Teresina. A) Local de realização de ordenha das vacas no bairro Redonda. B) Ordenha realizada de forma manual em vacarias no bairro Redonda.....	152
Figura 34-	Recipientes onde guarda o leite para comercialização nas vacarias da zona sudeste de Teresina.....	152
Figura 35-	Espaço para a realização de vaquejadas na zona sudeste de Teresina. A) Parque de vaquejada em área urbana no bairro Dirceu Arcoverde. B) Ocorrência de uma vaquejada na Avenida Noé mendes, bairro Dirceu Arcoverde Espaço para a realização de vaquejadas na zona sudeste de Teresina. A) Parque de vaquejada	

	em área urbana no bairro Dirceu Arcoverde. B) Ocorrência de uma vaquejada na Avenida Noé mendes, bairro Dirceu Arcoverde.....	158
Figura 36-	Vaqueiros derrubando o boi no Parque Slova no bairro Dirceu Arcoverde.....	159
Figura 37-	Modernização e permanência do rural no urbano. A) Construção de condomínio próximo a vacaria. B) Vacaria no bairro Tancredo Neves na zona sudeste de Teresina.....	160
Figura 38-	Agropecuária urbana na zona sudeste de Teresina. A) Criação de bovinos e equinos na Avenida São Francisco. B) Plantação de capim no bairro Comprida.....	162
Figura 39-	Antigos currais da zona sudeste de Teresina. A) Curral desativado no bairro Todos os Santos. B) Curral a ser reformado no bairro Todos os Santos.....	165
Figura 40-	Agricultura urbana em Teresina. A) Plantação de hortaliça na zona norte. B) Plantação de feijão zona sudeste.....	169
Figura 41-	Localização das hortas urbanas da cidade de Teresina.....	178
Figura 42-	Hortas da zona sudeste de Teresina localizadas sob os fios de alta tensão da CHESF e o ano de implantação.....	183
Figura 43-	Canteiros preparados para o cultivo de hortaliças na zona sudeste de Teresina.....	184
Figura 44-	- Horticultor regando mudas de alface para fazer o plantio nos canteiros no bairro Dirceu Arcoverde.....	187
Figura 45-	Caminhão fazendo entrega de adubo nas hortas do bairro Dirceu....	191
Figura 46-	Horta no bairro Dirceu Arcoverde indicando o cultivo de vários Produtos.....	193
Figura 47-	Horta de Dona Zezé, na Avenida Noé Mendes, bairro Dirceu Arcoverde. A) Espaço para venda da produção e conversa com a clientela. B) Espaço de cultivo da produção.....	197

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1-	Diferenças entre agricultura urbana e a rural.....	65
QUADRO 2-	Denominações atribuídas à terminologia agricultura urbana.....	68
QUADRO 3-	Categorias da multifuncionalidade da agricultura urbana.....	69
QUADRO 4-	Dimensões da agricultura urbana.....	70
QUADRO 5-	Unidades habitacionais produzidas pela COHAB 1966-1990.....	99
QUADRO 6-	Unidades habitacionais produzidas pela COHAB 1991-2001.....	100
QUADRO 7-	Bairros da zona sudeste de Teresina.....	113
QUADRO 8-	Tipos de propriedades, tamanho da área e quantidades de animais criados pelos agropecuaristas urbanos da zona sudeste de Teresina.....	144
QUADRO 9-	Obstáculos e oportunidades para realização da agropecuária urbana na zona sudeste de Teresina.....	167
QUADRO 10 -	Relação das hortas urbanas de Teresina.....	172
QUADRO 11-	Produtos hortifrutigranjeiros importados de outros estados e do interior do Piauí por Teresina. Período: janeiro a junho/2009.....	180
QUADRO 12 -	Hortas implantadas na zona sudeste de Teresina (1987-1999).....	182
QUADRO 13 -	Obstáculos e oportunidades para realização da horticultura na zona sudeste de Teresina	203

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução da população urbana e rural do Piauí de 1950 a 1996.....	92
Tabela 2 -	Evolução urbana de Teresina de 1960 a 2010.....	97
Tabela 3 -	Produção da pecuária municipal de Teresina.....	118
Tabela 4 -	Faixa etária dos agropecuaristas e urbanos da zona sudeste de Teresina.....	127
Tabela 5 -	Nível de escolaridade dos agropecuaristas urbanos da zona sudeste de Teresina.....	127
Tabela 6 -	Condições de posse da terra dos agropecuaristas urbanos da zona sudeste de Teresina.....	128
Tabela 7 -	Caracterização dos criadores de bovinos da zona Sudeste de Teresina segundo a quantidade.....	129
Tabela 8 -	Mudança do tamanho da propriedade dos agropecuaristas da zona sudeste de Teresina.....	132
Tabela 9 -	Tamanho da propriedade dos agropecuaristas da zona sudeste de Teresina.....	133
Tabela 10-	Regime de trabalho dos agropecuaristas da zona sudeste de Teresina.....	136
Tabela 11-	Tipos de atividades agropecuárias produzidas na zona sudeste de Teresina.....	137
Tabela 12-	Outras atividades além da agropecuária.....	138
Tabela 13-	Tempo da atividade dos agropecuaristas urbanos na zona sudeste de Teresina.....	139
Tabela 14-	Produção agrícola: informações sobre condições de posse da terra, produção e destino da produção.....	141
Tabela 15 -	Produção animal: informações sobre condições e produção.....	143
Tabela 16-	Tipos de criação de gado na zona sudeste de Teresina.....	144
Tabela 17-	Tipos e quantidades de animais criados na zona sudeste de Teresina.....	147
Tabela 18-	Produção animal: informações sobre destino da produção de	

	leite.....	150
Tabela 19-	Produção animal: informações sobre destino da produção de carnes.....	155
Tabela 20-	Implicações legais sobre criação de animais na zona sudeste de Teresina.....	161
Tabela 21-	Expansão da cidade como ameaça à permanência da agropecuária na zona sudeste de Teresina.....	163
Tabela 22-	Implicações do ato de criar animais na cidade: compensação ou prejuízo.....	164
Tabela 23-	Renda mensal estimada dos agropecuaristas da zona sudeste de Teresina.....	164
Tabela 24-	Costumes rurais permanentes na visão dos agropecuaristas da zona sudeste de Teresina.....	154
Tabela 25-	Futuro da agropecuária urbana na visão dos produtores da zona sudeste de Teresina.....	167
Tabela 26-	Espaços onde se desenvolve a agricultura urbana em Teresina – PI.....	170
Tabela 27-	Local de origem dos horticultores urbanos.....	185
Tabela 28-	Faixa etária dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina.....	188
Tabela 29-	Escolaridade dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina.....	188
Tabela 30-	Gênero das pessoas ocupadas na horticultura urbana na zona sudeste de Teresina.....	189
Tabela 31-	Formas de acesso à terra pelos horticultores da zona sudeste de Teresina.....	190
Tabela 32-	Participação dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina em associação.....	192
Tabela 33-	Ocupação anterior ao trabalho na horta e quem continua nas duas Atividades.....	195
Tabela 34-	Outra atividade dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina, além da hora.....	196
Tabela 35-	Gosto pelo trabalho nas hortas e o tempo de trabalho nas	

	hortas.....	196
Tabela 36-	Relações de trabalho dos horticultores urbanos da Zona sudeste de Teresina.....	199
Tabela 37-	Comercialização da produção de hortaliças.....	200
Tabela 38-	Renda mensal dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina.....	200
Tabela 39-	Participação dos horticultores na zona sudeste de Teresina em curso de capacitação.....	200
Tabela 40-	Assistência técnica aos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina.....	201
Tabela 41-	Percepção dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina sobre o local de trabalho em comparação ao campo ou à cidade.....	202
Tabela 42-	Futuro da horticultura na visão dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina.....	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGESPISA	Águas e Esgotos do Piauí SA
AU	Agricultura Urbana
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CEASA-PI	Centrais de Abastecimento do Piauí.
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPISA	Centrais Elétricas do Piauí SA
CHESF	Companhia Hidroelétrica de São Francisco
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí.
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COHAB-PI	Companhia de Habitação do Piauí
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DFA	Delegacia Federal da Agricultura
DSG	Diretório de Serviços Geográficos
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEPI	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Piauí
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação.
FBB	Fundação Banco do Brasil
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
FUNABEM	Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instinto Econômico de Pesquisas Aplicadas
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MAA	Ministério da Agricultura e Abastecimento

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBEB	Missão Batista Equatorial do Brasil
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG's	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural.
PFZ	Programa Fome Zero
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.
PMT	Prefeitura Municipal de Teresina
PMPI	Polícia Militar do Piauí
PNAU	Política Nacional de Agricultura Urbana
PPM	Produção da Pecuária Municipal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico.
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural.
SDU	Superintendências de Desenvolvimento Urbano de Teresina-PI
SEBRAE-PI	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí
SEMAB	Secretaria Municipal de Abastecimento
SEMPPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERSE	Serviço Social do Estado do Piauí
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e do Urbanismo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SZT	Zona Sudeste de Teresina
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNDP	United Nations Development Programme

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
1.1	Caracterização da área de estudo	31
1.2	Hipóteses	34
1.3	Procedimentos metodológicos	35
1.3.1	Considerações sobre método.....	35
2	AGRICULTURA URBANA COMO PERMANÊNCIA E RECRIAÇÃO DO RURAL NA CIDADE.....	40
2.1	Ideais de permanência	40
2.2	Considerações sobre relações cidade campo e rural urbano	44
2.3	A urbanização brasileira e sua relação com o rural	49
2.4	O que é e como surgiu a agricultura urbana?	51
2.5	Multifuncionalidade e dimensões da agricultura urbana	69
2.6	Agricultura familiar urbana	73
2.7	Agricultura urbana na perspectiva geográfica	78
2.8	Agricultura urbana no Brasil: caracterização, aspectos políticos e legais	82
3	URBANIZAÇÃO DE TERESINA E SUA RELAÇÃO COM O RURAL	88
3.1	Caracterização de Teresina.....	88
3.2	Evolução urbana de Teresina e sua relação com o rural	90
3.3	Teresina: dinâmica urbana pós anos 60/70 e sua relação com o rural	93
3.4	Zonas de expansão de Teresina	101
3.4.1	Zona sudeste de Teresina: de rural a urbano - rural	104
3.4.2	Caracterização da zona sudeste de Teresina (SZT)	110
4	AGROPECUÁRIA URBANA: PERMANENCIA DO RURAL NA ZONA SUDESTE DE TERESINA	117
4.1	Aspectos da agropecuária em Teresina e as implicações legais.....	117
4.2	A criação de animais como permanência do rural na zona sudeste de Teresina.....	122
4.3	Perfil dos agentes responsáveis pela permanência do rural no urbano na zona sudeste de Teresina	
4.4	Caracterização e destino da produção da agropecuária urbana realizada na zona sudeste de Teresina-PI.....	139
4.5	Comercialização informal do leite na zona sudeste de Teresina	151

5	AGRICULTURA URBANA: HORTICULTURA COMO FORMA DE RECRIAÇÃO DO RURAL NA ZONA SUDESTE DE TERESINA-PI.....	168
5.1	A agricultura urbana em Teresina: Iniciativas políticas de apoio à horticultura.....	168
5.2	Participação dos atores junto à PMT na implantação das hortas urbanas em Teresina entre 1987-1996	174
5.3	Permanência e renovação das políticas de apoio à horticultura em Teresina....	175
5.4	As hortas urbanas da zona sudeste de Teresina.....	182
5.5	Perfil dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina.....	185
6	CONCLUSÃO	205
	REFERÊNCIAS	210
	APÊNDICES	224

1 INTRODUÇÃO

A cidade, como espaço urbano,¹ expressa uma das formas mais complexas de representação e materialização do espaço geográfico, que vive em constante processo de transformação, assumindo a forma que lhe é dada e refletindo a sociedade em sua maneira de produzir e viver.

Na concepção de Santos (2008), para entender este espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta quem dita a compreensão dos efeitos dos processos e especifica as noções de forma, função e estruturas, que inter-relacionados tornam possível sua construção.

É nesta perspectiva que a geografia busca refletir a presença de práticas agrícolas nos espaços das cidades nesta fase do capitalismo denominada por Harvey (1989), de pós-moderna², em que a urbanização se apresenta como fenômeno globalizado.

A cidade em si representa expressões significativas das modificações que a sociedade pode efetuar na concretização dos seus interesses, prioritários para alguns grupos sociais ou para a maioria. Neste contexto o espaço vive em constante processo de transformação, assumindo a forma que lhe é dada e, refletindo a sociedade em sua maneira de produzir e viver.

Diante deste processo de transformação do espaço, mas especificamente do espaço urbano, destaca-se neste trabalho, a presença de atividades agrícolas inseridas no interior das cidades, neste momento marcado por intensa urbanização da sociedade, tratando-se especificamente da zona sudeste da cidade de Teresina, capital do estado Piauí, como zona de urbanização recente que guarda em si a presença do rural.

Dessa forma, pensar a sociedade como urbana e as relações que a envolvem é pensar nela a partir das próprias relações socioespaciais que se realizam concretamente, através do trabalho, materializado e acumulado no espaço ao longo do processo histórico, resultando

¹De acordo com Corrêa (1995), em termos gerais, o espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado e articulado.

²A expressão pós moderno se refere ao momento em que as sociedades pós-industriais passam a ser geridas pela tecnociência que gera espaços fragmentados e articulados, formando ao mesmo tempo estruturas socioespaciais, cujas formas e funções desempenham um processo social contínuo e inacabado de formação que, ao longo da história, sofre influência de impulsos conjunturais, levando a reconfigurações daquelas formas e funções.

num processo de urbanização que contém e revela ações passadas, mesmo diante da força que o modo de vida³ urbano representa, hoje, no cotidiano das pessoas.

Carlos (2007), ao se referir à cidade como produto histórico, considera que nela se manifestam velhas contradições, bem como outras são produzidas num movimento que apresenta persistências/transformações/deteriorações dos lugares da vida. Nessa mesma direção, Lefebvre (2001) defende a existência de uma sociedade predominantemente urbana, entretanto, essa dominação do urbano sobre o rural, no plano da realidade, não é homogênea, pois no interior das cidades em geral, encontram-se presentes “*pedaços rurais*” ou “*espaços rurais*” e, conforme afirma este autor (2001, p. 19), entre “*as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidades*”.

Nesse sentido, mesmo diante da predominância do modo de vida urbano, existem grupos de pessoas na cidade que, no seu cotidiano buscam sua reprodução através de relações sociais de produção (criação e cultivo) que são típicas do mundo rural, fenômeno que é comum em todos os países do mundo. Dessa forma, a ocorrência de práticas rurais na cidade, torna emergente a preocupação com as transformações ocorridas nas relações rurais e urbanas, assim como no campo e na cidade.

No Brasil, as mudanças ocorridas nos espaços rural e urbano nos últimos quarenta anos, provocaram a transferência de milhões de pessoas do campo para as cidades, resultando em elevadas taxas de desemprego, dentre outros fenômenos. Para Wirth (1987), o surgimento das grandes cidades é um marco para delimitar o que seria moderno na civilização ocidental, passando a existir uma relação imbricada entre a forma que as cidades assumem e o conjunto de disposições mentais, sociais e culturais que os cidadãos desenvolvem. Assim, a cidade exerceria grande influência sobre os indivíduos, tornando-se o centro de controle de suas vidas. Assim, as pessoas de origem rural passaram a recriar na cidade espaços em que produzem atividades e estratégias de sobrevivências, como também mantêm hábitos e costumes oriundos da cultura rural. Por outro lado, a expansão das cidades costuma invadir áreas rurais de seu entorno, permitindo que atividades e costumes rurais permaneçam na cidade, como remanescentes.

³A respeito do que venha ser modo de vida, Guerra (1993), apoiada em Juan (1991:13) diz que modo de vida pode ser analisado a partir de conceitos como: “modo de vida”, “estilos de vida”, “gêneros de vida/génres de vie”, atribuindo-lhes conteúdos, por vezes, de referências contraditórias, de forma que as pesquisas mais recentes sobre “modos de vida” têm como base a análise da relação entre as diferentes práticas quotidianas (trabalho, família, consumo, lazer, etc) e as relações que o conjunto destas práticas quotidianas estabelece com as relações sociais mais gerais. (GUERRA, 1993, p. 59).

Diante das ideias aqui expostas e, considerando-se que fenômeno semelhante a esse se expressa no espaço urbano da cidade de Teresina, pretende-se com esse trabalho, investigar a presença de elementos que indicam permanência e recriação de práticas rurais em bairros da zona sudeste desta cidade. Essa realidade é percebida de modo mais expressivo na área citada através da existência da criação de animais e hortas comunitárias. Ao conjunto das atividades e ou práticas rurais que permanecem na cidade, Mougeot (2000) e pesquisadores da Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO) e da Organização das Nações Unidas (ONU), denominam de Agricultura Urbana (AU).

Busca-se desenvolver esta tese considerando-se que, na zona sudeste de Teresina, práticas semelhantes à AU ocorrem em espaços desta zona como expressão da reprodução humana no espaço em que elementos rurais e urbanos se encontram imbricados, embora cada um guarde suas especificidades.

A temática aqui proposta é relevante na medida em que a agricultura urbana constitui-se numa prática considerada rural, mas seus atores são capazes de criar mecanismos que possibilitam sua permanência no espaço urbano. Autores como Santandreu e Lovo (2007) também apontam a relevância dessa prática pela sua condição multifuncional e possibilidade de melhorar o padrão alimentar das pessoas, gerar emprego e renda, além de contribuir para a preservação de culturas antigas, como o próprio cultivo e a criação.

A multifuncionalidade da agricultura urbana torna-a motivo de interesse de vários estudiosos. No Brasil, as abordagens geográficas sobre essa temática surgem a partir da década de 1990, especificamente nas pesquisas de Bicalho (1992), em que a autora aponta a presença de atividades agrícolas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ). A partir de 2000 destacam-se as pesquisas de Maia (2000), que analisou a permanência de hábitos e costumes rurais na cidade de João Pessoa (PB); Oliveira (2001), que estudou os fatores de permanência de atividades agrícolas na cidade de Fortaleza (CE) e Ferreira (2009), que investigou a agricultura urbana na cidade do Recife (PE), apontando as potencialidades desta atividade para o desenvolvimento urbano e organização espacial.

Mesmo a agricultura urbana sendo um tema já discutido pela geografia, busca-se também apoio teórico metodológico em saberes diversos como a economia, a sociologia, a história, a agronomia e outros. Dessa forma, a construção teórica sobre agricultura urbana servirá como embasamento para esta pesquisa, além das categorias de análises espaciais como cidade campo, rural urbano, urbanização e permanências do rural na cidade.

O interesse pelo tema em questão partiu da orientação de projetos de iniciação científica (PIBIC e TCC), desenvolvidos por alunos de graduação em Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Tais projetos discutiram a presença da agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A partir dessa experiência sentiu-se desejo de ampliar a discussão num nível de análise mais profundo, considerando-se esta agricultura como fenômeno relacionado à própria reprodução das relações sociais de produção das famílias envolvidas com essas práticas, mesmo residindo no espaço urbano.

O interesse pelo estudo da agricultura urbana leva à compreensão das dinâmicas que envolvem essa prática no espaço urbano. Dessa forma, a pesquisa surgiu da necessidade de compreender os elementos típicos do modo de vida rural (criações e cultivos) inseridos no espaço urbano da zona sudeste de Teresina, que passou por um processo intenso de urbanização nas três últimas décadas.

Em Teresina, a temática sobre AU tem sido abordada sob vários aspectos. Monteiro (2005) analisou a questão das hortas urbanas com base na perspectiva econômica. Teixeira (2011) em tese de doutorado analisou este tema enfocando a questão das políticas públicas e da segurança alimentar. Santos (2012) abordou a mesma temática, analisando as hortas comunitárias como elemento de transformação do espaço urbano na zona sul de Teresina.

A tese aqui defendida torna-se pertinente, pois aborda a referida questão a partir da perspectiva de permanência e recriação do rural no urbano como relações que convivem num mesmo espaço, conforme se analisa no sudeste de Teresina. Assim, defende-se a tese de que a urbanização desta zona da cidade ocupou terras que antes eram destinadas às atividades rurais, que depois passam a acontecer mesmo no espaço urbano, a partir de estratégias adotadas pelos produtores que buscam permanecer vinculados à terra e se reproduzirem socialmente.

Defende-se ainda nesta tese, que o rural existe na cidade tanto na condição de permanência representado pelas práticas de criação de animais e cultivos diversos como também na condição de recriado através da criação de hortas urbanas. As duas situações materializam o rural no urbano através da AU, cujas atividades ocorrem em função das condições econômicas e também culturais de atores responsáveis por estas ações.

Estas duas modalidades de atividades rurais acontecem na cidade de Teresina, de um lado, através de práticas agropecuárias (criação e cultivo) e de outro, a partir da ação de

políticas públicas de incentivo à horticultura urbana, condicionadas à posse da terra, ao consumo e ao mercado consumidor.

Na zona sudeste de Teresina existem espaços, onde o processo de urbanização ainda não aconteceu do modo intenso e o rural tende a permanecer devido à existência de terras ociosas e apropriadas ao cultivo e à criação, pois muitos produtores são donos da terra, importante fator dessa permanência. Já o rural recriado a partir de ações políticas municipais tende a permanecer pelo fator positivo de gerar emprego e renda para famílias sem trabalho.

Dados da ONU indicam que em 2010, a urbanização da humanidade atingiu 50,6% da população mundial. Enquanto a população rural cresce a uma taxa anual de 0,37%, a população urbana evolui a uma taxa muito maior, de 1,98%, anual. Considerando a realidade brasileira, a taxa de urbanização da população passou de 81,8% em 2005 para 84% no ano de 2010, o que caracteriza o país como urbano. O estado do Piauí, conforme dados do IBGE (2010), possui a menor proporção de pessoas residentes em áreas urbanas do Brasil, com 61,9% da taxa de urbanização nacional. Já Teresina, como capital estadual, teve um percentual elevado de urbanização e hoje concentra 94,3% da população urbana do estado. Essa intensa urbanização gerou nesta cidade situações de pobreza extrema, tendo sido a agricultura urbana, em alguns casos, adotada como estratégia para enfrentamento destes problemas.

A agricultura urbana está presente nas cidades desde suas origens. Para Silva (2006), a Revolução Industrial ocorrida na Europa a partir do Século XVIII, causou separação entre espaço urbano e prática agrícola, que se tornou inviável em função dos elevados preços das terras na cidade industrial. Autores como Boukharaeva et, al. (2005) defendem a existência de uma relação de conexão entre cidade e campo, rural e urbano. Embora tenha havido certa negligência com a presença das práticas agrícolas na cidade, nos fins do século XX, com a urbanização intensa das sociedades, essas práticas ganharam maior expressão nas cidades, tornando-se motivo de interesse para organismos internacionais, governos e pesquisadores.

Em 1996, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou relatório apontando que em média 800 milhões de pessoas no mundo praticam a AU. As projeções de crescimento da população urbana, no mundo, apontadas por este organismo tendem a inserir cada vez mais esta modalidade de agricultura no contexto das políticas de planejamento, como estratégia para melhorar a gestão urbana. Para Cabannes e Dubbeling (2001), a presença dessa prática em cidades da América Latina, tem induzido os municípios a reconhecer a necessidade de políticas de apoio à agricultura urbana.

Pelo fato de ser uma preocupação científica, o conceito de agricultura urbana encontra-se em construção. Mougeot (2000) diz que essa prática vem sendo apontada como instrumento capaz de enfrentar desafios de desenvolvimento como pobreza urbana e insegurança alimentar. Em estudos de Smit (1996) e da FAO (1996), a expressão "agricultura urbana" é considerada como um fenômeno mundial recente cujo conceito foi originalmente usado apenas nos meios acadêmicos e de comunicação, mas agora vem sendo motivo de interesse de várias ciências, como sociologia, geografia, entre outras. Na concepção de Mougeot (2000), a questão conceitual da agricultura urbana passa pelo questionamento sobre o que é próprio desta prática, para que ela seja considerada objeto de investigação e de políticas específicas.

Nesse sentido, o autor elenca os principais elementos que contribuem para a definição da agricultura urbana: os tipos de atividades econômicas desenvolvidas; as categorias e subcategorias de produtos (alimentares e não alimentares); característica locacional (intraurbana e periurbana); tipos de áreas em que é praticada; tipos de sistemas de produção e destino dos produtos e escala de produção. Outras definições sobre agricultura urbana mais recentes, como as de Santandreu e Lovo (2007) acrescentam, além da comercialização, o processamento da produção, a preocupação com a sustentabilidade e a valorização de culturas antigas, de modo que, nessa perspectiva, a prática pode ser vista como uma atividade com múltiplas funcionalidades no espaço onde ela ocorre.

As proposições dos conceitos de agricultura urbana, segundo os autores que a definem, ainda estão em construção. Dessa forma concebe-se esta agricultura como prática sócio espacial, inserida num contexto histórico definido pelas relações capitalistas de produção, as quais criam situações concretas em que práticas e costumes rurais se mesclam no urbano como é possível perceber na paisagem da zona sudeste de Teresina.

Com base nessas considerações, diante de um contexto em que a urbanização transforma e reestrutura o espaço geográfico, permitindo que atividades rurais se incorporem à cidade, tem-se como problema de pesquisa analisar o rural que permanece no urbano. Daí partem os questionamentos: por que o rural permanece no urbano, mesmo diante do predomínio da urbanização da sociedade? Desta questão central surgem as questões secundárias: i) Que fatores possibilitam a permanência e recriação do rural no urbano? ii) Quem são os atores reponsáveis pela recriação e permanência do rural no urbano? iii) Qual a postura do poder público diante das permanências e transformações do rural no urbano?

A partir destes questionamentos, o objetivo geral desta tese é analisar os fatores de permanência e recriação de elementos rurais inseridos no espaço urbano da zona sudeste de Teresina, considerando-se a agricultura urbana representada pelas práticas de criação e cultivo diversos na cidade. A partir do objetivo central delineiam-se os objetivos específicos visando: i) Compreender como se processam a recriação e a permanência de elementos rurais na cidade; ii) Caracterizar a área de pesquisa, considerando as condições naturais apropriadas para a realização da agricultura urbana; iii) Identificar tipos de propriedade e uso da terra; iv) Caracterizar os agentes responsáveis pela materialização da agricultura urbana na zona sudeste de Teresina; iv) Caracterizar o sistema produtivo de agropecuária urbana, destacando as condições de acesso à terra, relações de trabalho, relações de produção, tipos de produtos e destino da produção.

1.1 Caracterização da área de estudo

Em se tratando do detalhamento da área de uma pesquisa, Sposito (2006) diz que a definição de um objeto de estudo depende da clareza na delimitação entre recorte espacial e recorte temporal.

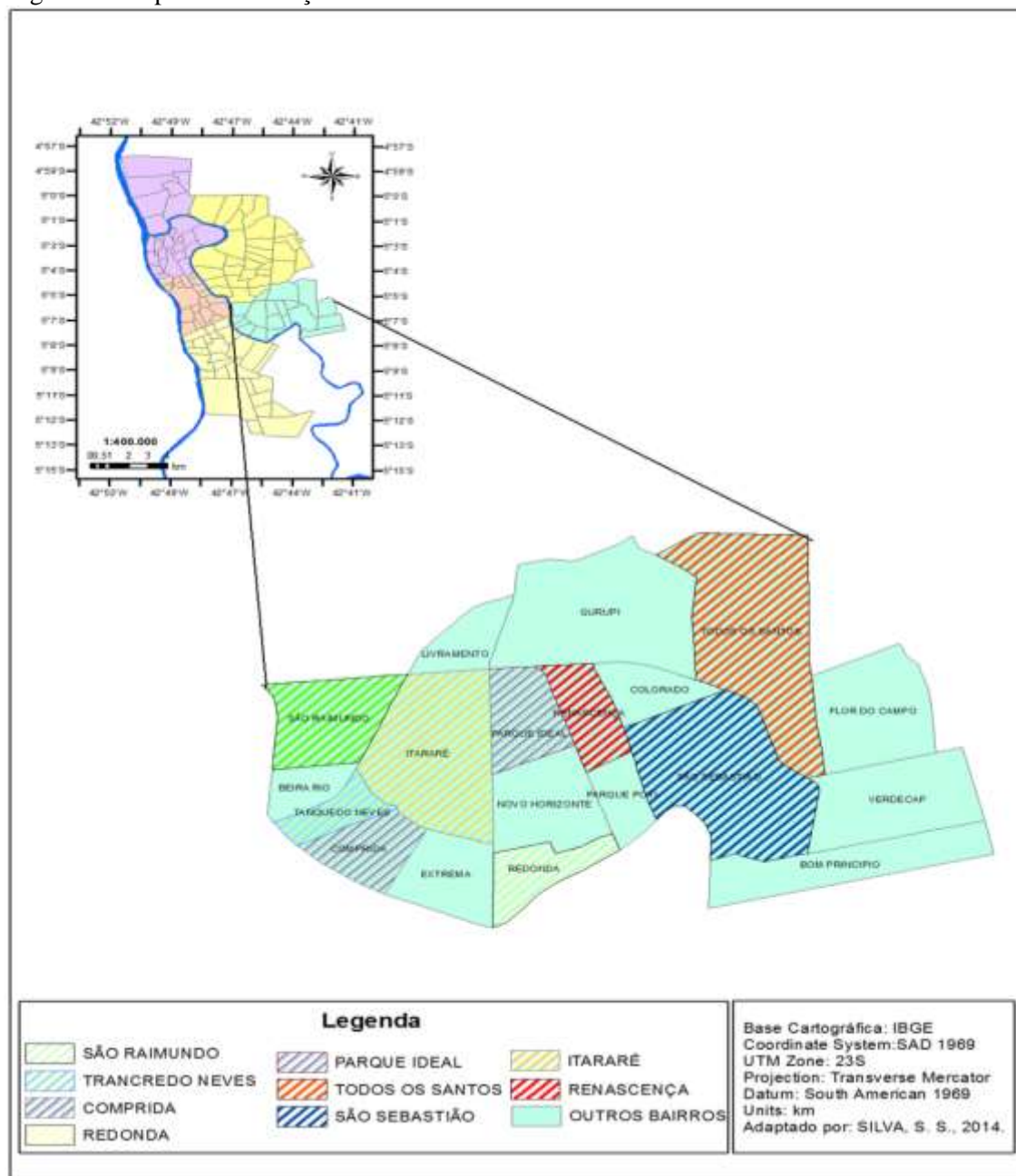
Nesta pesquisa, o recorte espacial ou empírico é a zona sudeste de Teresina, representado pela Figura 1. O recorte temporal refere-se ao contexto da expansão urbana de Teresina pós-anos 60/70/80, quando a cidade se expandiu para além da área central através da ação do setor imobiliário e da política habitacional implantada pelo estado, sendo esta última responsável pela construção de casas populares para pessoas oriundas do meio rural, contribuindo assim, para a produção e expansão do espaço urbano.

O fenômeno pesquisado na zona sudeste de Teresina, no caso agricultura urbana, encontra-se representado na Figura 2, numa área que é constituída por nove bairros, dentre eles destacam-se: Itararé⁴ (Dirceu Arcoverde), Renascença, Parque Ideal, São Sebastião, Todos os Santos, Redonda, Comprida, Tancredo Neves e São Raimundo. Estes bairros foram escolhidos com base na maior incidência do fenômeno pesquisado, que é a presença da agricultura urbana nestes espaços.

⁴Denominação original do bairro que ainda é mantida pela PMT. Apesar disto, o bairro é conhecido como Dirceu Arcoverde, em razão do conjunto habitacional ali construído que é o atrativo para a população que forma o espaço em questão. Neste estudo usa-se a denominação Dirceu Arcoverde, por ser o mais conhecido popularmente e utilizado pelos meios de comunicação (explicação da autora).

Dentre os bairros que constituem a área da pesquisa, é possível perceber a permanência e recriação do rural na cidade através da criação de animais e presença de hortas numa área de mais de 4km de extensão sob os fios de alta tensão, margeada pela Avenida Noé Mendes, incluindo os bairros Dirceu Arcoverde, Renascença e Parque Ideal.

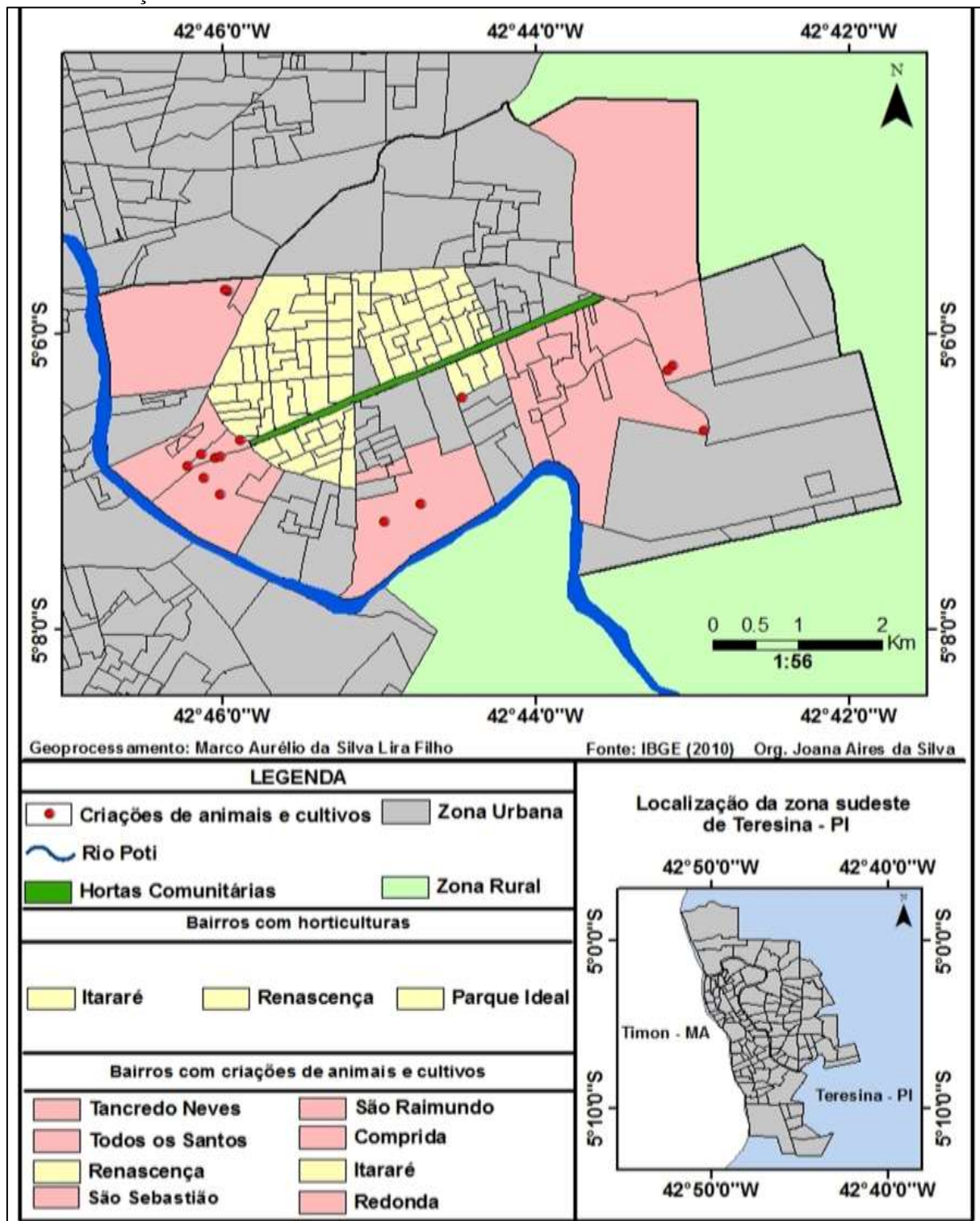
Figura 1 - Mapa de localização da zona sudeste de Teresina



Fonte: SILVA, 2014.

Na área selecionada para a pesquisa indicada na Figura 2, foram identificadas duas situações de ocorrência de agricultura urbana, uma com a presença de hortas comunitárias e outra com criação de vários tipos de animais, além do cultivo de capim e outras culturas de subsistência.

Figura 2 - Localização de áreas com agricultura urbana na zona sudeste de Teresina PI: horticultura, cultivos e criação de animais.



Fonte: SILVA, 2013.

Do ponto de vista da concentração urbana, nos bairros São Raimundo, Redonda, Comprida, São Sebastião e Todos os Santos, a transformação da terra em solo urbano é um processo ainda em curso, o que possibilita a permanência de atividades remanescentes em

antigos currais, criação de aves e plantações diversas, que ocorrem em espaços ainda não edificadas nestes bairros, demonstrando situações que apontam para o estreitamento das relações rurais e urbanas na zona sudeste de Teresina.

O critério de escolha dos bairros Dirceu Arcoverde, Renascença e Parque Ideal com presença de horticultura deve-se ao fato de os mesmos conterem faixas de terras sob linhas de alta tensão da Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF), onde se encontram implantadas as hortas comunitárias. Os demais bairros Dirceu Arcoverde, São Sebastião, Todos os Santos, Redonda, Renascença, Comprida, Extrema, Tancredo Neves e São Raimundo foram escolhidos considerando-se a incidência de criatório de animais e cultivos, justificando ainda que:

- ❖ A agricultura urbana desenvolvida em áreas pertencentes à iniciativa privada nos bairros Comprida, Redonda, Tancredo Neves, São Raimundo, Todos os Santos, São Sebastião e Renascença representa atividades remanescentes de antigas fazendas e povoados, onde a presença da cidade não conseguiu eliminar as práticas rurais.
- ❖ O sistema de hortas urbanas sob os fios de alta tensão em terrenos pertencentes à CHESF, gerenciado pela PMT/SDR funciona desde a década de 1980, implantado primeiro no bairro Dirceu Arcoverde II e nas décadas seguintes nos demais bairros citados na Figura 2.

1.2 Hipóteses

A urbanização é um processo desigual no espaço geográfico, resultando que o rural antes existente, permaneça ou seja recriado em espaços não edificadas ou ainda não utilizados pela cidade, sendo a agricultura urbana o fator representativo dessa relação.

A principal hipótese desta pesquisa parte do pressuposto de que é por meio da reprodução do capital e de sua lógica contraditória, responsável pela urbanização desigual, que espaços rurais e urbanos encontram-se imbricados como acontece na zona sudeste de Teresina-PI.

O delinear das hipóteses secundárias parte de duas situações específicas encontradas na área da pesquisa, indicando presença do rural no urbano:

- i) A permanência de atividades agropecuárias (criação e cultivo) em espaços urbanos, ocorre em função das condições físico-naturais apropriadas (várzea do rio Poti), como pela condição de posse da terra de antigos moradores que, por motivos econômicos e ou culturais, praticam

atividades rurais na cidade. ii) A urbanização de Teresina a partir da década de 1970 favoreceu a recriação de elementos rurais no urbano, mediante a ação de políticas públicas que se expressam na implantação do sistema de hortas comunitárias, visando geração de trabalho, segurança alimentar e abastecimento do mercado local.

1.3 Procedimentos metodológicos

1.3.1 Considerações sobre método

O método é o caminho seguro que permite interpretações coerentes e possíveis às questões sociais propostas num estudo condizente com o ponto de vista do pesquisador. Nesse aspecto, para Chizzotti (1991), a visão de mundo do pesquisador deve direcionar as escolhas metodológicas que envolvem tanto o método utilizado, como os instrumentos metodológicos aplicados na pesquisa.

Segundo Alves (2010), a escolha do método de pesquisa deve estar associada a uma teoria para que haja coerência teórico-metodológica, ou seja, o uso adequado de certos autores e conceitos com o referido método de análise.

Spósito (2004) aponta características do método dialético segundo as quais, tudo está em constante processo de transformação ao mesmo tempo em que tudo se relaciona contraditoriamente. Nesse contexto, as contradições transcendem dando origem a novas contradições ao mesmo tempo em que se propõem interpretações dinâmicas e totalizantes da realidade, considerando que os fatos não podem ser vistos fora de um contexto social, político e econômico.

A agricultura urbana na zona sudeste Teresina- PI, objeto desta tese, constitui-se num fenômeno socioespacial, historicamente construído a partir de relações contraditórias que se expressam no cotidiano das pessoas, permitindo que o velho permaneça no novo e vice-versa, criando formas que Santos (1999) denomina de rugosidades.

Nesse sentido, como se trata de permanência e recriação de elementos rurais no espaço urbano da zona sudeste de Teresina, considera-se que o método dialético é capaz de contribuir para o entendimento dessa relação representada pela prática da agricultura urbana na área em estudo.

Com base nos objetivos propostos, inicialmente realizaram-se pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Na fase de campo fez-se uso dos seguintes instrumentos: observação, aplicação de questionários com horticultores e criadores de animais, entrevistas com antigos moradores da área antes da ocupação urbana, além de recursos como mapas e fotografias. No decorrer da pesquisa, diante das circunstâncias foi necessário ouvir depoimentos de consumidores dos produtos cultivados através da atividade em questão.

Para a realização dessas atividades, contou-se com ajuda de dois graduandos em geografia e um estudante de geoprocessamento, que foram excelentes colaboradores na coleta de dados e na confecção de mapas e figuras.

A observação foi o instrumento que possibilitou a identificação de elementos característicos do rural na paisagem urbana da ZST. Foi também a observação que norteou a escolha do objeto de análise e a delimitação da área de pesquisa, destacada na Figura 2, a partir de duas situações que indicam, de um lado a permanência e de outro, a recriação de elementos rurais no urbano.

Durante visitas à área de pesquisa, através de conversas com moradores antigos e com base em dados da Diretoria de Serviço Geográfico (DSG), de 1973, que criou a Carta de Teresina em 1984, com escala 1:250.000, confirmou-se que o uso do espaço da atual zona sudeste de Teresina até meados da década de setenta era destinado à realização de atividades rurais, como criação de animais e agricultura de subsistência.

Concomitante à etapa de observação, desenvolveu-se a análise bibliográfica a partir de consultas em livros, artigos, teses, dissertações, jornais e sites que versavam sobre a literatura principal e complementar ao tema em estudo. Essa etapa possibilitou a construção dos fundamentos teóricos, compreensão e encaminhamento da problemática a ser investigada na realização do trabalho. A análise bibliográfica se fundamenta em leituras que abordam as relações cidade campo, rural urbana, agricultura urbana e urbanização brasileira, incluindo Teresina. A urbanização de Teresina é discutida a partir das décadas de 1960/1970 e especifica a criação da zona sudeste da cidade, onde se expressa a permanência e recriação do rural no urbano, através da prática da agricultura urbana.

Houve também a busca de informações em instituições como Organização das Nações Unidas (ONU), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA MEIO NORTE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Companhia

Hidroelétrica de São Francisco (CHESF), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SDR), Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) e Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU).

A análise bibliográfica e documental permitiu fazer uso de instrumentais metodológicos como: questionários, entrevista e depoimentos.

Conforme Gil (2008), o uso de questionários em pesquisa qualitativa possibilita a obtenção de informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado.

Por isso, para conhecer melhor as características da agricultura urbana e seus praticantes em bairros da zona sudeste de Teresina, fez-se uso dessa técnica nas duas situações de pesquisa envolvendo 75 (setenta e cinco) agropecuaristas urbanos, sendo 60 (sessenta) horticultores e 15 (quinze) criadores de animais, que também plantam capim e outras culturas de subsistência.

Antes da aplicação dos questionários no sentido de obter informações de forma amigável e mais fidedigna com a realidade realizou-se visita às hortas e criatórios de animais por várias vezes, principalmente nestas últimas unidades produtivas, cujos donos mostraram certa resistência, mas a partir de esclarecimentos sobre a importância da pesquisa foi-se estabelecendo uma relação de confiança com o grupo. A partir da conquista dessa confiança partiu-se para aplicação dos instrumentais de pesquisa:

i) Questionários aplicados com 60 (sessenta) horticultores familiares urbanos que foram escolhidos aleatoriamente, visando:

- ❖ Conhecer o funcionamento do sistema de hortas urbanas em Teresina;

Nesse objetivo serão esclarecidos aspectos como implantação do projeto de hortas, posse da terra, tamanho da área cultivada, origem de recursos financeiros, atores envolvidos, modificações e transformações ao longo de quase três décadas de funcionamento do projeto das hortas na área em estudo.

- ❖ Identificar a origem dos agricultores urbanos, grau de escolaridade, faixa etária, distribuição por sexo, renda mensal, as relações de trabalho e tipos de cultivos (hortaliças, plantas medicinais e ornamentais);
- ❖ Conhecer as técnicas e métodos de cultivo, o destino da produção, o envolvimento dos horticultores com a atividade, suas expectativas e perspectivas futuras.

ii) Questionários aplicados com 15 (quinze) agropecuaristas urbanos tendo em vista:

- ❖ Saber sobre as práticas rurais preexistentes ao processo de urbanização da área.
- ❖ Identificar tipos de posse e usos da terra, as mudanças ocorridas no tamanho das propriedades e nos tipos de atividades desenvolvidas, as relações de trabalho, a relação com a cidade e com o poder público.
- ❖ Obter informações sobre o funcionamento de atividades rurais na cidade, referentes à criação de animais, formas de cultivo, tipos de produtos e destino da produção;
- ❖ Conhecer hábitos e costumes rurais que permanecem no espaço urbano, mesmo diante do avanço da cidade sobre a área de criação e cultivo.

Estes últimos sujeitos foram selecionados de acordo com levantamento em campo, que possibilitou identificar a presença de atividades de criação e cultivo nos bairros que constituem a área de pesquisa: Dirceu Arcoverde, Redonda, Comprida, Tancredo Neves, Extrema, São Raimundo, São Sebastião, Renascença e Todos Santos.

No decorrer da aplicação de questionários houve também necessidade de aplicar entrevista com antigos moradores locais e com representante da PMT/SDR (engenheiro agrônomo). Diante de circunstâncias exigidas pela pesquisa, foi necessário ouvir e registrar alguns depoimentos de moradores da região, criadores de animais, horticultores, vendedores e consumidores de produtos oriundos da AU, visando conhecer melhor a natureza das relações que se entrelaçam entre rural e urbano, na área pesquisada. Vale ressaltar que as falas destes sujeitos foram transcritas no sentido de manter a originalidade dos discursos deles, o que leva em alguns casos a fugir dos padrões e da norma gramatical vigente.

Na visão de Selltitz *apud* Gil (2008), o uso da entrevista em pesquisa qualitativa é capaz de permitir a obtenção de informações acerca daquilo que as pessoas sabem, acreditam, sentem e fazem, bem como acerca das suas explicações. Os resultados das entrevistas forneceram informações mais gerais a sobre a realidade socioespacial dos horticultores e agropecuaristas urbanos da ZST, informações estas confrontadas com as informações dos questionários, no que diz respeito à agricultura urbana em Teresina, associadas com os dados obtidos via órgãos públicos sobre as duas realidades de atividades rurais da cidade no sentido de tornar mais claras as informações obtidas por parte dos entrevistados.

As figuras (mapas) e tabelas foram sendo utilizadas à medida que surgia a necessidade, de acordo com cada situação a ser representada no decorrer da pesquisa. Em muitas situações recorreu-se ao uso de fotografias. Guran (2011) aponta que o uso desse

instrumento de pesquisa pode incorporar novas dimensões e reforçar o desempenho de outros instrumentos já utilizados.

Todas essas informações serviram de base para conhecimento dos fatores que permitem a permanência e recriação do rural no urbano na ZST, assim como as relações entre os grupos de agricultores urbanos e a cidade, ou seja, o rural e o urbano. A sistematização dos resultados obtidos na pesquisa de campo e nas fontes secundárias possibilitou a confecção de tabelas, gráficos e quadros. Também foram selecionadas várias fotos indicando atividades rurais da cidade. A organização gráfica deste estudo é composta por figuras, fotografias, tabelas e mapas da área de pesquisa, os quais proporcionam melhor interpretação da realidade estudada. Estes recursos são analisados ao longo do texto.

Os resultados desta pesquisa encontram-se divididos em cinco partes. No capítulo 1 consta a introdução, que apresenta justificativa, questões de pesquisa, objetivos, caracterização da área de estudo, hipóteses e explicações detalhadas da metodologia. O capítulo 2 trata da agricultura urbana como suporte teórico básico desta tese. Discute-se a ideia de permanência para entendimento do rural no urbano. Em seguida, define-se a relação campo cidade e rural urbano, enfatizando aspectos da urbanização brasileira pós-década de 1950, cujos desdobramentos resultaram na expansão urbana em todo o país. Ao discutir agricultura urbana, em alguns momentos da construção deste capítulo, faz-se associação da teoria com a prática, com base na realidade empírica da área de estudo, através do uso de fotos, figuras e relatos de alguns sujeitos, apoiada na literatura consultada.

O Capítulo 3 discute a expansão urbana de Teresina a partir das quatro últimas décadas em função dos intensos fluxos migratórios, cujo aumento populacional levou à construção de vários conjuntos habitacionais e a cidade foi dividida zonas de expansão. Procura-se também mostrar aspectos da realidade empírica com base na literatura sobre o tema, através de figuras, fotos, mapas e depoimentos de sujeitos envolvidos na pesquisa.

O Capítulo 4 tem como objetivo contribuir para o entendimento dos fatores que possibilitam a permanência do rural no urbano em Teresina, através da prática da agropecuária urbana desenvolvida na ZST. O Capítulo 5 apresenta um panorama da horticultura urbana em Teresina, representado pelo projeto de hortas gerenciado pela PMT. Busca mostrar também o perfil dos horticultores e suas relações com a cidade, demonstrando a horticultura como uma prática rural recriada no urbano, cuja importância é gerar emprego, renda e alimentação saudável. Por último fazem-se as considerações finais.

2 AGRICULTURA URBANA COMO PERMANÊNCIA E RECRIAÇÃO DO RURAL NA CIDADE

2.1 Ideais de permanência

[...] “O espetáculo da cidade vai se compor não só pelo progresso, mas também pelo reverso. E o campo, longe de ter desaparecido, permanece nas dissimulações de seu reverso”. (MAIA, 1999, p.215).

Esse capítulo trata da agricultura urbana como elemento de permanência do rural em espaços urbanos. Primeiro discute-se a ideia de permanência, tendo em vista as mudanças espaciais que acontecem nas cidades no decorrer do processo histórico. Em seguida discute-se a relação cidade campo e rural urbano no sentido de explicar o rural, que no plano real permanece na cidade mesmo diante da intensa urbanização. Por isto, sentiu-se necessidade de discutir alguns aspectos da urbanização brasileira a partir da década de 1950, momento que assinala a transição de um país rural para um país urbano, cujos desdobramentos resultaram em processos como metropolização, suburbanização e periferização, além de outros arranjos urbanos como cidades médias e cidades não metropolitanas, nas quais, Teresina, que é campo desta pesquisa, encontra-se inserida.

No terceiro momento deste capítulo procura-se definir a Agricultura Urbana (AU), como suporte teórico básico da pesquisa, destacando suas dimensões e aspectos multifuncionais. Busca-se também apontar a perspectiva geográfica dessa modalidade de agricultura enquanto prática socioespacial. Destaca-se ainda o caráter familiar e pluriativo assim como os aspectos legais dessa prática no Brasil.

Com base na literatura consultada sobre agricultura urbana, pretende-se nesse capítulo, fazer uma associação entre teoria e prática, quando possível sobre a realidade da área de pesquisa a partir dos dados empíricos representados através de fotos e depoimentos obtidos no decorrer da pesquisa.

A ideia de permanência exposta neste texto para explicar a presença de características rurais na zona sudeste de Teresina, encontra explicações na visão de Lefebvre (1978), que faz referências às modificações sofridas pelas cidades, para as quais ele adota os termos: “*cidade antiga, espontânea ou histórica*” Para o autor, essas modificações ocorreriam em termos de finalidade das funções da cidade, que se encontravam unidas em todos os níveis da realidade, tais como: “*alojamiento, inmueble, unidad vecinal, barrio, ciudad global*”. (1979, p. 176-

177). Neste mesmo sentido, Maia (1994 e 2000), em estudo sobre os costumes rurais que permanecem na cidade de João Pessoa (PB), adota as expressões *cidade histórica* ou *tradicional* em comparação com a *cidade modernizada* de hoje. Em Teresina, Nascimento (2007, p. 202) usa o termo “cidade mãe” para referir-se à cidade primitiva, agora abandonada por grande parcela da população, que a partir das décadas de 1940 e 1950 deslocou-se para além do centro antigo, indo habitar em novos bairros da zona norte, como Mafuá, Vila Operária, Feira de Amostra e Matadouro, onde a cidade crescia no momento.

Essas mudanças que provocaram alterações no espaço urbano de Teresina eram comandadas pelos governos municipais e estaduais, como resposta aos anseios dos mais ricos, que exigiam a modernização da capital do Piauí a qualquer custo. Para Nascimento (2007), essa modernização começou ainda no início do século XX, com chegada dos bondes e mudanças na arquitetura. Entretanto, foi somente a partir dos anos 1970 que ocorreram outras mudanças de maior expressão, como na construção civil, na abertura de novos bairros, na construção deanel viário e no alargamento de ruas e avenidas.

Nesta década a economia nacional passava por um crescimento excepcional o qual possibilitou a distribuição de recursos financeiros para os Estados, e, no Piauí, os repasses federais foram investidos em obras de embelezamento da capital e em obras que pudessem amenizar os problemas estruturais, como por exemplo, o da habitação, que resultou na construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Banco Nacional de Habitação (BNH).

Sobre o fenômeno da construção de conjuntos habitacionais como momento de modernização das cidades brasileiras, Maia (2000, p. 23), baseada em Lefebvre, associa este movimento a uma das manifestações da sociedade urbana, anunciada por este autor “na qual a cidade tradicional se dilui e o tecido urbano se esparrama pelos territórios vizinhos”.

Assim, com apoio no pensamento de Maia (2000), compara-se esta situação com a realidade de Teresina, que também se modernizou a partir do modelo de intervenção imposto pelo estado através da construção de grandes conjuntos habitacionais, que deixaram imensos “vazios” na cidade, permitindo que famílias de origem rural passassem a cultivar estas áreas vazias, contribuindo para a permanência de relações de caráter rural no espaço urbano. Neste processo, o rural se reproduz e se recria, permanecendo como realidade inserida num contexto moderno, pois convive num ambiente urbano atendendo a necessidades urbanas.

Benjamin (2000) diz que a modernidade traz em si a ideia do novo, tendo o progresso como símbolo de suas realizações, cuja característica principal é a capacidade de promover transformações constantes, o que provoca diferentes interpretações, pois sendo algo efêmero, tende a gerar diferentes temporalidades e manifestações históricas, necessitando também situá-las no tempo. A vida moderna traz no seu bojo grandes mudanças alimentadas pelas descobertas científicas, que transformam conhecimento científico em tecnologia. A industrialização da produção oriunda destes avanços cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo da vida, gerando assim novas formas de poder corporativo e de luta de classe, além de proporcionar o crescimento demográfico e a expansão desigual do processo de urbanização (BERMAN, 2007).

Nesse processo de transição que acontece quando as cidades se “modernizam”, elas se expandem em direção ao rural, sendo comum “a existência de alguns “*resíduos*” de áreas com características rurais que permanecem ao mesmo tempo em que são recriados subespaços rurais na área ocupada pela malha urbana” (MAIA, 1999, p. 216).

A cidade de Teresina, planejada para ser a capital piauiense, no que se refere à vida de relações durante seu primeiro centenário entre 1852-1962, era tida pelos estudiosos como simples e pacata, fato que levou Nascimento (2010) a dizer que, até a primeira metade do século XX, esta cidade era pequena e muito pobre, com casebres cobertos de palha, precária infraestrutura básica, onde era comum a prática de criação de animais e o cultivo de alimentos nos seus arredores, além da presença de animais circulando pelas ruas.

Compartilhando a mesma ideia, Abreu (1996), em “Lembranças de Teresina”, retrata aspectos de sua transição para a modernidade, afirmar que:

A área urbana da cidade nos anos quarenta era limitada pelos rios Parnaíba e Poti e pelas Avenidas José dos Santos e Silva – o Barrocão, como se dizia – e Miguel Rosa. Depois desta não existiam ruas. Existiam vielas tortas, tomadas pelo mato, onde porcos e galinhas andavam calmamente sem serem incomodados por pessoas ou carros que raramente passavam por ali. [...] Mas a cidade pequena e singular, onde muitos se conheciam nos últimos cinquenta anos foi aos poucos perdendo sua singularidade e absorvendo elementos de modernidade e incorporando na sua paisagem física e humana as mudanças a ela inerentes, cuja fase concreta e visível está nas construções, nos costumes, nas falas, na moda, nas interações espaciais, nas modificações econômicas e sociais do país como um todo, às quais Teresina se encontra articulada (ABREU, 2007, p. 55).

O processo de urbanização da cidade de Teresina, que a tornou “moderna” aconteceu durante a primeira metade da década de 1970. O desejo pela modernidade não consegue eliminar totalmente o que ficou de tempos passados, resultando na existência de situações em

que o efêmero instala-se sem abolir o encanto pelo imutável; o contingente compartilha morada com o eterno nos projetos humanos, “pois de alguma forma, todos desejam conquistar um espaço na galeria do durável e da resistência à corrosão temporal, inclusive os que propagam a validade e a força do novo, mas mesmo diante das inovações não renuncia a permanência de elementos construídos em tempos pretéritos” (FONTINELES, 2009, p. 1-2,10).

Diante do exposto, e, apoiada no pensamento de Abreu (1996), que, ao se referir a Teresina, indica a transição da cidade singular para a “cidade moderna” a partir das décadas 1960-70, num contexto em que a modernização acontece associada ao seu crescimento físico em direção ao rural.

Desta forma, entende-se que Teresina, como as demais cidades do seu porte, têm passado por um intenso processo de transformações que envolvem sua expansão urbana ocorrida nos últimos quarenta anos, incorporando ao perímetro urbano imensas glebas de terra, mas deixando “espaços vazios”, áreas não edificadas. Este processo possibilitou também a transformação das relações rurais urbanas, que se expressam na cidade, como parte de sua dinâmica, conforme será explicado nos capítulos 4 e 5 desta tese.

Daí afirma-se que a urbanização do espaço não é um processo homogêneo, resultando que pequenos espaços rurais permaneçam nas cidades, denominados por Léfebvre (2001, p.19) de “ilhotas” e “ilhas de ruralidades” e por Maia (1994) e (1999) de “subespaços rurais”, onde pessoas desenvolvem atividades rurais, como ocorre na área desta pesquisa, na zona sudeste de Teresina.

A partir dessa ideia, busca-se enfocar neste estudo, a agricultura urbana como permanência de práticas rurais na cidade. Entretanto, o fato de serem rurais não implica que estas práticas sejam velhas, pois estão associadas a novos padrões de consumo urbanos. E os produtos oriundos destas práticas se destinam a setores modernos, como restaurantes, indústrias do setor de laticínios, pasteurização, fábricas de doces, picolés e etc.

As pesquisas que abordam as questões da permanência do rural no urbano têm base teórica no estudo das relações sobre campo cidade, e, costumam apontar os fatores econômicos como geração de emprego, consumo próprio e venda do excedente e ainda as questões culturais, partindo do pressuposto de que os agricultores urbanos geralmente são pessoas oriundas do meio rural ou residem em áreas que foram incluídas no perímetro urbano dos municípios, sendo assim, pessoas já habituados com tais atividades.

Não se pretende dizer que são as atividades que definem o “rural” ou o separam do urbano, mas é importante deixar claro que é a partir destas atividades rurais e das relações que delas se desdobram no espaço urbano que se busca analisar os dados empíricos obtidos na pesquisa de campo, para construir os Capítulos 4 e 5 desta tese.

Considerando o que foi exposto, entende-se que na realidade empírica dessa pesquisa, a zona sudeste de Teresina, relações rurais e urbanos permanecem num mesmo espaço nesta cidade.

2.2 Considerações sobre relações cidade campo e rural urbano

As relações espaciais entre cidade e campo sempre estiveram presentes na construção das sociedades humanas. Para autores como Favareto (2007) e Sposito (2012), a origem destas relações antecede ao aparecimento das cidades, num contexto que favoreceu a divisão social do trabalho, de modo que o espaço passou a assumir características próprias de cada grupo de atividades: a urbana pontual e a agrícola dispersa, cabendo à cidade funções intelectuais (políticas, religiosas, militares) e ao campo as atividades agrícolas.

Na visão de Williams (1989), o modo de produção capitalista foi responsável pelo processo que engendrou a história da relação campo e cidade. Neste sentido, Mateus (2009), aponta que esta relação no período que antecedeu a Revolução Industrial, refletia as necessidades entre espaço rural e espaço urbano, de modo que o campo era sede da agricultura, principal atividade produtiva. Mas a partir da ação dos efeitos dessa revolução no cenário mundial, a cidade passa a ser suporte para a expansão do capital, levando a urbanização para vários países do mundo.

Neste contexto, Gomes (2008) diz que o campo torna-se subordinado à cidade, pois esta passa a reunir condições favoráveis à inovação: demanda efetiva, possibilidade de contatos sociais que favorecem a circulação de pessoas, informações e a realização do trabalho não agrícola. Isto indica que a relação cidade campo se redefine a partir de interesses do capital, o que a torna contraditória e desigual.

As interpretações e definições sobre cidade campo e rural urbano surgiram no meio acadêmico na primeira metade do século XX, mas somente a partir da década de 1970 deste século, em função das transformações espaciais principalmente com a urbanização, elas têm sido foco de um debate intenso entre cientistas das diversas áreas do conhecimento.

Os estudos sociológicos de Sorokin, Zimmermann e Galpin (1986), retratam a década de 1930 como marco para as discussões em torno das relações rurais urbanos e campo cidade. Estes autores apontam importantes diferenças entre essas relações, fazendo uma analogia entre características do mundo rural e do mundo urbano a partir da combinação de traços típicos desses espaços, tendo como base nove aspectos diferenciais, expressos a seguir:

i) Diferenças ocupacionais – Os habitantes do rural estariam ocupados com atividades ligadas à agricultura e criação de animais; ii) Diferenças ambientais - As pessoas vivem mais ligadas à natureza, já as populações urbanas vivem mais no ambiente artificial da cidade; iii) Diferenças no tamanho das comunidades - Nesse caso existiria uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e população ocupada na agricultura; iv) Diferenças na densidade populacional, nas quais as comunidades de agricultores teriam uma densidade populacional mais baixa do que das comunidades urbanas; v) Diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações – As populações rurais tendem a apresentar características semelhantes por compartilharem das mesmas funções; são mais homogêneas por não serem influenciadas pela intensa divisão do trabalho; vi) Diferenças na estratificação e complexidade social - Os grupos sociais rurais tendem a ser mais homogêneos; e a população do campo seria mais homogênea, de menor complexidade e estratificação mais simples; vii) Diferenças na mobilidade social - A classe rural apresenta baixa mobilidade em relação à urbana, os filhos seguem os passos da família; viii) Diferenças na direção da migração - As migrações são geralmente do campo para a cidade; ix) Diferenças no sistema desintegração social - A baixa mobilidade dos moradores do mundo rural torna os contatos entre eles menor que na cidade (SOROKIN; ZIMMERMANN; GALPIN, 1986, p.198-224).

As diferenças apontadas por esses autores indicam que o campo é pensado como algo oposto à cidade e vice-versa, onde o primeiro se caracteriza pelo atraso e a segunda pelo progresso. Os critérios que diferenciam estes espaços variam de uma sociedade para outra, deixando evidente que se trata de dois mundos diferentes. Em discordância à oposição desta relação, Solari *apud* Lindner (2009, p. 4), diz que “o rural e o urbano não podem existir sem algo que crie uma relação intermediária entre eles, existindo assim vários elementos de continuidade, ou seja, um “*contínuo*” entre um e outro”.

Wanderley (2001) diz que o conceito de “*continuum*” entre rural e urbano, é analisado a partir de duas vertentes teórico-metodológicas, uma delas aponta o urbano como lugar de progresso e modernidade e o rural como expressão do atraso, cujas características tendem a ser suprimidas pela expansão urbana. A outra vertente do *continuum* aproxima rural e urbano, integrando os dois polos, respeitando suas semelhanças e características, preservando, as singularidades de cada um. Sendo assim, a mesma autora afirma que, nessa concepção, “o *continuum* se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Para Marques (2002) a relação cidade-campo permite compreender como se constituem os espaços rural e urbano, concebendo-os como constitutivos de uma totalidade dialética que os engloba. Neste sentido, para Hespanhol (2013, p. 104), “a compreensão do

rural e do urbano no contexto contemporâneo, antes de qualquer coisa deve estar vinculada ao seu par dialético, ou seja, o campo e a cidade”.

À medida que as cidades adquirem novos significados econômicos, políticos e sociais, tornam-se também diferentes as relações entre elas e o campo, por isso entende-se que a cidade só pode ser interpretada a partir do campo, e este, a partir da cidade. Na visão de Santos (1999), essas duas realidades constituem o espaço que ele denomina conjunto indissociado de sistema de objetos e sistemas de ações em que tanto um quanto outro englobam ações de agentes e grupos sociais no tempo e no espaço, resultando que o rural pode permanecer dissimulado no urbano.

No entanto, com a mundialização do fenômeno urbano, que intensifica a presença do capital no espaço geográfico, não só a cidade, mas também o campo tornaram-se espaço de interesse financeiro, a exemplo das grandes lavouras de soja inseridas no meio rural, ao sul dos estados do Piauí e Maranhão, que produzem para mercados externos.

Conforme já foi visto, existem várias concepções sobre essas relações. Entretanto na concepção de Sposito (2006), a questão cidade campo tem sido analisada a partir da cidade como ponto de partida, cujos atributos são: i) concentração demográfica; ii) diferenciação social; iii) unidade espacial; iv) descontinuidades territoriais”. Esses atributos marcam as relações da cidade com o campo como fenômeno de mudança constante, tendo em vista que para a autora:

i) A concentração demográfica é o atributo que melhor caracteriza as cidades, pois compreende o adensamento de pessoas, de objetos, de infraestrutura, de equipamentos, de edificações, de acontecimentos, de ideais, de valores, de possibilidade, tornando a cidade o contrário do campo. ii) A diferença social caracteriza a cidade, mas também o campo, pois o estabelecimento da divisão social do trabalho e das relações de poder que sustentam essa divisão, ao longo dos tempos, tornaram-se condição e consequência da constituição de espaços diferenciados - cidade e campo – que têm desempenhado papéis dispares nas sociedades, assim como formas distintas de relações entre as sociedades e os espaços apropriados e transformados por elas. iii) A unidade espacial é associada ao espaço urbano desde a Antiguidade, sendo expressa no plano territorial pelos tecidos urbanos, que eram contínuos e materialmente separados do rural por muralhas. Entretanto, essa integração não era completa, pois, apesar da tendência histórica da cidade estender seus domínios sobre seu entorno, sua morfologia era mais integrada, sua fisionomia urbana mais definida e distinta dos campos que a circundavam, tornando a cidade diferente do campo. iv) Descontinuidades territoriais. Na contemporaneidade o avanço da urbanização, tornou mais difícil a distinção entre as formas espaciais cidade/campo, entretanto, reconhece-se a existência de um contínuo cidade/campo, que não indica o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que compartilham no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos do solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano (SPOSITO, 2006, p. 111-121).

A partir do ponto de vista de Sposito (2006), campo e cidade constituem espaços interdependentes e articulados entre si, mas como construções socioespaciais, não devem ser vistas como semelhantes e nem regidas pela mesma lógica, já que no urbano, predomina o artificial e os acontecimentos se processam em tempo rápido. No campo, há o predomínio do natural e os fatos ocorrem num tempo mais lento, sendo a relação com a terra uma das características marcantes desse espaço.

No contexto atual do mundo urbano e globalizado, a compreensão desses espaços e das relações construídas entre eles, depende de cada realidade construída através das relações de trabalho e das combinações atreladas aos traços típicos, tanto do rural quanto do urbano. No Brasil, como nos demais países, são comuns as dificuldades e controvérsias diante das definições e delimitações entre aquilo que venha ser campo, cidade, rural e urbano.

As novas relações que se expressam no campo e na cidade devem-se à dinâmica que permite os deslocamentos campo-cidade, ou vice-versa, que passaram a ganhar novos contornos, diante da diversificação e ampliação da divisão social do trabalho no país, que se delineou nos últimos cinquenta anos, impondo-se “para o conjunto da economia e da sociedade, refazendo ou desfazendo as diferenças genéricas entre o campo e a cidade e unificando os mercados de trabalho urbano e rural” (CUNHA, 2005, p.12).

Diante destas mudanças espaciais, concorda-se com Silva (1999) ao enfatizar que na delimitação em torno do rural e do urbano no Brasil, “o rural deve ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial”. Para o autor, a urbanização das últimas décadas, integrou a agricultura à economia urbana⁵, gerando intensa “urbanização do rural brasileiro, que o mesmo autor denomina de “rurbano”⁶, no qual as características dicotômicas são diluídas pelo avanço da urbanização.

⁵ Veja-se Singer. Economia Política da Urbanização. Editora Brasiliense, 1998, p. 137-144.

Veja-se também Maia (1994, págs. 59-74).

⁶ De acordo com Andrade (2010, p. 12), as facilidades trazidas pelos meios de transporte e comunicação levam ao desaparecimento dos contrastes entre o campo e a cidade, o campo penetra cada vez mais a cidade e a cidade cada vez mais o campo, pois há um processo de ruralidade urbana e, em contrapartida, um de urbanização rural. Para o autor, isto levou o sociólogo-antropólogo Freyre, a usar expressão “rurbano” para definir “o que ainda não deixou de ser rural, mas que ainda não é urbano”. Dessa forma, a rurbanização representa uma rejeição à urbanização. Na concepção de Silva (1999), o processo renovador nas áreas rurais sem perda total de sua identidade (agropecuária), gera, então, uma interdependência rural-urbano, fenômeno esse denominado de rurbano. Este autor defende a ideia de que estamos diante do processo de “urbanização do campo”, fruto do crescimento da industrialização na agricultura, que se integra ao restante da economia e não permite mais a diferenciação entre rural e urbano. A partir da década de 1990, o novo cenário que se delineou integra a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência, ambas dividindo espaço com atividades ligadas à prestação de serviços, à indústria, ao turismo e ao lazer, tornando cada vez menos nítidos os limites entre estes espaços no país.

Assim, as definições de rural e urbano no Brasil partem de dois aspectos: o normativo e o analítico. O normativo tem como base o Decreto-Lei n. 311/1938⁷. Do ponto de vista analítico, estes espaços são interpretados a partir de duas situações, uma defendida por Silva (1999), segundo a qual o poder hegemônico da industrialização e da urbanização elimina as sociedades rurais, tornando-as cada vez mais identificadas com a cidade, a ponto de desaparecerem. Já Carneiro (1998) advoga que o rural não se “perde” diante das transformações do urbano, mas ao contrário, ele reafirma sua importância e suas particularidades.

Assim, entende-se que é dessa forma que o rural permanece no espaço urbano da zona sudeste de Teresina. Pois ali, é possível se identificar, através das práticas de criação de animais e cultivos, diversos aspectos que podem ser comparados com a segunda situação defendida por Carneiro (1999), em que o rural foi invadido pela expansão da cidade, mas não perdeu suas particularidades, pois elas se encontram em evidência por meio dos modos agrícolas de produzir, criar animais no interior da cidade, além das relações de trabalho e até mesmo nos hábitos de consumo alimentares das pessoas.

Dessa forma, entende-se que tais definições devem ser repensadas a partir de parâmetros que estejam além dos critérios políticos administrativos, pois não são suficientes para explicar relações que se tornam cada vez mais dinâmicas e complexas.

As considerações feitas aqui indicam que diferentes espaços como cidade e campo aparecem como realidades que se interpenetram e convivem no mundo de hoje, o que ocorre em muitas cidades do Brasil e em Teresina em particular. Como exemplo, cita-se aqui a permanência de elementos típicos do mundo rural expresso através da presença de animais e das hortas urbanas em vários pontos da cidade, onde é intenso o fluxo de pessoas, comércio, veículos etc.

Assim, nesta perspectiva, cidade e campo, como reflexo da reprodução de um mundo cada vez mais urbano, transformam-se em momentos reais do movimento de realização da sociedade, revelando diferentes conteúdos da vida cotidiana, de modo que a compreensão

⁷ Essa definição é utilizada pelo IBGE desde 1938, segundo o qual, cidade é toda circunscrição territorial do distrito sede no município, independente de quaisquer características estruturais como: a) localização; b) número de habitantes; c) número de eleitores; d) número de moradias; e) densidades demográficas e funcionais, relacionadas à existência de serviços indispensáveis à urbe, tais como: a) hospital permanente; b) farmácias; c) corpo de bombeiros; d) instalações de hotelaria; e) transportes públicos urbanos e suburbanos; também se uniformizou como vila toda a sede da circunscrição territorial do distrito, de modo que o rural se contrapõe a tudo isto. Contudo, a partir de 1988 são as Prefeituras Municipais que definem o que é rural e urbano nos limites de seus municípios.

tanto do campo como da cidade, exige o conhecimento do espaço como noção e como realidade das condições de reprodução da sociedade.

É a partir dessa perspectiva de compreensão da relação cidade campo que se busca analisar o rural no urbano que permanece na cidade de Teresina-PI. Por isto é necessário tecer considerações sobre o processo de urbanização brasileira, no qual esta cidade está incluída.

2.3 A urbanização brasileira e sua relação com o rural

Para explicar a recriação e permanência de elementos rurais no espaço urbano de Teresina-PI, é necessário discutir aspectos da urbanização brasileira, especificamente, a partir da década de 1950, quando esse fenômeno se torna mais expressivo e provoca mudanças nas relações entre campo e cidade em todo o país.

O processo de urbanização brasileira encontra sua explicação e justificativa no contexto histórico de produção do território, revelando assim estreitas relações com o rural, pois no período colonial os grandes proprietários habitavam e concentravam suas atividades nos espaços rurais, sendo as cidades pouco relevantes, cujas funções eram de controle territorial e de ligação entre metrópole e colônia. Isto torna o rural o responsável pela reprodução e consolidação do Brasil neste período, fato que levou Santos (1993, p. 17) a afirmar que “é no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização, sendo que o dinamismo da nossa história e as bases em que se assenta a estabilidade da nossa sociedade vem do campo”.

A influência do campo sobre a cidade no Brasil teve longa duração, sendo a exportação de produtos agrícolas o fator responsável pelo crescimento econômico, e, como consequência, a base da organização do território nacional até a primeira metade do Século XX, quando ocorreu a intervenção do estado, possibilitando o desenvolvimento dos processos de industrialização e urbanização do país.

Assim, o estado brasileiro, graças à ação do capitalismo industrial, voltou-se para criação do mercado interno, centrado no modelo econômico de substituição de importações, visando ao desenvolvimento dos processos de industrialização e de urbanização do país, representando este último, nova etapa marcada pelo crescimento das cidades, contribuindo para a constituição da rede urbana nacional e consequentemente para o surgimento de novas relações cidade-campo.

O processo de industrialização brasileira modificou a realidade entre cidade e campo, embora num primeiro momento, ainda dependente da exportação de bens agrícolas e da importação de bens de produção, seguido por outro, em que o Estado planejou e comandou a economia, cujas ações contribuíram para o fortalecimento do mercado interno. Assim, o país passou por um processo de modernização econômica e grande desenvolvimento industrial, embora mais concentrado no sudeste. Esse fato intensificou os movimentos rural-urbanos, expressos através das migrações campo cidade. Além da atividade industrial, fatores como a concentração de terra e a modernização da agricultura também contribuíram para a saída do homem do campo para a cidade.

Os dados do IBGE (1960-2010) indicam que o Brasil nas últimas décadas do século XX teve grande avanço em termos de urbanização, de modo que na década de 1960 a população urbana se aproximou dos 45%, chegando a mais de 56% em 1970. Com o processo de modernização econômica e integração nacional promovido pelos governos militares, na década de 1980, 68% das pessoas já residiam nas cidades. Em 2010 esse contingente atinge em média 84%, do total da população nacional, tornando o país cada vez mais urbanizado.

A partir da década de 1970, com o maior número de pessoas vivendo nas cidades, percebe-se que a relação cidade campo sofreu várias mudanças, o que exige por sua vez uma redefinição dos parâmetros que possam caracterizar essa relação, pois o novo contexto é de predomínio da cidade sobre o campo, sem que este tenha perdido sua importância econômica e política e nem sua função na sociedade, mesmo diante do avanço do urbano.

Em consequência disso, novos apontamentos têm contribuído para transformar o entendimento da relação rural/urbano. As mudanças ocorridas no espaço brasileiro no decorrer da última metade do século XX redefiniram também as relações cidade campo e rural urbano, de modo que estas passam a se expressar em contextos diferenciados, em que elementos rurais e urbanos se interpenetram, como acontece na zona sudeste de Teresina, onde o rural permanece na cidade, ora como remanescente de antigas fazendas de criação e cultivo, ora como produto de ações políticas promovido pela criação do sistema de hortas urbanas, implantadas na cidade a partir de ações políticas de geração de emprego.

Essas duas modalidades de atividades rurais identificadas no espaço urbano da ZST, denominadas aqui de agricultura urbana, representam a materialização da relação rural urbano nessa área, objeto de análise dos Capítulos 4 e 5 desta tese.

Nessa perspectiva, o enfoque sobre as práticas e costumes rurais na cidade, que se expressam através da agricultura urbana, leva à compreensão de relações sociais que acontecem tanto no rural quanto no urbano, de modo que estes espaços se tornam complementares, expressando as múltiplas dimensões da dinâmica territorial seja na promoção da segurança alimentar e hábitos nutricionais, seja na geração de renda, ou seja, ainda na constituição de novas identidades urbanas, como acontece nas cidades em particular, inclusive na realidade específica de Teresina.

2.4 O que é e como surgiu a agricultura urbana

Neste item serão abordados aspectos referentes à agricultura urbana, uma prática sócio espacial que acontece na cidade, numa sociedade considerada essencialmente urbana.

Estudos de autores como Munford (1998) e Sjoberg (1972), apontam a prática da agricultura e da criação de animais como fatores que possibilitaram a fixação do homem num determinado espaço e o posterior aparecimento dos primeiros assentamentos humanos. Esse fato indica que sempre houve um elo de conexão entre agricultura e cidades, desde os tempos mais remotos aos dias atuais.

A presença da agricultura nas cidades sempre foi vista como algo comum. Nem mesmo a separação entre campo versus cidade, oriunda da divisão do trabalho, conseguiu ocultá-la. Silva et al. (2006) associam essa prática na cidade à noção de jardim, como busca de reconciliação com a natureza, na tentativa de recriar na cidade “o paraíso perdido”. Para o autor, à época do Renascimento, mesmo não existindo a separação entre campo e cidade, já existia certa preocupação com a organização do espaço, especificamente o urbano, mas demonstrava-se interesse pelas questões rurais na cidade, porque o espaço voltava-se para o *habitat* construído e sua relação com o meio rural.

Roseneau (1988) faz referência a aspectos agrícolas nas paisagens urbanas das cidades americanas do século XVII. Na Europa dos fins do século XVIII, apesar da intensa produção manufatureira e mercantil, os fisiocratas⁸ viam somente na agricultura a principal fonte de

⁸Grupo de economistas franceses do século XVIII que combateu as ideias mercantilistas e formulou, pela primeira vez, de maneira sistemática e lógica, uma teoria do liberalismo econômico. Transferindo o centro da análise do âmbito do comércio para o da produção, os fisiocratas criaram a noção de produto líquido: sustentaram que somente a terra, ou a natureza (*physis*, em grego), é capaz de realmente produzir algo novo (só a terra multiplica, por exemplo, um grão de trigo em muitos outros grãos de trigo). As demais atividades, como a indústria e o comércio, embora necessárias, não fazem mais do que transformar ou transportar os produtos da terra (daí a condenação ao mercantilismo, que estimulava essas atividades em detrimento da agricultura). (SANDRONI, 1999).

riquezas. Nesse contexto, mesmo diante da crescente importância das cidades, durante séculos o motor da história esteve centrado no meio rural.

Neste sentido, Wanderley (2000) indica que a dependência urbana em relação ao dinamismo econômico do campo acontecia ao mesmo tempo em que a cidade exercia funções de dominação sobre o meio rural, sendo que este continuava a existir na cidade.

É importante salientar que ao tratar da relação entre agricultura e cidade, contempla-se o fenômeno da agricultura urbana, cuja explicação contribui para desmistificar a visão dicotômica que ainda permeia a relação rural urbano. Para Ferreira (2009), o viés da relação rural/urbano, que aborda a permanência de práticas agrícolas nas cidades, retrata situações de ruralidades inseridas no contexto das cidades, sendo que a prática da agricultura urbana, permite que valores rurais estejam imbricados no cotidiano dos cidadãos.

A partir da junção das palavras e ou conceitos “agricultura” e “urbano”, surgiu nos fins do século XX, especificamente na década de 1990, a expressão “agricultura urbana,” que, pelo fato de juntar “domínios historicamente vistos como opostos parecem criar uma contradição de termos, sendo essa oposição provocada pela prevalência da ideia tradicional que na visão de alguns autores ainda divide cidade e campo, ou seja, espaço construído e espaço de uso agrícola” (COUTINHO, 2010, p. 65).

As cidades europeias dos fins do século XVIII, como demonstra Howard (1996), em consequência do intenso êxodo rural, viviam em condições precárias e insalubres. Ademais, situações de desemprego e salários reduzidos, colaboraram, por um lado, para a prática da agricultura de subsistência praticada em jardins familiares, o que garantia a sobrevivência de habitantes da cidade. Por outro lado, o cultivo dos jardins também estava ligado a costumes e a hábitos alimentares das regiões de origem daqueles agricultores.

As Cidades-Jardins foram propostas por Ebenezer Howard no século XIX, cujas ideias principais estavam voltadas para a manutenção da continuidade entre os espaços urbano e rural, associada à intenção de oferecer conforto e bem-estar à população residente na cidade, que era oriunda do meio rural.

Assim, a proposta das Cidades-Jardins encerrava preocupação com a relação rural/urbano, na medida em que defendiam princípios como estes:

- 1) Oferecer para a população operária trabalho com salários elevados e um ambiente mais saudável, além da oferta constante de empregos.
- 2) Oferecer a industriais com espírito empreendedor, sociedades cooperativas, arquitetos, engenheiros, construtores e técnicos de todos os tipos, atuando em várias profissões, os meios de assegurar um novo e melhor

emprego para seu capital e talentos, ao passo que, para os agricultores que no momento ocupem a propriedade ou aos que porventura venham a migrar para lá, visa-se abrir um novo mercado para seus produtos à sua porta. Visando com isto elevar os padrões de conforto e saúde dos trabalhadores, constituindo os meios pelos quais esses objetivos serão atingidos numa combinação saudável, natural e econômica de vida urbana e rural, e isso em terras de propriedade da municipalidade (HOWARD, 1996 apud LOVO, 2010, p. 44-45)

A presença da agricultura urbana tornou-se mais evidente nos fins do século XX, especificamente a partir das décadas de 1980/90, quando o fenômeno urbano adquiriu dimensões globais, o que tornou essa prática passível de ser objetivada.

Desse modo, pode-se dizer que as práticas agrícolas urbanas não são novas. Sua representação deu-se principalmente por meio de jardins e pomares e sempre fizeram parte da paisagem urbana. Desde os anos de 1980 que os jardins urbanos ganharam importância e adquiriram novos valores relacionados tanto à soberania alimentar, como à qualidade dos produtos consumidos e também como geração de emprego, como melhor qualidade de vida, educação ambiental, mudança social e regeneração urbana (ZAAR, 2011).

Nas décadas de 1980 e 1990, nos países europeu e norte-americano surgiram diversos movimentos sociais, dentre eles, o ambientalista, que associado a outros eventos políticos, econômicos e sociais, em nível mundial, passaram a exigir melhor qualidade de vida, incluindo alimentação saudável.

Diante deste contexto, governos de vários países, inclusive do Brasil, viram-se na iminência de criar políticas de apoio à agricultura urbana, em várias capitais brasileiras, dentre elas, a capital do Piauí, Teresina, considerada em pesquisas nacionais e internacionais como a cidade pioneira, em que ações e políticas dessa natureza têm se mostrado eficazes (SEMINÁRIO – TALLER LA AGRICULTURA URBANA EM LAS CIDADES DEL SIGLO 21, 2000).

A intensificação do processo de urbanização principalmente nos países em desenvolvimento, coloca para os governos municipais o desafio da implementação de ações políticas contra a fome, a pobreza e o desemprego. Essas necessidades contribuíram para incentivar as políticas de agricultura urbana, tendo em vista a promoção de cidades ecológicas, cidades produtivas e cidades inclusivas (COUTINHO, 2010). Na mesma década, as agências de desenvolvimento internacional, ONU/FAO, apontaram as potencialidades dessa agricultura como resposta aos problemas de ordem social decorrentes da crise econômica e das políticas de ajuste estrutural de caráter neoliberal, aplicadas nos países em desenvolvimento.

A agricultura urbana passou a ser adotada pelos governos locais, como parte integrante das políticas de promoção de Segurança Alimentar e Nutricional e de combate à pobreza urbana. Outro argumento favorável à AU é o que a coloca como alternativa plausível para produção de alimentos (cidade produtiva), para atender às populações urbanas em contexto de crises diversas (COUTINHO, 2010).

De acordo com Santos (1999), há uma projeção de crescimento da população mundial para 2025, que prevê um total de 8,5 bilhões de habitantes, a maioria vivendo em países periféricos, dos quais 62% desses habitantes estarão morando em cidades, muitas delas em condições precárias de habitação, saneamento, fome, miséria e falta de empregos e serviços sociais.

A partir da década 1970 do século XX, o estudo da distribuição espacial de atividades agropecuárias em áreas urbanas tem como referência o modelo de Von Thünen, o qual define um padrão de localização de atividades agrícolas com intensidades decrescentes a partir do afastamento de um centro urbano. Entretanto, as mudanças nos meios de transporte e o desenvolvimento de tecnologias de produção de alimentos foram tão significativos que mudaram o padrão esperado desse modelo. Mesmo com essas mudanças, o padrão espacial de distribuição das atividades agrícolas postulado por Von Thünen ainda é encontrado em vários trabalhos. Mas, por outro lado, autores como e Juillard (1961) e Sinclair (1967) citados por Machado (2008), apontam tendências contrárias a esse modelo na distribuição espacial dos cultivos e da criação indicando a presença de atividades extensivas de baixa rentabilidade próximas aos centros urbanos, estando a periferia urbana à espera de sua provável conversão em áreas edificadas em função do crescimento das cidades, procedendo-se, assim, a uma especulação imobiliária (BICALHO, 1992).

Diante das transformações urbanas, Sinclair (*apud* Vidal, 2009) ressalta a importância das mudanças na utilização das áreas próximas às cidades em que o uso agrícola da terra vai depender de forças distintas daquelas trabalhadas no modelo thuniano, sinalizando, ainda, para a importância agregada aos agentes imobiliários no processo de permanência e desenvolvimento das práticas agrícolas nas cidades.

Para Lawrence (1988 *apud* Bicalho, 1992), tal modelo, contribui para o entendimento da presença de atividades extensivas e de baixa rentabilidade próximas à cidade, em função de nela proceder-se a uma forte especulação imobiliária e possível conversão dos solos agrícolas em urbanos. Concorde-se com a autora, pois, embora o modelo thuniano trate da teoria locacional da geografia agrária ainda no fim do século XIX, é possível também associá-lo à

ideia atual de AU, mas em alguns casos a terra usada para práticas agrícolas pode tornar-se grande atrativo imobiliário.

Bicalho (1992) diz que a permanência da agricultura na cidade, esta se encontra atrelada a um conjunto de fatores relacionados à existência de espaços vazios criados pelo processo de valorização imobiliária. A autora associa também esse fenômeno à tradição rural dos moradores envolvidos com esta prática, que envolve também a disponibilidade de mão de obra e a necessidade de complementação de renda.

No contexto mundial destacam-se as pesquisas da ONU (1999) que apresentam dados indicativos de que cerca de mais de 800 milhões de pessoas distribuídas em todo o mundo, praticam, atualmente, AU. Merecem destaque também, a respeito do tema, os estudos de Jean Luc Mougeot, pesquisador canadense, que trata inclusive das dimensões e das questões conceituais dessa prática.

Segundo Boukharaeva et, al. (2005), no século XX foi significativo o desenvolvimento da prática agrícola nas cidades do mundo inteiro. Assim, a literatura que trata dessa questão em nível mundial, principalmente a obra de Mougeot (2000) e publicações da ONU, mostram experiências dessa prática em diversos países da África, Ásia, América Latina e Europa, com destaque para França e Portugal.

As palavras “agricultura” e “urbano” sempre significaram coisas opostas. No entanto, nas últimas décadas, começou-se a ouvir as expressões “agricultura urbana” e “periurbana”⁹ AUP. Essas expressões são reconhecidas e adotadas pelas agências da ONU, como o Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (UNDP) (1996) e FAO (1996), que se referem a pequenas áreas no interior das cidades e nos seus arredores, destinadas a cultivo e criação de pequenos animais, de acordo com a legislação de cada país para consumo próprio e para a venda em mercados locais (MOUGEOT, 2006).

As políticas de apoio à agricultura urbana, em cada país, assim como o desenvolvimento de pesquisas, têm acontecido de forma lenta, pois a maioria dos participantes dessa atividade não estão incluídos num contexto econômico dominante, ao contrário, são pessoas que não se reconhecem na sua função de agricultores da cidade. Para Mougeot (2006), na prática, a AU pode contribuir para resolver ou enfrentar diversos desafios de desenvolvimento. Por isso, ela é estimulada por uma complexa rede de fatores que ainda

⁹De acordo com (ZARR, 2011, s/p) o termo " Agricultura Urbana e Periurbana " (AUP) foi proposto em 1999 pela FAO, a fim de se referir a um tipo de agricultura que foi estabelecido no âmbito da segurança alimentar nos países em desenvolvimento mas também está crescendo nos desenvolvidos para outros fins.

não são claramente entendidos, entre os quais a pobreza urbana e a insegurança alimentar ocupam lugares preponderantes.

Para os pesquisadores da FAO (1996), a AU é um conjunto de atividades típicas do rural: cultivos diversos, plantas medicinais, pomares domésticos, pesca e criação de animais nas cidades e suas periferias, principalmente, nos países em desenvolvimento com fins de autoconsumo ou comercialização. Essas práticas são realizadas em pequenas áreas no interior da cidade (intraurbana) ou no seu entorno (periurbana).

Agricultura urbana é um conceito recém-elaborado, ainda pouco compreendido e não muito utilizado pela sociedade, pois os próprios agricultores urbanos, não reconhecem sua prática agrícola como urbana, restringindo-a ao espaço rural. Mas, por outro lado, é um conceito que abarca um universo variado de combinações de atividades ligadas à transformação, à comercialização, ao autoconsumo, à troca, à doações de produtos agropecuários, além da prestação de serviço (VIDAL, 2009). Por isso, a definição da AU no dizer de Rosa (2011, p.3) “perpassa uma variedade de categorias de análise que buscam a diferenciação do conceito, afim de que esta se torne um objeto de investigação distinto da agricultura praticada no meio rural, bem como objeto de políticas públicas específicas”.

Para Mougeot (2000), a AU é um conceito que se amplia quando são analisadas suas contribuições para o meio ambiente e para a saúde humana. Sendo assim, esta prática se torna importante pela capacidade de suprir os sistemas de alimentação urbanos, relacionando-se com a segurança alimentar e o cuidado com a biodiversidade, e também por proporcionar melhor aproveitamento dos espaços e manejo adequado dos recursos naturais.

Mesmo que a AU tenha sido marginalizada durante muito tempo, hoje é vista como elemento inerente ao espaço urbano, como atividade que faz parte da dinâmica da cidade, na qual ela está inserida (Figura 3), que indica a presença de plantações de hortaliças e macaxeira no interior do bairro Dirceu, na cidade de Teresina-PI.

O aumento da população urbana nos países em desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX, em virtude das migrações campo cidade, levou parcela significativa desta população a realizar o manejo de pequenos espaços de terras na cidade para produção de alimentos e criação de pequenos animais, na busca de auto abastecimento, geração e ou complementação de renda.

Figura 3 - Agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Cultivo de hortaliças no bairro Dirceu Arcoverde. B) Plantação de macaxeira no bairro Parque Ideal.



Fonte: SILVA, 2014.

Essa realidade na cidade de Teresina encontra-se presente não só na área de pesquisa, mas em todas as zonas de expansão da cidade (norte, sul, leste e sudeste), onde são comuns as práticas agrícolas ligadas ao cultivo, principalmente de hortaliças. A Figura 3 A indica os canteiros de alface e outros produtos cultivados nas hortas do bairro Dirceu Arcoverde, alguns em crescimento e outros no ponto de ser comercializados. A Figura 3B mostra plantações de macaxeira no bairro Parque Ideal, indicando que nos espaços destinados à horticultura, outros produtos também podem ser cultivados, como forma de aproveitar a terra.

As atividades rurais expressas na Figura 3 estão em consonância com o pensamento de Oliveira (2001), segundo o qual, a presença da agricultura na cidade, ocorre em função de múltiplas situações, dentre elas destacam-se a procedência rural (tradição, cultura) dos moradores que são egressos do campo; ao desemprego e precariedade da vida nas cidades e à vocação de algumas áreas para a hortifruticultura.

Figura 4 - Criação de animais na zona sudeste de Teresina. A) Criação de caprinos no bairro Comprida. B) Criação de equinos no bairro São Sebastião.



Fonte: SILVA, 2014.

Como indica a Figura 4, os animais criados na cidade passam a viver em espaços cada vez menores em função da expansão da cidade em direção às periferias. Uma das características da AU é a ocupação de espaços vazios na cidade ou nos seus arredores, como expressa a Figura 4A indicando criações de caprinos no bairro Comprida e a Figura 4B, criação de equinos no bairro São Sebastião.

Em consequência dos processos de urbanização e industrialização, as cidades cresceram em número e em tamanho, resultando na ocupação de terras antes dedicadas às atividades rurais, ou terras sem atividades produtivas, que aguardam o momento de valorização definido pelo setor imobiliário, ou ainda, são terras à espera das demandas do crescimento urbano por mais espaço. A esse respeito, Mougeot (1994a) alerta para a importância de se considerar que, desde o surgimento das cidades, sempre ocorreu o aproveitamento de espaços no interior das cidades ou próximo a elas, não só para a produção dos alimentos, mas também para a concreta utilização do espaço geográfico.

Com a expansão urbana de Teresina, observa-se que é comum a presença de espaços ainda não edificadas, em toda a cidade. Estes espaços são utilizados com plantações de culturas temporárias, como milho principalmente, que é comum ser cultivado no período chuvoso, conforme indica a Figura 5.

Figura 5 - Cultura de subsistência na zona sudeste de Teresina ao lado de condomínios residenciais no bairro Dirceu Arcoverde. A) Cultivo de feijão. B) Cultivo de milho.



Fonte: SILVA, 2014.

Esses lotes de terrenos da Figura 5 ficam ao fundo dos Condomínios Residenciais Brasília I e II, no bairro Dirceu. Essas “áreas” que ficam sem edificações urbanas representam o que Maia (2000), chama de “vazios” na cidade, deixados pelos conjuntos habitacionais, pois enquanto o setor imobiliário não os valoriza, os donos tendem a cultivar alguns produtos ou criar animais, dando-lhes utilidade econômica.

A questão conceitual da AU na visão de Mougeot (2000) passa pelo questionamento a respeito do que é próprio dessa prática, para que ela seja tratada como objeto de investigação e de políticas específicas.

Nesse sentido, para definir melhor o que é agricultura urbana, o autor citado aponta os seguintes elementos, expressos na Figura 6:

- 1) tipos de atividades econômicas desenvolvidas;
- 2) localização intra-urbana ou periurbana;
- 3) tipos de áreas onde ela é praticada;
- 4) sua escala e sistema de produção;
- 5) categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios);
- 6) destino dos produtos, inclusive sua comercialização.

Figura 6 - Elementos utilizados por Mougeot na formulação do conceito de agricultura urbana.



Fonte: Adaptado de Mougeot (2000).

As definições mais recentes sobre AU, ao enfatizarem o aspecto econômico, destacam a fase produtiva desta atividade, incluindo processamento e comercialização, nas quais essas fases estão inter-relacionadas no tempo e no espaço, graças à maior proximidade geográfica entre rural e urbano e ao fluxo de recursos mais rápido.

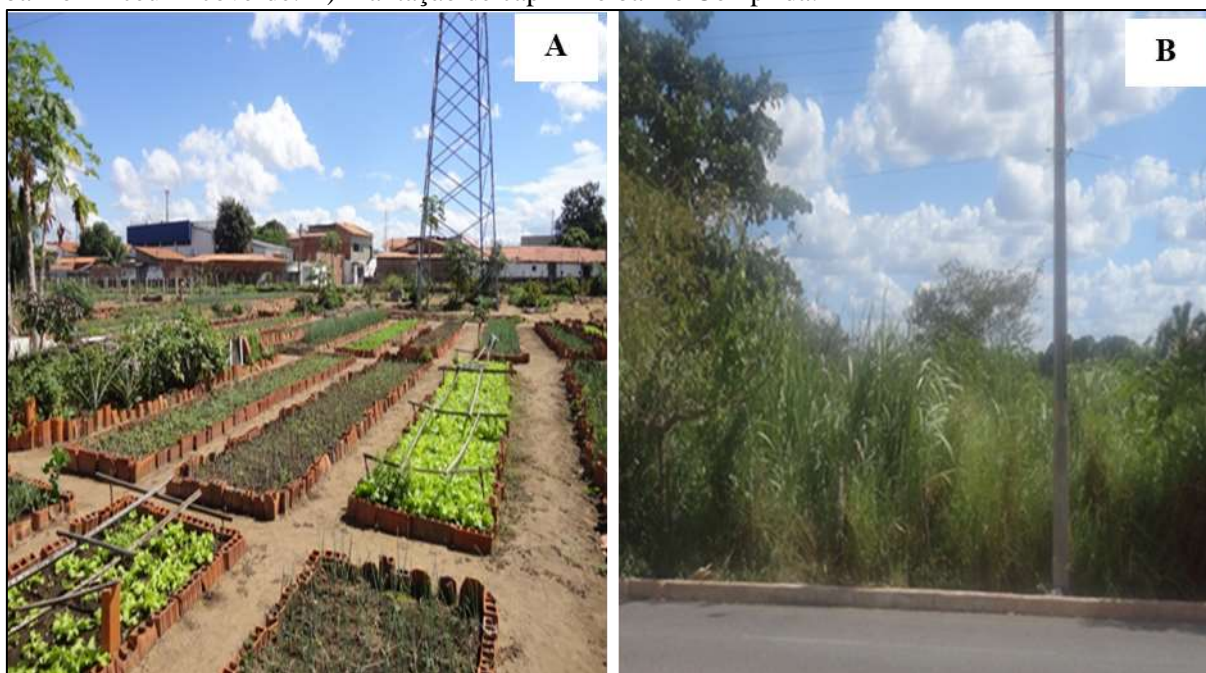
O local onde a AU é praticada tem sido motivo de muitas controvérsias, em torno pois os países em geral utilizam critérios variados para definir locais intra-urbanos e periurbanos, que variam com o número de habitantes; a densidade mínima; os limites oficiais das cidades e dos municípios; o uso agrícola da terra zoneada para outra atividade e a agricultura dentro da competência legal definida pelas autoridades urbanas. (MBIBA, et, al. 1994).

Sobre os tipos de áreas onde ocorre a agricultura urbana, os critérios usados variam de autor para autor, pois a área pode estar relacionada à residência do produtor (dentro do lote onde ele reside); ou ao desenvolvimento da área (se é construída ou baldia); ou ainda à modalidade do uso ou da posse (cessão, usufruto, arrendamento compartilhamento, autorizado mediante acordo pessoal ou não autorizado, direito consuetudinário, regime de concordata ou transação comercial); e, também à categoria oficial do uso do solo onde essa prática acontece (residencial, industrial, institucional) (MOUGEOT, 2000).

Dessa forma, entende-se que a terra não ocupada na cidade, em determinadas circunstâncias pode ser fundamental para a ocorrência da AU. Na realidade de Teresina, como

acontece nas demais cidades, essa prática ocorre em áreas de terras públicas e privadas conforme indica a Figura 7.

Figura 7 - Atividades de agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Cultivo de hortaliças no bairro Dirceu Arcoverde. B) Plantação de capim no bairro Comprida.



Fonte: SILVA, 2014.

A Figura 7 A mostra a prática da AU na zona sudeste de Teresina em áreas de uso institucional pertencentes à CHESF, que, através de parceria com a PMT, permite que suas terras localizadas sob os fios de alta tensão sejam ocupadas com a implantação de hortas urbanas no bairro Dirceu Arcoverde. O outro exemplo de AU que consta na figura 7B, mostra uma plantação de capim nesta mesma zona da cidade, no bairro Comprida.

As iniciativas do uso de áreas sob linhas de alta tensão para a realização de atividades agrícolas e ou agropecuárias é comum em várias cidades brasileiras. Tem-se se o exemplo da cidade do Rio de Janeiro (RJ), citado por Machado (2008) e Vidal (2009), indicando que a Light, concessionária de serviços de fornecimento de energia elétrica para este município, no intuito de conter a ocupação indevida nessas áreas permitiu a implantação de hortas voltadas para o consumo urbano. Hoje a atividade se encontra em declínio devido à favelização da área e à questão da violência.

Em Campina Grande (PB), conforme estudo de Souza (2013) nas áreas localizadas abaixo da rede de alta tensão, também da CHESF ocorrem atividades rurais mais ligadas a cultivos agrícolas cuja produção se destina para consumo familiar e comercialização. Em

Teresina, Santos (2012) realizou estudos sobre as transformações espaciais ocorridas nas áreas onde se encontram implantadas as hortas sob os fios de alta tensão da CHESF, no bairro Tabuleta, zona sul da cidade.

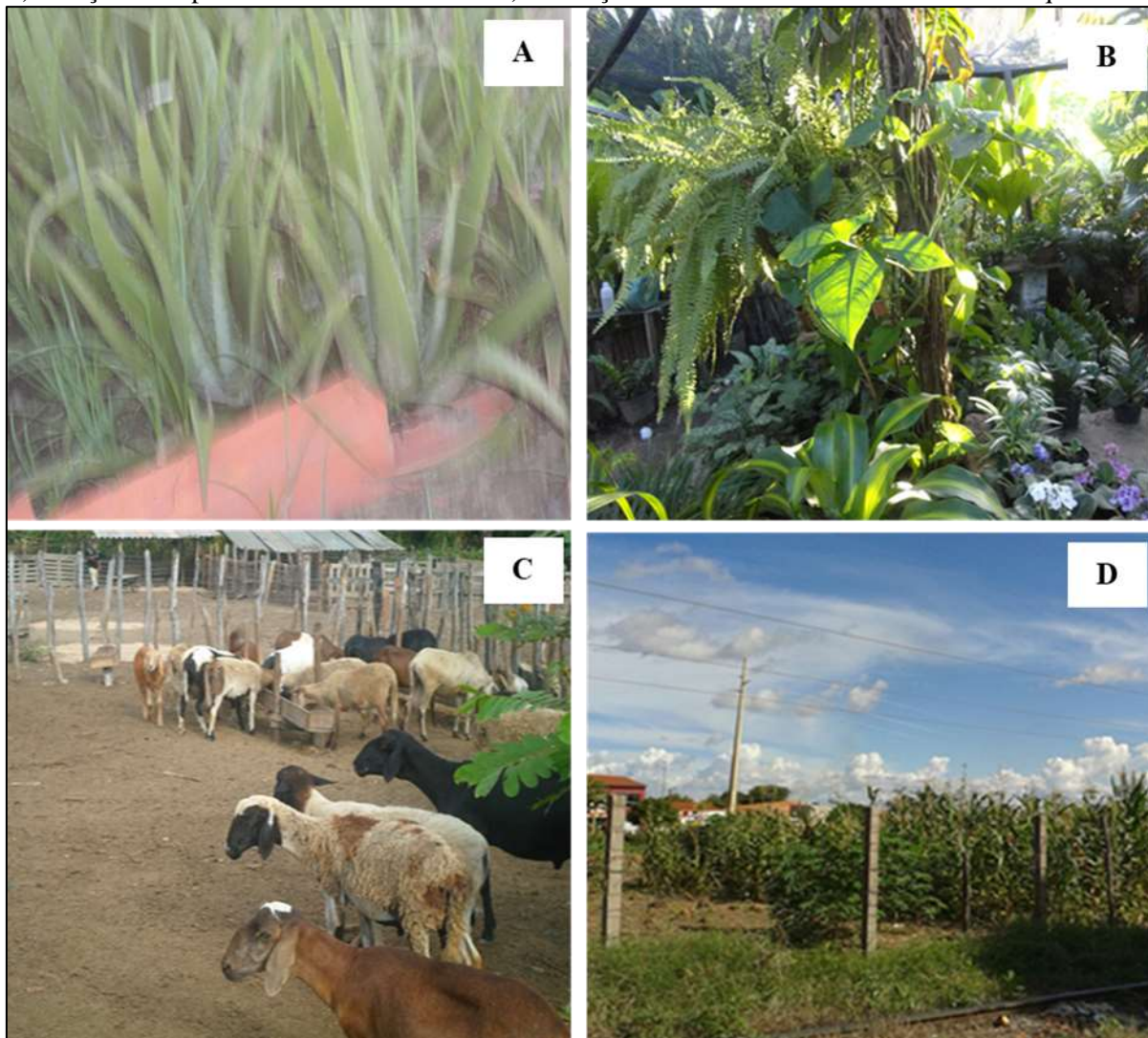
Quanto ao sistema e escala de produção, a maioria das definições de AU admitem quaisquer tipos específicos de sistemas de produção. Todos são aceitos, pois são cultivados diversos produtos, através das micros, pequenas e médias empresas, individuais ou familiares, em oposição às empresas de grande escala, nacionais ou internacionais. No âmbito da AU, constantemente ocorrem mudanças e intercâmbios entre os sistemas de produção e dentro de cada unidade produtiva, pois esta prática interage com outras funções urbanas, ao usar e ao fornecer recursos, produtos e serviços para a cidade e seus habitantes (MOUGEOT, 2000).

Quanto aos tipos de produtos, a AU enfatiza a produção de alimentos para consumo humano ou animal, diferenciando os tipos de colheita (grãos, raízes, hortaliças, ervas aromáticas e medicinais, plantas ornamentais, árvores frutíferas e outras); e os tipos de animais (galinhas, coelhos, cabras, carneiros, bovinos, suínos, peixes etc.) Dentro da categoria de produtos alimentícios, as definições podem enfatizar as hortaliças e os produtos de origem animal, *in natura* ou processados. Porém, não se deve excluir a categoria dos produtos não alimentícios do conceito de AU, como por exemplo, as plantas ornamentais e ervas medicinais, etc.

Na cidade de Teresina, é possível identificar todos esses tipos de produtos (alimentícios, incluindo hortaliças e carnes de animais, plantas medicinais e ornamentais) oriundos da prática da AU, como mostra a Figura 8.

Nas definições sobre AU consideram-se a produção tanto para o autoconsumo como para algum tipo de comércio, pois os agricultores urbanos geralmente visam alcançar essas duas finalidades. Já há indícios de produção no âmbito dessa agricultura destinado até para venda em mercados mais distantes, indicando o desempenho econômico dessa prática e suas vantagens se comparadas com outras fontes de abastecimento, tanto do ponto de vista do produtor como do consumidor.

Figura 8 - Diversidade da agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Cultivo de planta medicinal no bairro Dirceu Arcoverde. B) Cultivo de planta ornamental no bairro Dirceu Arcoverde. C) Criação de caprinos no bairro Redonda. D) Plantação de milho e macaxeira no bairro Parque Ideal.



Fonte: SILVA, 2014

Na Figura 8A destaca-se a plantação de babosa, na horta do bairro Parque Ideal. É uma planta medicinal que, segundo uma horticultora entrevistada, funciona como antibiótico natural, e, vende bem. A Figura 8B mostra tipos de plantas ornamentais, no bairro Renascença. A Figura 8C indica criação de caprinos no bairro Todos os Santos. A Figura 8D mostra plantação de milho e macaxeira na horta do bairro Dirceu Arcoverde.

Todos os elementos da Figura 8 são determinantes para a conceituação da agricultura urbana, entretanto, todos podem ser aplicados também igualmente à agricultura rural. Disso se conclui que a principal característica que diferencia essas modalidades de agriculturas não é o fato de a AU estar localizada na cidade, e sim o fato desta se desenvolver associada e integrada à economia urbana.

Observa-se na Figura 9, que nas hortas é produzido uma variedade de culturas, como mamão, hortaliças e plantas medicinais indicando que os horticultores procuram aproveitar a terra da melhor maneira possível.

A comercialização da produção nas hortas do bairro Dirceu Arcoverde expressa na Figura 9, indica que a AU enquanto atividade rural realizada na cidade promove a integração desta prática com a economia urbana, pois à medida que gera emprego, beneficia também a comunidade com a oferta de produtos saudáveis, produzidos sem uso de aditivos químicos.

Figura 9 - Comercialização da produção nas hortas do bairro Dirceu na zona sudeste de Teresina-PI



Fonte: SILVA, 2014

A respeito da economia urbana, Maia (1994, p. 59-60) em estudos sobre práticas agrícolas na cidade de João Pessoa PB, diz que:

a origem da economia urbana está na divisão social do trabalho, a partir da separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e, com ela, a separação cidade campo, quando então parte da população passa a viver em aglomerações exercendo atividades não produtoras de alimentos. Para a mesma autora, há um consenso por parte dos estudiosos sobre economia urbana, que exige a investigação de uma área mais ampla, que possa abranger não só os setores produtivos localizados na cidade, mas também as regiões agrícolas que cedem à cidade parte de seu excedente e por outro lado consomem produtos e/ou sistemas serviços urbanos [...]. Como a divisão do trabalho permanece, as atividades que formam uma economia urbana são as do setor secundário da economia (atividades industriais e a do setor terciário representado pelo comércio e serviços). E as consideradas integradoras de uma economia rural, são as atividades agrícolas e pecuárias que fazem parte do setor terciário.

Dessa forma, entende-se que as diferenças entre agricultura urbana e rural, não devem ser vistas como uma relação independente e antagônica, onde haja separação rígida entre o que é “urbano” e o que é “rural”, mas como uma relação dinâmica, onde o espaço urbano desempenha um papel mediador entre o rural e o urbano através das relações construídas pelas pessoas, seja na comercialização da produção, seja no hábito do consumo do produto, oriundo de práticas rurais, realizadas no interior da cidade. O Quadro 1, a seguir, indica características que diferenciam a agricultura rural da agricultura urbana.

Quadro 1 - Diferenças entre a agricultura urbana e a rural.

Agricultura rural	Agricultura urbana
<ul style="list-style-type: none"> -Realização em propriedades rurais (distantes da cidade); -Produção em grande e pequena escala; -Uma ou mais culturas (monocultura ou policultura); -Uso da terra geralmente destinado para agricultura; -Destino da produção: comercialização em grande escala ou subsistência; -Dedicação exclusiva à atividade; -Área utilizada: normalmente propriedade particular; -Mão de obra: familiar ou contratada; -Inserção no contexto rural; -Relação com as políticas agrícolas e econômicas; - Produção: culturas básicas: grãos e criação de animais de porte; -Identidade do agricultor: geralmente já nascem agricultores; -Mercado: distante via intermediário. 	<ul style="list-style-type: none"> -Realizada em terrenos dentro das cidades ou no seu entorno; -Produção em pequena escala; -Cultivo de vários produtos (simultaneamente); -Uso de terras agrícolas e não agrícolas; -Destino da produção: principalmente subsistência ou venda em pequena escala; -Área disponível: normalmente pequena; -Dedicação rara exclusiva à atividade; -Área utilizada: lotes urbanos e áreas livres, públicas ou particulares, no solo, em canteiros suspensos, em vasos, etc. -Mão de obra: familiar ou voluntária; -Inserção no contexto urbano; -Relação com as políticas urbanas de intervenção municipal - Produção: produtos perecíveis como hortaliças em geral e animais de pequeno porte; -Envolvimento dos participantes na atividade por necessidade ou opção; -Mercado: próximo, venda direta ao consumidor, cadeia informal.

Fonte: Nolasco (2009) modificado pela autora com base em Arruda (2011). nov/2013.

Ainda sobre estas modalidades de agricultura, autores como Campilan e Terrili (2000 e 2002) citados por Arruda (2006), atentam para outras diferenças entre ambas, apontando aspectos que são comuns a cada uma delas, por exemplo, na agricultura rural, o plantio está na dependência da estação chuvosa e na agricultura urbana, o cultivo pode ocorrer no ano todo; noutro aspecto, a agricultura rural constitui-se no principal modo de vida no campo, já a agricultura na cidade, representa uma atividade secundária, complementar.

Com relação à AU em si, Ferreira (2009), apoiado em Mougeot (2000), aponta esse conceito como algo ainda em construção, mas ao mesmo tempo como fenômeno gerador de fluxos que possibilitam relações dinâmicas entre espaço rural e urbano. Esse fato tem gerado várias interpretações porque a atividade caracteriza-se por apresentar aspectos diversificados em termos ambientais, econômicos sociais, políticos e culturais. O documento elaborado em parceria entre pesquisadores de várias cidades brasileiras, denominado de “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras”, promovido em 2007 pelo MDS, apresenta um conceito que foi construído a partir da visão dos responsáveis por essa pesquisa.

Assim, conforme Santandreu e Lovo (2007, p. 11), agricultura urbana se define como um conceito multidimensional, que inclui:

A produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades.

Esse conceito contempla todas as atividades agropecuárias realizadas em áreas urbanas (AUP) e periféricas das cidades. Essas atividades têm como características básicas a ocorrência em pequenas localidades das cidades ou metrópoles. São práticas que se encontram integradas com a dinâmica urbana, no sentido de atender a demanda dos indivíduos residentes nas cidades, sejam eles produtores e/ou consumidores, na busca de autoconsumo ou da geração de renda (PINHEIRO e FERRARETO, s/d).

Sendo estas atividades praticadas em espaços intra-urbanos ou periurbanos, convém fazer a distinção entre a Agricultura Urbana e Agricultura Periurbana. Na visão de Mougeot (2000) e Machado e Machado (2002), a primeira refere-se ao cultivo de plantas e à criação de animais dentro do perímetro urbano ou ainda ao redor das cidades (área intra-urbana). Estas áreas podem ser individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas ou privadas, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios.

Por sua vez, a AUP, conforme Machado e Machado (2002), pode ser definida como o cultivo de plantas frutíferas e a criação de animais em áreas próximas ao perímetro urbano, sendo esta mais complexa que a AU, pois, dependendo da infraestrutura de estradas e dos custos de transporte, por sua vizinhança com as áreas rurais há interferência nas mudanças da agricultura de forma geral e pode combinar o trabalho rural com o não-rural, resultando na mudança de muitas áreas, que há pouco tempo eram consideradas rurais, e agora passam a ser urbanas ou periurbanas.

Dessa forma, entende-se que a AUP é uma atividade que permite formas de interações entre o urbano e o rural, considerados aqui como espaços diferenciados, que ao mesmo tempo de se expressam mutuamente no espaço urbano.

De acordo com Wandscheer e Medeiros (2012), a AU é considerada manifestação entre urbano e rural, o elemento central que anteriormente diferenciava estes espaços, atualmente também apreendidos como forma de aproximação/inserção, necessita avançar nas definições que norteiam a temática da agricultura urbana. Neste sentido, a FAO (1996) defende a produção e/ou transformação de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, plantas ornamentais, etc.) e pecuários nas áreas intra e periurbanas das cidades, para autoconsumo ou comercialização, aproveitando recursos, insumos e serviços urbanos (solo, água, resíduos, mão de obra, etc.).

Diante do exposto, entende-se que a denominação “agricultura urbana” apresenta variações em função de matrizes teóricas diferenciadas, assim como em função de abordagens e tendências dos autores que discutem esta questão. Observa-se no Quadro 2 formas de denominações possíveis de ser atribuída à expressão agricultura urbana.

Quadro 2 - Denominações atribuídas à terminologia agricultura urbana.

Denominações	Descrição das denominações
Agricultura urbana	<p>Conceito que envolve produção agrícola na cidade e no seu entorno. Apresenta característica dinâmica e multidimensional, podendo envolver produção e transformação. Por ser uma atividade de natureza rural, distingue-se das atividades urbanas comuns, ao mesmo tempo em que se adapta a elas, pois abarca diversas situações ligadas à rotina da cidade, vincula potenciais de comercialização e articulação entre locais e localidades próximas. Ao mesmo tempo em que conserva consigo, transforma e (re)cria o processo produtivo. Seu foco central é o alimento, este mais comum ao campo, porém não ausente no urbano. A grande dificuldades dessa prática, dependendo da área de terra, pode ser individual, em família ou comunitário, raramente emprega mão-de-obra remunerada. Geralmente nessa atividade faz-se pouco uso de tecnologia na produção. Os produtos se destinam mais para o autoconsumo, e pequena venda do excedente. É praticada geralmente por pessoas de baixa renda. Comumente se relaciona a questões como segurança alimentar e sustentabilidade, estando também articulada com questões da gestão e planejamento do espaço urbano.</p>
Agricultura urbana e periurbana	<p>O uso dessa expressão tem a mesma finalidade da anterior, contudo, incorpora o termo “Periurbana”. Por isso também contempla a produção agrícola nas limitações urbanas, indo mais além, segundo alguns autores, até 100km de distância da cidade, o que a distingue da primeira também com relação à produção e ao uso da terra que passam a ser maiores. Quando comparadas com hortas, parece haver maior significância tal substantivação, do contrário muito pouco altera o sentido da denominação anterior. Sendo esse termo muito usado em projetos e ações de políticas públicas voltadas para essa atividade</p>
Hortas comunitárias	<p>A atividade voltada para produtores de baixa renda, que acontece geralmente em espaços limitados, visando produzir alimentos, salvo algumas exceções. É uma atividade que poderá ter sucesso, dependendo das iniciativas do grupo, sendo que associados eles podem ter mais acesso a insumos, créditos e outros serviços de assessoramento e capacitação que possam auxiliá-los. Nem sempre são organizados, e essa desorganização às vezes leva ao fracasso da produção, à subutilização da terra. Quando se organizam, é por pressão das políticas públicas que exige cadastro para inclusão nos programas. Trabalham mais de forma individual. Quando necessário, articulam-se para atingir objetivos comuns. Faz-se uso do termo “Horta” diante de situações, nas quais a produção apresenta limitações, permanecendo mais por questões de deficiências locais, sendo portanto disperso de abordagens que tenham em foco questões que norteiam a questão econômica.</p>
Horticultura	<p>Denomina o fenômeno idêntico ao anterior, porém sem o caráter coletivo.</p>

Fonte: Wandscheer e Medeiros (2012). Adaptado pela autora a partir de Santandreu e Lovo (2007), Roese (2009) e Machado e Machado (2002).

2.5 Multifuncionalidade e dimensões da agricultura urbana

As atividades de AU e AUP são responsáveis por uma produção variada, que vai além do simples cultivo de hortaliças e do consumo para subsistência, pois essa prática envolve criação de animais diversos e cultivos variados num processo de relações com atores públicos e privados, que atuam em espaços urbanos e periurbanos diferenciados e em contextos múltiplos, onde esses atores produzem e reproduzem suas condições de sobrevivência em espaços urbanos e rurais, por isso, complementares ao mesmo tempo.

Então, considerando o caráter multifuncional da agricultura urbana e periurbana, Santandreu e Lovo (2007) citado por Valieri (2012), desmembraram essa atividade em cinco categorias, expressas no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Categorias da multifuncionalidade da agricultura urbana.

Categorias	Características
Produção	Desenvolve-se agricultura (cultivo de hortaliças, plantas aromáticas e medicinais, frutíferas, plantas ornamentais), pecuária (criação de animais diversos, além de abranger a piscicultura) e agro extrativismo, (produção de insumos como sementes, mudas, húmus), além de reúso de água e reaproveitamento de resíduos sólidos.
Transformação	Refere-se à utilização do produto elaborado como matéria-prima para a fabricação artesanal de outro produto em pequena agroindústria familiar ou comunitária.
Comercialização	Produtos transformados ou não na cadeia de produção urbana em mercados institucionais formais e informais.
Autoconsumo	Trocas e doações tanto para espaços institucionais como para a população.
Prestação de serviços	Em pesquisas, capacitação, geração de tecnologias, assessorias, créditos locais, entre outros.

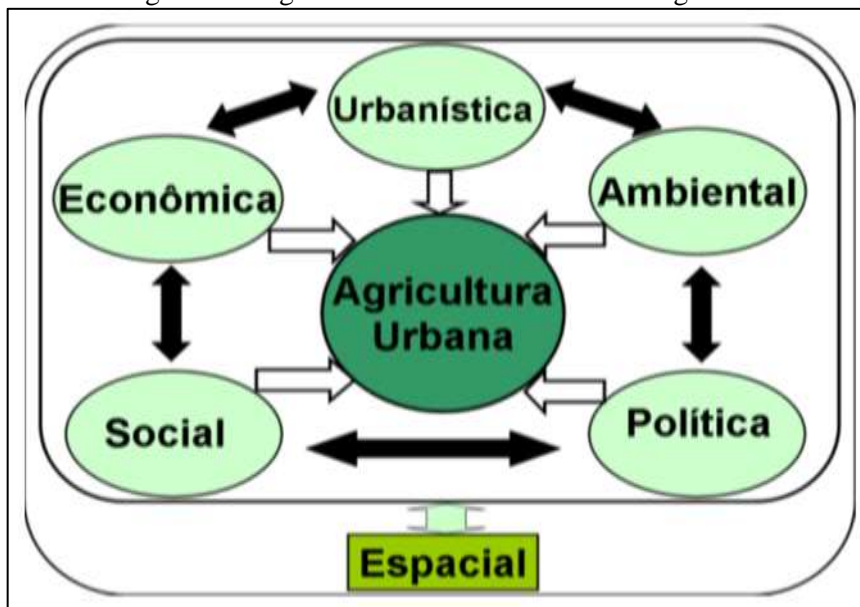
Fonte: Silva, 2014. Adaptado de Santandreu e Lovo (2007) *apud* Valieri (2012),

Associada à crise urbana atual, problemas como desemprego, insegurança alimentar, além também da especulação e capitalização das terras urbanas e rurais muitas pessoas buscam praticar a AU, revelando-se esta como uma prática de caráter multifuncional.

Para Mougeot (2000), a AU é uma atividade multidimensional, que possui aspectos econômicos, políticos, sociais, ambientais e urbanísticos, que funcionam de modo imbricados,

com base numa estrutura espacial, representada na Figura 10, construída pelo autor, segundo o qual, o entendimento dessa prática está associada à inter-relação dessas dimensões.

Figura 10 - Agricultura urbana: dimensões Integradas.



Fonte: adaptado pela autora deste trabalho com base em Mougeot, 2000.

Assim se entende que a integração dessas dimensões da AU expressas no Figura10, de acordo com as características descritas no Quadro 4, pode contribuir para o enfrentamento de vários problemas urbanos, em diversos aspectos, como geração de emprego, segurança alimentar, conservação de hábitos, costumes e tradições rurais, respeito ao ambiente. Além também de contribuir para melhorar a compreensão da relação rural/urbano, pois esta prática na cidade representa a materialização e a integração dessa relação.

Quadro 4 - Dimensões da agricultura urbana.

Dimensões	Resumo das principais características da agricultura urbana
Econômica	Sistema produtivo e de comercialização integrado ao espaço urbano, que visa amenizar crises de abastecimentos locais, além de permitir retorno econômico, para garantir melhores condições de vida para pessoas que migraram do campo para a cidade.
Política	Prática capaz de integrar políticas urbanas permitindo ou entavando o seu desenvolvimento, através de legislação, políticas de desenvolvimento, inclusão social, segurança alimentar etc.
Social	Diversos elementos, por exemplo, a questão de gêneros, inclusão social, geração de empregos, segurança alimentar etc.
Ambiental	Uso da biotecnologia, ou seja, tecnologias inovadoras. Destacam-se a questão da água, que pode ser reaproveitada, bem como os resíduos sólidos e

	orgânicos.
Urbanística	Interferência da cidade e sua dinâmica na AU, pois as condições socioambientais são fatores importantes para o desenvolvimento dessa prática rural no espaço urbano.

Fonte: Silva, 2014. Adaptado de Mougéot (2000).

Sobre a dimensão econômica da AU, Ferreira (2013) chama atenção principalmente para as unidades de produção coletivas (hortas comunitárias), que correspondem a um sistema de comercialização diferente (inovador) do habitual, um sistema produtivo que é profundamente integrado à dinâmica urbana, sendo os aspectos econômicos os mais evidentes, que envolvem a questão comercial e a geração de emprego, expressos na Figura 11, indicando duas situações dessa dimensão da AU, materializada nas hortas do bairro Dirceu Arcoverde, zona sudeste de Teresina, onde horticultores produzem e vendem seus produtos.

Os elementos da Figura 11 indicam a AU como uma atividade integrada à economia urbana, que expressa sua dimensão econômica ao gerar emprego e renda, pois, enquanto um horticultor Figura 11A cuida das hortas, uma horticultora Figura 11B, vende seus produtos.

A Figura 11 expressa também que essa atividade promove emprego inclusive para mulheres, pois sendo a agricultura rural mais voltada para o trabalho masculino, a AU tende a incluir maior número de mulheres, possibilitando a elas adquirir certa autonomia econômica

Figura 11 - Dimensão econômica da agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Cultivo de hortaliças diversas no bairro Dirceu Arcoverde. B) Comercialização de hortaliças no bairro Renascença.



Fonte: SILVA, 2014

Sobre a participação de mulheres na agricultura, Cintrão e Siliprandi (2011) ressaltam a importância desta atividade como fator que permite o aumento da sociabilidade e da autoestima destas mulheres na medida em que elas deixam de ficar presas somente ao ambiente doméstico, passando a ser mais valorizadas pela família e pela comunidade, além de ter acesso ao aprendizado de novas tecnologias e vivência de novas experiências (tais como viagens, participação em feiras, etc.)

A agricultura urbana tem um impacto positivo na segurança alimentar da família beneficiando, portanto as mulheres que quase sempre são responsáveis pela alimentação dos familiares. Outro aspecto importante sobre a AU é sua contribuição para mudanças de hábitos alimentares mais saudáveis, na medida em que fornece uma variedade de produtos para consumidores urbanos, sendo que estes produtos não oferecem tantos riscos à saúde humana, pois resultam de práticas naturais, sem aditivos químicos (REVISTA DE AGRICULTURA URBANA, 2004).

A prática da AU também pode em muitas situações amenizar crises de abastecimento locais, na medida em que é uma atividade que fornece produtos que são comercializados nos próprios locais de produção e nas residências das famílias.

Na dimensão política da AUP, destaca-se também a sua integração às políticas urbanas permitindo um melhor desenvolvimento dessa prática, que tem contribuído para melhorar a vida das famílias envolvidas, através da geração de emprego e abastecimento do mercado local. Na visão de Ferreira (2013, p.88), essa integração faz-se importante, na medida em que:

nos aspectos institucionais interagem com o espaço e as suas atividades, dentre as quais a agricultura, permitindo ou entavando o seu desenvolvimento, através de legislação, políticas de desenvolvimento, inclusão social e segurança alimentar etc. No aspecto político, é importante identificar que as políticas públicas são importantes fatores para o desenvolvimento e/ou crescimento da AU e da AP, uma vez que pode ser fonte de recursos afim de que esta atividade contribua para a segurança alimentar, inclusão social etc.

A esse respeito, informações da FAO (1996), citadas por Nugent e Egal (2000), indicam que a produção da AUP não concorre no mercado para além da área de sua produção, uma vez que nem sempre a produção ingressa nos canais formais de comercialização, tendo como destino a garantia de alimentos que possibilitam uma vida mais saudável.

No aspecto social, a AU possibilita inclusão social e de gêneros, traz preocupações relacionadas à saúde, acesso à alimentação para pessoas com baixa renda ou sem nenhuma

renda, possibilita também iniciativas para amenizar problemas como desemprego, desigualdade de distribuição de renda e o trato com as questões ambientais relacionadas à poluição da água, do ar, perda e contaminação de solo (MONTEIRO, 2002).

Em se tratando da dimensão ambiental da AUP, para Zeeuw e Lock (2000), essa atividade geralmente acontece como complemento de outra ocupação, que pode, dependendo do manejo, causar os mesmos riscos à saúde e ao meio ambiente comparado com a agricultura rural. É necessário, portanto, minimizar os riscos dessa atividade com a adoção de práticas agrícolas mais seguras, e maximizar os seus benefícios, apoiada em políticas específicas, que permitam o incremento na rentabilidade e na sustentabilidade. É importante acrescentar também a essa dimensão da AU a necessidade do uso de novas tecnologias, como o reaproveitamento da água e dos resíduos sólidos e orgânicos.

No que diz respeito à dimensão urbanística da agricultura urbana, observa-se que as formas urbanas quanto a sua dinâmica interferem grandemente na agricultura produzida na cidade. Isto acontece porque as condições socioambientais são fatores importantes para o desenvolvimento da agricultura urbana (MOUGEOT, 2000).

Dessa forma, entendemos que, a partir dessas dimensões, a agricultura urbana constitui-se num elemento fundamental, que contribui para a produção do espaço na cidade, como processo que acontece através das próprias ações sociais, representando o uso econômico e político do espaço para fins da atividade em questão.

2.6 Agricultura familiar urbana

Apesar de a agricultura em si ser uma atividade milenar, tanto a agricultura familiar urbana, como a agricultura familiar no campo, são concepções recentes desta prática. Em relação às questões conceituais sobre agricultura familiar, busca-se apoio em Wanderley (1996, p. 2) que defende agricultura familiar de forma genérica, “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

Para Carneiro (1999, p.239), apesar das divergências quanto aos princípios definidores dessa atividade “*por agricultura familiar entende-se em termos gerais, uma unidade de produção onde terra, trabalho e família estão intimamente relacionados*”. Conforme Moreira

(1998 *apud* CARNEIRO, 1999), a partir deste ponto comum as divergências apontam para as limitações desta noção, que engloba em um único conceito vários agricultores.

Com base neste conceito, entende-se que a agricultura urbana se reproduz a partir das mesmas condições em que ocorre a agricultura familiar, ou seja, a produção acontece através de uma estreita relação entre terra e família. Desta forma, conclui-se que a importância desta prática está na capacidade de reprodução da própria família, além de contribuir para abastecer o mercado interno com preços acessíveis e gerar emprego e renda, não só para o meio rural, mas também para a cidade.

Diante da semelhança entre estas duas práticas, percebe-se que a agricultura urbana na condição de agricultura familiar, assume também o papel de geração de renda e abastecimento de mercados locais, embora em pequena escala. Neste sentido, o aspecto familiar da agricultura urbana a coloca em igual situação com aquela que acontece no meio rural.

A agricultura urbana pode vir a ser fonte produtiva importante de alimentos para a cidade, pois em caso de escassez, a produção oriunda desta prática mesmo realizada em pequenos espaços (terrenos baldios, quintais e arredores das cidades) contribui para o auto sustento das famílias e abastecimento local.

Para Tubaldini e Rodrigues (2000), apesar dos pequenos espaços usados com horticultura na cidade, há também uma convivência complementar e conflitante com outros tipos de cultivos, além da criação de animais que associada à horticultura, representa atividades justapostas voltadas a interesses e necessidades tanto rurais quanto urbanas, como acontece na zona sudeste de Teresina, onde famílias se beneficiam com a produção e venda de produtos oriundos das hortas e da criação de animais ao mesmo tempo, conforme Figura 12.

Figura 12 - Agricultura urbana como atividade econômica multifuncional na zona sudeste de Teresina. A) Produção e comercialização de hortaliças no bairro Renascença. B) Criação de caprinos no bairro Comprida.



Fonte: SILVA, 2014

De acordo com os elementos expressos na Figura 12, entende-se que a agricultura familiar urbana, apresenta-se como atividade econômica multifuncional, pois a Figura 12A indica cultivo e comercialização de hortaliça no bairro Dirceu Arcoverde. Já a Figura 12B mostra a criação de caprinos na Avenida São Francisco, bairro Comprida, onde também são comercializados, ocorrendo assim produção e comercialização de vários produtos.

As unidades produtivas no contexto da agricultura urbana, têm como meios de produção a terra e o trabalho familiar. A produção em pequena escala se destina ao consumo próprio e à comercialização de excedentes. É importante ressaltar que ocorrem situações de produção da AU em escalas nem sempre pequenas, pois existem casos de produtores que se inserem em mercados mais amplos, além da venda direta nas unidades produtivas.

No âmbito das dimensões sociais e políticas que constituem a AU, Quadro 4, a segurança alimentar é certamente a mais importante e conhecida destas dimensões, pois contribui para reduzir a fome e a exclusão social, além de complementar a renda das famílias, daí esse modelo de agricultura ser semelhante à agricultura familiar.

Ao tratar da importância da agricultura familiar, Mendes (2005) diz que a produção rural familiar viabiliza a redução de problemas sociais e econômicos tanto no campo, como na cidade. Nesse sentido, para Wanderley (1996), quando esta agricultura acontece na cidade é

importante ressaltar que esta prática não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade, pois associada a ela se articulam outras atividades não agrícolas.

A agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Conforme tem sido observado por diferentes pesquisadores, esta modalidade de agricultura, não constitui uma economia reduzida ao agrícola nem limitada ao rural.

No caso da ZST foi possível identificar na Avenida São Francisco, bairro Comprida, que as famílias cuidam de animais representados na Figura 13, plantam capim e também desenvolvem atividades comerciais não ligadas à produção agrícola, pois vendem no mesmo local materiais de construção (areia, maçaré e pedras) representando o que Alentejano (1999) denomina de atividades agrícolas e não agrícolas.

Observando esta situação, buscou-se indagar ao proprietário do terreno (entrevistado na pesquisa) sobre a realização de tais atividades num mesmo espaço, e ele respondeu que:

“A falta de oportunidade de emprego leva a pessoa a buscar outras formas de ganhar a vida através do trabalho. Aqui perto não tem quem venda material de construção as casas aqui na maioria são simples, por que antes aqui não era cidade, era a fazenda Comprida como era chamado aqui nesse lugar e a cidade foi chegando e foi se formando o bairro Comprida. As pessoas aos poucos foram construindo e reformando as casas. Como a criação de animais tá diminuindo por falta de pasto, a terra é pequena, as condições são difíceis e a gente tem que partir pra outro ramo de negócio, vender alguma coisa, mas sempre que der vamos continuar criando gado, bode, porco, o que der certo”. (Depoimento de criador de animais no bairro Comprida, 2014).

Figura 13 - Criação de animais e vendas de material de construção na Avenida São Francisco no bairro Comprida.



Fonte: SILVA, 2014.

Na Figura 13 identifica-se a presença de atividades agrícolas e não agrícolas, que, segundo Maluf (2003), podem ser geradas pela agricultura familiar. Ressalta-se aqui o caráter familiar da agricultura urbana, que envolve a família em outras atividades, ampliando seu campo de atuação e de inserção social e econômica, fortalecendo o aspecto de atividade complementar que é característico da agricultura urbana. É importante ressaltar também nesta figura a presença de elementos rurais (criação de animais) que permanecem na zona sudeste de Teresina.

Para Santandreu e Lovo (2007) o caráter multifuncional da AU, inclui produção, coleta, transformação, cultivos agrícolas (hortaliças, frutas, cereais, ervas medicinais, plantas ornamentais etc.) e pecuários (criação de animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização.

A concepção de agricultura familiar como unidade de reprodução social da família, é regulada por valores da tradição familiar, cujas estratégias da reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, a subsistir, a permanecer, mas também estão atentas às novas necessidades e desafios que são constantemente gerados pelas transformações econômicas e sociais, quer no campo, quer na cidade (MARTINS, 2001).

A agricultura familiar, mesmo enfrentando dificuldades, tem se mostrado resistente, não só como instituição para a reprodução social familiar, mas também como fator de crescimento e desenvolvimento econômico, pois contribui para a geração de emprego e renda e a segurança alimentar, o que lhe garante eficiência e validade. Entende-se que esta função atribuída à agricultura familiar, pode ser válida também para a agricultura urbana.

De acordo com Machado e Machado (2002), a associação entre agricultura familiar e agricultura urbana convive num contexto que possibilita o desenvolvimento da cidadania e um maior bem-estar nas grandes cidades, onde essa prática é mais intensa.

Os membros da FAO defendem políticas de apoio à AU, principalmente nos países em desenvolvimento, onde muitas famílias sobrevivem dessa prática. Lembrando também que, nestes países, os sistemas urbanos de suprimento de alimentos não são acessíveis a toda a população e as famílias urbanas estão cada vez mais suplementando sua alimentação diária e reforçando seus orçamentos domésticos ao cultivarem seus próprios alimentos, seja nos seus quintais, seja em outros espaços vazios na cidade ou nos seus arredores. Além dos cultivos diversos nas cidades, a criação de vários tipos de animais, nas áreas urbanas e peri-urbanas, também vai se tornando cada vez mais comum.

2.7 Agricultura urbana na perspectiva geográfica

O crescimento urbano e demográfico das quatro últimas décadas do Século XX, criou novos eventos econômicos e geográficos, tornando a agricultura urbana uma atividade econômica importante nas cidades em geral. Dessa forma entende-se que a geografia pode contribuir para a compreensão dessa prática social que persiste no espaço urbano, mesmo diante do intenso processo de urbanização.

As referências à agricultura praticada em cidades remontam a um passado longínquo na história da humanidade, por isso tem sido objeto de preocupação das ciências sociais como a geografia, sendo que no Brasil, as primeiras abordagens geográficas sobre agricultura na cidade foram teorizadas na obra de Bicalho (1992, 1996, 1998 e 2000), que investigou a presença de atividades agrícolas na cidade do Rio de Janeiro (RESENDE, 2004).

Maia (2000) analisou o que ela denominou de subespaços rurais encontrados na cidade de João Pessoa-PB, mais exatamente os currais e as vacarias. Essa realidade levou a autora a perceber que esses espaços inseridos na malha urbana de João Pessoa, guardam em si, costumes e tradições rurais expressos nas formas da produção e da comercialização do “*leite in natura*”. O que a levou à conclusão de que a permanência desses costumes são comuns nas cidades em geral.

Em estudo sobre os fatores de permanência de atividades agrícolas na região metropolitana de Fortaleza (CE), Oliveira (2001) diz que eles estão associados a um mosaico de situações, como a procedência rural (tradição, cultura) da maioria dos moradores da cidade, que são egressos do campo; o intenso desemprego e as condições precárias da vida nas cidades, além da vocação e da tradição de algumas áreas da cidade que são apropriadas à hortifruticultura.

Resende (2004) investigou a prática da agricultura urbana na cidade de Uberlândia (MG) como uma atividade que permanece na cidade e contribui para geração de emprego. Locatel (2010) discutiu AU na cidade de Natal RN, associada à gestão do território, como atividade econômica inserida no espaço urbano, que, ora está sendo substituída, ora incorporada ou reproduzida internamente na cidade, como elemento de desenvolvimento da economia do município. Filho (2010) analisou a agricultura urbana na cidade de Aracaju-SE, considerando o urbano e o rural como espaços complementares, resultantes de um mesmo processo de produção do espaço geográfico, sendo esta modalidade de agricultura, uma forma que dinamiza o uso do espaço urbano a partir da lógica capitalista. Ferreira (2009 e 2013)

analisou a integração da agricultura à cidade de Recife PE, permitindo a realização de fluxos que possibilitam intensas relações entre os espaços urbano e rural.

Conclui-se então que a geografia pode contribuir para explicar os espaços de permanências e recriações do rural na cidade, assim também como as transformações de práticas rurais que persistem nas cidades, em especial na ZST, que é nosso foco de pesquisa.

É interessante destacar que o espaço onde ocorre a AU geralmente gera conflitos para o entendimento dessa prática, pois os critérios são muito variados, uma vez que ela acontece em contextos diferenciados e de difícil extrapolação. Por isso, a esse respeito, concorda-se com o pensamento de Arruda (2011, p. 25), que afirma:

Há contextos em que as cidades têm características rurais, onde acontecem vários tipos de atividades econômicas vinculadas diretamente à agricultura em que não existe separação, ou existe separação tênue entre periurbano e intraurbano. E outros contextos em que as atividades econômicas relacionam-se principalmente com a urbanização da cidade e o seu nível de industrialização. Mas faz-se necessário adicionar a crescente urbanização como elemento que leva a um forte processo de erosão cultural nos grupos oriundos do meio rural e residentes nos grandes centros urbanos.

Dessa forma, parte-se da compreensão de que o espaço é condição, objeto, produto, meio, referência e condicionante para a reprodução social de quaisquer práticas sociais, dentre elas a agricultura urbana. Assim, o espaço não pode ser reduzido à simples função de solo, como suporte ou pano de fundo para as ações, pois sua relativa resistência às atividades condiciona a reprodução das relações sociais (CARLOS, 2010).

Nesse sentido, como prática sócio espacial, a agricultura urbana direciona novo olhar para a compreensão de que sempre houve essa estreita relação entre campo cidade e rural urbano, no sentido de superar a visão dicotômica que permeia o discurso dessas relações. Para se compreender tal prática é necessário entender que campo e cidade representam formas materializadas no espaço, enquanto que rural e urbano expressam conteúdo social destas formas, conforme diz (SANTOS, 1988).

Nos fins dos anos 1980, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) apresentou o Relatório Brundtland, apontando para a necessidade do desenvolvimento sustentável contribuir para a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. Assim, a agricultura na cidade passa a ter enfoque mais amplo, sendo parte integrante da combinação de forças do próprio contexto agrário e de forças urbanas, que se manifestam de diferentes maneiras, considerando-se as relações com a cidade e suas

próprias características. Isso levou Bicalho (1992) a dizer que as formas de inserção da produção agrícola, desenvolvidas em áreas de influência ou domínio urbano, apontam que existem diferentes ambientes agrícolas em processo de transformação.

No decorrer dos anos 1990, autores como Cabannes e Dubbeling (2001) apontam que essas novas ideias foram incorporadas ao meio urbano como modo de incentivar as práticas rurais nesse meio, de forma que iniciativas políticas em nível federal e estadual têm levado à inclusão de iniciativas de agricultura urbana para diversas cidades de vários países

Assim, a agricultura urbana enquanto prática sócioespacial, tendo como base as dimensões citadas no Quadro 4, expressa uma das formas de uso do espaço urbano, que representam estratégias de produzir e usar este espaço, portanto, não pode deixar de ser considerada pelos agentes responsáveis pela gestão e planejamento urbano¹⁰, pois essa agricultura encontra-se integrada à cidade e é considerada um fator facilitador e corroborador de sua continuidade.

Maia (2000), a partir de análise sobre a permanência de costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB, representados pelos espaços ocupados com a criação de gado na referida cidade, considera as práticas agrícolas no espaço urbano como algo incrustado no tecido urbano nesse espaço, de tal forma que isso configura nova paisagem. Nela se materializam ações no espaço, que representam necessidades de adaptação e de sobrevivência humana, além de aspectos característicos da vida rural encaixados nos espaços urbanos, conforme indica a Figura 14 a seguir.

A permanência da agricultura urbana na cidade como prática sócioespacial, está inserida em diversos contextos de mudanças que possibilitam ou condicionam sua resistência diante da dinâmica do espaço urbano, induzindo a população urbana mais pobre a cultivar espaços vazios públicos e ou privados, e também nos quintais das residências, na busca de autoabastecimento ou ainda de complementação de renda (OLIVEIRA, 2001).

A este respeito busca-se apoio no pensamento de Santos (1997), que afirma que a cidade não tem autonomia de significações, pois todos os dias novas funções substituem as antigas e as novas funções se impõem e se exercem.

¹⁰ Com a expansão da urbanização brasileira pós anos 50, surge a necessidade do planejamento urbano. Para Souza (2002), esta é uma atividade que se remete ao futuro, buscando prever a evolução dos processos, problemas e dificuldades gerados no momento atual, visando aproveitar as vantagens e benefícios que possivelmente surgirão. Monte-Mor (2005) diz que a institucionalização do planejamento urbano no Brasil, a partir do golpe militar de 1964, deu-se com base em questões levantadas ainda no contexto da problemática forma de traçado nas cidades pelo urbanismo, tendo no centro das suas políticas a questão da habitação.

Figura 14 - Aspectos característicos da vida rural na zona sudeste de Teresina. Cavalo pastando na Avenida Noé Mendes, próxima às hortas no bairro Dirceu Arcoverde.



Fonte: SILVA, 2014

Na visão de Ferreira (2009; 2013), a agricultura urbana como prática sócioespacial, permite a realização de fluxos que possibilitam intensas relações entre os espaços rural e urbano, sendo ainda capaz de construir e articular engrenagens cujas funcionalidades são inerentes ao processo permanente de reprodução do espaço urbano.

Como prática já cristalizada no espaço urbano durante séculos, a agricultura na cidade, na visão de Corrêa (1990), representa uma prática controversa à organização do espaço urbano e seu caráter passageiro pode torná-la instrumento que ocupa uma área à espera do avanço do processo de urbanização.

O avanço das cidades em direção às áreas rurais acontece de maneira muito rápida, de modo que as formas e relações rurais ainda permanecem, como acontece na zona sudeste de Teresina, em que áreas de fazendas e de culturas de subsistência foram transformadas em zona urbana, mas a permanência dessas relações tende a se transformar também de forma rápida, em função do urbano que avança a cada dia, rumo às áreas rurais.

Sendo assim, pode-se inferir que a agricultura urbana é uma atividade dinâmica, que exerce influência em vários setores das cidades, tanto dos países desenvolvidos como dos subdesenvolvidos, de forma a proporcionar benefícios para a sociedade.

2.8 Agricultura urbana no Brasil: caracterização, aspectos políticos e legais

A conjuntura política e econômica mundial, criada pelas relações capitalistas de produção dos fins do século XX e início do século XXI gerou novas formas de organização do espaço social, de modo que a presença do rural no urbano, através da ação de atores que praticam atividades agrícolas, tem sido um fator marcante nas cidades.

Nos países subdesenvolvidos da África, Ásia e América Latina, incluindo o Brasil, a produção agrícola nas cidades surge como resposta às crises econômicas provocadas pelas políticas de ajuste estrutural, responsáveis pelo aumento dos preços dos alimentos, redução dos salários reais, redundância no mercado formal de emprego. Os movimentos em prol da agricultura urbana nestes países buscam o enfrentamento da pobreza urbana, que atinge elevado número da população destes países.

O crescimento da população urbana no Brasil dos últimos quarenta anos, tornou evidente a presença da agricultura urbana que vem se reafirmando como um fator permanente no interior das cidades. Apesar de ser uma prática que se reporta ao surgimento das cidades, no Brasil, somente na década de 1980, é que ela passou a ser considerada na sociedade, por uma parcela restrita de governos municipais como ferramenta de desenvolvimento local.

Experiências com agricultura urbana em países da África, Ásia, Europa e América Latina, especialmente em Cuba, indicam que são vários os estudos voltados para essa realidade em todo o mundo. De acordo com Vidal (2009), esta atividade já conquistou espaço no cenário mundial e se tornou motivos de reflexão em vários campos do saber, sendo agora pensada e gerida por atores sociais diversos, como agricultores, governos em diferentes instâncias, Universidades, além de ONGs e sociedade civil.

Desta forma, vários programas e iniciativas internacionais apontam a importância da AUP, a exemplo do Programa Especial de Segurança Alimentar¹¹ lançado pela FAO em 1994, apontando a AUP como alternativa para reduzir a má nutrição e a pobreza da população urbana; Cúpula Mundial da Alimentação ocorrida em Roma em 1996, quando chefes de Estado indicaram a AUP como possível ação para acabar com a fome; a 15ª Sessão do Comitê de Agricultura da FAO em 1999, cujos países membros recomendaram o desenvolvimento de um programa multisetorial em apoio à AUP; Declaração de Quito, Equador, assinada em

¹¹ De acordo com Tubino (2004) é um programa multidisciplinar que combina capacidade e experiência de um largo campo de conhecimentos para promover um integrado e participativo enfoque na questão da segurança alimentar.

2000 por 27 cidades latino-americanas, também ressaltam a importância de ações políticas que contemplam AUP (TUBINO, 2004).

Diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento discutem sobre a AUP no Brasil, como: Monteiro (2002) e Mendonça (2004), que tratam da temática na cidade do Rio de Janeiro; Boukharaeva et al. (2005), que abordam a questão do ponto de vista da escala e da sustentabilidade da agricultura urbana. Aquino e Assis (2007) discutem a questão agroecológica da agricultura urbana; Monteiro (2005) mostra um panorama das hortas comunitárias da cidade de Teresina-PI; Arruda (2006, 2011) analisou o Programa de Hortas em Campinas-SP e o papel da agricultura urbana na reprodução de famílias carentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Coutinho (2010) analisa as políticas de apoio à agricultura urbana em Belo Horizonte; Lovo (2011) analisa a ligação entre agricultura urbana, meio ambiente e cidadania em Santa Catarina. Destacam-se também as pesquisas realizadas por Santadreu e Lovo (2007), que identificaram mais de 600 iniciativas de AUP em onze Regiões Metropolitanas do país: Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF) e Goiânia (GO), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA). Essas pesquisas demonstram uma variedade de atividades de agricultura urbana e periurbana, cuja produção em todas as cidades onde ocorre tem como finalidade, não só o consumo familiar, como também a comercialização.

De acordo com a literatura sobre agricultura urbana no Brasil, a partir da década de 1990, essa prática passou a constar na agenda política de algumas cidades como parte da gestão urbana, sobretudo nas cidades médias e nas regiões metropolitanas, buscando enfrentar desafios como pobreza urbana e insegurança alimentar.

Vale ressaltar que esses estudos indicam também outras possibilidades de explicação e interpretação da relação rural-urbano, no sentido de valorizar a agricultura urbana como fator que sempre esteve presente nas cidades e também como elemento básico para o entendimento dessa relação que tende a permanecer nas cidades. A presença desta atividade na cidade constitui-se numa realidade que abarca diversos contextos, apresentando ampla capacidade de expansão além das possibilidades de consolidar-se como uma atividade permanente e multifuncional na escala local, contribuindo para melhorar as condições de alimentação, geração de emprego e renda para populações carentes.

A criação da Política Nacional de Agricultura Urbana (PNAU) no Brasil surgiu em 2004 ligada ao MDS, voltada para combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional. Vale ressaltar que esta política surgiu articulada com outras políticas estruturais

voltadas para a geração de emprego, realização da reforma agrária e incentivo à agricultura familiar; além de outras políticas específicas, como o cartão alimentação, o programa de alimentação escolar, construção de cisternas, restaurantes populares, bancos de alimentos e agricultura urbana. (PINHEIRO; FERRARETO, s/d).

De acordo com o Instituto Econômico de Pesquisas Aplicadas (IPEA), no ano de 2004, esse conjunto de políticas deveria convergir para um sistema local de segurança alimentar que garantisse o abastecimento em todas as fases (produção, distribuição, comercialização e consumo), articulando-o com a educação nutricional e para o consumo.

Em se tratando da questão legal da prática da AU no Brasil, Rosa (2011) afirma que o Estado de Minas Gerais apresenta leis mais avançadas que regulamentam políticas de apoio à AU. Além do interesse do estado, as cidades de Belo Horizonte e Governador Valadares se destacam no desenvolvimento desta prática no Brasil. Explicando melhor a ação destas cidades em relação a esta questão, o autor afirma que:

Belo Horizonte integra, desde 2006, o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro – CCF, coordenado internacionalmente pela Fundação RUAF (Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar), e sua subsidiária na América Latina e Caribe, o IPES (Instituto de Promoción del Desarrollo Sostenible). Em nível local, a coordenação é compartilhada pela Prefeitura Municipal, representando o poder público e a pela ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, representando a sociedade civil. Afora essa designação de Cidade Cultivando para o Futuro, Belo Horizonte conta com três Projetos de Lei (332/09, 274/09 e 555/09) a respeito da legislação específica sobre o tema. Já Governador Valadares participou do Projeto Cidade Verde, uma parceria da IPES com a Organização das Nações Unidas – ONU. Criou-se um Fórum de Agricultura Urbana e Segurança Alimentar que fez um levantamento das experiências de agricultura urbana, criando um sistema de informações. Foram selecionadas áreas e dividas em lotes, aos quais ficaram a cargo de diferentes agricultores. Todo o processo foi discutido entre moradores e gestores. Culminou com a Lei nº 5.439 de 18/05/2005 e a inclusão de artigos sobre AUP no Plano Diretor da cidade em 2004 (ROSA, 2011, p. 13).

A agricultura urbana no Brasil é uma prática tanto de domínio público quanto privado. Em termos de legislação é possível afirmar que no país, ações voltadas para a realização dessa prática já ocorrem em um contexto legal. A necessidade de amenizar problemas relacionados à pobreza urbana tem levado algumas cidades (grandes e médias) a enfrentar essa realidade, a partir de políticas de incentivo à produção de alimentos no interior e arredores das cidades, estimulando a população a garantir sua autossuficiência alimentar e complementação de renda.

A partir do ano 2000, tem crescido no Brasil as ações de apoio à AU através das políticas públicas, que são subsidiadas por recursos dos governos em nível municipal, estadual ou nacional. Santandreu e Lovo (2007) indicam que a implantação da AU nas cidades brasileiras, com base legal, vem acontecendo a partir de iniciativas locais (planos diretores municipais) e vários municípios já adotaram leis e diretrizes de apoio a políticas voltadas para a segurança alimentar e nutricional.

Em pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro Arruda (2011) constata essa realidade, ao identificar que as ações e políticas de apoio à AUP no Brasil, acontecem em nível local, gerenciada pelos municípios com apoio dos governos estadual e federal. É importante ressaltar aqui a ação de outros atores como as ONGs, sociedade civil e o setor privado que despontam como grandes agentes de promoção da AUP nas grandes e médias cidades.

Desta forma, é possível constatar que existem várias iniciativas de ações para implementação da AUP no Brasil. Em termos municipais, diversas cidades já contam com leis e programas sobre AUP, alguns já foram aprovados e outros estão em fase de avaliação pelas câmaras municipais, fazendo com que este assunto ganhe maiores proporções, a partir da realização de eventos envolvendo múltiplos atores, como pesquisadores, gestores e lideranças comunitárias.

Os governos estaduais também possuem programas de apoio voltados a esta prática em vários municípios, embora não disponham de registros dessas ações. Na instância federal destaca-se o Programa Fome Zero (PFZ) e a criação do Ministério de Segurança Alimentar e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), constituindo-se, em importantes instrumentos de apoio à utilização da AUP como tema a ser incluído nas políticas públicas setoriais (ARRUDA, 2011).

No âmbito do (PFZ), a prática da AU é estimulada no sentido de ocupar espaços abandonados nas cidades para a criação de hortas urbanas. Essa tendência vem crescendo nos últimos anos em diversos municípios do país, visando diminuir o desemprego e aumentar a oferta de alimentos, assim como os benefícios ambientais.

Dentre as primeiras experiências no país com agricultura urbana, tem-se o exemplo da cidade de Teresina (PI), que desde 1987 desenvolve um programa hortas urbanas apoiadas pela PMT, visando segurança alimentar e combate à pobreza. Outros exemplos dessas iniciativas aconteceram em Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ), em Brasília e outros estados

como Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Em Brasília, o Governo do DF executou entre 1995 e 1998 o “Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária”, apoiando os produtores com crédito, assistência técnica e comercialização (AQUINO; ASSIS, 2007).

A promoção da agricultura urbana tem se manifestado através de ações de ONGs e também do Estado em suas instâncias federal, estadual e municipal desenvolvendo ações que contemplam esta prática. No âmbito federal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem se preocupado em organizar encontros nas principais áreas metropolitanas do país, objetivando identificar os espaços de ocorrências de AUP no sentido de apoiá-la com maior eficácia.

As pesquisas e recursos públicos financeiros destinados à AU ainda estão concentrados nas grandes regiões metropolitanas do país, no entanto, estudos realizados sobre planejamento urbano na América Latina, reconhecem a necessidade de políticas e ações locais de apoio a esta prática. Este fato tem incentivado as autoridades municipais a promoverem experiências de agricultura urbana, buscando fortalecer a segurança alimentar, melhorar o ambiente local e a saúde e desenvolver uma governabilidade mais participativa, estimulando práticas agrícolas nas cidades (CABANNES; DUBBELNG, 2000).

As políticas de apoio à AU no Brasil devem incentivar ações voltadas para a melhoria da alimentação de pessoas com baixa renda, como também a ampliar a renda destas pessoas. Atualmente, o Programa Nacional de Agricultura Urbana (PNAU) é visto como parte do PFZ e incentiva a produção de alimentos em espaços urbanos não utilizados e em áreas para além dos quintais domésticos, visando à participação e à contribuição da comunidade através do cultivo em hortas, lavouras e criação de animais no interior das cidades.

Neste sentido, para Mougeot (2006), os governantes devem reconhecer que no Século XXI as cidades precisam desenvolver estratégias que reforcem a sustentabilidade urbana. Embora a AU não represente solução para os problemas urbanos, ela pode tornar-se parte essencial das medidas estratégicas para melhorar a qualidade das cidades. Este fato obriga que o crescimento urbano seja pensado a partir de ações adotadas pelo planejamento urbano, buscando contemplar a agricultura urbana como prática social que é integrada da cidade.

Diante desse contexto, Souza (2002) ressalta a importância da reforma urbana que deve promover um desenvolvimento urbano autêntico, tornando a cidade capaz de oferecer melhor qualidade de vida para a população mais pobre. Nessa perspectiva, inclui-se a prática

da AU como atividade econômica intraurbana, a ser contemplada no planejamento e gestão do espaço urbano.

De acordo com Souza (2010), reforma urbana é uma expressão que se presta a várias interpretações. O sentido da “Reforma Passos”, pensada para a cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX, enquanto era capital da República brasileira, que precisava se adequar às exigências da economia urbana capitalista, tinha como meta modernizar a cidade em função de imperativos econômicos, políticos e ideológicos e não torná-la mais justa. No entanto, pensando a cidade numa perspectiva democrática, esta reforma passa a ser vista como uma reforma social e estrutural com uma forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população e elevar o nível de justiça social das cidades.

A criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) em 1987 deu origem ao Estatuto da Cidade, garantindo aos municípios autonomia política e financeira para definir suas políticas públicas, resultando, que no início dos anos 1990, a organização política e administrativa dos municípios possibilitou articulações de entidades e movimentos sociais, contribuindo para ampliação de ações da reforma urbana nas cidades. Estas mudanças fortaleceram a cultura do Direito à Cidade, trazendo implícita a melhoria da qualidade de vida da população urbana, onde a agricultura urbana surge como proposta que visa a esta conquista.

3 URBANIZAÇÃO DE TERESINA E SUA RELAÇÃO COM O RURAL

3.1 Caracterização de Teresina

Na primeira metade do Século XX, o processo de urbanização no Brasil acontecia de forma lenta, de modo que era comum a presença de elementos rurais nos espaços das cidades. Em Teresina, esta realidade se expressa no depoimento de um antigo morador da cidade, publicado no Jornal Meio Norte¹² (16/08/12), afirmando que:

Naquela época¹³ a maioria das casas em Teresina - até mesmo as de alguns ricos - eram de palha cercada de buriti. Na Avenida Frei Serafim tinham dez casas de telha e três grandes vacarias. O Colégio das Irmãs era igual ao que é hoje, só que de dois andares e o Hospital Getúlio Vargas não existia.

A cidade de Teresina encontra-se localizada entre os rios Parnaíba e Poti, possuindo uma área de 1.809,02 km², com uma zona urbana de 248,47 km², conforme representa a Figura 15, já a zona rural conta com uma área de 1.560,55 km².

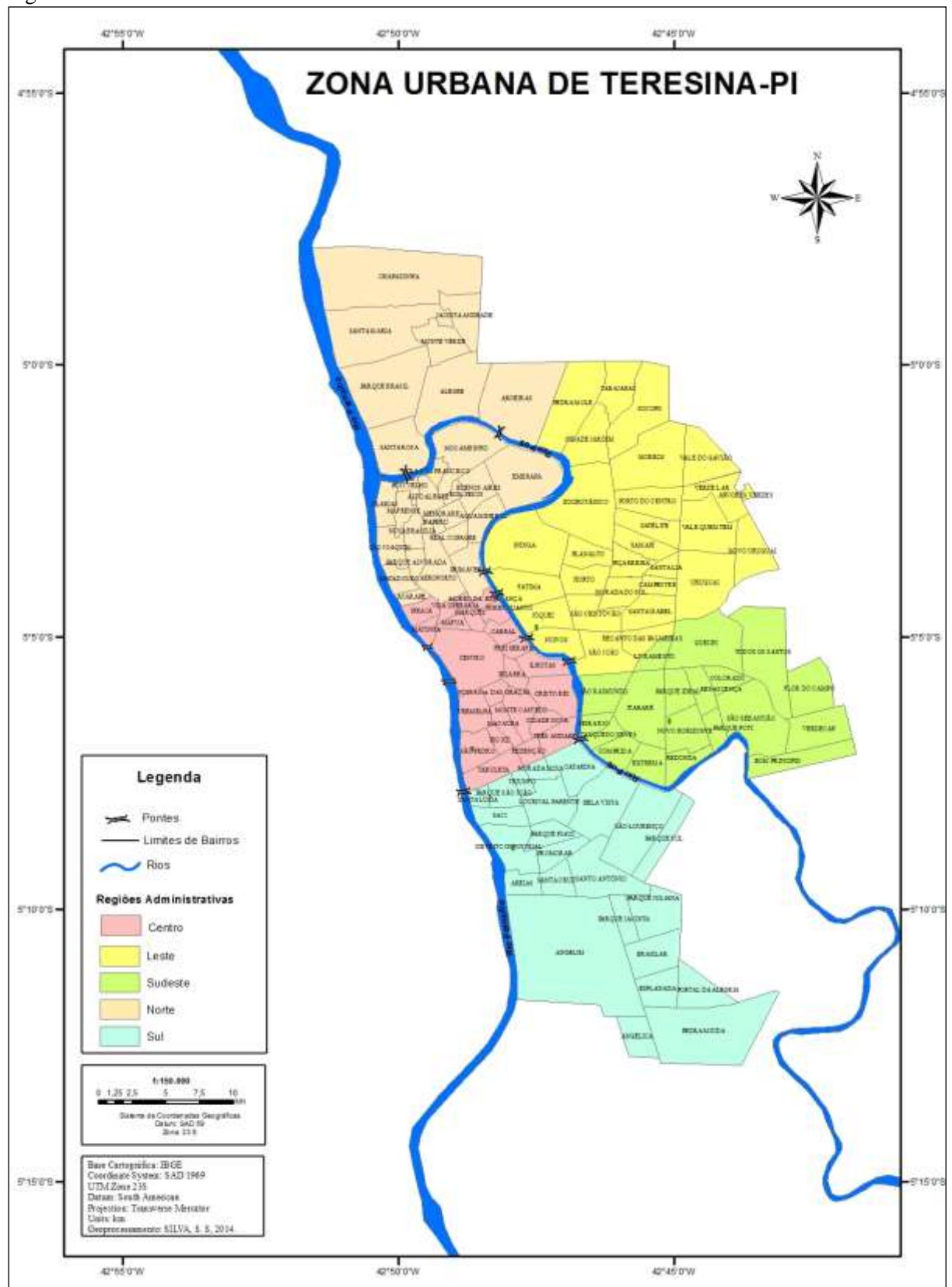
Teresina é a única capital nordestina a situar-se no interior, a 350 km do litoral. É uma cidade favorecida por estar inserida num importante entroncamento rodoviário do Nordeste, que interliga seus estados à Região Norte e facilita a comunicação com os principais centros urbanos das Regiões sudeste e Centro-Oeste, tendo como principais vias de acesso as BRs: 316, ligando São Luís-Teresina-Recife, 343 que liga Floriano-Teresina-Parnaíba e 226 interligando Teresina-Fortaleza-Natal (PERFIL DE TERESINA, 2010).

A cidade de Teresina é Capital regional do tipo A, não classificada no nível metropolitano conforme IBGE (2008), localizada na Mesorregião Centro-Norte do estado, hoje se encontra conurbada com a cidade de Timon-MA, ao mesmo tempo em que forma a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da Grande Teresina, que foi instituída pelo Decreto Federal nº 4.367, de 9 de setembro de 2002, juntamente com outros doze municípios piauienses: Altos, Beditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil e União, com uma população de 1.150.000 mil habitantes, incluindo o município de Timon-MA.

¹²O Jornal Meio Norte é um jornal periódico que circula na cidade de Teresina, nas principais cidades do Estado do Piauí. Pertence ao Sistema Meio Norte de Comunicação.

¹³Décadas de 1930 e 1940 quando a urbanização de Teresina era ainda muita lenta, conforme Abreu (1983).

Figura 15 - Zona urbana da cidade de Teresina-PI



Fonte: SILVA, 2014.

Teresina constitui-se no principal centro urbano do Estado do Piauí, com funções predominantemente administrativas, de comércio e serviços, principalmente na área de

educação e na procura pelo atendimento de saúde, sendo neste aspecto, um grande destaque na subregião nordestina denominada Meio Norte.

De acordo com Censo do IBGE (2010), Teresina abriga uma população de 814.439 habitantes, sendo que destes, 767.777 residem na zona urbana e 46.662 vivem na zona rural. Essa cidade tem como base uma economia centrada no setor terciário de (comércio e serviços) e também no setor público, como grande gerador de empregos. O comércio emprega em média 17,9% e o setor de serviços 34,4% dos empregos formais (TERESINA, 2013).

O setor industrial de Teresina se encontra em processo de estruturação, mantendo apenas 16,9% da população ocupada. A cidade tem apresentado crescimento relevante no setor de indústria de transformação, especialmente nos segmentos: confecção, pólo cerâmico, indústria de alimentos e bebidas, setor gráfico, indústria de madeira e mobiliário, setor químico e artefatos de metal. O setor têxtil possui um potencial de crescimento ainda não totalmente explorado, visto que apenas um dos seus segmentos, o de confecções, tem se destacado na economia local (TERESINA, 2013).

A cidade de Teresina possui taxa de Índice de Desenvolvimento Humana (IDH) considerada alta, com 0,751, sendo a oitava colocada entre as demais capitais do Nordeste. Mas, mesmo assim, apresenta necessidade de mudanças socioeconômicas e estruturais que possam atender às demandas existentes e alcançar melhores níveis de desenvolvimento, pois sendo uma cidade em ritmo acelerado de crescimento, apresenta elevados índices de desemprego e subemprego.

3.2 Evolução urbana de Teresina e sua relação com o rural

A literatura referente à evolução urbana de Teresina ainda é restrita, mas os trabalhos de geógrafos como Irlane Gonçalves Abreu, Iracilde Moura Fé, Antônio C. Façanha e do historiador Francisco A. Nascimento têm trazido grandes contribuições nesse sentido. Entretanto, não se pretende aqui fazer a reconstrução desse processo, e sim abordar aspectos referentes à expansão urbana dessa cidade, a partir das décadas de 1960/70, quando o estado do Piauí se insere no contexto da urbanização brasileira.

Tendo em vista o objeto deste estudo já citado anteriormente, a compreensão da expansão urbana de Teresina nas quatro últimas décadas do século XX, deve partir de suas origens, considerando que a urbanização brasileira como um todo, é um processo desigual,

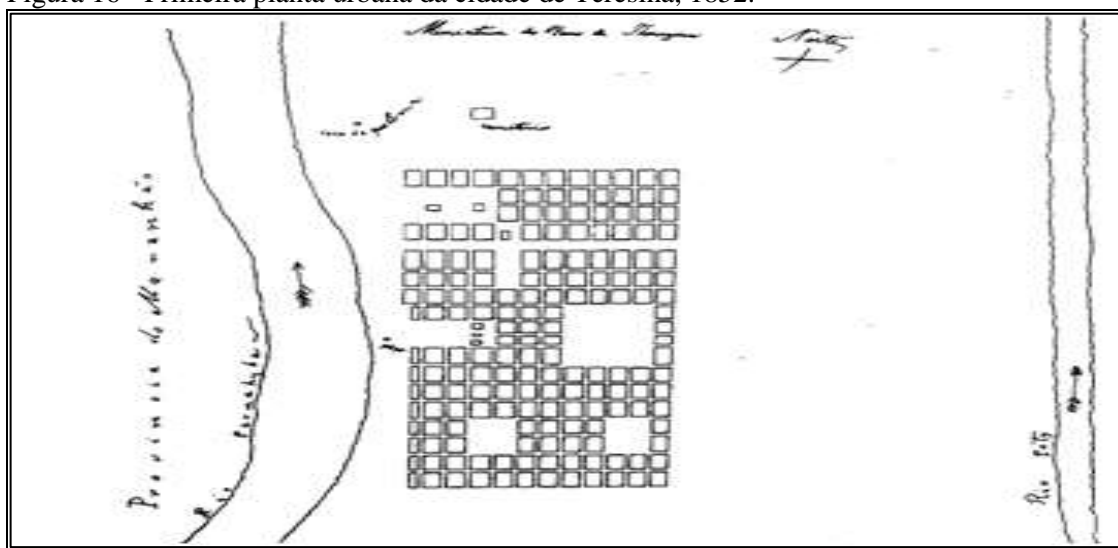
comandado pelo estado, que imprime nas cidades caracteres de uma herança rural. Teresina não foge a essa regra, pois sua própria posição geográfica (sítio) situada entre os rios Parnaíba e Poti sempre favoreceu a realização de atividades rurais, praticada por famílias de origem rural ou por antigos moradores que já residiam na área antes da fundação dessa cidade.

É importante ressaltar que, embora a área deste estudo, a zona sudeste de Teresina tenha sido urbanizada nos fins da década de 1970 do século XX, é necessário retomar alguns aspectos das origens da cidade em questão, especificamente quanto à escolha do sítio físico pelo Conselheiro Saraiva no ano de 1852, cuja intenção que a localização da cidade às margens direita do rio Parnaíba, na região antes denominada de “Chapada do Corisco”, favoreceria o futuro econômico e administrativo da Província do Piauí.

Ainda sobre o sítio físico de Teresina, Moreira (1972, p. 9-10) resalta que “o sítio de planície, de topografia suave e esbatida, vem, desde então, facilitar o crescimento do espaço urbano dessa cidade, sem empecilho para amplo desenvolvimento”.

Assim, como cidade planejada, Teresina foi construída em traços geométricos no sentido oeste-leste, com logradouros em linhas paralelas, simetricamente dispostas, todas partindo do rio Parnaíba em direção ao rio Poti, conforme demonstra a Figura 16. Esse traçado foi proposto pelo Conselheiro Saraiva então Presidente da Província e elaborado pelo mestre de obras João Isidoro França (ABREU, 1983).

Figura 16 - Primeira planta urbana da cidade de Teresina, 1852.



Fonte: ABREU (1983)

De acordo com a Figura 16, observa-se que a expansão urbana de Teresina em direção a oeste tinha como obstáculo o rio Parnaíba. Durante toda a primeira metade do século XX, a

cidade tenderia a expandir-se para além da área central, primeiramente em direção ao norte e ao sul, e, posteriormente ao leste. Até completar seu primeiro centenário em 1962, a cidade de Teresina cresceu lentamente, mas a partir de então foi beneficiada com novos serviços de infraestrutura proporcionados pela ação do poder público, possibilitando assim grande crescimento urbano nas décadas posteriores.

O lento crescimento urbano de Teresina no período citado, refletia a própria condição de desenvolvimento do estado. Entretanto a partir do início da década de 1960, a necessidade de se inserir na nova ordem econômica nacional, levou o Piauí a modernizar o setor administrativo através da criação de grandes empresas públicas, que foram instaladas na capital, dentre estas empresas se destacam: o Banco do Estado do Piauí S/A (BEP); Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA); Telefones do Piauí S/A (TELEPISA); Águas e Esgotos do Piauí (AGESPISA) e Companhia de Habitação do Piauí S.A (COHAB), além de outras.

Estas ações contribuíram para a modernização de Teresina, proporcionando a ampliação e melhoria do setor de infraestrutura como água, luz, telefone e habitação, tornando esta cidade um grande atrativo populacional, como expressa a Figura 17.

A partir das mudanças no setor administrativo do estado, a urbanização das cidades e da própria capital ganhou maior expressividade, aumentando assim a população urbana, especificamente a partir da década de 60, conforme indicam dados do IBGE (1960-1996) na Tabela 1, quando o Piauí se inseriu no contexto da urbanização brasileira. Mas foi somente na década de 1990 que a população urbana desse estado tornou-se superior à população rural, passando de 22,98 em 1960 para 31,93% em 1970 e de 41,98% em 1980 para 52,94 em 1991. Já em 1996, este percentual atingiu 58,21 indicando o intenso crescimento da urbanização neste estado em relação aos períodos anteriores.

Tabela 1 - Evolução da população urbana e rural do Piauí de 1950 a 1996.

Décadas	População urbana %	População rural %
1950	16,31	83,69
1960	22,98	77,02
1970	31,93	68,07
1980	41,98	58,02
1991	52,94	47,06
1996	58,21	41,79

Fonte: SILVA, 2013. Organizada com base em dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1950 a 1996.

Assim, com o Piauí já inserido no contexto da urbanização nacional amplia-se a rede urbana em processo de formação. Rêbello (2000) apoiada em Santos (1999) chama atenção

para a formação das redes urbanas no Brasil, em que as maiores cidades possuem intenso crescimento e situam-se a grandes distâncias das cidades médias e pequenas, de modo que as cidades médias tornam-se escassas e as pequenas em número bem elevado.

Desta forma, Teresina, na condição de capital estadual, concentra as principais funções urbanas de administração, comércio, serviços e informações, exercendo grande influência nos espaços urbano e rural, tornando-se o principal centro de atração de povoados rurais e de pequenas cidades, cujas populações migram para a capital, trazendo consigo hábitos e costumes do modo de vida anterior.

3.3 Teresina: dinâmica urbana pós anos 60/70 e sua relação com o rural

Teresina, mesmo tendo sido planejada para ser capital de estado, não fugiu à regra das demais cidades brasileiras, como afirma Santos (1993, p 25): “a maioria das capitais brasileiras até a metade do século XX além das funções administrativas públicas e privadas, tinha sua base econômica no campo cujas atividades se realizavam em sua zona de influência”. Dessa forma é possível entender que a urbanização de Teresina é oriunda desse contexto que já traz em si aspectos de uma herança rural.

A partir do final da década de 1950, Teresina começa a viver um processo de transformações econômicas e sociais ligadas diretamente ao modelo econômico proposto pelos governos militares. O próprio governador do Estado, Helvídio Nunes de Barros, em meados da década de 1960, caracterizou Teresina como cidade pequena, com péssima iluminação, sem serviço de abastecimento d’água, ruas sem asfalto, sem serviço de esgoto sanitário e sem sistema de comunicação, representando assim, o retrato da pobreza e do atraso do Piauí (NASCIMENTO, 2010).

A urbanização de Teresina foi acelerada com a intervenção do poder público em nível federal e estadual, nos anos de 1950/1960, quando a cidade ganhou melhor infraestrutura básica como: saneamento, eletrificação, abertura de avenidas, construção de alguns conjuntos habitacionais e construção da ponte (JK) em 1957, interligando a zona leste ao centro da cidade.

Em referência à expansão urbana de Teresina, Abreu (1983) diz que esta ocorreu nos sentidos norte, sul e leste, e, para fins de planejamento urbano, a cidade foi dividida, pelo

Plano Estrutural de Teresina, em 1979¹⁴ em três zonas: norte, sul e leste, com base na Lei n.º 240, de 02 de maio de 1980. A expansão para o norte da cidade aconteceu de forma lenta e espontânea, em função de obstáculos naturais como o encontro dos rios Parnaíba e Poti que, no dizer de Silva (1989, p.10), “limitava a expansão da cidade nessa direção, deixando mais livre a direção sul”.

A expansão da cidade para a zona Sul foi parcialmente induzida pois contou com o apoio do estado como também possuía condições topográficas naturais favoráveis, com poucos obstáculos, facilitando a implantação de serviços de infraestrutura, como aberturas de vias de acesso ao sul do Estado, a BR 316. A instalação do Distrito Industrial¹⁵ também representou fator importante para ocupação dessa zona, o que exigia melhorias nos serviços de infraestruturas e ampliação do asfaltamento das Avenidas Miguel Rosa e Barão de Gurguéia. Foi construído também em 1966 o conjunto habitacional Parque Piauí, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), sendo este conjunto um dos mais antigos da cidade.

Diante dessas medidas tomadas pelo estado em função da urbanização de Teresina, Rodrigues (2013, p 72), coloca o planejamento urbano como “atividade marcante desde o início da história desta cidade, tendo em vista que ela foi a primeira capital a ser planejada no Brasil em 1852”.

De acordo com Abreu (1983), a cidade cresceu em direção à zona leste em função da construção da ponte Juscelino Kubitschek sobre o rio Poti, inaugurada nos fins da década de 1950, ligando a Avenida Frei Serafim à BR 343, uma área rural situada à margem direita do rio Poti, que passou a ligar Teresina ao norte do Estado e dá acesso à cidade de Fortaleza.

Essa nova zona de Teresina tornou-se atrativa, principalmente para as famílias de elite que residiam no centro da cidade, em função de fatores como amenidades climáticas, acessibilidade privilegiada, atração pelo tamanho dos lotes urbanos, que proporcionavam a construção de residências mais amplas e distantes do crescente congestionamento que começava a aparecer na área central da cidade. O crescimento e a ocupação dessa zona da

¹⁴O primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de Teresina data de 1969. Segundo Carvalho (2013, p.129) “embora não tenha sido totalmente implantado, voltava-se para o desenvolvimento urbano do município. Embora tivesse propostas avançadas, como por exemplo, a preocupação com aspectos paisagísticos da cidade, serviu mais como um diagnóstico para a cidade, pois pela primeira vez foi elaborado um conjunto de documentos que abrangesse diversos temas. Porém, este plano acabou não sendo implementado em razão de não ter se transformado em lei e, provavelmente em função do não comprometimento político na ocasião”.

¹⁵Para Façanha (1998), as transformações que levaram à implantação da indústria no estado do Piauí fazem parte da política desenvolvimentista adotada pelo governo federal entre as décadas de 50 e 80, buscando atender necessidades do capital industrial, mas de certa forma incluindo o estado na divisão nacional do trabalho. Vide também Milton Santos em A urbanização Brasileira (1993, p. 27).

cidade se tornou mais evidente à esquerda da BR 343, devido à instalação do Campus da Universidade Federal do Piauí e a abertura da Avenida Nossa Senhora de Fátima, mas também pela possibilidade de lucros que as transformações ocorridas na área poderiam oferecer aos proprietários de imobiliárias (ABREU, 1983).

Com o advento das políticas urbanas de âmbito nacional, implantadas na década de 1960, como a política de habitação, representada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), o espaço da cidade de Teresina passou por um intenso processo de expansão, quando teve início a construção de conjuntos habitacionais, especificamente mais direcionados para a zona Sul, como o conjunto Parque Piauí já citado, cujas unidades destinavam-se às camadas sociais de baixa renda (LIMA, 2001).

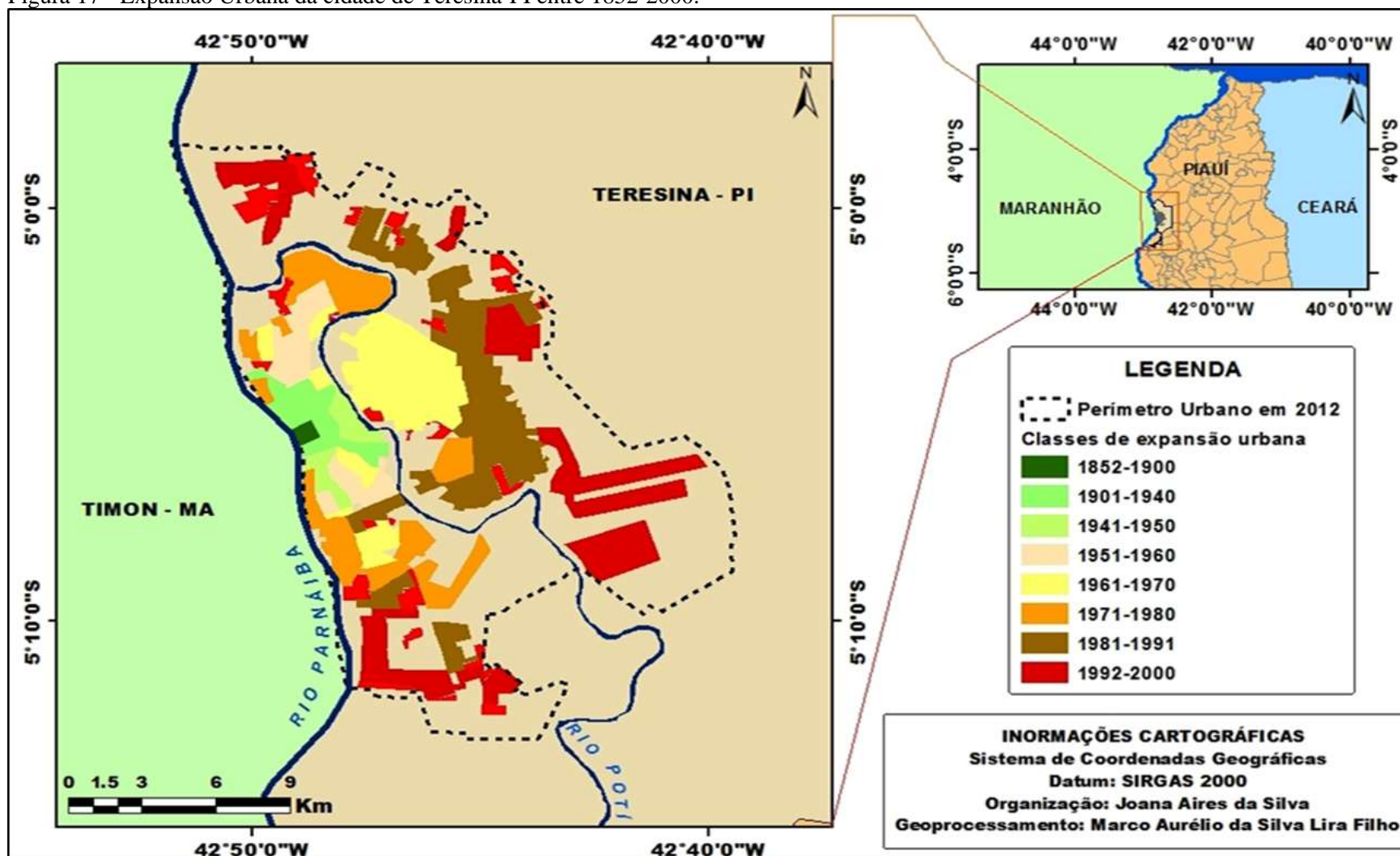
A expansão urbana de Teresina, para além da margem direta do rio Poti nos anos de 1960, 1970 e 1980 principalmente, favoreceu a criação da zona sudeste, e das demais zonas de expansão da cidade (norte, sul e leste) como mostra a Figura 17. Este crescimento ocorreu graças às ações do estado e das imobiliárias, que foram agentes fundamentais no processo de expansão destas zonas.

Essa expansão de Teresina em função de importantes investimentos realizados no setor de infraestrutura urbana, educação, saúde e moradia, intensificaram-se nas décadas de 1980, 1990 e 2000, como expressão da urbanização acelerada em todas as capitais estaduais no país.

Este intenso crescimento urbano de Teresina, expresso na Figura 17, ocorreu em função do deslocamento de grandes fluxos de pessoas vindas do interior do Piauí e de outros estados fronteiriços como Maranhão e Ceará, cuja população vinha em busca de melhores condições econômicas e sociais.

De acordo com dados do IBGE (2007), foi apenas nos anos noventa que, pela primeira vez, a população urbana no Piauí atingiu o percentual de 52,95%, tornando-se superior à população rural.

Figura 17 - Expansão Urbana da cidade de Teresina-PI entre 1852-2000.



Fonte: SILVA, 2014.

Dados do IBGE (2010) apontam que, na década de 1970, o crescimento da população urbana de Teresina foi quase o dobro da do período anterior. Esse crescimento prosseguiu nas décadas seguintes, chegando a 2010 com 94,3 % do total da população do município residindo na zona urbana, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Evolução urbana de Teresina de 1960 a 2010.

Décadas	Pop. total (hab)	Pop. urbana (hab)	%	Pop. rural (hab)	%
1960	142.691	98.329	68,91	44.362	31,01
1970	220.487	181.062	82,11	39.425	17,89
1980	377.774	339.042	89,75	38.732	10,25
1991	599.272	556.911	92,93	42.361	7,07
2000	715.360	677.470	94,72	37.890	5,28
2010	814.439	767.777	94,3	46.662	5,7

Fonte: SILVA, 2013. Organizada com base em dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1960 a 2010.

É importante observar na Tabela 2, que entre 1950 e 1980, Teresina apresentou taxa de crescimento populacional superior a 5% ao ano, atraindo um contingente de migração do interior do estado, que buscava melhoria na qualidade de vida, principalmente de emprego e educação. Esta migração foi favorecida pela existência de rodovias que interligavam a capital aos diversos municípios, o que facilitou este fluxo migratório vindo de cidades pequenas e de áreas rurais, fazendo a cidade de Teresina deter, isoladamente, 40% do contingente urbano do Piauí, confirmando a tendência de polarização urbana e o peso esmagador da capital em relação aos demais municípios do Estado (TERESINA, 2009).

Já no período entre 1960 e 1980, com a construção dos grandes conjuntos habitacionais, a população urbana de Teresina passou de 98.329 habitantes para 339.042, representando um incremento de 244.80%. No mesmo período, a população rural decresceu, passando de 44.362 habitantes para 38.732 (BARCELAR, 1994).

Nesse contexto, entende-se que a dinâmica urbana de Teresina adquiriu maior expressão entre as décadas de 1970-1990, a partir da construção de grandes avenidas, pontes interligando vários bairros, criação de loteamentos e implantação de grandes conjuntos habitacionais construídos através da ação de agentes públicos e privados, o que levou à ampliação das zonas de expansão da cidade, já existentes, a norte, ao sul a leste, além da criação da zona sudeste considerada por Abreu (2011) como o novo vetor de crescimento urbano da cidade.

De acordo com Façanha (1998), o intenso crescimento de Teresina entre as décadas de 1970 e 1980 ocorreu em grande parte devido à construção de vários conjuntos habitacionais, financiados pelo BNH, destinados à população de baixa renda. Esta política de habitação era determinada pelo Estado autoritário pós-64, dando indício a uma estrutura de planejamento urbano na cidade¹⁶ de Teresina, conforme já acontecia nas demais capitais do país.

Os conjuntos habitacionais surgiram como novos bairros de Teresina para os quais o poder público levou serviços de infraestrutura básica necessária, inclusive vias de acesso. Após a construção destes conjuntos, estas áreas passaram a constituir grandes bairros residenciais já incorporados ao espaço urbano.

Os Quadros 5 e 6 indicam a grande expansão urbana de Teresina no período entre meados da década de 1960 ao ano 2000, quando foram construídos vários conjuntos habitacionais nesta cidade. Na primeira etapa deste processo entre 1966-1990, as casas foram construídas com recursos do estado através da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB). Já na etapa seguinte, entre 1991-2001, além dos recursos do estado, houve também a participação do setor privado e o sistema de autoconstrução.

Por toda a década de 2000-2010, as ações da iniciativa privada trouxeram grande contribuição para a expansão urbana de Teresina, pois geralmente associados aos conjuntos residenciais, surgiram grandes empreendimentos habitacionais como os loteamentos, residenciais e condomínios, etc.

Na fase atual da expansão urbana de Teresina, na zona sudeste destaca-se a ação dos promotores imobiliários que tem investido na construção de condomínios fechados, buscando oferecer aos mutuários mais segurança, conforto e lazer, a exemplo dos condomínios Grand Park Dirceu Residence, Jardins Residence Club, Barra Grande Village, além de outros

¹⁶A expansão urbana de Teresina pós-anos 60/70/80 exigia medidas do planejamento urbano. No Brasil, ainda se defendia a ideia de vincular a questão da habitação ao planejamento urbano, subordinando em tese o BNH ao sistema de planejamento comandado pelo Serviço Federal de Habitação e do Urbanismo – SERFHAU. O problema habitacional, que levou à construção dos conjuntos habitacionais, nas grandes e médias cidades, envolveu também Teresina. O aumento do número de favelas, a precariedade dos serviços urbanos e a expansão desordenada dessa cidade, levou nos fins dos anos 1960 ao surgimento da elaboração do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de Teresina em 1969. A ideia era que esse plano pudesse vir ao encontro de uma legislação que fosse capaz de organizar o crescimento da cidade, a partir do conhecimento da origem e causa dos vários problemas existentes. Mesmo que este plano não tenha sido totalmente implantado, seus autores pretendiam realizar o desenvolvimento urbano do município (TERESINA, 1969). Posteriormente, em 1977 e 1983 foram elaborados outros planos denominados PET I e PET II respectivamente, com o objetivo de planejar melhor a cidade.

lançamentos desse tipo já anunciados. No caso das ações do estado neste processo, continuam as construções das habitações populares através do programa Minha Casa Minha Vida.

Quadro 5 - Unidades habitacionais produzidas pela COHAB 1966-1990.

Conjunto	Nº de Unidades	Fonte de Financiamento	Ano de Conclusão
Tabuleta	118	BNH	1966
São Raimundo	49	BNH	1966
Primavera I	187	BNH	1966
Monte Castelo	302	BNH	1966
Parque Piauí	2294	BNH	1968
Cristo Rei	92	BNH	1975
São Pedro I	66	BNH	1976
Bela Vista I	912	BNH	1976
Stand de Tiro	40	BNH	1977
Ampliação do Parque Piauí	500	BNH	1977
União	80	BNH	1977
Dirceu Arcoverde I	3040	BNH	1977
Saci	2034	BNH	1979
Primavera II	100	BNH	1979
São Pedro II	109	BNH	1979
D.E.R.	70	BNH	1979
Itaperu	164	BNH	1980
Dirceu Arcoverde II	4254	BNH	1980
União II	100	BNH	1981
Bela Vista II	683	BNH	1981
João Emilio Falcão	996	BNH	1982
Cintia Portela	176	BNH	1982
Promorar	4696	BNH	1982
Catarina	120	BNH	1983
Mocambinho	3031	BNH	1983
São Joaquim	824	BNH	1984
Boa Esperança I	150	BNH	1984
Mocambinho II	976	BNH	1984
Tancredo Neves	756	BNH	1985
Nazária	15	Sec. Agricultura	1985
Boa Esperança II	104	BNH	1985
Polícia Militar	85	BNH	1985
Novo Horizonte	300	BNH	1986
Mocambinho III	1132	BNH	1986
Renascença I	900	BNH	1986
Morada Nova I	984	BNH	1987
Renascença II - 1ª Etapa	500	BNH	1988
Angelim II	264	BNH	1988
Renascença II - 2ª Etapa	450	BNH	1989
Santa Fé	533	BNH	1989
Renascença II - 3ª Etapa	500	BNH	1990
Morada Nova II	564	BNH	1990
Morada Nova III	624	BNH	1990
Total	34.594		

Fonte: COHAB – PI – 2002

Quadro 6 - Unidades habitacionais produzidas pela COHAB 1991-2001.

Conjunto	Nº de unidades	Fonte de financiamento	Ano de conclusão
Protótipo / Mutirão	07	COHAB - PI	1995
Renascença II - 4ª etapa	223	IAPEP	1996
Mocambinho I V	78	IAPEP	1996
Bela Vista III	422	IAPEP	1996
Verde que te quero verde	640	Autofinanciamento	1996
Vamos ver o Sol I	184	IAPEP	1996
Vamos ver o Sol II	290	IAPEP	1996
Vamos ver o Sol III	185	Habitar-Brasil	1997
Saturno I	233	IAPEP	1996
Saturno II	78	Habitar-Brasil	1997
Nova Teresina I	250	Habitar-Brasil	1996
Nova Teresina II	74	IAPEP	1996
Nova Teresina III	163	Habitar-Brasil	1997
Dignidade I	87	IAPEP	1996
Dignidade II	206	Habitar-Brasil	1996
Deus Quer I	126	IAPEP	1996
Deus Quer II	200	Habitar-Brasil	1997
Deus Quer III	327	Habitar-Brasil	1998
Euripedes Aguiar	30	Habitar-Brasil	1997
Lagoa Azul I	19	Auto gestão	1998
Lagoa Azul II	97	Auto gestão	1998
Alô Teresina	160	Autofinanciamento	1998
Total	4.086		

Fonte: COHAB, 2002.

Desta forma, é possível entender que a expansão urbana de Teresina, como acontece nas cidades em geral, também se deu a partir da incorporação de áreas rurais ao espaço urbano, quando vários lotes de terras foram incorporados às periferias da cidade, principalmente a partir do período que marca o fim da década de 1970 e décadas seguintes, com a intensificação das migrações rurais urbanas.

Diante do exposto, vale ressaltar que a rápida urbanização ocorrida em Teresina neste período, mesmo dotando-a de funções político-administrativas, comerciais e de serviços manteve as ligações com o rural, através da presença de atividades como a pecuária e a agricultura realizadas em sua zona de influência, como também no próprio interior da cidade, onde é comum a prática da agricultura urbana.

3.4 Zonas de expansão de Teresina

Assim, a partir dessas transformações, deu-se a construção da atual configuração do espaço urbano da cidade de Teresina, sendo esta, o grande centro de atração populacional, tanto do interior do Piauí como dos demais estados vizinhos, como Ceará e Maranhão. Dessa forma, nas décadas 1970, 1980 e 1990, Teresina além da área central, já era constituída também pelas zonas norte e sul, expandindo-se rapidamente para a zona leste e mais recentemente sudeste. Ao mesmo tempo em que a zona Sul e por último a zona norte passam por um processo de revitalização (ABREU, 2011).

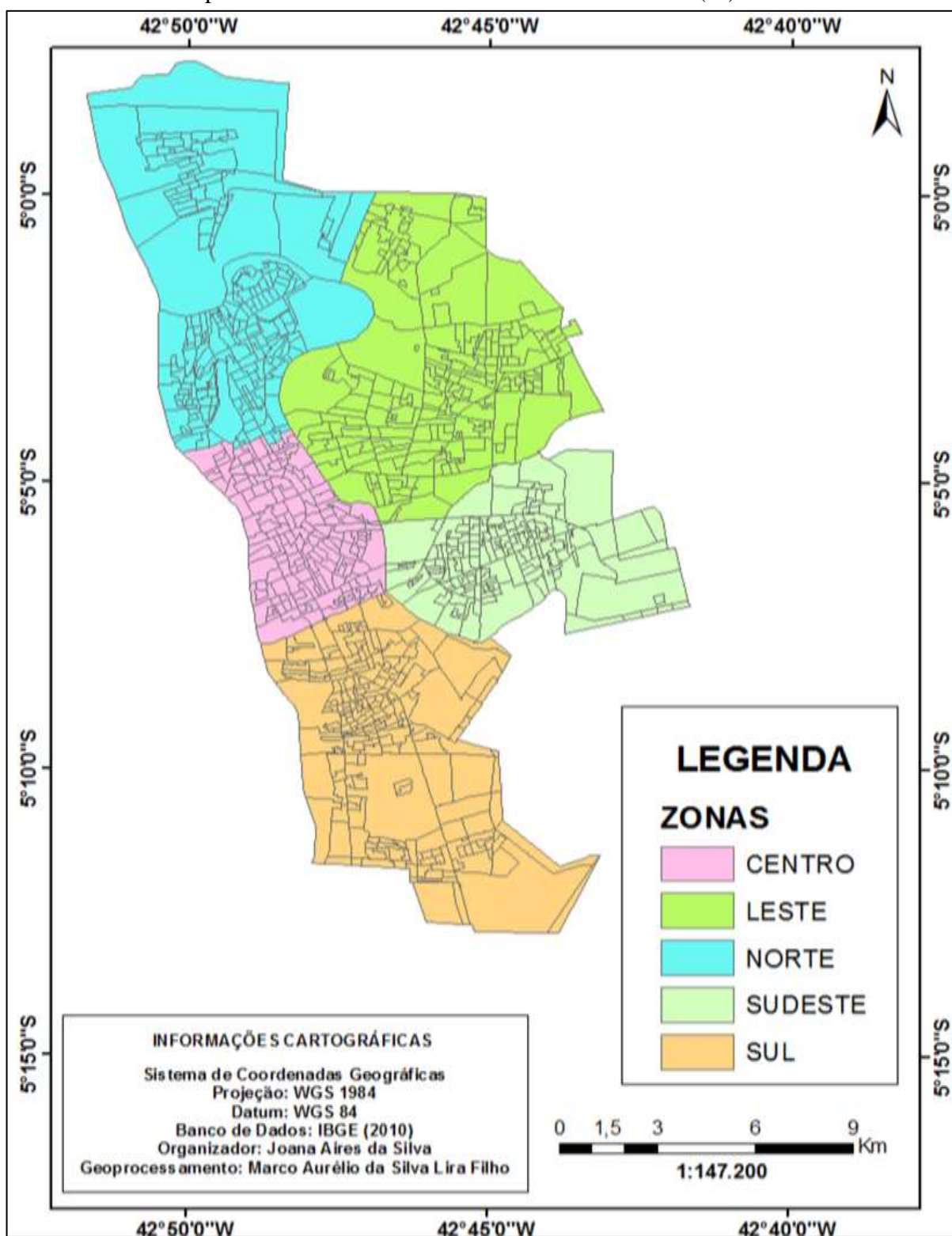
Essas mudanças no espaço urbano de Teresina definiram novos eixos de deslocamento, inclusive em direção à zona sudeste, através da criação de dois conjuntos habitacionais, Dirceu Arcoverde I (1977) e Dirceu Arcoverde II (1980). Assim, essas zonas de crescimento se transformaram em novas centralidades a partir da formação espontânea ou criação de locais afastados da área central, como os bairros Parque Piauí, Mocambinho, Dirceu, São Cristóvão, dentre outros (MELO 2009).

Com a finalidade de descentralizar e melhorar o atendimento às comunidades bem como aproximar o cidadão usuário das políticas e ações municipais, a cidade de Teresina foi dividida pela PMT em cinco Regiões Administrativas: centro, norte, sul, leste e sudeste, conforme Figura 18. (TERESINA, 1993).

Assim, a partir da década de 80 e 90, foram diversas as leis que legitimaram a expansão do perímetro urbano de Teresina: (2.109, de 03/02/1992; 2.283, de 10/03/1994; 2.311, de 17/05/1994, 2.515, de 18/04/1997; 2.577, de 10/10/1997 e 2.596, de 01/12/1997).

Através destas leis foi possível a incorporação de novas áreas rurais ao perímetro urbano da cidade, alterando-o, cujas relações de caráter rural não foram todas eliminadas pela imposição da força do urbano, como diz Araújo (2008), resultando daí que elementos característicos do rural se mesclam e se interpenetram no urbano, que neste caso, trata-se do urbano de Teresina, que se mescla ao rural, seja com a presença das atividades agrícolas (cultivo e criação), seja com os costumes ou tradições expressos nas formas de trabalho, de consumir e de viver.

FIGURA 18 - Mapa de zoneamento urbano da cidade de Teresina (PI).



Fonte: SILVA, 2014.

Diante desse contexto, ressalta-se que a criação das zonas de expansão de Teresina (norte, sul, leste e sudeste), para além da área central, aconteceu a partir da incorporação à

cidade de glebas de terras, indicando que a expansão dessa cidade ocorria em direção às áreas rurais.

Essas mudanças implicaram grandes transformações no espaço urbano de Teresina, pois, a partir de então, a cidade ganhou nova configuração espacial citada na Figura 18, gerando as áreas de continuidade e descontinuidade no seu espaço, como resultado de uma urbanização dispersa.

Assim Sposito, apoiada em Monclús (2009), diz que a tendência à produção do espaço urbano, a partir de lógicas de expansão territorial marcadas pela descontinuidade em relação às áreas implantadas e ocupadas anteriormente, conformam cidades dispersas que, no caso brasileiro, respondem aos interesses dos agentes da produção do espaço urbano. Isto “leva ao aumento da oferta de novos lotes urbanos, cada vez mais distantes, refletindo o ritmo mais acelerado com que essa forma de produção de novos espaços realiza-se comparativamente à evolução do crescimento demográfico” (SPOSITO, 2009, p. 5).

Vale ressaltar que essas incorporações estão associadas, em princípio, à ação do próprio Estado, seguidas de outros agentes sociais como os promotores imobiliários, considerados por Corrêa (1995) como produtores e consumidores do espaço urbano. Para esse pesquisador, as ações desses agentes permitem que o processo de expansão urbana avance pelas áreas rurais periféricas, transformando-as em espaço urbano, através de especulação imobiliária.

Esse processo gerou uma ocupação dispersa na cidade, resultando na criação de vários eixos diferenciados: uns ocupados por populações com renda média e alta, enquanto outros, com renda mais baixa. A construção dos conjuntos habitacionais em Teresina representa exemplo de áreas dispersas da cidade, os quais foram construídos a partir da ação do estado, para abrigar população de baixa renda.

Associados a esse processo, além da ação do estado, os agentes privados também contribuíram para a ampliação da área urbana da cidade, ao mesmo tempo em que contribuíram para a existência de espaços não edificadas. Muitos desses espaços “*ociosos*” terminam sendo ocupados com práticas de agricultura urbana, principalmente pelas pessoas sem trabalho, que já têm ou não experiência com essa atividade.

Ainda sobre os conjuntos residenciais, é importante lembrar que estes ocupavam propriedades rurais, como ainda acontece, cabendo ao poder público dotá-las de infraestrutura, com a implantação de escolas, hospitais, linhas de transportes, etc.

Nesse processo, vale ressaltar uma medida importante tomada pela PMT, a partir dos anos de 1990, que foi a implantação de hortas comunitárias em todas as zonas de expansão da cidade, conforme indica a Figura 41 (Cap. 5 p. 178), com o intuito de gerar emprego e renda para as famílias carentes especificamente, aquelas oriundas do meio rural.

A cidade de Teresina, hoje, conforme já foi mencionado, configura-se como um polo de atração populacional por apresentar serviços diversos de saúde e educação de qualidade, além de possuir infraestrutura energética, viária e habitacional satisfatória em âmbito local.

Desde a sua fundação, essa cidade apresenta, portanto, um crescimento que foi a princípio lento, contínuo, progressivo, e recentemente acelerado e desigual. Para esse crescimento, contribuíram diferentes políticas de integração territorial que possibilitaram a migração campo cidade, fator que em parte contribuiu para o aumento da população urbana de Teresina, além também da construção dos conjuntos habitacionais, cujos resultados se expressam na ampliação cada vez maior de suas zonas de crescimento, conforme o exemplo da zona sudeste explicado a seguir.

3.4.1 Zona sudeste de Teresina: de rural a urbano rural

[...] *“Aqui até a metade da era de setenta tudo era fazenda de gado e lavoura. Vi a terra virar cidade, trazendo luz elétrica, água encanada, escolas, o comercio grande, a saúde, mas o gado, os animais esses nunca saiu de vez, ainda se vê donos de terra que mesmo na cidade continua criando. É fácil ver os bichos soltos, andando por aí nas ruas. É difícil impedir de criar e o lucro dá pra o sustento e além do mais a gente gosta”.* (Depoimento de antigo morador de quando a zona sudeste de Teresina ainda era rural, 2012).

O objetivo desse item é fazer uma breve caracterização sobre a zona sudeste de Teresina, como zona de expansão recente dessa cidade, que até meados da década de setenta era totalmente rural constituída de fazenda de gado e áreas de agricultura de subsistência. Hoje, mesmo sendo uma área urbanizada a presença do rural ainda se manifesta através das práticas de agricultura urbana, uma atividade dinâmica, que gera um espaço de interação rural-urbana, questões a serem analisadas nos capítulos 4 e 5 dessa tese.

Teresina nasceu emoldurada por dois grandes rios “que a abraçam” e com formas de relevo que se elevam em topos planos (TERESINA AGENDA, 2015). Assim, as primeiras zonas de expansão da cidade (norte, sul e leste) se formaram espontaneamente, acompanhando a própria evolução urbana da cidade, ao contrário da zona sudeste, que surgiu

como novo vetor de ocupação da cidade nos fins da década de setenta, resultante da ação de agentes sociais como o estado e os promotores imobiliários.

Em meados da década de 1960, uma das primeiras intervenções do estado na zona sudeste de Teresina ocorreu com a implantação da *Estação de Trens Itararé*, que funciona como estação cargueira e pátio de manobras de trens, para auxiliar a Estação Central de Teresina¹⁷. Nesse processo de expansão da cidade, áreas rurais foram incorporadas ao perímetro urbano, passando a existir num mesmo espaço formas de convivência do modo de vida rural com o modo de vida urbano, pois permaneceram atividades e tradições rurais materializadas através da prática da agricultura urbana.

Outras ações do estado nessa área ocorreram no início da década de 1970, trata-se da implantação do Terminal de Petróleo de Teresina, da construção da BR 343 e ainda a construção da Ponte Tancredo Neves, ligando a zona sudeste à zona Sul da cidade. Essas obras foram construídas pelo o então governador do Piauí, Alberto Tavares e Silva e foram fundamentais para a ocupação do sudeste de Teresina.

Nesse período, a região já contava com a BR 343 e que dava acesso à zona Leste pelo bairro São Cristóvão. Existia também nesta zona de Teresina a indústria de telhas e tijolos Cerâmica Fortes. A construção da ponte do Tancredo Neves facilitaria o escoamento da produção para outras zonas da cidade, mas especialmente o material seria usado na construção das casas dos conjuntos Itararé I e Itararé II.

A partir da Figura 17, que mostra o crescimento urbano de Teresina no período entre 1852-2010, percebe-se que na década de 1970 a área que corresponde à atual zona sudeste era predominantemente rural, constituída por pequenos estabelecimentos rurais, glebas de terras, sítios, fazendas de gado e agricultura de subsistência. A ausência de elementos urbanos nessa área consta em documentos e mapas antigos de Teresina (CARTA DSG, 1973), além de depoimentos de antigos moradores que acompanharam a transformação da área rural em área urbana, a partir da construção dos conjuntos já citados.

A esse respeito nos declarou o entrevistado número 1, senhor de 92 anos de idade, que:

[...] “Aqui até a metade da era de setenta tudo era fazenda de gado e lavoura. Vi a terra virar cidade, trazendo luz elétrica, água encanada, escolas, o comércio grande, a saúde, mas o gado, os animais esses nunca saiu de vez, ainda se vê donos de terra que mesmo na cidade continua criando. É fácil ver os bichos solto, andando por aí nas ruas. É difícil

¹⁷Disponível em: (www.estacoesferroviarias.com.br/ma-pi/itarare.htm). Acessado em 20/02/2014).

impedir de criar e o lucro dá pra o sustento e além do mais a gente gosta” (Depoimento de antigo morador de quando o sudeste de Teresina ainda era rural, 2012).

Esse entrevistado nasceu e se criou na Fazenda Comprida, que sempre foi de propriedade de sua família, hoje bairro Comprida e parte dos bairros Dirceu e Tancredo Neves. Sua casa se encontra totalmente modificada, restrita a um pequeno sítio, a família não permitiu fotografar mas é possível perceber que ainda criam animais, inclusive bovinos e cultivam frutas como manga, laranja, banana, limão, ata, pequenos canteiros de hortas, plantas medicinais e ornamentais.

As famílias (todos parentes próximos), dizem se sentirem ameaçadas, pois, estão “ilhados” entre a Avenida Noé Mendes, a Avenida São Francisco e ao fundo estão localizados os Condomínios Residenciais Brasília I e II. Como as terras desses condomínios pertenciam à própria família em questão, a tendência é que o restante dessa propriedade seja toda loteada, pois tem sido grande a procura pelos agentes imobiliários, tornando essas terras bastante valorizadas.

Dessa forma, entende-se que em nossa área de estudo, as ações tanto do estado como dos agentes imobiliários têm contribuído para transformações do espaço que já é urbano, mas ainda tem uso rural, em terra plenamente urbana. As ações do estado se expressam através da melhoria de infraestrutura (calçamento e asfaltamento de ruas, abertura de avenida, ampliação de linhas de transportes etc.).

Já o setor imobiliário, comercializa a compra e venda de vários lotes de terra para a construção de casas e condomínios, além dos já citados Brasília I e II. Em 2013 foi entregue o condomínio Noé Mendes (Programa Minha Casa Minha Vida) e atualmente está sendo construído pelo setor privado outro condomínio residencial, inclusive com diferenciais (elevadores e piscinas). Esses empreendimentos imobiliários nessa zona de Teresina tendem a ocupar cada vez mais o espaço, mas, embora numa proporção bem menor, o rural tende a permanecer.

A esse respeito, o entrevistado número 2, um senhor de 89 anos, antigo morador da área em estudo, revelou o seguinte:

“quando aqui cheguei no começo da era de setenta, só tinha mato, fazenda de gado e as plantações, depois veio o barulho das máquinas” para construir primeiro a Cerâmica Fortes e depois o conjunto Itararé e transformar tudo em cidade, mas mesmo assim não desapareceram os animais, como o gado que é mais comum além de outros animais, como meio da gente manter os laços com a terra”.

Esse declarante é funcionário público aposentado do Departamento de Estradas e Rodagem do Piauí (DER-PI), era um “cassaco” como disse ele, que migrou para Teresina quando se tornou funcionário público. Como já trabalhava na agricultura com o pai no interior de Piauí, almejava comprar um sítio para plantar e criar nas proximidades de Teresina. Um colega de trabalho, filho de proprietários da Fazenda Comprida lhe ofereceu um lote, pois muitas terras já pertenciam a imobiliárias que ele não lembra os nomes, então os outros proprietários resolveram começar a lotear as terras, pois já se falava da construção do conjunto Itararé e os preços das terras eram atraentes para os proprietários.

Assim, o senhor que foi entrevistado resolveu comprar a terra de seu amigo na então Fazenda Comprida, em 1975, pois, como já existia a presença de imobiliárias na área comprando terras, as famílias estavam loteando e vendendo suas propriedades. Foi neste contexto que os agentes imobiliários e o estado se tornaram atores responsáveis pela produção do espaço urbano na zona sudeste de Teresina, a começar pela compra das terras e posterior construção dos conjuntos Itararé I e II.

Com a construção do conjunto Itararé II em 1980, o entrevistado esclareceu que:

“a terra que ele comprou, denominada “Sítio São Francisco”, ficou embutida dentro da cidade, mas era tudo natural, tranquilo, sem barulho. Só o movimento da Cerâmica Fortes, os trabalhadores e caminhões que entravam lá andavam por uma estrada de chão batido, não existia avenida, não. Mas hoje a gente se sente imprensado entre duas avenidas, uma que passa bem defronte, que é rota de ônibus e outra aos fundos. Ainda tem o Condomínio Noé Fortes, que mudou muita coisa depois que ele foi construído. Os compradores de terra só vivem botando preço nas minhas para construir mais condomínios, mas eu não vendo, não. Assim, a família aqui, nós não queremos sair daqui, pois não se abre mão da tranquilidade de morar numa área que mesmo dentro da cidade, guarda vários aspectos ligados ao campo de onde vim. Gosto de criar meus animais (suínos), galinhas e cultivar as frutas que plantei quando eu vim pra cá, meus meninos era tudo pequeno, foram criados aí brincando. A gente não quer se desligar assim, os filhos que mora fora gosta de vim passar dia, final de semana, isso é nossa alegria. Então por que vender?” (Depoimento de um entrevistado, proprietário de um sítio no bairro Dirceu Arcoverde II, 2014).

Outro indício da condição rural desta área, no início dos anos setenta, é apontado por Moreira (1972), quando a autora faz referência à densidade demográfica de Teresina nessa década, afirmando que:

[...] “os urbanos possuem uma média de 38 habitantes por ha, enquanto os rurais apenas atingem 2 habitantes por ha. [...]. Esses valores são pouco representativos das densidades reais que, tanto no plano do urbano quanto do rural, são caracterizados, ora por maiores adensamentos, ora, por vazios, conforme indicam os variados valores de densidades por zonas ou bairros da cidade. No meio rural os vazios das chapadas contrastam com as incipientes concentrações esboçadas em Comprida, Redonda, São Raimundo, bem como os relativos adensamentos observados ao longo do Parnaíba e do Poti” (MOREIRA, 1972, p. 15-16).

Nessa citação a autora refere-se a antigas fazendas de gado (Comprida, Redonda e São Raimundo) que hoje se transformaram em bairros da zona sudeste e preservaram os mesmos nomes.

A área que deu origem à criação da zona sudeste de Teresina fazia parte da zona rural desse município. A princípio foi ocupada pelo conjunto Itararé I, cujas terras pertenciam à Fazenda Itararé, de propriedade de Pedro Almendra Freitas. Era uma área extensa que abrangia terras do Sítio São Raimundo, de propriedade de José Camilo da Silveira, e constitui atualmente o bairro São Raimundo (TERESINA, 2009).

Conforme declarou um dos antigos moradores da área, a maioria dos habitantes do conjunto Itararé I, que eram provenientes da zona rural e encontravam-se desempregados, começaram a fazer uso das terras próximas ao conjunto para retirar madeira para cercar as casas e desenvolver agricultura. Parte dessas terras já pertenciam a imobiliárias e a outra pertencia às famílias Nunes e Brito, que logo se apressaram em lotear e vender suas terras, com medo de invasões para uso agrícola. Nestas terras foi construído o conjunto Itararé II.

Dessa forma conclui-se que a ação dos agentes imobiliários nessa área, com o apoio do estado, teve grande contribuição no processo de urbanização da zona sudeste, na medida em que proporcionaram a compra e a venda da terra, tornando-a urbana, como já foi dito.

Assim, os conjuntos habitacionais que deram origem à ZST foram construídos em duas etapas: Itararé I, inaugurado em 1977 e o Itararé II entregue à população em 1980, sendo ao todo um total de 7.294 casas residenciais. Posteriormente esses conjuntos foram denominados de Dirceu Arcoverde I e Dirceu Arcoverde II em homenagem ao então governador do estado (TAVARES, 2010).

Vale destacar aqui uma observação feita por Abreu (2011), de que a denominação Dirceu Arcoverde para esses conjuntos, não aparece nos registros oficiais. Nos registros dos correios aparecem os dois nomes (Itararé e Dirceu), mas nos mapas oficiais de Teresina em geral, consta bairro Itararé, nome da grande fazenda que aqui existiu, como já foi explicitado. Neste trabalho considera-se o designativo Dirceu Arcoverde por ser o mais usado pelos habitantes do bairro e em toda a cidade.

Esses conjuntos foram construídos com recursos do BNH/COHAB-PI, órgãos responsáveis pela construção de casas populares em nível federal e estadual. As casas eram de padrão muito simples (sala, quarto, cozinha e banheiro) e baixo custo para os mutuários,

pois tinham como finalidade, abrigar famílias oriundas da zona rural, que residiam na área central e na zona Leste da cidade, bem como funcionários públicos.

O baixo custo dos imóveis tornou essa área bastante atrativa para os grandes fluxos migratórios que chegavam a Teresina no decorrer dos anos 1980/1990, tornando os bairros Dirceu Arcoverde I e II os mais populosos da cidade.

Na prática, a construção desses conjuntos residenciais nessa área levou à especulação imobiliária na ZST, pois no início da ocupação, os terrenos eram tidos como improdutivos, mas logo passaram a fazer parte da expansão urbana da cidade, com a participação do estado e de outros agentes sociais que também contribuíram para a ampliação desse processo nesta zona de Teresina, através da construção de vários conjuntos residenciais, condomínios, além de vilas e favelas.

No decorrer das décadas de 1980/1990/2000 outras fazendas dessa zona de Teresina, como São Sebastião, Todos os Santos, Redonda, Comprida, São Raimundo foram incluídas na zona urbana da cidade, de modo que suas terras se transformaram em bairros e passaram a receber as mesmas denominações das antigas fazendas: Comprida, Redonda, São Sebastião, Todos os Santos e São Raimundo.

Nessas áreas de urbanização mais recente em relação aos conjuntos Itararé I e II, o espaço urbano se destina mais ao uso residencial, sendo comum a existência de loteamentos para pessoas de baixa renda, a presença de vilas e favelas e ainda antigos moradores. Resultando daí que espaços não edificadas são ocupados com atividades rurais (criação e cultivo) e não rurais (postos de combustíveis, bares, escolas, clubes de lazer, lavadores de carro e motos, depósitos de material de construção, depósitos de mercadorias de grande rede de supermercado da cidade, etc.). De modo que nesse processo, o solo urbano tende a se valorizar, mas as atividades rurais tendem a permanecer, pois muitos daqueles que já residiam na área, continuam a preservar hábitos e costumes anteriores, conforme Figura 19.

Por outro lado, é possível afirmar também, que muitos daqueles que geralmente são de origem rural, tendem a buscar o trabalho na terra como forma de sobrevivência, o que contribui para a permanência de elementos rurais na cidade, tornando a agropecuária no caso deste pesquisa, um elo de integração rural urbano.

Figura 19 - Rês amarrada na porta de casa no Residencial Francisco Marreiros.



Fonte: SILVA, 2014.

A Figura 19 representa um costume bem antigo, bem típico do mundo rural. São exemplos de hábitos de pessoas, cujas terras foram invadidas pela cidade, mas mantêm a prática de criar animais. Como o espaço se tornou pequeno, estes animais são às vezes amarrados à porta da casa do proprietário, para tirar o leite pela manhã e soltá-los durante o dia e à noite podem ficar atrás da casa, no quintal ou ficar solto pelas proximidades.

Isto demonstra que, nesta zona de Teresina, as terras que antes eram de uso rural, transformaram-se em área urbana, passando a ter uso não só urbano, mas também rural, de forma que nesses espaços as relações rurais e urbanas tendem a se redefinirem, a se reinventarem.

3.4.2 Caracterização da zona sudeste de Teresina (SZT)

“Antes, as pessoas tinham vergonha de dizer que moravam no Itararé, hoje a gente se orgulha disso, nossas casas, nossa terra hoje tem valor e vale a pena morar aqui”
(Depoimento de antigo morador do bairro Dirceu Arcoverde, 2014).

Esse depoimento condiz com um estudo realizado por Abreu (2011) sobre o crescimento dos bairros Dirceu Arcoverde (zona sudeste) e Mocambinho (zona norte), como subcentros de Teresina, onde a autora demonstra que o tecido urbano dessa cidade tornou-se mais denso a partir das décadas de 1970/80 pela formação de novos bairros nestas duas zonas, com destaque para o sudeste, considerado como novo vetor de crescimento da cidade, sendo o Dirceu Arcoverde (Itararé) o bairro que concentra maior população.

Nas décadas 90/2000, além do estado, outros agentes sociais também contribuíram para a criação de outros tipos de habitação social, no sudeste da cidade como: residenciais, condomínios, loteamentos, vilas e favelas. Vale ressaltar que de início a área em questão pertencia à zona leste, mas com a criação da Lei Nº 2.960/2000, passou a ser denominada de zona sudeste, conforme mostra a Figura 20.

O crescimento populacional dessa zona resultou na ampliação da demanda de mais serviços, tanto públicos quanto privados, assemelhando assim o bairro Dirceu ao centro tradicional de Teresina. Por isso, Abreu (2011) aponta que essa zona ficou conhecida como “Grande Dirceu”, embora seja uma denominação extraoficial, que é mais usada no cotidiano das pessoas e na mídia.

Os dados do IBGE (2010) apontam que a ZST conta com dezenove bairros, com uma população de 134.119 habitantes conforme Quadro 7. Vale ressaltar que esse valor não inclui os residentes nas vilas e favelas da região, portanto, a população dessa zona de Teresina, pode ser bem maior do que revelam os dados oficiais.

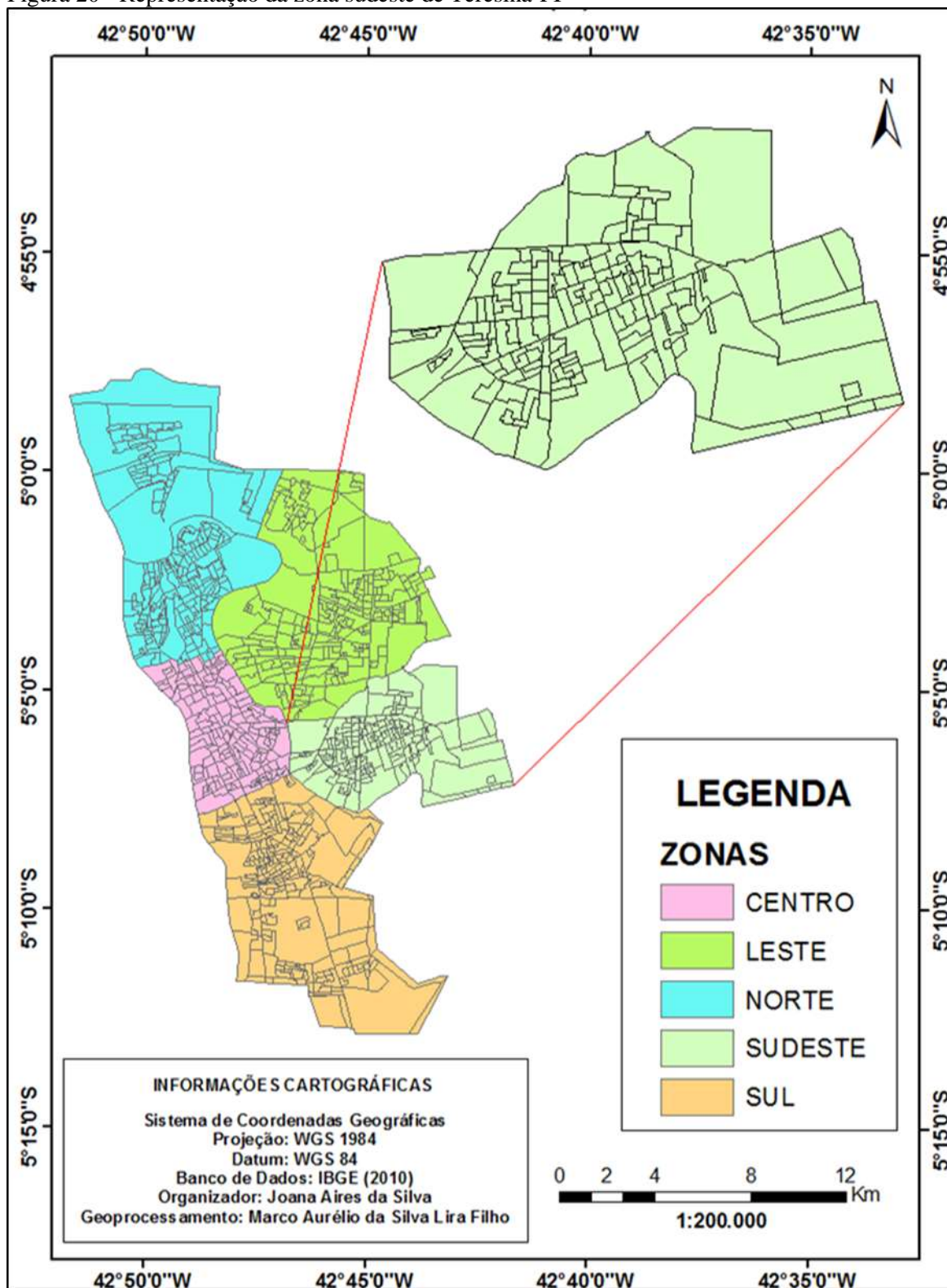
Conforme o Quadro 7, o bairro Dirceu Arcoverde é o mais populoso da região, com 37.443 habitantes. Vale também destacar que este bairro constitui-se num verdadeiro centro de atração para os bairros mais periféricos, onde a população busca produtos e serviços necessários, sem ter que recorrer ao centro da cidade (TERESINA, 2009).

Dentre muitos serviços, que o bairro Dirceu centraliza, neste caso em nível estadual, trata-se do Terminal de Petróleo, que através das Empresas Distribuidoras de Petróleo (Petrobras Distribuidora S/A, Esso Brasileira de Petróleo, Chevron Brasil Ltda. e Petróleo Sabba Ltda.) atuam como distribuidoras de gás e combustível para Teresina e todo o Piauí.

A centralidade que o bairro Dirceu exerce como polo da Região sudeste, na visão de Corrêa (1995), significa que este se constitui no foco central das principais atividades comerciais, de serviços da gestão pública e privada. Para o mesmo autor, a área central constitui-se no foco central, onde se concentram as principais atividades comerciais, de

serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e interurbanos. Neste caso a diferença é que a centralidade é referente ao bairro Dirceu em relação a sua região de influência.

Figura 20 - Representação da zona sudeste de Teresina-PI



Fonte: SILVA, 2014.

O Quadro 7 indica os bairros que compõe a zona sudeste de Teresina com suas respectivas populações.

Quadro 7 - Bairros da zona sudeste de Teresina

Bairros	Características históricas	População
Beira Rio	Loteamento Beira Rio. Compreende a área contida entre o Rio Poti e a (BR-343). É pouco povoado.	2.890
Bom Princípio	Compreende a área da zona urbana ao sul dos loteamentos Verdecap I e Verdecap II.	2.654
Colorado	Antigo loteamento que vendia lotes para chácaras. Foi oficializado como bairro, em 1988, com o II PET, adotando apenas o nome Colorado.	7.062
Comprida	Antiga gleba de terra chamada Fazenda Comprida que foi parcialmente loteada. Toda a região ficou conhecida por esse nome e constitui área de expansão da cidade.	1.672
Extrema	Na região existia uma gleba de terra com o nome de Fazenda Extrema. A área foi sendo povoada e urbanizada e manteve a mesma denominação.	5.761
Flor do Campo	Corresponde à área acrescida à zona urbana pela Lei N° 3.906, de 31 de agosto de 2009	252
Gurupi	A denominação está relacionada ao loteamento Parque Gurupi, com lotes para chácaras. Constitui área de expansão da cidade, foi oficializado em 1988 com o II PET e adotou o nome Gurupi.	13.724
Itararé	Conjunto construído pela COHAB em duas etapas: (Itararé I em 1977 e Itararé II em 1980). A área onde hoje se localiza esse bairro pertencia à Fazenda Itararé, de Pedro de Almendra Freitas, daí veio o nome do bairro, um dos mais populosos de Teresina.	37.443
Livramento	Formado por uma área de uso não residencial, recebeu o mesmo nome de uma usina lá existente – a usina Livramento.	14
Novo Horizonte	A origem do bairro se relaciona ao loteamento Novo Horizonte. Em 1986 foi construído pela COHAB o conjunto habitacional Novo Horizonte.	10.711
Parque Ideal	O nome está relacionado ao loteamento Parque Ideal, o primeiro dessa área. Nesta mesma área, posteriormente, foi implantado também o loteamento Parque Itararé.	12.440
Parque Poti	A região constitui área de expansão da cidade e recebeu o mesmo nome loteamento Parque Poti, lá existente.	4.624
Renascença	O nome se deve ao conjunto habitacional da Cohab, ali construído (Renascença I em 1986 e Renascença II em três etapas: 1988, 1989 e 1990). Em 1991, através de recursos da CEF, foi construído Renascença III.	12.685
Redonda	Esta área de expansão da cidade ocupa terras que pertenciam à Fazenda Redonda, daí o seu nome.	3.229
São Raimundo	Antiga gleba de terra conhecida por Fazenda São Raimundo, pertencente a José Camilo da Silveira. A região ficou conhecida por São Raimundo. É um bairro pouco povoado devido a sua proximidade com o rio Poti.	777
São Sebastião	Antigo povoado da zona rural de Teresina. Atualmente é área de expansão da cidade, incluída na zona urbana em 1988 com o II PET.	11.662
Tancredo Neves	É um conjunto de apartamentos construídos 1985 pela COHAB-PI, na área da antiga Fazenda Comprida. O nome é uma homenagem ao ex-presidente da República Tancredo Neves,	3.374
Todos os	Antigo povoado da zona rural de Teresina, que foi incluído na zona	1.533

Santos	urbana em 1988, com o II PET. Hoje, é área de expansão da cidade.	
Verdecap	O bairro Verdecap compreende a parcela urbana do Loteamento Verdecap	1.612
Total		134.119 habitantes

Fonte: organizado pela autora com base em dados do IBGE 2010; Lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013; Teresina em Bairros. Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br/portaltmt/orgao/downloads.php?org_codigo=14&cat_codigo=69>. Acesso em: 10 maio/2011.

Em termos comerciais, o bairro Dirceu conta com um comércio amplo e diversificado que pouco deixa a desejar em relação ao centro da cidade, sendo capaz de proporcionar emprego e atender a grande parte da demanda dos moradores, tornando dinâmica a economia local. Esse comércio se concentra em cinco eixos principais do zona sudeste: i) Avenida José Francisco de Almeida Neto, que é predominantemente comercial; ii) Ruas 90 e 91 Dirceu Arcoverde I; iii) Avenida Joaquim Nelson; iv) Avenida Noé Mendes; v) Mercados dos bairros Dirceu Arcoverde I e II e Renascença, principalmente nos finais de semana, quando o comércio se torna mais intenso (SOUSA et al., 2011).

Além da diversidade do comércio, o Dirceu conta também com serviços bancários oferecidos pelas agências do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, casas lotéricas, caixa de autoatendimento e Agências de Correios. Conta também com oficinas, postos de gasolina, bares, restaurantes, supermercados, igrejas e praças. Em termos culturais o Dirceu conta com espaço cultural, teatro e casas de eventos.

A zona sudeste de Teresina oferece serviços educacionais para todos os níveis de ensino, tanto do setor público quanto do setor privados. Em nível superior destaca-se o Campus Clóvis Moura, uma extensão da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), que oferece cursos de várias licenciaturas, além de Direito e outros. Na área da saúde, conta com hospitais, maternidade, Unidade de Pronto Atendimento, laboratórios e clínicas particulares de várias especialidades como odontologia, psicologia, ortopedia, fisioterapia etc.

Ainda são comuns na nesta zona da cidade vários tipos de indústrias, como as alimentícias, têxtil (setor de confecção), calçados, material de construção, estrutura de ferro, metálico, alumínio, madeira, etc.

Em termos de segurança e justiça, a ZST conta com Distrito Policial, Juizado de Pequenas Causas; Conselho Tutelar; Delegacia da mulher; Batalhão da Polícia Militar do Piauí (PMPI).

Em termos de acessibilidade, a ZST, através da BR 343, possui várias vias de acesso que ligam ao centro da cidade a partir das Pontes Tancredo, Wall Ferraz e Juscelino Kubistchek. Sendo servida por várias linhas de ônibus, vans e o Metrô de Teresina que atende grande parte da população da zona sudeste da cidade.

Em termos de administração, o Dirceu conta com a sede da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) órgão que funciona como uma subprefeitura e oferece serviços burocráticos diversos à população. Conta ainda com agências da Eletrobrás e da Águas e Esgotos do Piauí SA (AGESPISA), para atender aos serviços de luz e água, respectivamente.

Em termos de organizações comunitárias, existem as associações de moradores na maioria dos bairros, vilas e favelas, centros sociais, igrejas de vários segmentos religiosos, além de dezenas de outros serviços que buscam atender às necessidades populacionais, dessa zona de Teresina.

Dessa forma, apesar de intensa urbanização, ali é comum a permanência do rural que convive com o urbano ao mesmo tempo em se transforma, conforme será analisado nos capítulos seguintes.

Assim, o processo de expansão urbana dessa área, vem crescendo num ritmo acelerado, pois é cada vez maior a ação dos agentes imobiliários que avançam em direção às áreas rurais, como está acontecendo na Fazenda Redonda, conforme mostra a Figura 22, cujas terras estão sendo ocupadas com a ampliação do Residencial Francisco Marreiros, que faz parte do bairro Novo Horizonte, e, de outros empreendimentos imobiliários, surgidos na área, inclusive com construção de condomínios verticais de prédios com elevadores, cujas terras pertencem à mesma família que é proprietária da fazenda citada.

A Figura 21 mostra ao fundo a área da Fazenda Redonda, no bairro Redonda, sendo desmatada para a construção de casas da ampliação do Residencial Francisco Marreiros. Conforme nos falou um dos proprietários desta fazenda, a PMT informou que a área ao redor já está inserida no perímetro urbano da cidade e o poder público não se responsabiliza mais pelas invasões dos terrenos ainda não edificadas.

Diante das dificuldades e da diminuição das terras, segundo nos informou um dos proprietários da Fazenda Redonda, a tendência dos criadores é parar de criar gado e vender as terras, pois cada dia que se passa as ações do estado e dos promotores imobiliários como

grandes protagonistas do processo urbanização, tendem a transformar os áreas de cultivo e criação em espaço urbano, conforme indica a Figura 21.

Nesta perspectiva Corrêa (1995, p. 44), diz que “os proprietários de terra, na periferia rural-urbano, esterilizam suas áreas agricultáveis à espera de valorização para fins de loteamento”.

Assim, é possível observar na Figura 21 que a ação do setor imobiliário tem favorecido a construção de bairros residenciais em áreas com forte presença de atividade agropecuária, resultando na produção de espaços diferenciados na cidade de Teresina.

Figura 21 - Ampliação do Residencial Francisco Marreiros em terrenos na Fazenda Redonda na zona sudeste de Teresina-PI



Fonte: SILVA, 2013.

O setor imobiliário tem sido um dos responsáveis pelo avanço do urbano nesta área, em consequência deste fato, a tendência dos criadores de gado é vender as terras. Dessa forma, a terra rural que vai se transformando em área urbana, tende a adquirir novas formas de uso, como moradia, por exemplo, mas também não impede e nem elimina o uso rural.

Dentre os bairros que constituem a área de pesquisa, alguns não apresentam grande concentração urbana, a exemplo dos bairros Redonda, Comprida, Extrema, São Sebastião, São Raimundo e Todos os Santos, onde a transformação do rural em área urbana tem possibilitado a permanência de atividades remanescentes de antigos criatórios de animais e

plantações diversas. Já nos bairros Dirceu Arcoverde, Renascença e Parque Ideal, que passaram por este processo bem antes, o urbano é mais intenso, onde o rural foi recriado, de modo que em ambos os casos emergem situações que pressupõem uma inter-relação com as estruturas urbanas, apontando para o estreitamento de relações entre rural urbano.

Assim, os capítulos 4 e 5 desta tese, se apresentam como parte fundamental desse trabalho, pois neles se busca mostrar a permaência e recriação de elementos rurais no urbano a partir de duas situações: cultivo de hortaliças e criação de animais e outros cultivos no interior do espaço urbano da zona sudeste de Teresina.

4 AGROPECUÁRIA URBANA: PERMANENCIA DO RURAL NA ZONA SUDESTE DE TERESINA

4.1 Aspectos da agropecuária em Teresina e as implicações legais

Neste capítulo serão discutidos os fatores responsáveis pela permanência do rural no urbano na zona sudeste de Teresina-PI, a partir da análise de práticas de agropecuária urbana identificadas em bairros dessa zona da cidade.

A literatura a respeito da agropecuária no município de Teresina é ainda muito restrita e não costuma separar a produção rural da urbana, lembrando que um dos focos específicos deste estudo trata das atividades rurais, principalmente a criação de animais e cultivo de produtos de subsistências que permanecem no espaço urbano desta zona da cidade.

Considerando essas atividades como agricultura urbana, que diferem da horticultura como tipo diferenciado dessa prática a ser analisada no Capítulo 5, buscou-se apoio em autores como Santandreu e Lovo (2007), que inserem a criação de animais na cidade como agricultura urbana e periurbana, (ver capítulo 2 desta tese). Outros autores como Resende (2004), em Uberlândia (MG) e Vidal (2009) no Rio de Janeiro (RJ), em estudos sobre criação de animais na cidade também consideram tais atividades como agricultura urbana.

Em nível institucional, a criação de animais na cidade é enfatizada no conceito de AU, mencionado nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que trata da implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana no país, visando fomentar esta prática através da criação de projetos em parcerias com as prefeituras a partir da instalação de hortas comunitárias e criação de pequenos animais (PINHEIRO e FERRARETO, s/d).

Agropecuária reúne os substantivos agricultura e pecuária. É, portanto a área do setor primário da economia responsável pela produção de bens de consumo, mediante o cultivo de plantas e criação de animais como bovinos, caprinos, suínos, aves, dentre outros. Mesmo sendo uma atividade mais ligada ao campo, ocorre também nas cidades e nem sempre em pequenas proporções, como acontece na zona sudeste de Teresina.

Conforme Moreira (1972), a região de influência de Teresina possui um setor agropastoril caracterizado por práticas tradicionais de criação e cultivo. Este último existe também em áreas de várzea dos rios Poti e Parnaíba, onde são produzidas lavouras temporárias voltadas para subsistência (arroz, mandioca, feijão e milho) e permanentes (banana, laranja e caju), destinadas para comercialização, além das hortas já citadas que se encontram em vários espaços da cidade.

O setor agropecuário, que produz o menor impacto na economia de Teresina, representando menos de 1% do PIB da capital, sem alteração ao longo da década de 2000, mantém uma pequena parcela de sua população ocupada. Como aspectos positivos desse setor, destacam-se: i) horticultura; ii) avicultura, com um efetivo acima de 3.506.809 cabeças, constituindo-se em relevante fonte de renda do setor; iii) criação de animais - os principais efetivos são: bovinos, destinados principalmente para produção de leite, caprinos e ovinos para a produção de carne e reprodução; iv) e por último surge a opção da piscicultura em cativeiro e da floricultura (TERESINA AGENDA 2030, 2013).

Como se observa, a Tabela 3 apresenta dados condizentes com as informações da AGENDA 2030. É interessante notar que estes dados não diferenciam a produção entre zona urbana e zona rural, são dados referentes ao município de Teresina como um todo, mas comparando o tamanho desse município e a quantidade de vacarias existentes na zona urbana de Teresina, detectadas através de pesquisas em jornais e em publicações da SDR, deduz-se que esses dados incluem também animais da zona urbana.

Tabela 3 - Produção da pecuária municipal de Teresina

Espécies	Número de cabeças
Asininos	619
Aves (galinha caipira, galos, frangos e pintos)	2.327.368
Bovinos	21.732
Caprinos	6.001
Equinos	945
Muares	206

Ovinos	6.536
Suínos	13.307

Fonte: SILVA, 2013. Organizado com base em dados da Produção da Pecuária Municipal – PPM (2008).

Como mostra a Tabela 3, a produção da pecuária municipal em Teresina, destaca-se mais pela criação de bovinos, seguidos de suínos, ovinos, caprinos e outros, sendo a criação de aves, a de maior destaque no momento, como já foi dito.

Embora nas cidades modernas, os espaços de cultivo se tornem cada vez menores, os criadores de animais permanecem, mesmo diante da proibição das leis municipais que coíbem tal prática. Na cidade de Teresina, os tipos de criadores de animais variam de pequenos a médios e grandes produtores, embora as estatísticas oficiais não demonstrem os verdadeiros resultados.

O desenvolvimento de pesquisas e de políticas referentes à criação de animais em áreas urbanas no mundo inteiro, tem sido pouco e lento, muito aquém do que o necessário. A ausência de pesquisas e dados dessa natureza, em nossa realidade, dificultou a obtenção de informações sobre a agropecuária urbana em Teresina.

É fato comum no mundo, os animais serem criados na cidade de forma clandestina, porque é ilegal. No Brasil, aqueles que realizam essa prática tendem a ser excluídos daqueles que criam no espaço rural, por isto não recebem a devida atenção nem assistência necessária. Mas em outros países do mundo, os planejadores e governantes das cidades, que também negligenciaram esse setor do desenvolvimento, começam a perceber a importância dessa atividade. (VEENHUIZEN et, al., 2000).

Em Teresina, o Código Sanitário do Município (2007, p. 6), no seu Art. 32, diz que “toda e qualquer instalação destinada à criação, à manutenção e à reprodução de animais em zona urbana ou rural deve ser construída, mantida e operada em condições sanitárias adequadas e sem causar incômodo à população e transtornos ao entorno”.

A esse respeito, a legislação vigente do município estabelece o seguinte:

§ 1º Os proprietários de imóveis legalmente estabelecidos, onde existam criações de animais, são responsáveis pela manutenção das instalações destinadas a esse fim, bem como, descarte adequado de seus resíduos.

§ 2º As instalações devem obedecer aos princípios de bem-estar animal e adequar-se às exigências da espécie abrigada no local.

§ 3º Fica proibida em área urbana do Município, a criação das seguintes espécies:

i) – caprinos; ii) – ovinos; iii) – suínos; iv) – bubalinos; v) – aves; vi)– bovinos; vii) – abelhas.

Não se pode negar que quando a cidade de Teresina avançou em direção às áreas rurais, conforme foi explicado, muitos proprietários de terra continuaram a desenvolver agropecuária, mesmo em pequena escala. Outro fator que também contribui para a permanência dessas atividades na cidade diz respeito às sucessivas ondas de imigrantes providas das áreas rurais, indo habitar nos conjuntos habitacionais ou em áreas próximas, trazendo o conhecimento e a necessidade de criar animais, com o intuito de garantir o consumo doméstico e vender o excedente.

Em outras situações dessa natureza, que não são poucas, na zona sudeste de Teresina, antigos criadores de animais que tiveram suas terras invadidas pelo avanço da cidade, continuaram e continuam realizando suas práticas rurais na cidade.

A esse respeito, Mbiba (1994), analisando a situação da criação de animais nas cidades de Zimbábue, diz que a expansão das cidades vai agregando à malha urbana as áreas antes rurais, sem oferecer aos criadores desalojados nenhuma opção onde possam continuar a garantir o seu sustento, resultando que muitos desses criadores passam a cuidar de seus animais dentro da cidade ou nos seus arredores. Daí surgem conflitos, pois a população não aceita conviver com os animais.

A expansão urbana de Teresina contribuiu para a manutenção de pequenas criações de animais nos entremeios da cidade, especificamente o gado bovino, que permanece nos espaços ociosos que surgiram com o próprio crescimento da cidade. Nestes espaços, encontram-se além das áreas de pecuária remanescente, pessoas que passaram a criar animais como forma de sobrevivência, que também cultivam produtos agrícolas, como capim para alimentar os rebanhos.

Convém enfatizar que em Teresina, como em outras cidades brasileiras, a herança rural pode ser observada na sua paisagem, através da criação de animais em vários bairros. Os espaços rurais que ali permanecem, ocorrem com frequência em todas as zonas da cidade. Existem vacarias na zona norte, que é a primeira zona expansão de Teresina, na zona leste, considerada área nobre, onde é comum a presença de bovinos e equinos ao lado de um supermercado da Rede Macro, onde existe uma grande vacaria próximo ao rio Poti.

Nas zonas Sul e sudeste, que tiveram expansão urbana mais recente pós anos 70/80, a presença de vacarias e outros tipos de criação de animais é bem mais frequente, onde os animais dividem espaços com veículos de transportes em áreas de trânsito movimentado da cidade e com a própria população. Veja-se o que se lê a esse respeito em uma matéria do Jornal Meio norte¹¹ de 19 de outubro de 2008:

A expansão da zona urbana de Teresina para todos os lados está criando uma crise de convivência entre os moradores dos bairros Angelim, Areias e Conjunto Santa Fé, na zona sul de Teresina, com os donos das vacarias da região. Essa convivência está incomodando os moradores, que reclamam das moscas, do mau cheiro, da lama que fica nas vacarias. Os moradores reclamam também da presença de crianças trabalhando nas vacarias. Outros ainda reclamam que as vacarias ficam coladas às paredes das residências e que não são simples vacarias, pois uma delas tem 25 cabeças de gado. Essas vacarias devido à proximidade, umas das outras, transformam a região em um polo produtor de leite, mas como não oferece empregos formais como contrapartida chegou a vez de os moradores protestarem até contra a produção de queijos no meio da calçada de uma residência, onde os vasilhames com o leite e o soro ficam ao lado de caixas de litros de refrigerantes vazios e sujos de leite. Os moradores reclamaram para os donos das vacarias e para o poder público municipal, da exploração do trabalho infantil e da falta de higiene provocada pela atividade criatória dentro da cidade, mas nenhum dos dois tomou providências” (JORNAL MEIO NORTE, 19 out. 2008).

Essa matéria do Jornal Meio Norte, retrata aspectos reais dos quais trata esta pesquisa, pois comprova a permanência da prática de criação de animais na cidade. Mostra a realidade contrária àquilo que o Código Sanitário proíbe. As pessoas reclamam da falta de higiene com o leite, com a fabricação de queijo de forma inadequada. Temem as doenças que podem contaminar as pessoas. Mostra também a negligência do poder público, que ao mesmo tempo em que proíbe tal prática, permite sua existência. Isto leva à compreensão de que, quem possui terra faz uso dela como bem pretende, seja na cidade ou no campo.

É comum nos arredores e mesmo no interior dos bairros em todas as zonas de expansão de Teresina, a presença de vários tipos de animais, principalmente bovinos, que circulam pelas ruas e avenidas e até praças de cidade, conforme Figura 22.

Figura 22 - Presença de gado bovino na zona sul de Teresina. A) Gado bovino pastando na praça do Terminal Rodoviário no bairro Redenção. B) Gado bovino pastando na calçada de uma unidade escolar no bairro Catarina



Fonte: SILVA, 2014.

Identificou-se que dentre os animais que constam na Figura 22, alguns pertencem aos moradores de antigas áreas de fazenda que permaneceram inseridas no espaço urbano de Teresina. No caso da Figura 22A, obteve-se informações de que o dono desses bovinos reside no bairro Catarina, um dos mais antigos da zona sul, onde ainda é comum a criação de animais. As reses que pastam na calçada da uma unidade escolar Figura 22B, pertencem a criadores da zona sul da cidade. Constatou-se também que os donos desses animais que vivem soltos, não dispõem de pasto e nem de terra suficiente para mantê-los presos.

4.2 A criação de animais como permanência do rural na zona sudeste de Teresina

Um estudo realizado pela SDR/GPA no ano de 2010, sobre a produção de leite da bacia leiteira¹⁸ de Teresina constatou que não só no perímetro rural, mas também no perímetro urbano dessa cidade existem criadores de bovinos. O fato de esta pesquisa considerar criadores do perímetro urbano traz informações que são fundamentais para fortalecer a hipótese desta pesquisa, que defende a permanência do rural na zona sudeste de Teresina através da prática da agropecuária urbana, Figura 23. Alguns dos criadores urbanos da pesquisa da SDR/GPA foram também entrevistados por esta pesquisadora, o que permite no decorrer das análises fazer algumas referências a esta pesquisa.

Figura 23 - Áreas com ocorrência de agropecuária urbana na zona sudeste de Teresina-PI



¹⁸ É uma zona de abastecimento formada por várias fazendas ou propriedades agrícolas que se dedicam à atividade de produção de leite, localizadas em uma determinada região, canalizada para um processador e destinada a um centro de consumo. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Bacia_leiteira 12/08/14).

Fonte: Adaptado de imagem do Google Earth, 2013.

A pesquisa feita pela SDR/GPA em 2010 se restringe à criação de bovinos, mas busca-se apoio neste estudo, segundo o qual, existem três níveis de produtores rurais em Teresina, definidos da seguinte maneira: i) pequeno produtor – possui até 10 bovinos e produz para o consumo da família e venda excedente; ii) médio produtor – cria entre 10 e 15 bovinos para consumo e vende o excedente de leite; iii) grande produtor – cria mais de 15 bovinos e produz acima de 100 litros de leite por dia destinado à comercialização com mercados mais amplos

Na área onde se realizou esta pesquisa, conforme Figura 23, foram identificadas quinze unidades denominadas aqui, de áreas de criação e cultivo, distribuídas em oito bairros da zona sudeste (Dirceu Arcoverde, Tancredo Neves, Renascença, São Raimundo, Comprida, Redonda, São Sebastião e Todos os Santos).

Dentre os bairros onde se realizou a pesquisa, as áreas foram identificadas com base na criação de bovinos e outros animais. Mesmo sendo os bovinos os mais evidentes, os demais animais também serão analisados.

Observando a Figura 23, percebe-se que a maior incidência de áreas identificadas com criação de animais encontra-se nos bairros Dirceu Arcoverde, Tancredo Neves e Comprida, onde se concentram sete (7) unidades produtivas. As outras unidades ficam mais dispersas, sendo duas (2) localizadas no bairro São Raimundo; duas (2) situadas no bairro Redonda, sendo estas consideradas como as maiores vacarias da zona sudeste, voltadas mais para a criação de gado de leite; uma (1) situada no bairro Renascença; duas (2) localizadas no bairro São Sebastião e uma (1) que fica no bairro Todos os Santos.

Vale ressaltar que em todas estas áreas, as atividades agropecuárias já existiam antes da cidade, como antigas fazendas ou criatório de outros animais, assim também como cultivo de capim e agricultura de subsistência, que ainda permanecem, convivendo com a cidade.

Levando-se em consideração a criação de bovinos na área de pesquisa, Figura 23, foram constatados dois dos tipos de criadores classificados pela SDR/GPA em 2010.

Conforme Figura 24, identificou-se pequeno e grande produtor. Sendo pequenos produtores aqueles que criam até dez bovinos com finalidade de consumo e venda do excedente e os grandes produtores, os que criam acima de quinze bovinos com as mesmas finalidades, consumo familiar e comercialização, só que para um mercado mais amplo. Com

relação aos animais que aparecem na Figura 24A, constatou-se através de observação que nesta área são criados muitos bovinos e equinos bem tratados.

Os responsáveis pelos animais não responderam a todas as perguntas, pois não queriam se comprometerem, mas permitiram fotografar o local. Foi possível perceber que o local é grande, como mostra a Figura 24B, com apenas alguns cavalos, os bovinos ficam mais escondidos por trás do prédio velho da Cerâmica Fortes¹⁹ e só aparecem quando é para pastar, manhã e tarde.

Figura 24 - Criação de animais no bairro Dirceu Arcoverde, zona sudeste de Teresina-PI. A) Bovinos pastando em espaços muradas ao lado de residências. B) Presença de equinos onde funcionou a antiga Cerâmica Fortes. C) Bovinos saindo do pasto em direção à residência do proprietário.



Fonte: SILVA, 2014.

¹⁹Antiga cerâmica pertencente à família “Fortes” instalada na área no início da década de 1970 para fornecer material para a construção para a dos conjuntos habitacionais (Itararé I e Itararé II) e também para outras áreas da cidade. Com a proximidade da cidade, devido à questão da poluição, não foi permitido mais o funcionamento da indústria neste local.

Observa-se na Figura 24A, que aparecem bovinos pastando, é fim de tarde, momento em que eles se encontram no local. Como se percebe, a área se apresenta com duas laterais muradas, fazendo divisa inclusive com muros de residências e o outro lado cercado com arame farpado defronte à Avenida Noé Mendes e a outra lateral é protegida pelo antigo prédio da Cerâmica Forte, onde se observa a presença de alguns equinos, Figura 24B.

As pessoas que residem próximas ao local ficam receosas de falar, mas mesmo assim informaram que a terra e o gado pertencem ao Grupo Claudino, (grande grupo empresarial de Teresina, que agrega vários ramos de investimentos, inclusive o de frigoríficos).

As áreas que constam na Figura 24 são bem próximas uma da outra. Percebe-se que os animais da Figura 24A, estão bem mais perto de residências, inclusive num local quase todo murado. O dono destes bovinos configura-se como um grande produtor da zona sudeste de Teresina. Embora ele não tenha fornecido informações sobre suas criações, mas a presença dos animais no espaço urbano desta zona é um fato evidente. Às vezes tem tantos bovinos neste local que as pessoas param para olhar, pois termina sendo algo estranho, a presença de animais dentro da cidade.

A área expressa na Figura 24, nas três situações, caracteriza-se como uma área ainda em processo de ocupação, que guarda alguns aspectos rurais pela pouca quantidade de edificações urbanas e pela presença da vegetação, como capim e também pela presença de animais no local. Na Figura 24C, aparece um criador de bovinos conduzindo suas reses em direção à sua casa no outro lado da Avenida Noé Mendes, onde deve acomodar seu rebanho. Pela quantidade de bovinos que este criador possui, caracteriza-se como pequeno produtor.

O produtor da Figura 24A disse que tinha prazer em responder o que fosse possível. Declarou que trabalha como vaqueiro numa grande fazenda no bairro Redonda, zona sudeste de Teresina. Permitiu que seus bovinos fossem fotografados e falou sobre sua própria criação de animais que desenvolve com a ajuda da esposa:

“cuido de gado desde pequeno, hoje tô com 37 anos e nunca fiz outra coisa na vida, se não lidar com gado, tanto aqui aonde moro como lá na fazenda. Antes nenhum dos dois era cidade, agora, de uns tempo pra cá ela tá tomando tudo. Lá** tão falando até de vender as terras porque a cidade tá invadindo tudo. Mais aqui pra nós ficou bom, mesmo sendo pouco meu gado, o leite vende bem e a gente cria outros animais também (porco e galinha) e vende tudo. A muié aqui também me ajuda, dando água e ração pros bichos. Ela sabe cuidar deles dereitim. Se tiver que levar as vacas pro pasto, é aqui na frente de casa é só trevessar a pista com elas***por causa dos carros. Tem motorista que para pá gente passar, mas tem deles que não para. Aqui perto tem muito gado, se for contar vai demorar, o sistema de criação aqui é antigo. Acho que a cidade pode ser ruim pra uns e bom pra outros. Quem cria muito tem que sair e quem cria pouco se dá bem, pouco que eu digo, mas não é tão pouco, tem ter pelo menos três vacas leiteiras e porcos sempre no ponto de*

vender É assim que eu penso” (Depoimento de um vaqueiro e também criador de gado na zona Sudeste, 2014).

Explicações da autora:

** O entrevistado se refere à cidade que tem se expandido muito nos últimos tempos;*

*** Ele se refere à fazenda onde trabalha que estar sendo invadida pela cidade;*

**** As vacas são levadas para pastar numa área de plantação de capim próximo à sua residência.*

No depoimento desse entrevistado, é possível entender que a questão da permanência do rural na cidade, representado pela criação de animais nesse espaço tem toda uma relação com o crescimento da própria cidade, com a urbanização. Ele deixa evidente na sua fala a questão do trabalho familiar como característica da agricultura urbana e ao mesmo tempo sua condição de trabalhador rural na cidade, lembrando que antes ele realizava essa atividade nos mesmos locais (na fazenda e em sua casa), só que era no campo.

Hoje a cidade invadiu seu local de trabalho e sua moradia, mas a atividade rural permanece. Ou seja, antes ele trabalhava no campo e hoje na cidade, onde também ele vende a produção, contribuindo para que hábitos e costumes rurais permaneçam na cidade, tanto em termos de trabalho como em termos de produção e de consumo, uma vez que ele vende o leite *in natura* e os animais vivos como suínos e galinhas caipiras. A esse respeito, ele ainda falou o seguinte:

“os leitão que a gente cria, já tem preferencia, é gente daqui da cidade mesmo que sabe que nós cria direitim, com todo cuidado, nossas galia também são procuradas, a gente não dá é conta da freguesia, mas num dá de criar mais do que isso não, a terra é pouca e eu me ocupo na fazenda e a muié tem a casa e ar minina pá cuidar. Assim mermo tá bom” (Depoimento do mesmo entrevistado, 2014).

Em relação a estes fatores de permanência do rural na cidade, são interessantes as contribuições de autoras como Maia (1994, 2000) e Souza (2013) que buscam mostrar que mesmo diante da intensa urbanização nas cidades, os elementos rurais permanecem, conforme se constatou no espaço urbano da zona sudeste de Teresina.

A este respeito, vale lembrar também de uma clássica afirmação de Corrêa (1990, p. 71) segunda a qual:

o reflexo social da organização espacial não diz respeito apenas ao presente, mas acumula formas herdadas do passado, que permanecem no presente e podem ser adaptadas às necessidades atuais, pois as mesmas não mudaram substancialmente ao longo do tempo. [...] Na organização espacial atual tais formas apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou um valor simbólico que justifica sua permanência.

Essa ideia pode ser ainda fortalecida a partir do pensamento de Santos (1999, p. 113) que afirma que:

em cada lugar, o tempo atual se defronta com o tempo passado cristalizado em formas. A estas formas que ficam do passado chamemos *rugosidade*, que representa espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos [...] nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

4.3 Perfil dos agentes responsáveis pela permanência do rural no urbano na zona sudeste de Teresina

A Tabela 4 indica a faixa etária e o nível de escolaridade dos entrevistados. Com relação à faixa etária, 33,33% estão com idade entre 30 e 50 anos e 66,67% possuem entre 50 e mais de 60 anos de idade, revelando que há muito tempo eles vivem (moram) e trabalham nesta terra.

Tabela 4 - Faixa etária dos agropecuaristas e urbanos da zona sudeste de Teresina.

Faixa etária	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Até 30	2	13,33
31 a 50	3	20
51 a 60	4	26,67
Mais de 60	6	40
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2013.

Sobre o nível de escolaridade, a Tabela 5 mostra que dentre os quinze agropecuaristas que responderam aos questionamentos, constatou-se que 26,67 são analfabetos e 46,66% não concluíram o ensino fundamental, enquanto que 20% deles concluíram este nível de escolaridade e apenas 6,67% deles possuem nível superior.

Tabela 5 - Nível de escolaridade dos agropecuaristas urbanos da zona sudeste de Teresina.

Escolaridade	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Analfabeto	4	26,67
E. Fund. Incompleto	7	46,66
E. Fund. Completo	3	20
Ensino Superior	1	6,67
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2013.

Entende-se que o baixo nível de escolaridade dos agropecuaristas urbanos da ZST revela também a condição de trabalhadores rurais, que vivem de atividade clandestina, o que nem sempre quer dizer baixa remuneração, pois seus produtos têm boa aceitação no mercado.

A Tabela 6 indica que todos os entrevistados residem na terra onde trabalham, sendo também que a maioria, 66,7% são proprietários das terras, 20% vivem e trabalham em terras arrendadas e 13,3% trabalham em terras emprestadas.

Diante desses dados, é possível entender que se a maioria dos agropecuaristas são proprietários, as atividades rurais tendem a continuar, a não ser que o setor imobiliário, como já vem acontecendo, possa promover maior incentivo à venda de terras.

Tabela 6 - Condições de posse da terra dos agropecuaristas urbanos da zona sudeste de Teresina.

Condição da terra	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Própria	10	66,7
Arrendada	3	20
Emprestada	2	13,3
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2013.

Lembrando que esses dados confirmam o caráter privado da terra e a liberdade que os proprietários possuem para fazer o uso que lhe convém. Retrata também a concentração de terras, mesmo na cidade. Tem o exemplo de um senhor que trabalha e mora na terra há mais de 50 anos. Outros já trabalham há menos tempo, mas todos acima de 20 anos. Apenas um entrevistado, que é cuidador de cavalos, não reside na propriedade, a qual ele aluga para cuidar dos animais durante o dia, no horário de trabalho.

A respeito da quantidade de criadores de bovinos, foi constatado que, dos quinze entrevistados, treze são criadores de gado em oito bairros da área pesquisada, Figura. 2, onde foi possível identificar duas das três condições de criadores de bovinos definidas pela pesquisa da SDR/GPA em 2010, ou seja, pequenos produtores, que criam até 10 bovinos e grandes produtores que criam acima de 15 bovinos, conforme Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 - Caracterização dos criadores de bovinos da zona sudeste de Teresina segundo a quantidade.

Criadores de gado	Valor absoluto	Porcentagem (%)
De 1 a 10 - pequenos produtores	07	46,67
De 10 a 15 - médios produtores	0	0
Acima de 15 - grandes produtores	06	40
Não criam bovinos	02	13,33
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2014.

Tendo como base os critérios já citados, a Tabela 7 indica que no espaço urbano da ZST é comum tanto a presença dos pequenos produtores (46,67%), como dos grandes produtores (40%). Diante desses dados, é possível constatar que, as duas situações se explicam, em primeiro lugar, devido ao fato de que, os pequenos produtores já possuíam pequena área de terra adquirida quando a área ainda era zona rural e sempre criaram alguns animais, inclusive vacas de leite, e hoje, mesmo na área já urbanizada eles continuam criando para o sustento da família e a venda do excedente. Os 13,33% que não criam bovinos, criam diversos outros tipos de animais.

Ainda referente à Tabela 7, percebe-se que 40% dos entrevistados são tidos como grandes produtores, pois criam acima de quinze cabeças de bovinos, chegando a produzir até 300 litros de leite/dia, conforme Tabela 18 (pág 150). Isto se explica pelo fato da cidade ter invadido o rural e esses antigos produtores ainda possuem terras em áreas que hoje fazem parte do perímetro urbano da cidade.

Como os pequenos produtores possuem poucas terras, os animais costumam ficar soltos pelas ruas ou tendem a se acomodarem em pequenos espaços próximos às residências dos proprietários, como indica a Figura 25 a seguir. Muitas vezes eles ficam soltos pelas ruas e avenidas durante o dia, mas à noite, os donos os levam para casa ou outro local.

Figura 25 - Presença do rural na cidade através de criação de gado bovino na zona sudeste de Teresina-PI. A) Bovinos pastando em áreas livres do bairro Dirceu Arcoverde. B) Bovinos presos no quintal da residência do proprietário, no bairro Comprida.



Fonte: SILVA, 2014.

Percebe-se na Figura 25A que os bovinos se encontram pastando ao ar livre próximo a uma avenida, no bairro Renascença. Como estratégia, os donos usam cordas nos pés dos animais para prendê-los e também para não fugirem para longe, por causa das reclamações dos moradores. Na Figura 25B os bovinos se encontram presos num local cercado com materiais bem diversificados, como gradeados de ferro, tijolos, madeira com aramado, tornando-se um local bem diferente em relação aos antigos currais, que eram bem amplos e mais adequados para os animais.

Figura 26 - Bovinos no quintal da residência do proprietário na zona sudeste de Teresina-PI



Fonte: SILVA, 2014.

Assim, a atividade ligada à agropecuária tem permanecido mesmo com a ação dos empreendimentos imobiliários que se intensificaram a partir da década de 1990 quando a PMT alterou o perímetro urbano da cidade para todas as zonas de crescimento de Teresina. No que diz respeito à zona sudeste trata-se da Lei 2283 de 10/03/1994. (LEI Nº 3.559, DE 20 DE OUTUBRO DE 2006), que ampliou seu perímetro urbano.

Os bovinos que constam na Figura 26 pertencem a um grande produtor da ZST. O encarregado desta fazenda falou que tem mais animais neste local, que estão repousando em outro lugar do quintal da residência da família. Vale ressaltar que esta fazenda possui certa infraestrutura que em parte se adequa aos padrões exigidos pela lei, possui poço artesiano, os currais são cercados de madeira e tem piso cimentado. Saindo desse local, debaixo dos cajueiros, os bovinos vão para o curral comer ração e dormir. É também neste local onde acontece a ordenha das vacas.

Percebe-se ainda na Figura 26, que a ação do setor imobiliário tende avançar em direção às áreas de criação de animais desta fazenda. A intervenção das imobiliárias na zona sudeste de Teresina ocorre desde os primeiros tempos de sua ocupação no final da década de 1970 e vem causando a diminuição do tamanho das propriedades, conforme indica a Tabela 8.

Outro aspecto observado nesta fazenda foi a transformação da residência da família, mas ainda guarda características rurais na própria arquitetura, como paredes de adobo, quintal bem amplo “forno de barro para assar bolo”, já em desuso, galinhas caipiras andando pelo

quintal. Muitos aspectos que retratam uma “antiga fazenda” numa área que era totalmente rural até o final da década de 1980, como o bairro Redonda, sede da referida fazenda.

Uma das proprietárias dessa fazenda, falou que grande parte das terras onde foram construídos os conjuntos habitacionais da região sudeste pertenciam ao seu pai, já falecido. Falou também que no início da década de setenta estudava em Teresina com os irmãos e era difícil visitar a fazenda devido à falta de acesso porque não tinha ponte sobre o rio Poti.

A Tabela 8, expressa opiniões dos entrevistados a respeito da mudança do tamanho da propriedade com o avanço da cidade em direção às áreas rurais, onde 66,67% confirmam a redução de suas terras, pois as mesmas foram vendidas em função da intensa valorização imobiliária que a área adquiriu ao longo do tempo. Os outros 33,33% que dizem que suas terras não diminuíram por estas se localizarem em áreas mais bem mais próximas ao rio Poti, não sendo, pelo menos por enquanto, favoráveis à ocupação com atividades urbanas mais intensas, como moradias ou outras formas de uso urbano da terra.

Tabela 8 - Mudança do tamanho da propriedade dos agropecuaristas da zona sudeste de Teresina.

Agricultores urbanos	Mudança do tamanho da propriedade		Total
	Sim	Não	
Número de pessoas	10 (66,67)	5(33,33)	15(100%)

Fonte: SILVA, 2013.

Em estudo sobre criação de bovinos na cidade de João Pessoa (PB), Maia (2000) diz que, devido à especulação imobiliária, muitos dos pequenos produtores com seus animais são tangidos de um bairro para outro, mas conseguem manter seus costumes rurais e no caso dos criadores da zona sudeste de Teresina, eles mantêm também sua tradição e estabilidade econômica.

É possível concluir também que certas áreas da ZST, sobretudo as que se localizam entre o rio Poti e a Avenida São Francisco que, de acordo com estudos realizados por Lima e Augustin (2011), são áreas que em sua maior parte correspondem à planície de inundação e baixos terraços do rio Poti, encontrando-se em condições de inundações periódicas por esse rio e/ou pequenos afluentes, sendo considerados portanto, inadequados para habitação humana, o que acaba contribuindo para a permanência da agropecuária na cidade.

Em relação ao tamanho das propriedades dos agropecuaristas urbanos da SZT, a Tabela 9 indica que 73,33% deles possuem áreas de terras na cidade com tamanho de até 5 ha e 26,67% possuem áreas maiores que 5ha.

Tabela 9 - Tamanho da propriedade dos agropecuaristas da zona sudeste de Teresina.

Agricultores urbanos	Tamanho da área de produção de leite		Total
	Até 5 há	Acima de 5 há	
Número de pessoas	11 (73,33)	4 (26,67)	15(100%)

Fonte: SILVA, 2013.

Observa-se que há um contraste em relação ao tamanho e uso da terra, pois existem proprietários que chegam a produzir até 300 litros de leite/dia numa área de apenas 5 ha de terras, enquanto outro proprietário numa área de 71 ha produz 150 litros de leite/dia. Entende-se que isto ocorre porque alguns produtores não implementam condições adequadas, que não dependem só da terra, mas também de capital, água, pasto, além de condições tecnológicas e outros cuidados como vacinação, alimentação ideal, que nem todos os produtores reúnem.

Com relação aos produtores que dispõem de pouca terra, constatou-se que ao contrário dos horticultores, que têm acesso à terra, além de apoio técnico e financeiro disponibilizados pelo poder público municipal, os pequenos criadores trabalham em condições precárias, principalmente, os criadores de bovinos que criam seus animais em espaços reduzidos ou mesmo soltos pelas ruas, de modo que durante o dia estes circulam pelos bairros da cidade, contribuindo até para marcar a paisagem urbana do sudeste de Teresina.

Foi possível conversar com um pequeno agropecuarista sobre o modo como ele cuida de suas reses em espaço cada vez menor na cidade. Ele relatou o seguinte:

“Vou falar porque a senhora tá me dizendo que é coisa de estudo. Eu digo que crio mermo três vaquia aqui na cidade, mesmo sem ter terra suficiente, deixo elas soltas todos os dias pela manhã no lugar onde tiver pasto, capim, agora tá sendo aqui nesse lugar perto do BR 343. Tem vez que levo pa bera do Poti, lá tem pasto e água. Aqui elas ficam amarradas nos pé das árvore com uma corda se não elas trevesa a BR. De tardezia eu desato elas e levo pra perto de casa. Quando não tem capim, pego restos de fruta no mercado e elas come, quando o dinheiro dá compro ração pra elas. A prefeitura já ameaçou de prender meu gado, mas tem um subrin meu empregado na prefeitura e disse que ninguém vai mexer comigo. Tô confiando nele. Outros criadores também trazem gado para esse lugar e fazem como eu faço. [] Não adianta, quando a gente gosta de criar e precisa aumentar a renda em casa a gente dá um jeito, a terra e o pasto aparece (Criador de gado anônimo, em Teresina, São Raimundo, 2014).

No caso deste pequeno criador, seus animais vivem soltos pela cidade, o que requer pouca terra e pouco capital, ao contrário dos grandes criadores. Mas foi possível perceber que os bovinos que andam soltos pelas ruas podem pertencer tanto aos pequenos como aos grandes produtores.

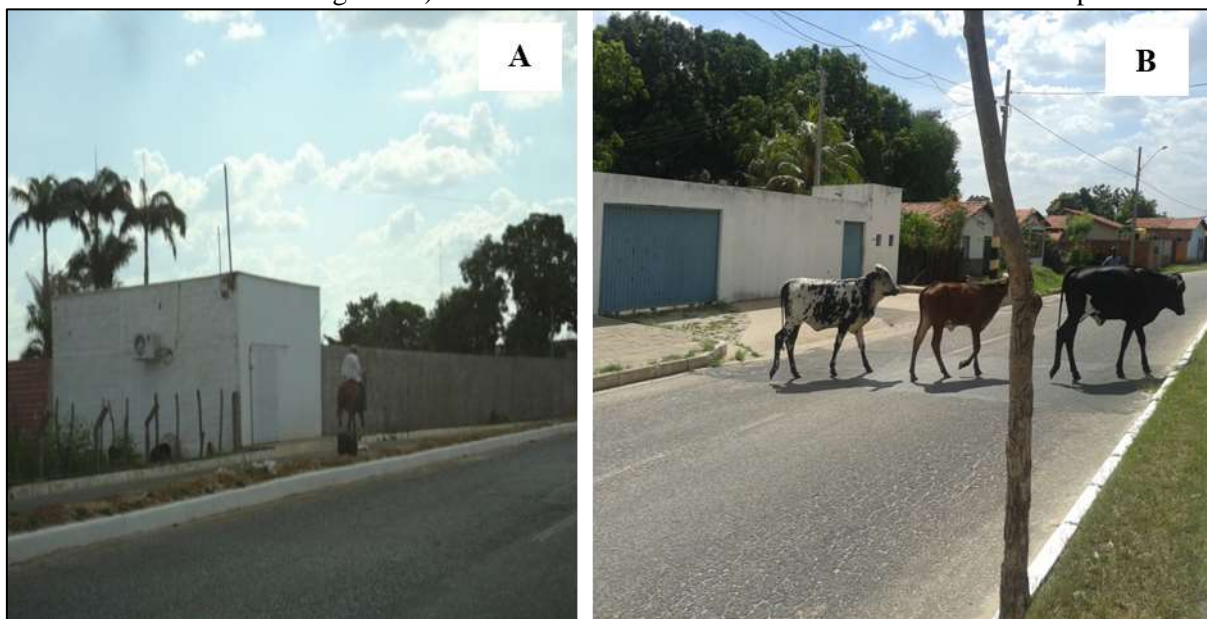
A esse respeito, Maia (2000, p 3) aponta aspectos característicos que sempre marcaram o processo de urbanização no país desde os primeiros tempos da sua formação histórica, ao enfatizar que:

a presença constante de animais que transitavam pelas ruas e abasteciam a cidade de carne e de leite da forma mais direta possível e até mesmo o despertar marcado pelo mugido das vacas, pelo berro das cabras ou pelo toque dos chocalhos foram registrados por viajantes, estudiosos, cronistas, literatos e fotógrafos que retrataram os primórdios da urbanização brasileira.

O que se observa hoje, é que esses costumes ainda acompanham o crescimento das cidades, embora ocorram de forma diferente, pois a marca do rural vai ficando no urbano, seja através da presença dos animais, seja através dos hábitos das pessoas que criam e plantam na cidade e se alimentam desses produtos de origem bem natural, como *leite in natura*, carne de animais comprados vivos, frutas etc.

Como se percebe, a ausência ou mesmo o pequeno espaço para a criação de animais na cidade os faz andar soltos pelas ruas e avenidas da cidade, no caso da Figura 27, no bairro Comprida, em que o dono das reses as conduz a um destino, de modo que os elementos rurais se intercalam no espaço urbano, confirmando a permanência dessas relações, às vezes tão contraditórias e às vezes tão interligadas, num mesmo espaço. Dessa forma, concorda-se com Rua (2006, p. 47) quando ele diz que “*rural e urbano campo e cidade se integram numa mesma racionalidade espacial*”.

Figura 27 - Relações rural urbano na zona sudeste de Teresina-PI. A) Homem montado a cavalo pelas ruas da cidade em busca do gado. B) Reses soltas na Avenida São Francisco no bairro Comprida.



Fonte: SILVA, 2014.

As Figuras 27A e 27B, expressam a presença do rural no urbano na medida que indicam uma situação, em que na zona rural representaria o vaqueiro campeando seu gado, mas neste caso é uma realidade que ocorre na cidade, então como caracterizá-la? Pode-se dizer que um senhor montado a cavalo acompanha seus bovinos pelas ruas da zona sudeste de Teresina-PI, rumo a algum local onde eles devem pastar e dormir. Estas figuras representam aspectos bem típicos do mundo rural. São estes elementos que comprovam a permanência do rural nessa zona da cidade, contribuindo inclusive para a modificação da paisagem, que se apresenta composta de elementos rurais e urbanos ao mesmo tempo.

Em outras situações, os animais ficam soltos pelas ruas até mesmo durante a noite, conforme Figura 28, que mostra vacas adentrando às hortas, o que para os horticultores representa grande prejuízo, pois elas destroem todas as plantações. Diante desse fato resolveu-se procurar os donos desses bovinos. Foi possível encontrar dois criadores, que aceitaram participar da pesquisa.

Em depoimento sobre essa situação, um dos donos dos animais revelou que:

“Os animais, principalmente o gado que é nascido e criado “nessas terras”, não estranha muito a cidade, sabem ir e voltar para seus locais de origem. Eles saem é em busca de pasto, pois com a diminuição da terra o pasto também ficou escasso. A gente não pode deixar de criar, é a sobrevivência, é isso mesmo. Esse gado sempre viveu nessa terra, sabe andar por esse Dirceu todo. Nós os donos não podemos fazer nada não temos onde prendem. Só tem que ficar atento por causa de roubos.” (Depoimento de criador de gado na zona sudeste de Teresina, 2014).

Figura 28 - Reses em busca de pasto durante a noite nas hortas do bairro Dirceu Arcoverde próximo à Estação do Metrô.



Fonte: SILVA, 2013.

Os elementos urbanos (moradias, ruas, estação de metrô) que se entrelaçam aos rurais (animais e áreas de horticultura), expressos na Figura 28, indicam diferentes usos do espaço urbano. Esta realidade pode ser associada com a concepção de espaço urbano definido por Corrêa (1995), segundo a qual este espaço é um conjunto complexo de diferentes usos da terra, simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos, que constituem a organização espacial da cidade.

No que diz respeito às relações de trabalho, a Tabela 10 indica que 73% dos entrevistados trabalham com a família, das quais 13,33% assinam carteira, e outros 13,33% que também trabalham com a família, e quando é preciso recebem dela diária, porém não foi revelado o valor desta diária.

Tabela 10 - Regime de trabalho dos agropecuaristas urbanos da zona sudeste de Teresina.

Regime de trabalho	Nº de vezes citado	Porcentagem (%)
Carteira assinada	2	13,33
Trabalho familiar	11	73,34
Trabalho familiar e paga diárias	2	13,33
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2013.

A Tabela 10 mostra que quase 87% da atividade rural na ZST se caracteriza como trabalho familiar. Esses dados fortalecem a ideia de agricultura familiar urbana, que é um adjetivo ainda pouco associado à AU, embora seja confirmada essa relação de trabalho nesta modalidade de agricultura.

Com relação às atividades realizadas pelos entrevistados, os dados da Tabela 11 indicam que, dentre os quinze agropecuaristas entrevistados, 93,33% desenvolvem atividades de pecuária e agricultura, plantando geralmente capim e algumas culturas de subsistência. Apenas um entrevistado, que representa 6,67% da pesquisa, desenvolve somente a pecuária, através da criação de equinos.

Tabela 11 - Tipos de atividades de agropecuárias produzidas na zona sudeste de Teresina.

Agricultores urbanos	Tipos de atividades			Total
	Agricultura e pecuária	Pecuária	Agricultura	
Número de pessoas	14 (93,33)	1 (6,67)	0 (0)	15(100%)

Fonte: SILVA, 2014.

A Tabela 11 indica que 93,33% dos agropecuaristas desenvolvem no sudeste de Teresina agricultura e pecuária. Nenhum entrevistado trabalha só com agricultura e apenas um trabalha somente com pecuária. Entretanto é interessante notar que de acordo com a Figura 29, há maior incidência de criação de animais do que de cultivo da terra na área de pesquisa.

Figura 29 - Permanência de atividades rurais na zona sudeste de Teresina-PI. A) Criação de bovinos em espaços murados na Avenida São Francisco no bairro Comprida. B) Criação de equinos em espaços murados no bairro Todos os Santos.



Fonte: SILVA, 2014.

As figuras 29A e 29B indicam situações em que os animais vivem na cidade em espaços murados. De modo que as atividades ligadas à pecuária situadas nesta zona de Teresina, representam uma totalidade produtiva, cujos limites coincidem com os limites da própria cidade, ruas, casas, lugares de comércio e lazer. Percebe-se que entre essas práticas socioespaciais há uma correlação estreita, formando no conjunto, uma síntese contraditória entre rural e urbano, indicando os usos diversos do solo urbano.

De acordo com Madaleno (2001), o intenso processo de urbanização e o aumento da pobreza aumentaram as atividades agrícolas no espaço urbano. Nesse contexto, esta atividade ganhou relevância no cenário da produção de alimentos, objetivando equacionar condições de reprodução social dos sujeitos citadinos, envolvendo-os com as práticas agrícolas. Essas atividades permitem compreender a importância da AU que acontece dentro das interfaces da cidade, ao mesmo tempo em que designa uma série de outras atividades, intimamente ligadas às questões econômicas locais.

Quando perguntado sobre a realização de outras atividades, 66,67% responderam que trabalham com agropecuária, 13,33% são aposentados, outros 13,33% são comerciantes, mas mesmo assim trabalham com agropecuária. Apenas um entrevistado é funcionário público, mas também atua no setor, pois esta sempre foi a atividade de sua família. Veja-se Tabela 12.

Tabela 12 - Outras atividades além da agropecuária.

Agricultores urbanos	Outro trabalho além da agropecuária				Total
	Agropecuária	Aposentados	Comerciantes	Funcionários públicos	
Número de pessoas	10 (66,67%)	2 (13,33%)	2 (13,33%)	1 (6,67%)	15(100%)

Fonte: SILVA, 2013.

Considerado por autores como Arruda (2011) e Nolasco (2009) que analisam a AU como uma atividade de caráter secundário, ou seja, que raramente alguém se dedique exclusivamente a ela, os dados da Tabela 12 indicam o contrário, pois 66,67% dos agropecuaristas pesquisados na ZST vivem desta prática, contra (13,33%) que são aposentados, outros 13,33% são comerciantes e 6,67% que são funcionários públicos mas praticam também a agropecuária.

Com relação ao tempo de trabalho na agropecuária, a Tabela 13 indica que 20% dos entrevistados trabalham há menos de 20 anos com essa atividade, já 52,3% dos sujeitos trabalham de 20 a 40 anos e 26,66% trabalham entre 41 e mais de 50 anos com agropecuária.

Tabela 13 - Tempo da atividade dos agropecuaristas urbanos na zona sudeste de Teresina.

Tempo da Atividade	Valor absoluto	(%)
Menos de 20 anos	3	20
21 a 30anos	4	26,66
31 a 40 anos	4	26,66
41 a 50 anos	2	13,33
Mais de 50 anos	2	13,33
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2014.

O tempo de ocorrência das atividades de agropecuária na ZET, há mais de 50 anos indica que nesta área já se desenvolviam práticas ligadas à criação e cultivo muito antes da construção dos conjuntos habitacionais (Dirceu Arcoverde I e II) no fim da década de 1970, como já foi dito. Conforme mostra a Tabela 13, os percentuais justificam e comprovam que a atividade nos últimos 20 anos tem se sustentado, o que representa a permanência de elementos rurais na cidade de Teresina.

4.4 Caracterização e destino da produção da agropecuária urbana realizada na zona sudeste de Teresina-PI

Como a maioria dos entrevistados trabalham com agricultura e pecuária, sentiu-se necessidade de organizar quatro Tabelas grandes (14, 15, 18 e 19), explicadas a seguir, contendo aspectos como tipos de propriedade, nome das propriedades, localização, condições de produção, tipos de posse da terra, tamanho da área, tipo e destino da produção.

Observa-se que a Tabela 14 apresenta elementos referentes à produção agrícola no sudeste de Teresina, onde é possível se constatar os tipos de propriedades, nomes, bairros de localização, condições de posse, tamanho, tipos de produtos cultivados e o destino da produção.

As denominações fazendas, sítios e chácaras, que aparecem na Tabela 14 foram designados pelos próprios proprietários. Alguns falaram o nome de sua propriedade, mas

outros preferiram não se identificarem. Por uma questão de respeito aos entrevistados, os nomes das unidades produtivas não foram revelados.

Todas estas unidades produtivas localizam-se no perímetro urbano da ZST. Alguns bairros da área de pesquisa possuem áreas bastante movimentadas, como a Avenida Noé Mendes, que margeia as hortas comunitárias. Essa Avenida corta o bairro Dirceu Arcoverde II ao centro, sendo um dos grandes corredores comerciais da Região do Grande Dirceu.

A Avenida São Francisco corta o bairro Tancredo Neves, e é bastante movimentada pela sua acessibilidade em direção a BR 343 que dá acesso ao centro da cidade. Já os bairros Comprida e Redonda, também margeados por essa avenida se limitam com as áreas mais próximas ao rio Poti, onde o uso do solo urbano é mais restrito pelas próprias condições físico-naturais do local, área de várzea do rio Poti, já explicado.

Tabela 14 - Produção agrícola: informações sobre condições de posse da terra, produção e destino da produção.

Produtores					Produção agrícola		Destino da produção agrícola		
Nº ID	Tipo de propriedade	Bairro	Condição de posse da terra	Área da propriedade	Capim	Outra	Para o rebanho próprio	Para o consumo familiar	Para a venda
1	Chácara	Comprida	Própria	5ha	X	-	X	-	-
2	Fazenda	Redonda	Própria	5ha	X	-	X	-	-
3	Fazenda	Redonda	Própria	71ha	X	-	X	-	-
4	Fazenda	Comprida	Própria	6,5ha	X	-	X	-	-
5	Campo de pasto	Dirceu Arcoverde	Arrendada	1,5ha	-	-	-	-	-
6	Chácara	Tancredo Neves	Própria	10ha	X	De subsistência (milho, feijão, macaxeira)	X	X	-
7	Fazenda	Todos os Santos	Própria	4ha	X	-	X	-	-
8	Fazenda	São Sebastião	Própria	4ha	X	-	X	-	-
9	Sítio	São Sebastião	Emprestada	8ha	X	-	X	-	-
10	Chácara	Renascença	Própria	4,5ha	X	-	X	-	-
11	Sítio	São Raimundo	Arrendada	1,0ha	X	De subsistência (milho, feijão)	X	X	-
12	Chácara	São Raimundo	Arrendada	1,5ha	X	De subsistência (milho, manga, limão)	X	X	X
13	Chácara	Dirceu Arcoverde	Emprestada	1,0ha	-	De subsistência (banana, macaxeira)	-	X	X
14	Sítio	Dirceu Arcoverde	Própria	1,0ha	X	-	X	-	-
15	Chácara	Dirceu Arcoverde	Própria	0,5ha	X	De subsistência (macaxeira)	X	X	-

Fonte: SILVA, 2013.

Com relação às condições de posse da terra já representadas na Tabela 6 (pág 123) é importante lembrar que todos os produtores residem nas propriedades, utilizadas para então morar e produzir o sustento da família (criar e plantar). Com exceção de um dos produtores, que é arrendatário, que não reside na propriedade, apenas passa o dia cuidando de uma criação de cavalos.

Com relação ao tamanho da terra, já expresso na Tabela 9 (pág 127), a maioria das propriedades medem de 0,5ha a 5ha e um percentual menor acima de 5ha, tendo apenas uma propriedade com 71 ha de terras, considerada a maior na área pesquisada.

A respeito dos produtos cultivados, de acordo com a Tabela 14, destacam-se o cultivo do capim destinado para alimentar o rebanho, seguido de algumas culturas de subsistência (milho, feijão, macaxeira, banana, limão, manga) e muito pouco para a comercialização, apenas dois produtores vendem o excedente. Um dos entrevistados comentou sobre as dificuldades para produzir em pequenos espaços na cidade:

“A colheita é pouca porque é mais difícil plantar do que criar animais ou aves”. Criar é uma atividade que ocupa pouco espaço. Já para cultivar qualquer produto é mais dispendioso, pois é necessário água para irrigar plantações. Quem tem pouca terra, que mora assim nesse lotes já dentro da cidade, nem sempre tem poço para criar um sistema de irrigação. Isso torna difícil qualquer plantação. Só se produz alguma coisa se o inverno for bom, mas é mesmo só para a família. A gente só planta mais porque já tem aquele hábito, aquele costume” (depoimento de agropecuarista urbano, 2014).

Entende-se que a presença da agricultura urbana nessa área materializada pela produção de capim e outros produtos, deve-se ao passado dessa área que já desenvolvia essa prática, e hoje, embora em pequena escala ainda permanece, no entanto tende a se transformar à medida que o urbano for se tornando mais intenso.

Na Tabela 15 procuram-se esclarecer aspectos referentes às condições da produção animal, destacando as condições e destino dessa produção. Com relação à criação de animais de grande e pequeno porte, destaca-se primeiro a criação de gado bovino, sendo (288) cabeças de gado de leite e (113) de corte; (32) equinos; (188) suínos; (143) caprinos. A criação de aves se expressa como sendo uma das maiores com (478) galinhas e (15) capote

Tabela 15 – Produção animal: informações sobre condições e produção.

Produtores					Produção animal (quantidade)						
Nº ID	Tipo de propriedade	Bairro	Condição de posse da terra	Área da propriedade	Aves		Suínos	Caprinos Ovinos	Equinos	Bovino	
					Galinhas caipiras	Capotes				Leite	Corte
1	Chácara	Comprida	Própria	5,0 há	15	-	10	40	-	10	-
2	Fazenda	Redonda	Própria	5,0 há	-	-	-	-	-	50	-
3	Fazenda	Redonda	Própria	71,0 há	-	-	-	-	-	60	60
4	Fazenda	Comprida	Própria	6,5 há	-	-	30	-	-	15	22
5	Campo de pasto	Dirceu Arcoverde	Arrendada	1,5 há	-	-	-	-	30	-	-
6	Chácara	Tancredo Neves	Própria	10,0 há	20	-	15	-	-	10	20
7	Fazenda	Todos os Santos	Própria	4,0 há	160	-	-	-	-	66	-
8	Fazenda	São Sebastião	Emprestada	4,0 há	30	-	-	-	-	5	-
9	Sítio	São Sebastião	Própria	8,0 há		-	-	-	-	1	4
10	Chácara	Renascença	Própria	4,5 há	150	-	8	-	-	51	-
11	Sítio	São Raimundo	Arrendada	1,0 há	-	-	40	40	-	6	3
12	Chácara	São Raimundo	Própria	1,5 há	50	15	10	63	2	-	-
13	Chácara	Dirceu Arcoverde	Arrendada	1,0 há	20	-	20	-	-	5	-
14	Sítio	Dirceu Arcoverde	Própria	1,0 há	15	-	30	-	-	3	4
15	Chácara	Dirceu Arcoverde	Emprestada	0,5 há	18	-	25	-	-	6	
Total				124,5 há	478	15	188	143	32	288	113

Fonte: SILVA, 2014

A partir do Quadro 8, é possível perceber a quantidade de animais criados nas unidades produtivas por cada produtor, indicando que a maioria deles cria mais de um tipo de animal, com exceção de três entrevistados que só criam bovinos e outro que só cria cavalos.

Quadro 8 - Tipos de propriedades, tamanho da área e quantidades de animais criados pelos agropecuaristas urbanos da zona sudeste de Teresina.

Unidades produtivas	Tipo de propriedade	Área	Nº de animais criados, incluindo as aves
1	Chácara	5,0 ha	75 Animais: (suínos, caprinos, bovinos e aves)
2	Fazenda	5,0 ha	50 Animais: (bovinos*)
3	Fazenda	71,0 ha	120 Animais: (bovinos*)
4	Fazenda	6,5 ha	67 Animais: (suínos e bovinos)
5	Campo de pasto	1,5 ha	30 Animais: (cavalos**)
6	Chácara	10,0 ha	65 Animais: (suínos e bovinos e aves)
7	Fazenda	4,0 ha	226 Animais: (bovinos e aves)
8	Fazenda	4,0 ha	35 Animais: (bovinos e aves)
9	Sítio	8,0 ha	4 Animais: (bovinos*)
10	Chácara	4,5 ha	209 Animais: (suínos, bovinos e aves)
11	Sítio	1,0 ha	89 Animais: (suínos, caprinos e bovinos)
12	Chácara	1,5 há	140 Animais: (suínos, caprinos, equinos e aves)
13	Chácara	1,0 há	45 Animais: (suínos, bovinos e aves)
14	Sítio	1,0 há	42 Animais: (suínos, bovinos e aves)
15	Chácara	0,5 há	49 Animais: (suínos, bovinos e aves)

Fonte: SILVA, 2014. (* Só criam bovinos. ** Só cria cavalos).

Com relação ao tipo de criação de bovinos na ZST observa-se na Tabela 16 que há um predomínio da criação de gado de leite, com 53,34% dos entrevistados. Esse dado condiz com informações apontadas pela AGENDA 2030 (2013), segundo a qual no município de Teresina se destaca a criação de gado leite. Já 33,33% dos entrevistados criam gado de leite e corte, os outros 13,33 dos sujeitos não criam bovino.

Tabela 16 - Tipos de criação de gado na zona sudeste de Teresina.

Agricultores urbanos	Tipos de atividade			Total
	Gado de leite	Gado de leite corte	Não criam gado	
Número de pessoas	8 (53,34%)	5 (33,33%)	2 (13,33%)	15 (100%)

Fonte: SILVA, 2014.

A Tabela 16 indica que há na ZST maior percentual de criador de gado de leite (53,34%) em relação ao gado de corte (33,33). Em termos econômicos, um dos criadores esclareceu que:

“o gado de leite é um comércio mais lucrativo do que a carne, pois o leite é um produto que se tem todos os dias, e criar para o abate demora mais para o gado chegar no ponto de vender. Mas quem pode criar os dois tipos, é bom. Tudo depende da terra e das condições de quem cria”
(Pequeno produtor, zona sudeste de Teresina, 2014)

Este depoimento, indica a disponibilidade desses produtos no mercado local (“carne fresca” e o *leite in natura*), conforme indica Figura 30. O comércio destes produtos fortalece o hábito rural das pessoas que vivem do trabalho nessa atividade, envolvendo aqueles que são consumidores de tais produtos, além daqueles que também passam a consumi-los por motivos culturais e ou econômicos. A Figura 30A indica a venda de carnes em açougues, bem mais barato em relação a outros locais. Já a Figura 30B, mostra a venda do leite *in natura*, também mais em conta do que nos supermercados. Nas duas situações os produtos tendem atrair os consumidores, seja pelo preço, seja pela preservação dos costumes de consumir produtos oriundos de atividades rurais.

Figura 30 - Comercialização de produtos oriundos da agricultura urbana na zona sudeste de Teresina. A) Venda de carne no bairro Tancredo Neves. B) Venda de leite *in natura* no bairro Comprida.



Fonte: SILVA, 2014.

O hábito de consumo desses produtos (carne e leite principalmente) representa a convivência harmoniosa e conflituosa ao mesmo tempo entre rurais e urbanos, diante de circunstâncias que tornam difícil diferenciar ou entender o que é um e o que é o outro.

Observando as condições do próprio local de comercialização desses produtos da Figura 30, percebe-se que se trata de pequenos produtores. As condições higiênicas dos locais estão fora dos padrões legais, mas mesmo assim as pessoas compram os produtos. O local na Avenida São Francisco é bastante movimentado, e, tanto a carne como o leite são comercializados sem problemas. Os proprietários confirmam que vendem tudo e é rápido, faltam produtos, pois a procura é grande.

Os maiores produtores estão inseridos no circuito mais moderno da grande produção, pois vendem produtos para um mercado mais exigente, formal, enquanto os pequenos vendem seus produtos, no caso o leite, para uma clientela mais próxima, pessoas simples, vizinhos ou quem passa pelas proximidades. Desse modo, Darlot (2013) diz que é necessário reinventar os mercados locais e aproximar produtores e consumidores.

Entretanto, tanto os pequenos como os grandes produtores se inserem nesse processo, que Darlot (2013) denomina circuito curto²⁰, onde há essa proximidade entre “mercados locais envolvendo produtores e consumidores”. Nessas condições de produção as práticas agrícolas na cidade expandem-se como alternativas locais em diversos espaços, trazendo vantagens para a economia urbana, dado o menor percurso da mercadoria do produtor até o consumidor, além de beneficiar parcelas significativas da população.

A Tabela 17 indica os dados com base na quantidade de entrevistados, mas como muitos deles criam tipos diferentes de animais, os percentuais ultrapassam 100%. Os entrevistados criam uma média de 1257 animais entre bovinos, equinos, suínos, caprinos/ovinos, galinhas e capotes, numa área de 124,5 ha.

²⁰Para Darlot (2013, p.142-149), “no Brasil ainda não existe definição oficial sobre circuito curto (CC), mas os representantes do setor agroalimentar na França tem utilizado o termo para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até – no máximo – um intermediário entre produtor e consumidor, segundo Chaffotte e Chiffolleau (2007) *apud* Darlot (2013), podem ser distinguidos dois casos: a venda direta (quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor) e a venda via um único intermediário (que pode ser um outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local). Tanto no Brasil como na França, as propriedades que vendem em circuitos curtos nos mercados locais são tem como base a agricultura familiar, cuja carga de trabalho deve aliar diferentes competências (produção, transformação, comercialização) buscando diminuir custos e agregar valor ao produto”.

Tabela 17 - Tipos e quantidades de animais criados na zona sudeste de Teresina

Tipos de criação/quantidade		Valor absoluto	%
Gado de leite	288	13	88,66
Gado de leite e corte	113	5	33,33
Suínos	188	9	60
Caprinos/ovinos	143	3	20
Equinos	32	2	13,33
Galinha	478	9	60
Capote	15	1	6,67
Total	1257	38	100

Fonte: SILVA, 2014.

É importante destacar que esses animais, num total de 1257 (entre animais e aves) são criados dentro da cidade nos bairros pesquisados. Sendo que 86,66% dos entrevistados criam bovinos, 60% criam suínos, 20% criam caprinos e ovinos e 13,33% criam equinos. No que diz respeito às aves, ficou evidenciado que 60% criam galinhas caipiras e apenas 6,67% criam capotes.

A criação de bovinos está mais em evidência na cidade pela sua presença nas ruas, os outros animais menores são vistos com menos frequência, e nem todos os entrevistados permitiram acesso aos seus quintais. Os animais menores costumam ficar presos, pois são fáceis de serem roubados e também por despertarem mais atenção da vigilância sanitária.

Os produtores menores que criam seus animais (bovinos) em terrenos e áreas vazias da cidade, sempre encontram dificuldades, quando chega o tempo da seca, falta capim ou pastagem para os animais e a situação fica bem mais crítica, pois não há disponibilidade de alimentos e os criadores que não têm terras próprias, correm o risco de ficar sem pastagem, e, como nos explicou um criador:

“A gente tem que dar um jeito para não ficar sem o leite que vende pois ele ajuda no sustento da família. E a solução é comprar ração, procurar restos de fruta nos mercados ou ir levar as vacas para pastar nos matos perto do rio Poti. Mas não é bom isso, não. Levar o gado para pastar longe, as vacas ficam cansadas e produz pouco e leite e causa prejuízo, por isso tem que comprar mais ração e a renda fica mais pouca. É assim a luta da gente, tem que continuar” (Depoimento de criador de bovino na zona sudeste de Teresina, 2014).

Sobre cuidados com os rebanhos, os grandes produtores de bovinos, garantem que cuidam de seus animais aplicando as doses de vacinação necessária (contra raiva, brucelose e febre-aftosa) e cuidam da alimentação saudável, adicionando às rações suplementos com vitaminas, sais apropriados (o comum associado com o mineral), além de outros cuidados, como uso de mata-bicheiras, carrapaticidas e vermífugos.

A Figura 31 representa as condições físicas de duas fazendas visitadas no bairro Redonda, onde se percebe que em parte estas fazendas possuem algumas condições adequadas. Observa-se na Figura 31A, que a área é coberta e cercada com piso de concreto, para conforto e higiene dos animais, conforme exige a vigilância sanitária. Já a fazenda indicada na Figura 31B, com muitos bovinos, possui piso de concreto bem grosseiro só numa parte e a outra sem piso. O curral não é cercado e a cobertura não comporta todos os bovinos. O empregado não forneceu mais informações, só falou que ia amarrar as vacas para tirar o leite e que não poderia falar muita coisa, mas disse que a realidade é essa mesma.

Figura 31 - Condições físicas das vacarias do bairro Redonda na zona sudeste de Teresina. A) Curral estruturado com base nos critérios exigidos pela vigilância sanitária. B) Curral com estrutura fora do padrão exigido.



Fonte: SILVA, 2014.

Isto implica que grande parte desses criadores de bovinos e de outros animais na ZST, não respeitam as regras exigidas pelo Código Sanitário do Município. E foi constatado que a maioria dos criadores deixam os animais soltos pelas ruas ou ficam em locais improvisados, amontoados, Figura 32A, e às vezes no quintal ou ao lado da própria residência, em pequenos espaços, Figura 32B sem a menor infraestrutura para a atividade criatória, como expressa a Figura 32, onde os bovinos se acomodam ao lado das residências.

Figura 32 - Criação de bovinos em espaços inadequados na zona sudeste de Teresina. A) Animais amontoados em pequeno espaço no bairro Redonda. B) Animais acomodados ao lado de residência no bairro Tancredo Neves.



Fonte: SILVA, 2014.

Por outro lado, aqueles que criam menos bovinos e outros animais não se manifestaram com relação a estes cuidados, pois as próprias condições de produção deles, sem terra suficiente e sem capital, não permitem que cuidem melhor dos seus animais.

Nas proximidades das vacarias que foram objetos desta pesquisa, é comum a criação de outros animais, como burros, para conduzir carroças, cujos donos sobrevivem de fretes destes transportes, que são bastante solicitados para transportar de entulhos, material de construção, mudanças de famílias de uma residência para outra, etc. São criados também animais menores em pequena quantidade, como suínos, caprinos e principalmente galinhas caipiras, que servem para comercialização e alimentação das famílias envolvidas nestas atividades.

Tabela 18 - Produção animal: informações sobre destino da produção de leite.

Nº ID	Quantidade de leite produzido por dia	Consumo próprio da família	Venda para o consumidor		Venda para pequenas empresas			Venda para Empresas de maior porte		Outro destino
			Direto	Em residências	Sorveterias e fábricas de picolés	Panificadoras	Fábricas de doces	Laticínios	Usinas de pasteurização	
1	80l/dia	X	-	-	-	X	-	-	-	-
2	300l/dia	X	X	-	X	-	-	X	X	-
3	150l/dia	X	-	-	-	-	-	X	X	-
4	150l/dia	X	-	X	-	-	-	X	X	-
5	*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6	60l/dia	X	X	X	-	-	-	-	-	-
7	180l/dia	X	X	X	X	-	X	-	-	-
8	5l/dia	X	-	-	-	-	-	-	-	-
9	3l/dia	X	-	-	-	-	-	-	-	-
10	250L/dia	X	X	X	X	-	-	X	-	-
11	15l/dia	X	-	X	-	-	-	-	-	-
12	*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	15l/dia	X		X	-	-	-	-	-	-
14	35l/dia	X	-	X	-	X	-	-	-	-
15	20l/dia	X	-	X	-	X	-	-	-	-
Total	1063l/dia	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*Produtores Nº 5 e Nº 12 não produzem leite.

Fonte: SILVA, 2014.

Em se tratando especificamente da criação de gado de leite, de acordo com estudo da SDR/GPA em 2010, os grandes produtores devem possuir propriedade com infraestrutura adequada para esta finalidade, pois o produto costuma ser comercializado numa escala maior em relação aos pequenos produtores. É necessário também que o produtor disponha de recursos produtivos, tais como terra e capital, que são elementos que contribuem para a rentabilidade do negócio. Tal sistema de produção requer que a propriedade disponha de uma estrutura física em que se possa planejar e estabelecer metas agronômicas, zootécnicas e econômicas e preconizar a tecnologia para o manejo animal e a produção de alimentos, assim como estabelecer a rotina de trabalho a ser usada no sistema de produção.

4.5 Comercialização informal do leite em Teresina

Com relação à quantidade de leite, ficou evidenciado na Tabela 18, que a produção diária nas unidades produtivas pesquisadas é de 1063l/dia. Dentre os criadores de gado de leite, constatou-se que 46,67% produzem de 60 a 300 litros de leite/dia, já 55,33% produzem de 3 a 20 litros de leite/dia e 13,33% não criam gado. A grande maioria dos criadores de gado, que corresponde a 86,66% dos entrevistados, usam o leite para o consumo doméstico. 26,66% do leite é vendido diretamente nas vacarias, 53,33% é vendido nas residências e nos mercados de bairros, 46,66% destina-se às usinas de pasteurização e laticínios. 26,66% dos produtores vendem para sorveterias e fábricas de picolés, 20% vendem para panificadoras e 6,67% para fábricas de doces.

Com relação ao percentual de leite vendido nas residências em Teresina, conforme SEBRAE/PI (2005), a comercialização do leite ainda é predominantemente *in natura*, 52% é vendido diretamente ao consumidor e 48% é comercializado com o atravessador.

No caso da zona sudeste de Teresina, como indica a Tabela 18 constatou-se que o leite destina-se em primeiro lugar ao consumo doméstico, e, em grande parte é vendido ao consumidor direto, ou seja, na condição *in natura*, corroborando com a informação do SEBRAE/PI (2005).

Observando-se a Figura 33, é possível perceber como funciona a retirada do leite nas unidades produtivas do sudeste de Teresina. As condições estruturais dos currais são precárias, não obedecem ao padrão do Código Sanitário do Município, mas mesmo assim, a ordenha das vacas acontece. Segundo os criadores o leite é todo vendido e as pessoas

compram sem questionar a qualidade do produto, pois o que interessa aos consumidores é o preço mais barato que nos supermercados além do desejo de consumir o leite *in natura*.

Figura 33 - Condições locais onde acontece a ordenha das vacas na zona sudeste de Teresina. A) Local de realização de ordenha das vacas no bairro Redonda. B) Ordenha realizada de forma manual em vacarias no bairro Redonda.



Fonte: SILVA, 2014.

A pesquisa confirma que o leite produzido nos bairros onde se identificaram os criadores de bovino, é vendido nas vacarias ou nas residências dos consumidores. A Figura 33A mostra os locais de realização da ordenha das vacas no bairro Redonda e Figura 33B indica a retirada do leite das vacas de forma manual, num local em condições inadequadas e os trajés dos funcionários estão totalmente fora dos padrões sanitários

Figura 34 - Recipientes onde guarda o leite para comercialização nas vacarias da zona sudeste de Teresina.



Fonte: SILVA, 2014.

As Figuras 34A e 34B indicam as vasilhas (freezer, tambores e baldes) onde o leite é guardado para ser comercializado direto na vacaria. O leite é vendido para donos de laticínios,

usinas de pasteurização, padarias, fábricas de (doces, picolés e sorvetes). O leite é comercializado sem passar por controle de qualidade, mesmo assim é todo vendido, seja para empresas, seja para as pessoas em geral

Mesmo nestas condições, as pessoas consomem o produto sem receio, como dizem os proprietários, o leite não chega, é todo vendido, seja para as empresas citadas, seja para as pessoas em geral.

Como se percebe, não é pequeno o volume de leite comercializado em Teresina e revendo-se a Tabela 18, percebe-se que grande parte desse produto é vendido no mercado informal, em condições inadequadas para o consumo.

Para o entendimento das questões que envolvem o mercado informal de leite e derivados, Gobi e Pessoa, (s/d), consideram os seguintes fatores:

“1) o grande crescimento da produção de leite sem inspeção, indica que este mercado não é formado apenas de pequenos produtores, mas também por médios e grandes produtores, que a cada dia são mais atraídos para a informalidade, o que significa que as forças políticas e econômicas deste mercado não são desprezíveis; 2) a descentralização da fiscalização por parte de estados e municípios, que piorou mais do que melhorou a situação. Não há dúvida de que não se fiscaliza e, conseqüentemente, não se pune. Já são conhecidas as ingerências políticas na fiscalização dos municípios e dos estados; 3) na atual crise de desemprego, os governos federal, estadual e municipal tendem a afrouxar a vigilância, temendo as implicações sociais que uma fiscalização rigorosa poderia trazer. Isto não acontece só com o setor leiteiro, mas em vários setores da economia do país, em que a informalidade não é uma exceção, mas uma regra; 4) mesmo que exista a decisão política de fazer cumprir a portaria, ainda assim, isto poderá não acontecer, em razão da incapacidade do governo de fiscalizar, dada a falta de recursos humanos e financeiros; 5) se, por um lado, o mercado informal representa uma concorrência desleal com o formal, por não recolher impostos e pouco ou nada se gastar para assegurar a qualidade do leite e derivados”

O volume de leite informal produzido no Brasil tem aumentado consideravelmente e se torna um fator preocupante quanto ao desenvolvimento do setor leiteiro e ao risco que este produto sem inspeção pode representar para a saúde dos consumidores.

Durante os anos de 1990, o setor leiteiro passou por profundas transformações após o crescimento do consumo de leite e derivados, atribuído principalmente à estabilização da moeda em 1994, quando a produção nacional teve que passar por uma reestruturação uma vez que apresentava baixa elasticidade de oferta. O mercado de leite envolve questões complexas como as referidas na citação anterior²¹.

²¹Veja-se Portaria n. 56 do Ministério da Agricultura de 7 de dezembro de 1999.

Constatou-se que na ZST, as questões que envolvem o mercado informal de leite estão condizentes com as condições apontadas por Gobi e Pessoa (s/d), pois a realidade de Teresina, neste sentido não foge à regra de outras cidades brasileiras, onde a produção de leite tem crescido sem a devida inspeção e fiscalização, por parte de estados e municípios, tem se tornado cada vez mais ineficiente, já que nem se fiscaliza e nem se pune.

TABELA 19 - Produção animal: informações sobre destino da produção de carnes.

Nº ID	Quantidade de carne produzida	Consumo próprio da família	Venda para o consumidor			Abatidos			Venda para Empresas		Outros destinos	
			Direto	Nas residências	Nos mercados de bairros	Por conta própria.	Em abatedouros	vivos	Frigoríficos	Restaurantes	Exposição/ Vaquejada	transporte de tração (carroça)
1	40 caprinos	X	X		X			X	X	X		
1	10 suínos	X	X		X			X				
1	10 galinhas	X	X									
*2	-	-	-	-		-	-		-	-		-
3	60 gados	X						X	X			
4	22 gados	X						X	X			
4	30 suínos	X	X			X	-	X		X	X	
*5	30 equinos											
6	20 gados	X	X			X		X	X			
6	15 suínos	X				X						
6	20 galinhas	X	X	X		X		X		X		
7	160 galinhas	X	X	X	X	X		X				
8	30 galinha	X	X	X		X		X		X		
9	04 gados	X	X					X				
10	08 suínos	X	X			X						
10	150 galinhas	X	X	X	X	X		X	X	X		
11	03 gados	X						X	X	X		
11	40 caprinos	X	X		X	X		X	X	X		

11	40 suínos	X	X			X			X	X		
12	15 capotes	X	X			X		X		X		
12	50 galinhas	X	X	X	X	X		X		X		
12	40 ovelhas	X	X			X		X		X		
12	02 equinos	-	-	-		-	-		-	-		X
12	23 caprinos	X	X			X		X	X	X		
12	10 suínos	X	X			X						
13	20 galinhas	X	X	X		X		X				
13	20 suínos	X	X			X		X				
14	30 suínos	X	X					X	X	X		
14	15 galinha	X						X	X			
14	04 gados	X								X		
15	18 galinhas	X	X		X	X		X				
15	25 suínos	X	X					X				

*os produtores Nº 2 cria gado de leite e o Nº 5 é criador de equinos.

Fonte: SILVA, 2014.

De acordo com a Tabela 19, ao todo são 1257 animais (bovinos, suínos, caprinos, ovinos, galinhas caipiras e capotes), criados principalmente para consumo familiar e comercialização.

Observando a Tabela 20, é possível perceber o destino da carne dos animais criados na zona sudeste de Teresina, as condições de abate irregulares, feita pelos próprios criadores.

Os criadores de bovinos, principalmente os pequenos, costumam vender os animais vivos para frigoríficos, mas também eles mesmos abatem e vendem em sua propriedade, mesmo sendo proibido, pois eles não levam para abatedouro, matam os animais por conta própria dentro do mato ou no fundo dos quintais.

Neste sentido, também é evidente a questão da clandestinidade, pois os animais deveriam ser abatidos em abatedouros/matadouros, etc. mas, devido à ausência de fiscalização e punição por parte dos órgãos públicos, muitos são abatidos dos padrões.

Os criadores de caprinos, ovinos e suínos costumam vender estes animais para restaurantes já tratados e para os frigoríficos os animais são vendidos vivos. Eles costumam matar os animais em casa mesmo, por conta própria e vender no quilo para os vizinhos que já são fregueses. Os produtores vendem também os animais vivos e ou abatidos nos mercados de bairros da cidade, principalmente nos finais de semana, quando aumenta a procura por estes produtos.

As galinhas em geral estas vendidas diretamente ao consumidor na casa do próprio criador ou entregues nas residências por encomenda dos interessados; são ainda vendidas nos mercados de bairro e também nos restaurantes, já tratadas.

Mesmo estando na cidade, o papel da agropecuária é produzir para consumo familiar e para venda do excedente. Neste caso, a produção agropecuária, que é parte do setor primário, mesmo estando na cidade, contribui para subsidiar a alimentação dos moradores da cidade.

Para os dois entrevistados, que são criadores de cavalos, um cria juntamente com vários outros animais, sendo os equinos destinados à venda como transporte de tração animal (carroça) e o outro cria somente cavalos para vaquejadas²².

A criação de cavalos de raça se destina para aluguel e treinamento para participar de vaquejadas que acontecem no Bairro Dirceu, como consta na Figura 34. Segundo os

²²Veja-se Maia (2000), 255-270.

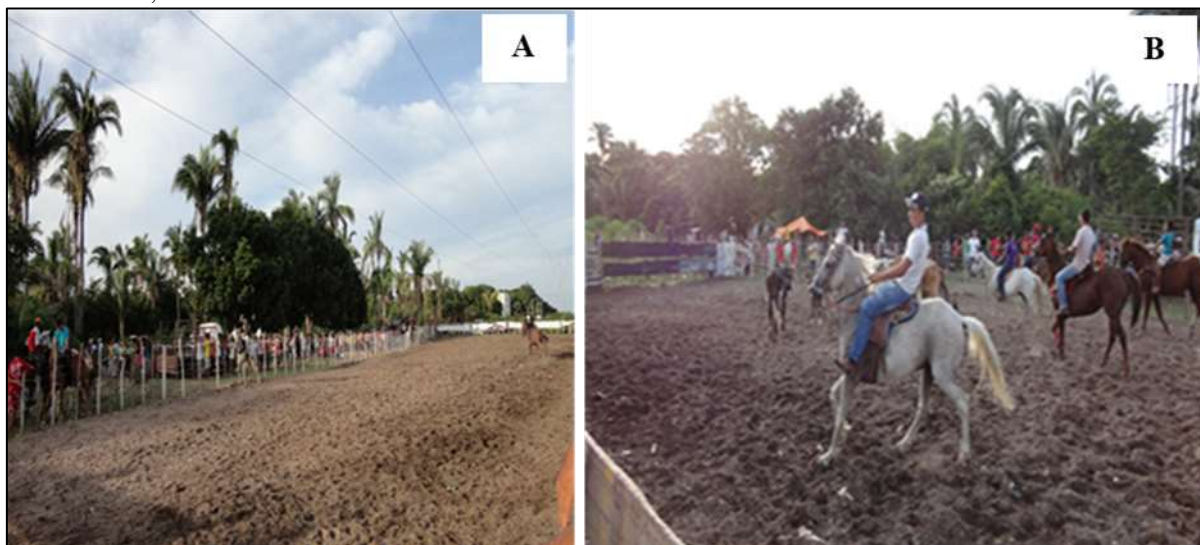
responsáveis pelo evento, esta atividade é realizada por criadores de gado e de cavalo de vários bairros da cidade, vindo também de fazendas de outras localidades do município.

Mas essa vaquejada realizada neste local difere muito das vaquejadas tradicionais, em que participava grandes criadores, vaqueiros profissionais e um público elitizado. Pela própria estrutura do local, onde ocorre o evento, no bairro Dirceu Arcoverde, próximo à Avenida Noé Mendes, essa prática acaba até pondo em risco a vida das pessoas, pois o local é pequeno e além do mais não é apropriado para tal atividade.

Veja-se o depoimento de um morador vizinho ao local que é contra a realização da vaquejada:

“Isto aí faz muito medo, esse negócio aí é perigoso. Não tem nenhuma segurança, o gado pode sair correndo e machucar as pessoas ou bater nos carros que passam pela avenida. Se existisse lei, não era para isto acontecer aqui no meio da cidade, não. Mas o movimento é grande, vem gente de longe para assistir. Algumas pessoas já reclamaram muito, mas tem outras que se beneficiam, porque vendem bebida e comida, por isto são a favor”.
(Depoimento de um morador sobre a vaquejada).

Figura 35 - Espaço para a realização de vaquejadas na zona sudeste de Teresina. A) Parque de vaquejada em área urbana no bairro Dirceu Arcoverde. B) Ocorrência de uma vaquejada na Avenida Noé Mendes, bairro Dirceu Arcoverde



Fonte: SILVA, 2014.

A Figura 35A, mostra a área correspondente ao parque de vaquejada, que fica sob os fios de alta tensão da CHESF, indicando que esta ou outras atividades rurais tendem a permanecer nesta área, pois não pode conter moradias, devido aos riscos que a eletricidade oferece. Ao fundo, distante dos fios de alta tensão fica o condomínio Noé Fortes, indicando que nas proximidades desta área, o setor imobiliário tende a avançar.

Entende-se que este terreno da CHESF inserido no Bairro Dirceu representa oportunidade para realização de práticas rurais nesta zona de Teresina, seja criação, seja cultivo, vaquejada e ou outros eventos similares.

Na Figura 35B, percebe-se que a quantidade de pessoas participantes do evento, com certeza são pessoas ligadas ao setor de criação de bovinos, que vêm prestigiar, mostrar seu cavalo, seus bois, etc, e é também uma forma de lazer que integra os produtores entre si e a cidade.

Constatou-se que esses eventos que acontecem no Parque Slova, bairro Dirceu Arcoverde semelhantes a vaquejadas, acontecem com uma frequência de três a quatro meses, e, assim como as vaquejadas tradicionais, também funcionam como lazer. Têm critérios de inscrição e premiação para os melhores. O organizador não quis fornecer mais detalhes, mas revelou que: *“esta atividade não deveria acontecer aqui perto da Avenida Noé Mendes, mas as coisas do gado não podem deixar de acontecer por causa da cidade, é a cidade que dá força para a gente continuar criando por aqui. Isso não é vaquejada, é só brincadeira que junta gente que gosta de gado e de cavalo”* (Responsável pela vaquejada na zona sudeste de Teresina, 2014).

Figura 36 - Vaqueiros derrubando o boi no Parque Slova no bairro Dirceu Arcoverde



Fonte: SILVA, 2014.

Os frequentadores da vaquejada são pequenos e grandes criadores, além de pessoas simples residentes nas proximidades e em outros bairros da cidade, que buscam diversão e querem ver principalmente a tradicional derrubada do boi, conforme Figura 36. Esta área onde se encontra o Parque Slova é alugada. Ao redor dela existem pequenos criadores de animais. Depois da continuação da Avenida Noé Mendes, que margeia as hortas do bairro Dirceu, o setor imobiliário proporcionou a valorização dos terrenos e a construção de casas e de condomínios de apartamento (Noé Fortes, Brasília I e Brasília II) ligados ao programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

Nesta área existem muitos lotes de terrenos à venda, mas os moradores que já residiam antes continuam a criar animais, mas em pequenas quantidades, dando prioridade aos animais de menor porte, devido à diminuição do tamanho das propriedades, pois o setor imobiliário continua em expansão como mostra a Figura 37, investindo inclusive, em construção de prédios de apartamentos com padrões mais sofisticados, com elevador, piscina etc.

Figura 37 - Modernização e permanência do rural no urbano. A) Construção de condomínio próximo a vacaria. B) Vacaria no bairro Tancredo Neves na zona sudeste de Teresina



Fonte: SILVA, 2014.

A Figura 37A indica a área onde está sendo construído um condomínio com padrões modernos, que fica próximo a uma vacaria, Figura 37B, uma das mais antigas da região, hoje localizada na Avenida São Francisco, bairro Tancredo Neves. Isto indica que o setor imobiliário continua investindo na zona sudeste, ao mesmo tempo em que acontece a convivência do urbano com o rural.

Conversou-se com o senhor que aparece na foto Figura 37B e ele confessou que não pretende sair do local, pois a terra sempre pertenceu à sua família e disse:

“Meu pai ainda é vivo, tá com 93 anos, não fala mais, mas daqui mesmo eu vejo a casa dele que mora aqui na frente, ali todo mundo foi criado. É só olhar pra lá que sei se ele tá bem ou não. Mesmo quando ele falecer, eu vou continuar aqui, daqui eu sustento a família e guardo as lembranças de tudo**. A terra desse lado aqui da avenida*** é ruim de vender, porque já é mais perto do rio, faz medo as enchentes, no ano que chove muito a água vem aqui perto. Esse terreno é grande dá pá ir criando os bichos mesmo com a implicação da prefeitura. Daqui não pretendo sair, não, vejo as coisas mudando aí todo dia, agora é esse prédio novo aí na frente. Meu leite eu sempre vou vender e carne também”. Aqui por perto cada vez chega mais gente, se uns não compram, outros compram e a gente sempre tem o que vender, e é assim.”* (Criador de bovino no bairro Tancredo Neves, 2014).

Explicações da autora:

* a família;

** quando área era toda rural.

*** Avenida São Francisco Figura 45. A e B

De acordo com este depoimento de um dos criadores de bovinos, as práticas rurais de criação de animais tendem a permanecer neste local, pois a procura pelos produtos como leite, ainda é grande, além do mais a terra é como o dono explicou, é difícil de ser vendida, devido às condições físico-naturais do local, inserida em área de várzea do rio Poti.

Quando foi perguntado sobre a proibição dos órgãos públicos com relação à soltura e à criação dos animais no interior da cidade, 80% dos criadores responderam que não existe proibição para 13,33% existe reclamação e 6,67% afirmaram que antes a fiscalização era maior, hoje está mais liberada, conforme Tabela 20.

Tabela 20 - Implicações legais sobre criações de animais na zona sudeste de Teresina.

Postura da lei diante da criação de animais na cidade	Valor absoluto	(%)
Não interfere, só ameaçam	12	80
Interferem	2	13,33
Já interferiram, mas atualmente não são contrários.	1	6,67
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2014.

Nesse sentido, muitos dos criadores de animais se contradizem, pois 80% afirmaram não existir nenhuma implicância. Apenas 13,33% afirmaram que o poder público proíbe, mas não tem punição e nem controle. Um dos entrevistados nos revelou a esse respeito que:

“a proibição existe para “uns” e “outros” não, pois quanto maior o número de animais e o tamanho da propriedade, menores são as implicâncias da lei. Agora a população, essa

sim, reclama muito e faz denúncias contra os criadores, mas as medidas não têm sido tomadas para proibir a criação” (Criador de gado na zona sudeste de Teresina, 2013).

Conforme já foi explicado, o processo de urbanização na cidade não aconteceu de forma homogênea, permitindo que o rural permanecesse em espaços urbanos, mas a prática da agropecuária urbana representa o fator concreto dessa realidade na zona sudeste de Teresina.

Foi possível perceber que as atividades agropecuárias são comuns tanto nas áreas de expansão recente, como nas primeiras da ZST, em que antes a população já vivia dessas atividades, a exemplo dessa criação de bovinos e equinos defronte à Avenida São Francisco, no bairro Comprida, onde existe também uma plantação de capim, como mostra a Figura 38 B. Percebe-se também que nessa área ocorrem outras formas de uso do solo urbano, como prédios, residências, posto de combustível, lavagem de carro e moto, além de vários tipos de comércio, de modo que as atividades rurais e urbanas se intercalam e convivem nessa zona da cidade.

Figura 38 - Agropecuária urbana na zona sudeste de Teresina. A) Criação de bovinos e equinos na Avenida São Francisco. B) Plantação de capim no bairro Comprida.



Fonte: SILVA, 2014.

A Figura 38A mostra a criação de animais (bovinos e equinos) na Avenida São Francisco, próximo a uma plantação de capim, Figura 38B no bairro Comprida. Estes elementos rurais ficam mais próximos a áreas de inundação na avenida citada, sendo mais comuns neste local a presença de atividades urbanas de um lado, e rurais de outro, o que indica a inter-relação do urbano com o rural e vice-versa, no bairro Comprida.

Quando foi perguntado se a expansão da cidade ameaça ou atrapalha a permanência da atividade de agropecuária na ZST, 66,67% dos entrevistados responderam que sim e 33,33% disseram que não, conforme Tabela 21.

Tabela 21 - Expansão da cidade como ameaça à permanência da agropecuária na zona sudeste de Teresina.

Expansão da cidade como ameaça à criação de animais	Valor Absoluto	(%)
Sim	10	66,67
Não	5	33,33
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2014.

Entende-se que aqueles que responderam sim, sentem-se ameaçados, pois a cidade é grande consumidora de espaço e causa a diminuição das terras de cultivo e criação. O setor de moradias cresce bastante no sudeste da cidade, com o surgimento de novos loteamentos e condomínios residenciais que interferem no desenvolvimento dessas atividades.

A proximidade com a cidade atrapalha também na obtenção de crédito, pois as atividades são tidas como irregulares e não há crédito para quem cria animais na cidade, e o forte na agropecuária da ZST é a criação de animais. As reclamações do poder público e dos vizinhos por causa dos animais soltos, também amedronta os produtores, até porque existe a legislação. Mas, por outro lado, se eles dizem que a cidade atrapalha, também ajuda bastante, pois ela garante a venda da produção.

Os 33,33% que responderam não, afirmam que podem criar os animais presos, portanto, a expansão da cidade não impede. O que importa é que na cidade tudo se vende.

Percebe-se que a cidade é vista por todos os produtores como espaço ideal para a venda da produção. Entende-se assim, que ao mesmo tempo em que a cidade é vista como ameaça para a permanência do rural no seu interior, por outro lado, é ela que o alimenta e o sustenta não só na perspectiva analisada no contexto desta zona de Teresina, mas na cidade em geral.

É neste sentido que para Lefebvre (1978), a relação entre o urbano e o rural gera formas criativas e dinâmicas de ocupação e uso da terra, o que traz como consequência, situações em que o campo se perde no seio da cidade, e esta, absorvendo o primeiro, perde-se nele.

A Tabela 22 indica que para 80% dos entrevistados, a atividade de criação na cidade compensa, pois o lucro é bom, apesar das dificuldades, mesmo sem ter política de apoio e trabalhar de forma clandestina. Para 20% dos entrevistados, a atividade não compensa, pois a diminuição dos espaços para a criação traz prejuízo ao mesmo tempo em que aumenta os gastos, pois o gado preso precisa de mais cuidados com higiene.

Tabela 22 - Implicações do ato de criar animais na cidade: compensação ou prejuízo.

Vantagens da produção	Valor absoluto	%
Compensa	12	80
Não compensa	3	20
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2014.

Quanto à renda mensal, a Tabela 23 indica que 40% dos entrevistados recebem até 3 salários mínimos mensais, 26,67% recebem de 3 a 5 salários por mês, 20% chegam a receber de 5 a 10 salários mensais e 13,33% não têm base para saber quanto recebem de salário mensalmente.

Tabela 23 - Renda mensal estimada dos agropecuaristas da zona sudeste de Teresina.

Renda mensal estimada	Valor absoluto	%
Até 3 SM	6	40
De 3 a 5 SM	4	26,67
De 5 até 10 SM	3	20
Não tem base para saber	2	13,33
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2014.

Como se percebe, as rendas dos agropecuaristas são bem razoáveis, conforme indicam os dados da Tabela 23 que justificam esta afirmativa, pois se observa que tem criadores de bovinos que produzem entre 100 e 300 litros de leite por dia. Chegando ao final do mês obtêm uma renda alta. Isto indica que a atividade compensa financeiramente.

Quando foi perguntado que costumes ainda permanecem da agropecuária de antigamente, como mostra a Tabela 24, para 20% dos entrevistados são os antigos currais e vaquejadas, estas já comentadas. Já 26,67% citaram as atividades de lavoura e plantação de capim, 33,33% se referem à criação de animais soltos e 20% fazem referência ao uso de

animais como meio de transporte (o burro que puxa a carroça e o cavalo que serve de montaria ao dono para tocar seu rebanho).

Tabela 24 - Costumes rurais permanentes na visão dos agropecuaristas da zona sudeste de Teresina.

Costumes que caracterizam a agropecuária.	Valor absoluto	(%)
Antigos currais e vaquejadas	3	20
Atividades de lavoura e plantação de capim	4	26,67
Criação de animais soltos	5	33,33
Animais como transporte	3	20
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2014.

Com relação aos currais antigos, não foi possível obter registro em áreas mais inseridas na cidade. Os que constam nas Figuras 39A e 39B, encontram-se no perímetro urbano de Teresina, determinado pela legislação municipal, portanto, ainda sem muitas características de um espaço verdadeiramente urbano.

Já a plantação de capim e lavouras de subsistência são comuns em vários bairros do sudeste. Os animais soltos estão evidentes em todos os bairros, como já foi visto. Em relação ao uso dos animais como meio de transporte, é muito comum a presença de carroças pelas ruas dos bairros do sudeste, transportando entulhos, material de construção, mudas de pessoas de um lugar para outro, etc.

Figura - 39 Antigos currais da zona sudeste de Teresina. A) Curral desativado no bairro Todos os Santos. B) Curral a ser reformado no bairro Todos os Santos.



Fonte: SILVA, 2014.

Observa-se que a Figura 39A indica um curral bem antigo, que se encontra praticamente desativado, mas, conforme o encarregado, ainda serve de abrigo para animais que andam soltos. Já o curral representado na Figura 39B abriga animais, mas segundo o proprietário, está precisando de uma reforma, então como os animais estão poucos e o terreno ao lado está à venda, o dono não sabe ainda se reforma o curral ou se vende o terreno, pois já fica próximo uma pista asfaltada e perto já tem água encanada, o que faz aumentar os preços da terra.

Entende-se que a questão da valorização da terra traz muitas dúvidas para os proprietários, com relação à venda da terra ou à criação de animais, pois os preços das terras costumam trazer mais vantagens do que a pequena criação, que é uma atividade inconstante, que, de um momento para outro, pode ser interrompida pelo avanço da cidade ou pela imposição da lei. Mas isto não quer dizer que o rural desapareça da cidade, ao contrário, ele acompanha todo este processo e persiste, embora de forma transformada, como vem ocorrendo na ZST.

É importante perceber que as ações dos agentes imobiliários, juntamente com o estado, definem a relação do rural com o urbano, a forma como esses espaços ou as relações entre eles vão se definindo a partir do processo de urbanização, onde os resquícios de rural como os “*velhos currais*” (grifo nosso), vão desenhando uma paisagem diferente que se reconfigura com a chegada do urbano.

Percebe-se que nas áreas dos currais não aparecem equipamentos urbanos, entretanto os proprietários falaram que as áreas já fazem parte do perímetro urbano de Teresina e ficam bem próximos do fim da Avenida São Francisco, caso haja prolongamento dessa avenida passará bem defronte os antigos currais. Relembra-se aqui novamente, a questão da legislação brasileira sobre as delimitações entre rural e urbano, pois são as prefeituras que determinam o que vem a ser um e outro.

A Tabela 25 mostra as opiniões dos entrevistados a respeito do futuro das atividades rurais na cidade. Para 40% deles a atividade deve permanecer, os produtores donos da terra sempre vão dar um jeito de criar animais porque é uma atividade lucrativa. Para 46,67% essa atividade tende a desaparecer por causa da pressão da cidade que cresce muito e a lei está ficando cada vez mais rigorosa. Para 13,33% a atividade deve ser repensada e incluída nas políticas de planejamento urbano.

Tabela 25 - Futuro da agropecuária urbana na visão dos produtores da zona sudeste de Teresina.

Futuro da atividade	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Permanecer	6	40
Desaparecer	7	46,67
Transformar-se	2	13,33
Total	15	100

Fonte: SILVA, 2014.

Diante do exposto, os agropecuaristas urbanos colocaram algumas das muitas dificuldades enfrentadas, assim também com as vantagens que essa atividade pode proporcionar para quem é do ramo, veja-se quadro 9 a seguir.

Quadro 9 - Obstáculos e oportunidades para realização da agropecuária urbana na zona sudeste de Teresina.

Agropecuária urbana	
Obstáculos	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> -Restrições de espaço; -Falta de crédito; -Atividade de pequena escala, desconhecida e tida muitas vezes como ilegal; -Legislação municipal que proíbe a criação de animais em áreas urbanas; -Reclamações de moradores próximos -Falta de apoio na comercialização; -Falta de mão de obra; -Furtos e roubos -Riscos de animais soltos 	<ul style="list-style-type: none"> -A prática se dá por necessidades econômicas e pela tradição cultural e social. -Terra disponível; -Afinidade e complementaridade com práticas comerciais. -Capacidade de produzir leite e carne fresca e de melhor sabor; -Experiências trazidas de imigrantes da zona rural; -Atividades que já existiam quando a área era rural -Proximidade com a cidade -Facilidade na comercialização

Fonte: SILVA, 2014.

Teresina como uma cidade que tem crescido muito nos últimos quarenta anos, tende cada vez mais a expulsar as atividades rurais para sua periferia, mas, mesmo assim, atividades desta natureza tendem a permanecer, pelas questões de sobrevivência e culturais como já foi visto anteriormente e também pela questão da presença da terra livre para cultivo e ou criação, pois sempre vão existir proprietários que têm poder de permanecer na sua própria terra. Aliada a esta situação, existem as áreas rurais recriadas, como as hortas comunitárias, de modo que o rural e o urbano tendem a se entrelaçar, a conviver, a se renovar e a se reproduzir num constante acontecer, dependendo das necessidades das pessoas.

5 AGRICULTURA URBANA: HORTICULTURA COMO FORMA DE RECRIAÇÃO DO RURAL NA ZONA SUDESTE DE TERESINA-PI

5.1 A agricultura urbana em Teresina: Iniciativas políticas de apoio à horticultura

“Pelo trabalho que faço, às vezes penso que tô na roça, mas vejo perto de mim um grande movimento, pessoas indo e vindo pegar ônibus, metrô, outros passa de carro, de moto, pra ir trabalhar. Aí vejo que tô plantando na cidade [...] O bom é que na cidade eu planto e aqui mesmo eu vendo. As pessoas, elas sempre vão comprar o tempero verde para dar um gostinho na comida, as ervas para curar gripe. Então assim eu sou feliz porque faço o que sempre fiz desde pequena, que é trabalhar na terra, com a terra, plantando e vendo o resultado” (Horticultora urbana 76 anos, entrevistada no bairro Dirceu.2013).

O sentido do verbo “recriar” o rural no título desse capítulo diz respeito às hortas urbanas que foram criadas num espaço urbano da zona sudeste de Teresina, que até os fins da década de 1970 era uma área totalmente rural. Este espaço, referido como recriado, fica sob os fios de alta tensão da CHESF, onde se encontram implantadas as hortas do bairro Dirceu.

O depoimento da horticultrice acima leva a entender que ela trabalha na roça, mas ao mesmo tempo ela percebe e descreve elementos que são da cidade, como o trânsito movimentado e o vaivém das pessoas. Ela trabalha com agricultura, uma atividade que é típica do espaço rural, mas foram recriadas dentro da cidade. A horticultrice fala do seu trabalho com a terra, não só como forma de sobrevivência, mas também como algo que traz alegria, prazer para sua vida.

Neste capítulo pretende-se a partir dos dados empíricos traçar o perfil socioeconômico dos agricultores urbanos da ZST, destacando aspectos como: origem, faixa etária, escolaridade, gênero, condições de produção (forma de aquisição de terra e condições de associativismo), atividades anteriores ao trabalho nas hortas, gosto pelo trabalho e tempo de trabalho na horta, renda familiar, força de trabalho e comercialização da produção.

Na perspectiva de que tanto o rural quanto o urbano convivem hoje no mesmo espaço, a partir da compreensão da urbanização de Teresina pós-anos 60/70, já discutida, busca-se apontar que no recorte empírico, é comum a existência de elementos rurais na cidade, e, sendo estes os resultados de uma política de geração de emprego, identificou-se na horticultrice uma forma de recriação do rural na área pesquisada.

Discutem-se também neste capítulo aspectos da agricultura urbana em Teresina a partir das políticas de apoio à horticultrice, que leva ao entendimento de que o rural se recria

ao mesmo tempo em que ocorre a permanência do projeto de hortas na ZST por quase três décadas de existência.

A localização geográfica de Teresina, situada entre dois rios e as condições rurais de parte de seus habitantes, possibilitaram a exploração agrícola desde suas origens como cidade, onde pequenos produtores aproveitavam espaços às margens dos rios para realizar práticas de cultivo e ou de criação. Tais práticas sempre estiveram integradas à cidade, mas somente com a implantação do sistema de hortas urbanas em 1987, os governos locais passaram a dar maior atenção à produção de hortaliças.

As atividades rurais em Teresina surgiram de forma espontânea, variando desde o cultivo de frutas, hortaliças, flores, plantas medicinais, criação de animais, piscicultura, etc., Nas cidades em geral, a partir da década de 1990, essas atividades em nível mundial passaram a ser denominadas pela ONU como agricultura urbana.

As práticas de horticultura urbana em Teresina, aqui consideradas como agricultura urbana, ocorrem em todas as zonas de expansão da cidade, sendo desenvolvidas geralmente por famílias de baixa e média renda, voltadas para o consumo familiar e venda do excedente. As características da AU em Teresina se expressam pela presença de hortas comunitárias, além de outros cultivos, conforme Figura 40.]

Figura 40 - Agricultura urbana em Teresina. A) Plantação de hortaliça na zona norte. B) Plantação de feijão zona sudeste.



Fonte: SILVA, 2014

Na Figura 40A, destaca-se o cultivo de hortaliças na zona norte de Teresina, como atividade que gera emprego e renda. A Figura 40B mostra uma plantação de feijão nas hortas do Parque Ideal, na zona sudeste. As duas situações indicam a presença AU em Teresina.

Como acontece nas demais cidades do mundo, a AU é praticada em espaços urbanos pertencentes ao poder público e à iniciativa privada conforme a Tabela 26, que indica as possíveis áreas de ocorrência da AU nesses espaços em Teresina.

Tabela 26 - Espaços onde se desenvolve a agricultura urbana em Teresina.

Tipos de espaços	Áreas de ocorrência
Privados	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas de propriedades privadas; - Quintais e jardins de residências das famílias; - Terrenos particulares abandonados; - Lotes não edificadas nos conjuntos habitacionais;
Públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Praças; - Escolas/creches; - Hospitais/postos de saúde; - Canteiros centrais das avenidas; - Margens das avenidas e BRs; - Faixas sob linhas de alta tensão; - Proximidades de repartições públicas; - Margens dos cursos d'água; - Proximidade da linha de trens.

Fonte: SILVA, 2014. Adaptado de Agricultura urbana: Belo Horizonte cultivando o futuro. 2008.

Dentre as várias áreas onde se desenvolvem práticas rurais na cidade de Teresina, neste estudo destacam-se terras que pertencem a instituições públicas como: i) Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Serviço Social do Estado do Piauí (SERSE), onde se encontram instaladas as hortas de Teresina e, ii) áreas de propriedades privadas destinadas à criação de animais e cultivos diversos. Essas duas situações foram selecionadas em razão do objeto desta pesquisa, que analisa a presença de elementos rurais na zona sudeste de Teresina.

As hortas urbanas surgiram nas cidades em função das migrações campo cidade, levando os migrantes, em diversos locais do mundo, ao longo do tempo, a ocupar pequenos

espaços de terras disponíveis na cidade para cultivar hortaliças, buscando consumir produtos de qualidade, além de obter renda. Independente do apoio de políticas, esse tipo de cultivo em áreas urbanas e periurbanas, tornou-se mais intenso a partir da década de 1980 nos países subdesenvolvidos, como estratégia de sobrevivência das populações mais pobres destes países (MAXWELL, 1995; BRYLD, 2003).

Murayama (1983) define a horticultura como o cultivo do horto, ou seja, a parte da agricultura que trata da exploração econômica das plantas. Nessa perspectiva, divide-a em oito ramos: olericultura – hortaliças; fruticultura – fruteiras; floricultura – flores; jardim cultura – plantas ornamentais; vive cultura – produção de mudas; cultura de plantas condimentares; de plantas medicinais, e de cogumelos comestíveis.

Na realidade brasileira, a horticultura urbana adquiriu maior expressividade nos últimos vinte anos com a intensificação da urbanização, quando os governantes passaram a se preocupar com políticas de redução de pobreza e segurança alimentar (MONTEIRO; MONTEIRO, 2008).

Essa atividade é relevante no Brasil, mas é ainda pouco estudada. Monteiro (2005) e Arruda (2006) analisaram os Programas de Hortas Comunitárias das cidades de Teresina-PI e Campinas-SP, respectivamente, em que as autoras enfatizam a importância social e econômica e os benefícios desses programas para as famílias envolvidas.

No caso de Teresina, Monteiro (2005) enfatiza também que a produção de horticultura contribuiu para reduzir a necessidade de importação de hortaliças de outros Estados, em relação ao que ocorria antes da implantação do sistema de hortas na década de 1980.

A história da implantação da horticultura em Teresina teve início em 1986, com a criação da Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB), através da Lei Nº 1839/86, de 26/01/86, com o objetivo de dar apoio à produção agrícola do Município, para sanar problemas de abastecimento da cidade, diante da grande necessidade de importação de frutas e verduras. Neste mesmo ano, a PMT preocupada em amparar crianças em situações de risco na periferia de alguns bairros da cidade, idealizou a implantação do programa de hortas urbanas com a finalidade de formação profissional e terapia ocupacional dessas crianças, de forma complementar ao período letivo, sendo essa atividade também extensiva à participação dos familiares desses menores.

Além desse objetivo, outros fatores justificaram a implantação desse projeto, como: i) aumento na produção de hortaliças para o mercado local; ii) geração de emprego e renda; iii) melhoria alimentar das famílias beneficiadas (TERESINA, 2000).

O programa foi implantado nas áreas da cidade com maiores índices de pobreza. As famílias beneficiadas foram caracterizadas pela carência de trabalho/emprego e são geralmente de origem rural, que migraram em busca de melhores condições de vida, acarretando, para Teresina, sérios problemas de ordem econômica e social.

Num primeiro momento, em 1987, foram implantadas apenas quatro hortas nos bairros Itararé e Renascença (sudeste); Promorar (sul); e Vila São Francisco (norte), aproveitando áreas institucionais da PMT e faixas de terras sob os fios de alta tensão cedidos pela CHESF.

O êxito na implantação das primeiras hortas levou à ampliação do programa de hortas nas décadas de 1990 e 2000, como se vê no Quadro 10, passando a atender um maior número de famílias em todas as zonas de expansão da cidade, visando proporcionar emprego e renda para as populações residentes em vilas e favelas na periferia de Teresina.

A decisão da PMT em ampliar o projeto de hortas partiu da preocupação com dados publicados pelo IBGE (1996), segundo os quais, na década de 1990, a população de Teresina chegou a 653.926 habitantes, desse total 15,51% habitavam em vilas e favelas, representando uma população de 95.227 habitantes. Destes, 33.537 pessoas viviam desempregadas e 28.290 sobreviviam de atividades informais, o que caracteriza um desemprego de 54% da população em idade ativa (IBGE, 1996 e CENSO DE VILAS E FAVELAS 1996).

Para a implantação das hortas urbanas, no primeiro momento, entre 1987 – 1998, a PMT procurou estabelecer parcerias e buscar apoio junto a outras entidades que possuíam objetivos semelhantes e que pudessem contribuir técnica e financeiramente, com o projeto em questão.

Quadro 10 - Relação das hortas urbanas de Teresina

DENOMINAÇÃO/ZONA DA CIDADE	ORIGEM DOS RECURSOS	ANO DE IMPLANTAÇÃO	ÁREA (ha)	Nº DE LOTES	PROPRIETÁRIO DA ÁREA
Itararé/SE	PMT/FUNABEM	1987	9,0	135	CHESF/CEPISA
Renascença/SE	PMT/FUNABEM		3,2	48	CHESF/CEPISA
São Francisco Norte/N	PMT		1,0	20	PMT
Promorar/S	PMT		2,0	41	PMT
São Francisco Sul/S	PMT	1988	1,0	18	PMT
Santa Maria da Codipi/N	PMT/FUNABEM		4,0	50	SERSE
Nova I/LE	PMT/FUNABEM	1989	4,0	40	PMT
Santa Luzia/S	PMT	1993	3,0	40	CHESF/CEPISA
Dique/N	PMT	1994	4,0	40	PU

Ideal/SE	PMT		8,0	126	CHESF/CEPISA
Risoleta Neves/N	PMT/LBA		1,0	36	PU
Nova II/LE	PMT/FBB/MBEB	1995	3,0	60	PMT
Beira Rio/N	PMT		6,3	135	PU
Monte Horebe/SE	PMT	1996	3,0	76	CHESF/CEPISA
Mafrense /N	FUNABEM		1,5	38	SERSE
Wall Ferraz/N	PMT/PAPP		8,0	198	PMT
Piçarreira/LE	PMT	1997	2,0	45	FUFPI
Tabuleta/S			5,5	126	CHESF/CEPISA
Geovane Prado/LE	PMT	1998	2,8	81	PMT
Monte Verde/N			1,3	32	PMT
Monte Verde II/N			4,7	108	PMT
Alto da Ressurreição/SE			0,9	30	PMT
Apolônia/N			2,0	55	PU
Bel Terra/SE			1,4	35	CHESF/CEPISA
Carlos Feitosa/N			3,0	68	PU
Glória I/S			1,9	51	PMT
Glória II/S			1,8	48	PMT
Avião/LE ^(S)			0,6	22	PMT
Sinhá Borges/N			2,0	60	EMBRAPA
Ferrovária/SE			1,8	39	CHESF/CEPISA
Fraternidade/LE			2,0	53	FUFPI
Irmã Dulce/S			3,8	90	PMT
Nossa Senhora da Guia/SE			1,5	38	PMT
Nossa Senhora do Rosário/S	PMT/BNDES	1999	0,7	24	CHESF/CEPISA
Nova III/LE			1,8	50	PMT
Paris/SE			2,4	68	CHESF/CEPISA
São João/S			0,4	11	CHESF/CEPISA
Santa Fé/S			2,6	66	PMT
Poti/SE			0,8	26	PMT
Firmino Filho/N			2,0	54	PU
Ininga/LE			1,0	29	PMT
São Raimundo/SE			3,0	66	CFN/CEPISA
São Francisco Sul II/S			2,0	42	PMT
Sta M. da Codipi II/N			5,4	22	PU
Apolônia II/N			22,0	63	PU
Sinhá Borges II/N			11,2	32	EMBRAPA
Alegria /S	PMT	2000	10,0	40	PMT
Camboa/N	PMT	2004	5,0	8	PMT
Avião II LE	PMT/HBB	2005	1,1	30	PMT
TOTAL (46 HORTAS)	-	-	172,4	2.713	-

Fonte: SILVA, 2013. Adaptação: Secretaria de Desenvolvimento Rural (2008) e Perfil de Teresina (2010); Manual do Horticultor (2013).

As primeiras entidades envolvidas no projeto foram a Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor (FUNABEM), Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Serviço Social do Estado Governo do Estado do Piauí (SERSE), todas ligadas à problemática da criança de rua. As demais entidades, a seguir, atendiam aos objetivos de geração de emprego e renda.

5.2 Participação dos atores junto à PMT na implantação das hortas urbanas em Teresina entre 1987-1996

- FUNABEM — Forneceu recursos financeiros para a implantação inicial das primeiras hortas em Teresina. Sua participação no programa foi até 1989, com a implantação da Horta Vila Nova I, no bairro Pedra Mole, zona leste de Teresina.
- LBA— Participou na implantação da horta na Vila Risoleta Neves em 1994, na zona norte da cidade.
- SERSE —. Participou com a cessão de terras para a implantação de hortas nos bairros Santa Maria da Codipi e Mafrense na zona norte da cidade.
- FBB — Fundação Banco do Brasil. Participou com recursos financeiros na implantação da Horta Vila Nova II em 1995, zona leste da cidade.
- MBEB — Missão Batista Equatorial do Brasil - Participou com a perfuração de um poço tubular na implantação da horta na Vila Nova II em 1995.
- PAPP/PCPR — Programa de Apoio ao Pequeno Produto Programa de Combate à Pobreza Rural. Em 1996 forneceu recursos para a implantação da horta no Parque Wall Ferraz na zona norte da cidade.

A partir de 1997, com a redefinição da política federal de apoio ao pequeno produtor rural, Teresina foi excluída desse programa, que estava mais voltado para assistir aos municípios do interior do Estado. (TERESINA, 2000).

A partir de meados dos anos noventa e anos 2000, o programa de hortas urbanas de Teresina passou a ser direcionado à criação de emprego e geração de renda. Conforme Teresina (2000), a partir de 1999 a principal fonte de recursos para esses investimentos passou a ser o BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

A seguir estão relacionadas as principais entidades colaboradoras do programa de hortas de Teresina com suas respectivas responsabilidades:

- Associações de moradores: Mobilizar as comunidades visando promover as inscrições para seleção dos horticultores, conforme os critérios pré-estabelecidos pela SEMAB.
- Famílias de baixa renda: Participar efetivamente no processo de produção com o envolvimento de todos os seus membros;
- PMT/SEMAB: Coordenar, implantar, acompanhar e avaliar o projeto e colocar à disposição seu corpo técnico e pessoal de apoio e participar financeiramente;

- PMT e SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento: Coordenar, acompanhar e avaliar as ações do subprojeto de hortas, considerando como parte integrante do Projeto Vila Bairro²³.
- BNDES: Financiar do Projeto Vila Bairro que atua na geração de emprego e renda, que também contempla as hortas urbanas.
- CHESF- Conceder áreas de terras localizadas sob as linhas de transmissão em alta tensão.
- SEBRAE-PI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí e SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural: Atuar no apoio à capacitação de horticultores;
- EMBRAPA: Ceder terras para implantação da Horta Sinhá Borges e apoio e cooperação técnico científica;
- FUFPI: Ceder terras para implantação de hortas e dar cooperação técnico-científica.
- FAPEPI - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Piauí, Dar cooperação técnico-científica.
- MAA/DFA Ministério da Agricultura e Abastecimento e Delegacia Federal da Agricultura - Manter um termo de cooperação técnica constante com a PMT.
- BNB - Banco do Nordeste do Brasil. Financiar os horticultores do Itararé (1995) para custeio e investimento.

5.3 Permanência e renovação das políticas de apoio à horticultura em Teresina.

De acordo com o Manual do Horticultor (2013, s/p), o Projeto de Hortas Comunitárias de Teresina, implantado em 1987, “fazia parte de um conjunto de ações de enfrentamento à pobreza urbana, visando garantir meios, capacidade produtiva e de gestão a grupos comunitários para melhoria de suas condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida e sua organização social”.

A partir do final da década de 1990 e década seguinte, o projeto de hortas em Teresina passou por transformações com a implantação de novas unidades em 1999, como indica o Quadro 7, tendo como parceiro financeiro o BNDES. Dessa forma, é possível entender que

²³Projeto inovador, com a mais completa intervenção pública, propiciando a populações carentes significativa melhoria em suas condições de vida, com a conquista de casa digna, calçamento, abastecimento de água domiciliar, transporte, escola, serviço de saúde, área de esporte e lazer, mercado público etc.;

estas hortas foram implantadas em momentos diferentes, mas constituem um conjunto homogêneo, que vem mantendo características semelhantes ao longo de quase três décadas de existência, o que tem possibilitado sua permanência, pois as parcerias com a PMT têm se renovado ao longo das administrações municipais, principalmente na segunda etapa de ampliação do projeto, entre 1999 e 2005.

Apesar dos conflitos e das dificuldades enfrentadas ao longo desse tempo, é importante ressaltar que esse programa foi avaliado como iniciativa positiva pelo Programa de Agricultura Urbana das Nações Unidas, num encontro em Quito, no Equador, em 2000. Entende-se que o fator principal que tem possibilitado a permanência desse projeto é a coerência das administrações municipais, que tem priorizado iniciativas em favor da continuidade das atividades de horticultura em Teresina.

De acordo com o Agrônomo representante da SDR, o projeto de hortas de Teresina um está sempre se renovando, em busca de novas parcerias, pois além desses órgãos citados, a partir de 2000 outras entidades também se tornaram parceiras importantes junto à PMT e têm contribuído para a permanência do projeto. São elas:

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – (CODEVASF) em parceria com a PMT tem destinado recursos financeiros para melhoria de infraestrutura e reestruturação das hortas comunitárias e campos agrícolas de Teresina, no sentido de colocar novas cercas, distribuir kits de irrigação, implantar serviço de segurança motorizado, iluminação e limpeza. Algumas hortas da cidade já foram contempladas com parte desses benefícios (cerca elétrica, kits de irrigação, melhor iluminação etc.).

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em convênio com a PMT intermedia a comercialização da produção de horticultura através da compra direta pelo estado ou pelo município.

Ministério do Desenvolvimento Agrário/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDA/MDS), órgãos responsáveis pela cooperação financeira.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), contribui com auxílio natalidade, auxílio doença e aposentadoria.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais: entidade que garante aos produtores associados o direito à aposentadoria, licença saúde e empréstimos bancários.

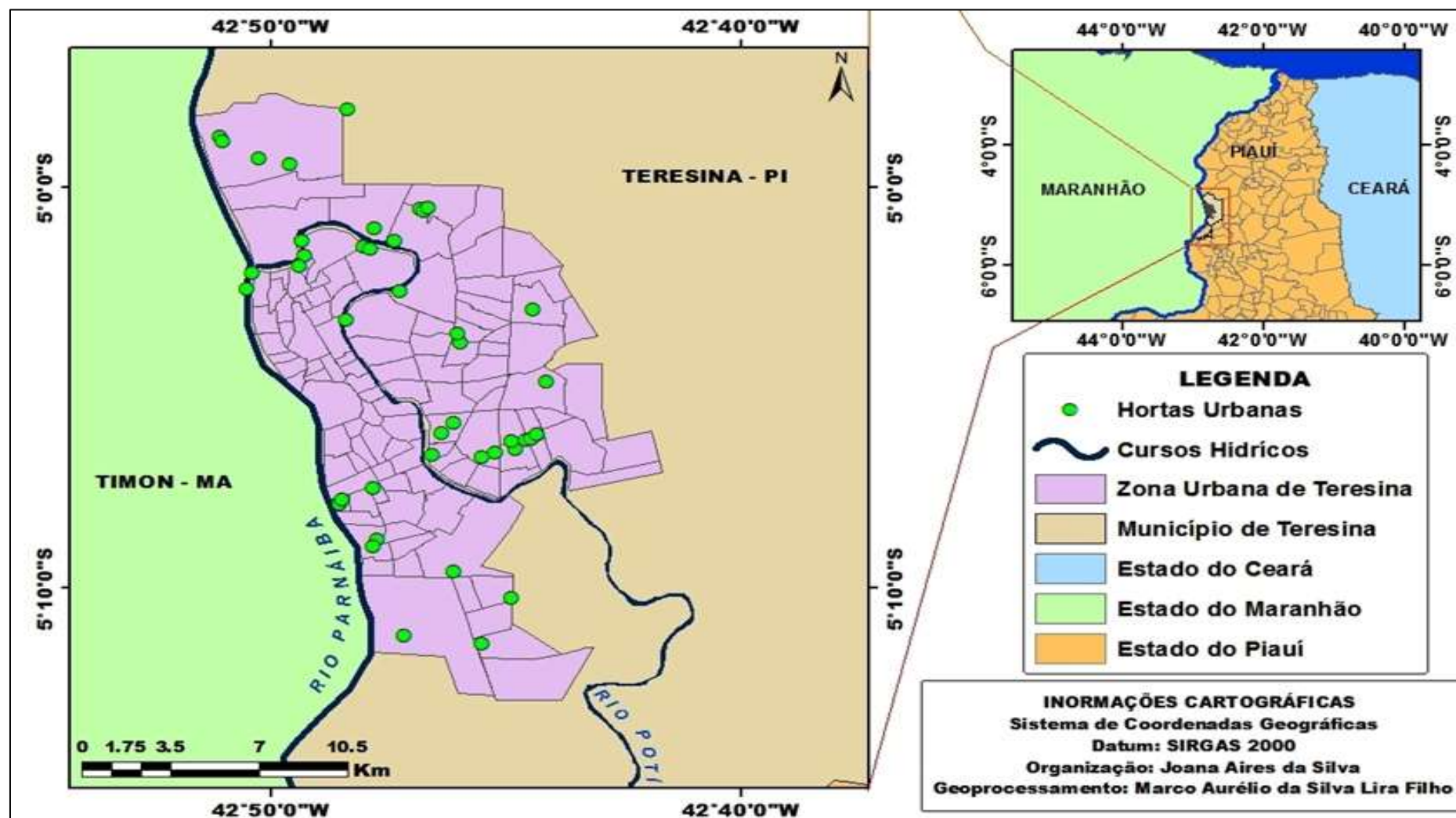
Constatou-se que a maioria dos horticultores de Teresina não se beneficiam dos recursos dessas entidades pelo fato de não serem sindicalizados, fator que os impede também

de ter acesso aos benefícios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). São raros os que se aposentam como trabalhadores rurais, os que se inserem na compra direta pela CONAB, os que têm acesso a crédito bancário, assim como outros benefícios que o associativismo poderia proporcionar para eles.

De acordo com o Manual do Horticultor organizado pela PMT (2013, p. s/n), Teresina conta hoje com 46 hortas comunitárias na zona urbana, representadas na Figura 41, totalizando uma média de 162,4ha, sendo 42 hortas com 114,1 ha e 5 hortas tipo campo agrícola com 48,3ha. Já na zona rural existem 10 projetos comunitários, perfazendo um total de 54,0 ha, que consiste em 3 hortas numa área de 5 ha e 7 campos agrícolas numa área de 49,0 ha. A área total de hortas comunitárias e campos agrícolas nas zonas urbana e rural de Teresina chega a um total de 216,4 ha.

O programa atende a uma média de quase três mil famílias de horticultores, tornando-se referência nacional, pois viabiliza o aproveitamento de áreas urbanas e periurbanas, proporcionando para as famílias envolvidas rendas que variam de 1 até 2 salários mínimos.

Figura 41 - Localização das hortas urbanas da cidade de Teresina-PI.



Fonte: SILVA, 2014.

A PMT/SDR auxilia os horticultores levando assistência técnica, cedendo caminhões para transporte de esterco, intermediando a comercialização dos produtos com a compra direta, realizada pelo município e pelo estado, bem como o programa de aquisição de alimentos através da (CONAB). Os horticultores também comercializam seus produtos na própria horta e nas feiras dos mercados de bairros.

Conforme consta no Manual do Horticultor (2013), os principais produtos cultivados pelas hortas de Teresina são: abóbora, alface, batata-doce, berinjela, beterraba, cebolinha, cenoura, coentro, couve, feijão-vagem, maxixe, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, rúcula, tomates e as plantas medicinais e ornamentais.

Assim, a AU em Teresina no que diz respeito aos projetos de hortas urbanas, tem contribuído para melhorar a alimentação das famílias da capital, além de gerar emprego e renda. Com a ampliação do programa, a partir dos anos 2000, muitos problemas têm surgido, como falta de apoio técnico e financeiro e, atualmente, há uma grande incidência de furtos nas hortas. Estes problemas têm deixado os horticultores desanimados. Mas a PMT/SDR em parceria com a CODEVASF vem adotando medidas de segurança para coibir os furtos. Dentre estas medidas destacam-se reformas nas cercas de algumas hortas, como por exemplo, a dos bairros Parque Ideal e Itararé, na zona sudeste e Tabuleta na zona sul (PORTAL 180 GRAUS 2013).

Em termos de melhorias futuras para o funcionamento do sistema de hortas, a PMT em parceria com CHESF/CODEVASF está desenvolvendo alguns projetos, inclusive um com capacidade para captar luz solar e alimentar o sistema de irrigação nas hortas (já existe uma experiência deste tipo na horta da Vila São Francisco, zona norte da cidade, uma das primeiras que foram implantadas em 1987). Outras ações dessas entidades buscam revitalizar as hortas de Teresina, para melhorar a qualidade da produção e aumentar a oferta de produtos, além de aproveitar melhor a terra e aumentar a renda dos horticultores (PORTAL 180 GRAUS, 2013).

Dessa forma, a prática de AU em Teresina, no que diz respeito à horticultura, tem cumprido sua função, que é gerar emprego e renda, proporcionar segurança alimentar para as famílias, além de aumentar a oferta de produtos locais. Segundo representantes da CEASA-PI, em 2003, Teresina importava cerca de 80% das hortaliças e frutas de outros estados como Ceará, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Maranhão, o que acarretava uma grande evasão de divisas e dificultava o crescimento econômico da cidade. Hoje, porém a produção de hortaliças tem atendido em parte o mercado local.

As 46 hortas da cidade de Teresina, Figura 41, ocupam uma área considerável de 216,4 há que produz apenas hortaliças, havendo assim uma grande dependência de Teresina em relação à importação de vários produtos como cenoura, beterraba, cebola, pimentão, etc., além de frutas em geral, conforme Quadro 11, que são importadas de outros estados brasileiros.

Quadro 11 - Produtos hortifrutigranjeiros importados de outros estados e do interior do Piauí por Teresina. Período: janeiro a junho/2009

Produtos	Unidades	Quantidade	Local de origem
Alface	Toneladas	195,40	CE/MA
Cheiro verde	Toneladas	243,50	CE/MA
Coentro	Toneladas	136,00	CE/MA
Cebolinha	Tonelada	175,50	CE/MA
Couve comum	Toneladas	12,00	CE
Couve flor	Toneladas	161,00	CE/PE
Repolho	Toneladas	1.060,00	CE/PE/BA
Abóbora	Toneladas	8.126,00	MA/GO/BA/SE/CE/PE
Abobrinha	Toneladas	4,40	CE/PE
Chuchu	Toneladas	1.490,00	PE/PA/CE
Feijão verde	Toneladas	45,00	MA
Maxixe	Toneladas	41,00	BA/CE/MA
Pepino	Toneladas	1.120,00	BA/PE/CE
Pimentão	Toneladas	804,00	PE/BA/CE
Quiabo	Toneladas	7,00	MA
Tomate	Toneladas	6.056,00	CE/PE/BA/SP/ES
Vargem	Toneladas	16,90	PE/CE/BA
Batata inglesa	Toneladas	4.220,00	RS/SC
Batata doce	Toneladas	548,00	CE/PE
Beterraba	Toneladas	2.007,00	BA/CE
Cenoura	Toneladas	2.071,00	BA/CE
Cebola branca	Toneladas	39,00	BA
Inhame	Toneladas	131,00	MA/PE/CE
Mandioca	Toneladas	95,00	MA/CE/BA
Ata	Toneladas	144,50	MA/PE
Acerola	Toneladas	136,00	CE/BA/PE
Abacate	Toneladas	3.159,00	MG/SP/BA
Abacaxi	Toneladas	2.472,00	MA/PA/BA
Banana	Toneladas	11.763,00	A/CE/MA/PE
Bacuri	Toneladas	151,00	MA
Coco verde	Toneladas	4.792,00	CE/BA
Limão	Toneladas	141,70	CE
Mamão	Toneladas	1.166,00	RN/CE
Melão amarelo	Toneladas	1.219,00	RN
Maracujá	Toneladas	1.984,00	PE/BA/ES/CE
Melancia	Toneladas	3.941,00	PE/TO/BA
Manga	Toneladas	1.200,00	BA/PE
Goiaba	Toneladas	460,0	BA/CE
Laranja	Toneladas	9.001,70	SP/GO/SE/BA/PA/MG
Pequi	Toneladas	52,00	MA

Fonte: Central de Abastecimento do Piauí-CEAP (2009). In: PERFIL DE TERESINA (2010, p. 44-45)

Defende-se aqui que as terras ociosas ou subutilizadas deveriam ser utilizadas com programas similares ao aqui analisado, buscando atender melhor à demanda do mercado local. Pois esta dependência dos produtos hortifrutigranjeiros está relacionada à concentração fundiária da terra na cidade, especificamente, nas margens dos dois rios (Parnaíba e Poti), que atravessam a zona urbana e periurbana de Teresina. Apesar de o solo ser parcialmente favorável ao cultivo agrícola, há um manancial de água de superfície e subterrânea considerável, tanto em quantidade, como em qualidade, que possibilita a irrigação na produção dessas e de outras culturas (PERFIL DE TERESINA, 2010).

Nos fins da década de 1990, o projeto de hortas urbanas de Teresina ficou conhecido em nível internacional e esta cidade foi incluída juntamente com Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Brasília (DF), Campinas (SP) e Santo Antônio do Descoberto (GO) entre as seis no Brasil, que mais se destacaram em iniciativas governamentais de apoio à prática da AU. Essas ações evidenciam a permanência da horticultura urbana em Teresina com propósitos ligados à promoção do trabalho e renda, além de produzir parte dos alimentos para as famílias dessas cidades (MONTEIRO; MONTEIRO, 2008; ARRUDA, 2006).

A própria assessoria do Programa de Agricultura Urbana da ONU, representado por Marielle Dubbeling, avaliou como positiva a experiência de Teresina, em 2000, pelo fato de atender à época em média 2500 famílias a partir de ações da PMT, que converteu uma área de 120 hectares de terrenos baldios em hortas urbanas e assegurou a concessão de terras e apoio técnico aos produtores. Esse trabalho foi apresentado em abril de 2000 em Quito, Capital do Equador. Além de Teresina, apenas Brasília representou o país no evento, ambas divulgando iniciativas de apoio à agricultura urbana no Brasil (PMT/SDR, s/d).

Foi também a partir desse encontro em Quito, que se passou a tratar as atividades de horticultura como agricultura urbana em Teresina, estendendo-se estas atribuições também para a criação de animais, lembrando que o conceito de AU definido por Mougeot (2000) e Santandreu e Lovo (2007) inclui também a criação de animais.

Diante do exposto, fica evidenciado que o programa de horticultura executado pela PMT em parceria com outras instituições, agentes financeiros, ONGs e sociedade civil, é responsável pela recriação do rural na cidade de Teresina que é representado pelo cultivo de horticultura, que permanece na cidade, tratando-se aqui da realidade da zona sudeste dessa cidade.

5.4 As hortas urbanas da zona sudeste de Teresina

O sistema de horticultura da zona sudeste só se explica a partir da realidade geral de Teresina, pelo fato de estar inserido no mesmo contexto da agricultura urbana dessa cidade, já discutido.

Diante do processo de expansão urbana pelo qual Teresina vem passando nas quatro últimas décadas, a PMT, através da parceria com vários agentes já citados, implantou o programa de hortas comunitárias nos fins da década de 1980, a princípio com finalidades terapêuticas ocupacionais para jovens em situações de vulnerabilidade social, além de objetivos concentrados na geração de emprego e renda familiar, tendo em vista o aumento de vilas e favelas criadas nas periferias da cidade (TERESINA, 2000).

Dentre as primeiras quatro hortas instaladas em Teresina em 1987, duas delas foram situadas na zona sudeste, nos bairros Itararé e Renascença, consideradas como pioneiras, que serviram de modelo e incentivo para implantação de outras hortas nos demais bairros da cidade. Na etapa de ampliação do programa de hortas, entre os anos de 1994-1999, esta zona ganhou mais dez hortas ocupando uma área de 35,90 ha, divididos em 717 lotes, formando um total de doze hortas. Veja-se o Quadro 12.

Quadro 12 - Hortas implantadas na zona sudeste de Teresina (1987-1999)

Hortas da zona sudeste	Origem dos recursos financeiros	Ano de implantação	Área (ha)	Nº Lotes	Proprietário da área
*Itararé/Dirceu	PMT/FUNABEM	1987	9,0	135	CHESF
*Renascença	PMT/FUNABEM	1987	3,2	48	CHESF
*Parque Ideal	PMT	1994	8,0	126	CHESF
**Monte Horebe	PMT	1996	3,0	60	CHESF
**Bel Terra	PMT/BNDES	1999	1,40	35	CHESF
**Ferroviária	PMT		1,80	39	CHESF
**Vila Paris	PMT		2,40	68	CHESF
**Alto da Ressurreição	PMT/BNDES		0,9	30	PMT
**Vila Poti	PMT		0,8	26	PMT
**São Raimundo	PMT		3,0	66	CFN/CHESF
**N. S. da Guia	PMT		1,5	38	PMT
Total (12 hortas)	-		Total 35,90	717	-

* Hortas pesquisadas implantadas em 1987e 1994.

** Hortas não pesquisadas implantadas na década de noventa entre 1996 e 1999.

Fonte: SILVA, 2014, a partir de dados da SDU PERFIL DE TERESINA (2010, p. 42-44)

Dentre as hortas localizadas na zona sudeste de Teresina, Uchoa et al. (2012), destacam as que se localizam sob os fios de alta tensão da CHESF, Figura 42. Segundo a autora, estas hortas caracterizam-se como uma “atividade agrícola interurbana, implantada numa área que está sob competência legal e regulamentar das autoridades urbanas, que são responsáveis pelo funcionamento dessas atividades. Estas hortas são consideradas como as maiores da América Latina, pela sua extensão, numa área de 4km, margeando a Avenida Noé Mendes, no centro do bairro Dirceu Arcoverde.

Figura 42 - Hortas da zona sudeste da cidade de Teresina localizadas sob os fios de alta tensão da CHESF e o ano de implantação.



Fonte: Adaptado de Imagem do Google Earth, 2013.

Os atores envolvidos no processo de funcionamento das hortas da zona sudeste de Teresina são as famílias cadastradas, (não existe um dado preciso, pois segundo os responsáveis há certa rotatividade de abandono e ao mesmo tempo procura pelos lotes de terras); as associações de moradores; a PMT, como executora do programa; a CHESF, como proprietária da terra; a FUNABEM, que no início do programa forneceu recursos financeiros para a implantação inicial das primeiras hortas em Teresina; o BNDES que se tornou parceiro financeiro do programa desde 1999 até ano 2000, além dos demais organismos já mencionados.

O projeto continua sendo executado pela prefeitura através da SDR, responsável pela distribuição de terra, que é cedida pela PMT/CFN/CHESF, além também de água, energia, caminhões para transportar adubo, assistência técnica e acompanhamento na manutenção do poço tubular, apoio de pessoal qualificado como técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos.

Desde o início da implantação das hortas em Teresina, a forma de acesso ao programa é a mesma, ou seja, a família preenche uma ficha de cadastro e recebe seu lote de terra. A Figura 43 indica o tamanho padrão de cada canteiro definido pela SDR, que deve ter de 1,0 a 1,2m de largura por 10,0m de comprimento, sendo este variável. Entre dois canteiros, o espaço deve medir 50 cm para circulação das pessoas e facilitar o manejo dos canteiros (MANUAL DO HORTICULTOR, 2013).

Figura 43 - Canteiros preparados para o cultivo de hortaliças na zona sudeste de Teresina-PI



Fonte: SILVA, 2013

De acordo com o Manual do Horticultor (2013), os principais produtos cultivados nas hortas, definidos pelos critérios da CHESF, são: alface, couve, quiabo, coentro, pimentinha, pimentão, cebolinha, plantas medicinais e plantas ornamentais. Alguns horticultores produzem também feijão, abóbora, milho, macaxeira e plantas ornamentais, mas estas três últimas culturas não estão incluídas na política do projeto de hortas, pois a CHESF não

permite o cultivo de plantas que cresçam acima de dois metros de altura, por questões dos riscos que as descargas elétricas podem causar aos horticultores.

A esse respeito, alguns agricultores alegam que a terra é para plantar, se é período chuvoso, aproveita-se a oportunidade do bom inverno para plantar feijão, milho e outros produtos que servem para autoconsumo e venda.

Segundo informou o Agrônomo da SDR, não existe um número preciso de famílias atendidas nas hortas da zona sudeste, pois nem todos que recebem terras conseguem se adaptar às condições de produção, havendo assim, certa rotatividade e desistências de horticultores. Quando acontecem as desistências, os canteiros são cedidos para outras famílias, e algumas delas adquiram até dez canteiros.

5.5 Perfil dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina

A maioria das atividades de horticultura na zona sudeste de Teresina são realizadas imigrantes, conforme resultados apresentados na Tabela 27, indicando que 70% dos entrevistados são oriundos de áreas rurais do Piauí, deste percentual, 30% são da zona rural de Teresina e outros 40% são de outros municípios do interior do estado, seguidos de 20% que são de outros estados do Nordeste. Os demais 10% são da zona urbana de Teresina.

Esse fato indica que 90% dos entrevistados são migrantes que fizeram parte dos intensos fluxos migratórios registrados no estado do Piauí, a partir dos anos setenta e oitenta, em direção a Teresina que, na condição de capital estadual, atraía grande contingente do meio rural e demais municípios do Piauí e de outros estados do Nordeste, como Maranhão e Ceará (CARTA CEPRO, 1982).

Tabela 27 - Local de origem dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina

Local de origem	Valor absoluto	(%)
Zona rural de Teresina	18	30
Zona rural de outros municípios do Piauí	24	40
Zona urbana de Teresina	6	10
Zona rural de outros estados do Nordeste	12	20
Total	60	100

Fonte: SILVA, 2014

Isto remete ao êxodo rural ocorrido no país a partir da década de 1950, quando teve início o processo de urbanização nacional. No Piauí esse processo aconteceu já em fins do

século XX. Para Santos (1993), esse fator é responsável pelo aumento da população urbana no país a partir da década 1970, quando a população urbana ultrapassou em muito a rural, em algumas cidades, tornando estas o lugar de atração das pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida.

Esse processo foi comum em todas as capitais de estado, inclusive em Teresina, onde a maioria dos imigrantes não foi absorvida pelo mercado formal de trabalho, resultando que muitas dessas pessoas passaram a desenvolver a prática da agricultura urbana, como forma de aquisição ou complementação de renda e alimento e ainda para manter suas tradições.

Essa realidade se confirma na ZST com o exemplo do horticultor (Figura 44), que é migrante do interior do PI, e, mesmo já sendo aposentado, trabalha com hortas há mais de vinte anos, juntamente com a família, para aumentar a renda e por que gosta de trabalhar com agricultura, mesmo na cidade, pois seus descendentes sempre trabalharam com agricultura.

Figura 44 - Horticultor regando mudas de alface para fazer o plantio nos canteiros no bairro Dirceu Arcoverde.



Fonte: SILVA, 2014.

Diante do que foi exposto sobre o horticultor (Figura 44), Martins e Vinholi (2012) apontam que há uma relação estreita entre agricultura urbana e êxodo rural. Os resultados da pesquisa estão condizentes com este pensamento, pois a maioria dos horticultores confirmam que têm raízes ligadas ao mundo rural, tendo migrado para a cidade em busca de melhorar as condições de vida. E as oportunidades do trabalho com a terra na cidade permitem manter a tradição que eles trazem consigo de suas vivências anteriores.

Ainda sobre a origem dos horticultores como indica a Tabela 27, nem todos os agricultores urbanos são de origem rural, pois como diz Arruda (2011, p. 29) “muitas pessoas já vivem na cidade há muito tempo e adotam a agricultura urbana como mais uma estratégia de subsistência”.

Com relação à faixa etária dos horticultores urbanos, a Tabela 28, indica que as idades variam entre abaixo de 35 anos (5%) e acima de 65 (35%), sendo o maior percentual (50%) a idade entre 56 e 65 anos. Dessa forma, é possível perceber que a prática da horticultura nessa zona de Teresina não é realizada por pessoas jovens, mas sim por aquelas com idade superior a 56 anos, o que representa 83,33% dos entrevistados.

Tabela 28 - Faixa etária dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina.

Horticultores urbanos	Faixa etária				Total
	Até 35 Anos	36 a 55 Anos	56 a 65 Anos	Acima de 65 Anos	
Nº de pessoas	4 (6,67%)	6 (10%)	30 (50%)	20 (33,33%)	60 (100%)

Fonte: SILVA, 2014.

A respeito da faixa etária desses horticultores, é possível concluir que ela retrata a condição dos imigrantes que chegaram a Teresina por volta dos anos setenta, que não foram absorvidos pelo mercado formal de trabalho, restando-lhe a agricultura como oportunidade de trabalho e fonte de renda para a família.

Com relação ao nível de escolaridade dos horticultores urbanos do sudeste de Teresina, a Tabela 29 indica que 50% deles não possuem escolaridade, 25% não concluíram o ensino fundamental. Apenas 13,33% concluíram o ensino fundamental, outros 3,34% possuem o ensino médio completo e 8,33% não concluíram o ensino médio.

Entende-se que a baixa ou ausência de escolaridade destes entrevistados está associada ao fato de ser imigrantes da zona rural. Esses fatores justificam a necessidade que levou essas pessoas a buscar a agricultura, mesmo na cidade como forma de sobrevivência.

Tabela 29 - Escolaridade dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina

Horticultores urbanos	Nível de escolaridade					Total
	Sem escolaridade	Ensino Fund. incompleto	Ensino fund. Completo	Ensino médio completo	Ensino médio incompleto	
Nº de pessoas	30 (50%)	15 (25%)	8 (13,33%)	2 (3,34%)	5 (8,33)	60 100%)

Fonte: SILVA, 2014.

Essas informações remetem a outras características dos horticultores urbanos, como a baixa renda familiar e os tipos de ocupações predominantes, apontando que essa atividade pode contribuir para a composição da renda familiar através do próprio abastecimento das famílias, principal destinação da produção da AU, mas também a partir de pequenas vendas da produção.

Vale ressaltar que o baixo nível de escolaridade desses horticultores, indica a participação significativa de idosos na agricultura urbana, demonstrando que essa atividade é capaz de contribuir também para a melhoria da qualidade de vida dessa parcela da população,

uma vez que a prática da horticultura, segundo Arruda (2006, p. 18) pode estar relacionada à atividade ocupacional:

Proporcionando para idosos, doentes mentais, portadores de necessidades especiais, pacientes em tratamento químico e/ou psiquiátrico, e menores infratores, tratamentos de reabilitação física, social e mental, ocupação de pessoas, evitando o ócio, prevenindo o desenvolvimento de estresse, contribuindo para a educação social, diminuindo a marginalização dessas pessoas na sociedade.

Com relação à questão de gêneros, verifica-se que há certa diferença entre o número de homens e mulheres que trabalham nas hortas urbanas da ZST, pois do total de 60 horticultores, 58,66% são do sexo masculino e 41,34% são do sexo feminino, como mostra a Tabela 30.

Esses dados contradizem o pensamento de Nugent e Egal (2000), segundo o qual, o envolvimento de mulheres nessa tarefa é a maior que o de homens, uma vez que eles têm mais oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho, restando às mulheres tarefas mais simples como a horticultura e os serviços domésticos.

Tabela 30 - Gênero das pessoas ocupadas na horticultura urbana na zona sudeste de Teresina

Horticultores urbanos	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Número de pessoas	35 (58,66%)	25 (41,34)	60 (100%)

Fonte: SILVA, 2014.

A partir da realidade da ZST em relação à questão de gêneros e AU, ficou demonstrado que nem sempre a maioria dos agricultores urbanos pertencem ao sexo feminino, sendo esta uma realidade que varia de um país para outro, uma vez, que na realidade brasileira, as políticas de planejamento que contemplam a agricultura urbana, se voltam-se para resolver problemas de desemprego e segurança alimentar e às vezes de abastecimento local, sem se preocuparem com questões de gênero, envolvendo mais mão de obra masculina.

Entretanto é importante analisar os benefícios da agricultura urbana para as famílias, especialmente para as mulheres, comparando-a com as alternativas econômicas e outras oportunidades sociais de emprego que podem se tornar disponíveis para mulheres.

Em relação às condições de produção nas hortas, a aquisição da terra é fator fundamental. Neste sentido essa pesquisa confirmou que 66,66% dos entrevistados

conseguiram a terra diretamente com a prefeitura e os outros 33,34% já receberam a terra de terceiros, conforme Tabela 31, em decorrência da desistência de alguns horticultores.

Tabela 31 - Formas de acesso à terra pelos horticultores da zona sudeste de Teresina.

Horticultores urbanos.	Como conseguiu a terra		Total
	PMT	Cedida de terceiros	
Nº de pessoas	40 (66.66%)	20 (33,34%)	60 (100%)

Fonte: SILVA, 2014.

Como indica a Tabela 31, o percentual de desistência (33,34%) do trabalho nas hortas é bastante elevado. Buscou-se indagar o porquê de tantas desistências, uma vez que há terra disponível para inserir mais horticultores no programa. O representante da SDR confirmou que é grande o número dos horticultores que não conseguem levar adiante o cultivo no seu lote. As desistências ocorrem por vários motivos (viagens, doenças, desestímulo, etc), mas por outro lado, existe uma lista de pessoas aguardando essas desistências para ingressar no programa.

A mesma pergunta foi direcionada para um horticultor sobre as desistências, e, este falou o seguinte: *“as pessoas desistem muito dos lotes, porque o trabalho é pesado, as condições são precárias e o lucro é pequeno, não compensa e agora com a onda de assalto se torna ainda mais difícil”* (HORTICULTOR URBANO DA ZONA SUDESTE DE TERESINA, 2013).

As dificuldades que levam os horticultores a desistir dos lotes nas hortas, dizem respeito às questões burocráticas do poder público, que nem sempre atendem às suas necessidades com relação ao funcionamento do poço e ao transporte do esterco. Pois adubo e água são elementos básicos para a produção. Na ausência destes elementos, os horticultores se reúnem e compram o esterco por conta própria, assim também como compram a bomba do poço, quando esta queima, a fim da produção acontecer.

A prefeitura só tem quatro caminhões para atender a todas as hortas de Teresina. Então os horticultores são obrigados a resolver as situações imediatas. Numa observação de campo foi identificado um caminhão particular vendendo estrume nas hortas do Dirceu, conforme Figura 45.

Figura 45 - Caminhão fazendo entrega de adubo nas hortas do bairro Dirceu.



Fonte: SILVA, 2014.

A esse respeito, em conversa como um horticultor, ele relatou o seguinte:

“Se a prefeitura atrasa o compromisso com a gente, nós tem que dar um jeito. Já tem um vendedor de estrume que fica aguardando a gente ligar pra ele. Quem num quer sua horta parada liga pra ele porque todos precisam. Então a gente liga e o dono do caminhão vem carregado de estrume. Como a venda é grande, ele faz diferença no preço do saco, que é de R\$ 7,00 e pra nós ele faz a R\$ 6,00. E cada um compra o tanto que pode. Quem tem mais canteiro compra mais saco de estrume. A liberação do caminhão da prefeitura demora demais e nós que vive da venda dessas coisinhas que planta tem que se virar, se não, não tem o que vender, o freguês que já tá acostumado com a gente vai procurar outro lugar e a gente perde a venda e isso é nosso sustento, por isso quando a prefeitura não resolve, nós temo que resolver. Sei que senhora entende, a prefeitura é boa demais para nós dá a terra e água pra se trabalhar, mas falta mais coisa, por isso muitas pessoas desistem, mas, assim quando a gente é acostumado mesmo a trabalhar na terra, que vei da roça, sabe que é duro o serviço, não desiste assim fácil, não” (Horticultor urbano, no bairro Dirceu, 2014).

Em estudo sobre as hortas urbanas de Teresina, Teixeira (2011), ao analisar a condição de funcionamento desse sistema de produção, considera-as como unidades semiautônomas, pois são as famílias que administram seus próprios lotes, com a interferência do poder público municipal.

Entende-se aqui que as dificuldades enfrentadas pelos horticultores, remetem à falta de associativismo deles, situação já identificada em estudo sobre as hortas de Teresina, realizado por Monteiro (2005), onde a autora aponta que 80,83% da categoria não participam de associações e/ou cooperativas.

A condição de não associado caracteriza esses horticultores como desorganizados, o que pode tornar mais difícil o poder de reivindicação da categoria diante dos agentes e promotores responsáveis pela execução do projeto de hortas.

Em entrevista com os horticultores, constatou-se essa realidade, conforme indica a Tabela 32, em que 50% dos entrevistados se dizem não sócios de nenhuma entidade. Seguido de 33,33% que são sócios do sindicato rural, os demais, apenas 8,33% fazem parte da associação de moradores e outros 8,33 da associação de horticultores.

Tabela 32 - Participação dos horticultores da zona sudeste de Teresina em associação.

Condição de associação	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Não sócios	30	50
Sindicato rural	20	33,33
Associações de moradores	5	8,33
Associação de horticultores	5	8,33
Total	60	100

Fonte: SILVA, 2014.

Foi possível perceber na conversa com alguns horticultores que existe dificuldade de relacionamento entre eles, por isso predomina o trabalho individual, que pode ser um fator responsável pelo fracasso na produção e pela desistência de algumas famílias, que abrem mão de seus lotes de terra.

Sobre a associação de horticultores em Teresina, segundo representante da SDR, já existiu uma associação antes, mas ao longo de quase trinta anos ocorreram muitos conflitos que levaram à desestruturação da entidade. Uma nova associação foi criada em 2012, mas ainda se encontra em fase de organização. Os horticultores estão querendo se organizarem para obter recursos do PRONAF, o que obrigatoriamente os leva para o associativismo.

Em estudo sobre associativismo na agricultura familiar, Lago et al (2006) apontam que a necessidade imediata e as oportunidades de programas criados pelo governo tornam obrigatória a formação de associações, sendo que:

assim que seja possível, cada qual se torna individual, além disso, ocorre nesse sistema uma grande influência de relações parentais e de vizinhança, no empréstimo

de máquinas, equipamentos, e até na troca de mão-de-obra, que de certa forma se caracteriza como associativismo, mas que não é visto como tal pelos agricultores envolvidos, já que não possuem regras e objetivos claros como em uma associação mais formal (LAGO et al, 2006, p. 10).

Ficou evidente que, na prática, as famílias sindicalizadas são as que mais se beneficiam com recursos financeiros dos programas do governo (empréstimos). Os agricultores com mais recursos, geralmente conseguem adquirir vários canteiros e mantê-los bem verdinhos Figura 46, pois têm recursos para investir e irrigá-los melhor no tempo da seca, enquanto muitos horticultores perdem a produção.

Constatou-se que alguns produtores possuem até vinte canteiros, o que permite ampliar a produção e atingir uma clientela maior, além da venda na própria horta. Conforme declarou um horticultor, com o dinheiro do empréstimo:

“a gente tem que se dedicar mais, comprar mais adubo, mais ferramenta de trabalho, adquirir equipamento de irrigação, para aguar melhor os canteiros, mas não dispensa o regador, pois ele leva água onde o pivô de irrigação não chega. Quanto mais a gente molha, melhora e aumenta a produção e também quando é no tempo seco, de junho a dezembro, só o regador não dá conta. Se não tem esses equipamentos não tem produção”

Figura 46 - Horta no bairro Dirceu Arcoverde indicando o cultivo de vários produtos na zona sudeste de Teresina-PI.



Fonte: SILVA, 2014.

A horta que consta na Figura 46 pertence a uma família que é ligada ao sindicato dos trabalhadores rurais. Essa família possui dez canteiros e tem acesso a empréstimos, o que garante uma produção razoável e sua comercialização, cuja renda chega até dois salários

mínimos mensais. Permitindo assim que esta família pague prestações de um carro com a renda da horta. Entretanto, existem famílias que não são sindicalizadas, mas têm renda fixa, como os aposentados, que conseguem empréstimos e também adquirem uma boa produção e a mesma renda mensal das famílias sindicalizadas.

Nessas duas situações, os horticultores que possuem mais terras e mais recursos conseguem uma produção variada, tendem a alcançar um mercado amplo na cidade, além do aumento da venda no local, que já é garantida. Também procuram aproveitar a terra com tudo o que pode produzir, seja para consumo, seja para comercialização.

Assim, por ser imigrante a maioria dos agricultores urbanos, concorda-se com o pensamento de Maia (1994, p. 140) quando ela diz que os imigrantes, sejam eles expulsos das áreas estagnadas pela falta de condições de trabalho no campo, como também de regiões atingidas pela modernização agrícola, impõem modificações nas relações de trabalho e “a questão comum que envolve a todos os migrantes, é sem dúvida a busca pela terra e essas pessoas acabam por se integrar à vida urbana realizando suas práticas rurais podendo ou não se inserir na economia urbana”.

Como a maior parte dos horticultores da ZST são imigrantes (Tabela 4), os dados da Tabela 33 apontam que 30% dos entrevistados viviam desempregados, seguidos de 25% que viviam da agricultura de vazante, mas devido à ausência de chuvas e ou a cheias dos rios, a produção era irregular e a horta veio como uma opção a mais. Os 13,33% que eram pedreiros nem sempre arranjavam serviço, a horta possibilitou uma renda a mais para a família. As domésticas representavam 13,33% e passaram a dividir tarefas entre a horta e a casa. Os 3,34% que eram frentistas durante a noite, durante o dia trabalhavam como horticultores. Outros 10% viviam do comércio informal e do trabalho na horta. Por último, as costureiras que representam 3,34%, passaram a dividir o tempo entre atividades de costura e as hortas.

Percebe-se que todos estes entrevistados buscam na horta uma forma de complementação alimentar e de renda. É interessante perceber também a associação entre atividades agrícolas e não agrícolas ou urbanas e não urbanas, como formas de permanência do rural na cidade.

Tabela 33 - Ocupação anterior ao trabalho na horta e quem continua nas duas atividades.

Atividades antes da horta	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Doméstica	8	13,33
Agricultor	15	25
Desempregado	18	30
Comércio informal	6	10
Pedreiro	6	10
Frentista	2	3,34
Vigilante	3	5
Costureira	2	3,34
Total	60	100

Fonte: SILVA, 2014.

Diante do exposto, concorda-se com Madaleno (2002), quando ela diz que a agricultura urbana nos países menos desenvolvidos faz parte das economias informais ou circuito inferior²⁴ nas práticas econômicas da cidade. Isso, porém tem levado essa atividade para as margens dos planos de desenvolvimento urbano.

Com base nas informações da Tabela 33, entende-se que 25% dos entrevistados já eram agricultores e os 30% desempregados também se tornaram agricultores. Então é possível concluir que 55% dos entrevistados trabalham apenas na agricultura urbana. E os demais dividem seu tempo entre o trabalho na horticultura como prática complementar, associada a outra ocupação não rural.

Com relação à realização de outros trabalhos além da horticultura, constatou-se que a agricultura urbana é a base econômica das famílias entrevistadas, conforme Tabela 34, pois 60% destas famílias exercem apenas essa atividade e as demais 40%, além de horticultores, exercem também funções de vigilante (5%), comerciante informal (5%), pedreiro (10%), doméstica (12%).

Embora Roesse (2009) diga a esse respeito que geralmente não há possibilidade de dedicação exclusiva à atividade de agricultura urbana e que ela destina-se normalmente para consumo próprio, mas por outro lado o mesmo autor diz que há grande diversidade de cultivos e a finalidade da atividade é distinta.

²⁴Veja-se Milton Santos. O espaço dividido (2008). Terceira parte. Páginas 187-261.

Tabela 34 – Outra atividade dos horticultores da zona sudeste de Teresina, além da horta

Horticultores urbanos	Outro trabalho além-horta					Total
	Horticultores	Vigilante	Comércio informal	Pedreiro	Doméstica	
Nº de pessoas	36 (60%)	3 (5%)	3 (5%)	6 (10%)	12 (20%)	60 (100%)

Fonte: SILVA, 2014.

Dessa forma conclui-se que a maioria dos informantes já são aposentadas e se dedicam apenas à agricultura urbana. Já os horticultores mais jovens se dedicam a outras atividades, conciliando-as com o tempo disponível, como vigilância, serviços de pedreiro, comércio informal e serviços domésticos.

Diante dessa situação, fica evidente que as atividades rurais realizadas na zona sudeste de Teresina podem ser conciliadas com outras funções não urbanas, dependendo das necessidades das pessoas e das relações cotidianas nas quais essas pessoas estão envolvidas. Assim, entende-se que esta realidade se assemelha ao pensamento de Ferreira (2009), ao afirmar que essas situações na cidade do Recife-PE, possibilitam relações dinâmicas entre aspectos rurais e urbanos. Com relação ao gosto pelo trabalho na horta, a Tabela 35 indica que 90% dos horticultores se dizem satisfeitos, não com as condições de trabalho, mas em relação ao trabalho em si, o que leva a entender que essas pessoas se envolvem com a atividade e muitas fazem dela um motivo de alegria, para ocupar seu tempo e também para aumentar a renda, apenas 10% dos horticultores não estão contentes com a atividade, pois são agricultores mais jovens que pretendem arranjar um emprego no mercado formal.

Tabela 35 - Gosto pelo trabalho nas hortas e o tempo de trabalho nas hortas.

Agricultores urbanos	Gosta pelo trabalho na horta		Tempo de trabalho na horta		Total
	Sim	Não	Até 20 anos	Mais de 20 anos	
Nº de pessoas	54 (90%)	6 (10%)	36 (60%)	24 (40%)	60 (100%)

Fonte: SILVA, 2014.

A seguir o depoimento de uma agricultora urbana que expressa sua imensa satisfação com a atividade que desenvolve na horta da zona sudeste:

Quando me mudei para Teresina já vivia da roça. Sempre vivi da roça, desde criança, é aqui que eu trabalho, é aqui que eu me alegro e tiro meu alimento e o sustento da minha família, mesmo morando na cidade não consegui outro trabalho e é trabalhando com a terra que eu me realizo (Horticultora urbana do bairro Parque Ideal. Maio 2014).

Como se percebe, esse depoimento vale mais que os números, pois o trabalho na horta em si, para a maioria desses horticultores, vai muito além do fator econômico, porque há uma relação mais profunda com a própria terra onde eles produzem seu sustento, com a qualidade e o sabor dos produtos, na lida com a plantação e até no relacionamento entre as pessoas que comprem e consomem seus produtos. Em relação ao gosto pelo trabalho na horta, Dona Zezé, horticultora de 65 anos, residente no bairro Dirceu Arcoverde, expressa sua satisfação com o trabalho, pois está no projeto desde o início em 1987, já é aposentada. No início começou ajudando uma colega e depois conseguiu seu próprio lote. Ela se diz muito satisfeita em relação ao seu trabalho como horticultora, pois conseguiu criar e educar seus filhos, graças a essa atividade.

Muito emocionada, dona Zezé, que trabalha com seu esposo já aposentado também, nos relatou o seguinte:

“Apesar das dificuldades enfrentadas, o sacrifício vale a pena. Tem mês que as despesas são grandes, maior que o lucro, mas vale a pena, essa horta é como se fosse minha segunda casa e o trabalho com a terra traz alegria e faz esquecer as tristezas e as doenças da velhice. É muito serviço, quando a gente não dá conta porque já sente muitas dores no corpo e é preciso pagar diária, porque nós não damos mais conta do serviço completo, a gente vem mais para se distrair, sair de casa, ver gente, o movimento na avenida” (depoimento de horticultora do Bairro Dirceu, 2014).

Figura 47 - Horta de Dona Zezé, na Avenida Noé Mendes, bairro Dirceu Arcoverde. A) Espaço para venda da produção e conversa com a clientela. B) Espaço de cultivo da produção.



Fonte: SILVA, 2014.

A horticultora Dona Zezé possui uma casa dentro da horta, onde ela vende seus produtos, Figura 47A. ela improvisou um “espaço de convivência” para receber seus fregueses, aqueles que preferem seus produtos, pois sabe que são “bons”, muitos deles vão também para bater papo e até tomar um cafezinho. Ao redor da casa ficam as plantações, de tudo que Dona Zezé cultiva, conforme indica a Figura 47B para melhor atender a sua clientela.

Dessa forma percebe-se que a maioria dos agricultores urbanos do sudeste de Teresina veem no desenvolvimento de atividades agrícolas em suas hortas uma maneira de manter sua cultura e tradição, além de buscarem na lida com a terra uma forma de lazer.

A esse respeito, Lara e Almeida (2008, p. 24) apontam que existem também agricultores que não têm vínculo com o meio rural, mas que buscam na prática da AU a oportunidade de cultivar mais do que alimentos ou uma memória ligada ao rural, essas pessoas procuram também:

Enriquecer e amenizar a dura rotina da cidade grande. [...] Isso acontece de várias formas, podendo se dar pelo contato com a terra, plantas e animais, pela convivência nos quintais com seus familiares, ou pela aproximação vizinhos/as com quem se relacionam, trocando e doando mudas, verduras e plantas medicinais. O fato é que a cultura urbana enriquece a produção agrícola pela incorporação de elementos, como materiais descartados, garrafas PET, entulho e recipientes reutilizáveis. É desta forma que a agricultura urbana também alcança o/a morador/a urbano/a e com ele/a se adequa.

Ainda sobre a Tabela 35, referente ao tempo de trabalho nas hortas, percebe-se que 60% trabalham há mais de 35 anos e 40% trabalham há mais de 25 anos, indicando que a atividade é tão antiga que já possibilitou até benefícios de aposentadoria rural como no caso de Dona Zezé.

A respeito das relações de trabalho nas hortas, constatou-se que 50% dos horticultores trabalham com a família, 25% trabalham com a família e pagam diárias e outros 25% dos entrevistados trabalham sozinhos, conforme mostra a Tabela 36.

Dessa forma é possível perceber que o pagamento de diárias nessas unidades produtivas é uma coisa irrisória, pode-se portanto, concluir que predomina o trabalho familiar na agricultura urbana da zona sudeste de Teresina.

Tabela 36 - Relações de trabalho dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina.

Relação de Trabalho	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Trabalho familiar	30	50
Trabalho com a família e paga diárias	15	25
Trabalha sozinho	15	25
Total	60	100

Fonte: SILVA, 2014.

Vale ressaltar que a agricultura urbana, que também é tida como familiar, destina-se mesmo ao sustento das famílias, seja através da produção de alimentos, seja através da venda dos excedentes, como acontece com os horticultores. É possível também se confirmar a presença e recriação do rural nesta zona da cidade, através dessas relações de trabalho que tornam a práticas da AU semelhantes às que acontece na zona rural.

Isto significa que, sendo a agricultura urbana uma prática rural na cidade, o rural não foi totalmente destruído pelo urbano, como prega a visão dicotômica dessa relação, pois mesmo no espaço urbano, pode haver situações em que o rural seja recriado em função das famílias que são beneficiadas, e das necessidades culturais e de lazer das pessoas envolvidas com esta prática.

Outro aspecto interessante com relação à agricultura urbana é a questão da comercialização da produção. A Tabela 37 indica que 66,67%, dos entrevistados vendem seus produtos mesmo na horta, seja em grande ou em pequena quantidade, pois tem pessoas que compram para revenda em bancas de mercados, em mercearias ou suas casas.

De acordo com o depoimento de uma horticultora, que trabalha com a família e possui dez canteiros:

“Eu tem dez canteiro, meus clientes já são fixo, garantido. Tem gente que vem de outras cidades próximas daqui de Teresina para comprar meus produtos. Tem vez que eu já pranto os canteiro de alface e cebolinha por encomenda, quando chega no ponto, já tão vendido. Tenho freguês no mercado que compra pá revender na banca dele. Por isso eu não posso parar de produzir, eu sustento minha família do que eu produzo e do que eu vendo. É só isso que sei fazer” (Depoimento de horticultora. Bairro Dirceu, 2014).

Percebe-se neste caso, que a produção da agricultura urbana, mesmo não sendo um comércio muito intenso, termina abastecendo outros mercados além dos bairros próximos às hortas e mercados de outras cidades além de Teresina. Existem também 20% dos horticultores que vendem para restaurantes da cidade e outros 13,33% são vendidos para supermercados.

Tabela 37 - Comercialização da produção de hortaliças.

Destino da produção	Valor absoluto	(%)
Venda para consumidor direto mesmo na horta	40	66,67
Venda para mercado do bairro	12	20
Venda para Supermercados e restaurantes	8	13,33
Total	60	100

Fonte: SILVA, 2014.

Constatou-se que a produção destinada aos supermercados e restaurantes é uma produção de qualidade. São os horticultores que possuem mais canteiros que conseguem uma produção que alcança um mercado mais amplo para seus produtos, sendo também estes que conseguem renda de até dois salários mínimos mensais.

Com relação ao rendimento dos horticultores, a Tabela 38 expressa que 66,67% dos entrevistados ganham em média até um salário mínimo e 33,33% ganham de um a dois salários mínimos mensais.

Tabela 38 - Renda mensal dos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina

Renda mensal	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Até 1 SM	40	66,67
De 1 a 2 SM	20	33,33
Total	60	100

Fonte: SILVA, 2014.

Com relação à participação em curso de capacitação, 30% dos horticultores expressam na Tabela 39 que se beneficiaram com programas de capacitação para o trabalho nas hortas, já 70% dos sujeitos, dizem não ter participado de tal processo.

Segundo informações de Teresina (2000), o SEBRAE-PI e SENAR têm sido os grandes parceiros de apoio à capacitação de horticultores em Teresina, mais ultimamente os cursos não têm conseguido contemplar a todos os horticultores.

Tabela 39 - Participação dos horticultores na zona sudeste de Teresina em cursos de capacitação.

Participação em curso	Valor absoluto	(%)
Sim	24	30
Não	36	70
Total	60	100

Fonte: SILVA, 2014.

Sobre este elevado percentual de horticultor que não participa de cursos, o representante da SDR explicou que, para participar, eles devem estar ligados às associações,

pois as mesmas trabalham em parceria com órgãos como PMT, SENAR e SEBRAE-PI. Como já foi explicado, estes produtores não associados perdem muitos benefícios em favor deles próprios

As dificuldades mais comuns se trata do abastecimento de água, da aquisição de adubos, instrumentos e equipamentos de irrigação, frequentes assaltos. Mas para todas as reclamações, a PMT/SDR, responsável pelo projeto, se disponibiliza a buscar soluções, mas dependem da burocracia do poder público, que atrasa as decisões.

Com relação à assistência técnica nas hortas, 50% dos sujeitos afirmam que a PMT contribui com assistência técnica, 16,67% afirmam que cuidam por conta própria de suas hortas; já 33,33% dizem que não recebem assistência técnica para produção em suas hortas, conforme Tabela 40.

Com relação aos 33,33% que dizem não receber assistência do poder público, foi informado pela PMT que eles recebem terra e água, o que é fundamental para a produção.

Tabela 40 - Assistência técnica aos horticultores urbanos da zona sudeste de Teresina

Tipo de Assistência técnica	Valor absoluto	Porcentagem (%)
PMT	30	50
Própria	10	16,67
Não tem assistência	20	33,33
Total	60	100

Fonte: SILVA, 2014.

Os 16,67% que dizem não receber assistência, segundo informou a SDR, não recebem por falta de cadastro nos programas, que exige como critério para liberação de recursos. Outra alegação da SDR é que os horticultores precisam se associar, se unir.

Atualmente existe uma nova associação de horticultores em Teresina, mas nem todos são sócios, o que dificulta muito a inserção deles nos programas de financiamento do governo, como o PRONAF, por exemplo.

Mas mesmo com todas essas características da produção que se assemelham ao rural, a agricultura urbana ao contrário, não deixa de ser uma prática imbricada ao sistema urbano, pela sua capacidade de unir as pessoas; de gerar emprego para as famílias e melhorar os hábitos alimentares, acaba por deixar mais evidente a presença do rural na cidade.

Por outro lado, percebe-se que a maioria desses agricultores não valoriza sua própria condição de trabalho, sentem-se à margem do mercado e da própria sociedade, não reconhecem sua própria profissão, embora a AU tenha alcançado dimensão mais expressiva

nas últimas décadas, de modo que não pode mais ser ignorada nem pela ciência e nem pela sociedade.

A Tabela 41 indica como os horticultores se sentem realizando atividade rural na cidade, sendo que 33,33% dizem que trabalham na cidade, mas trabalham com agricultura, já 16,67%, se sentem trabalhando no campo e na cidade, no campo pela atividade que realizam e na cidade pelo local onde trabalham. Os outros 50% se sentem trabalhando no campo, reconhecem-se como agricultores, pois é dessas atividades que vivem, mas o campo está na cidade.

Tabela 41 - Percepção dos horticultores da zona sudeste de Teresina sobre o local de trabalho em comparação ao campo ou à cidade.

Como percebem o local de trabalho	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Na Cidade	20	33,33
No Campo e cidade	10	16,67
No Campo	30	50
Total	40	100

Fonte: SILVA, 2014.

Observa-se que a maioria dos horticultores não se sentem trabalhando na cidade. A esse respeito, Pinto (2007, p. 49) lembra que “há uma tendência para se pensar que a agricultura urbana não existe, embora ela seja praticada na maioria das cidades em espaços residuais”. Entende-se que, o fato dos horticultores se sentirem trabalhando no campo fortalece o caráter rural presente na cidade, pois nesse momento eles expressam o que sentem.

Assim, baseado em Santos (2008, p. 9) que, em “A urbanização brasileira”, fala sobre a imprecisão espacial do urbano tanto quanto a sua composição partem do fato de haver um Brasil urbano incluindo áreas agrícolas e um Brasil agrícola incluindo áreas urbanas.

Quando foi perguntado sobre o futuro da horticultura na zona sudeste de Teresina, conforme Tabela 42, para 50% dos entrevistados a atividade tende a continuar, pois a terra, sob os fios de alta tensão nunca terá outra finalidade a não ser a agricultura de hortas.

Tabela 42 - Futuro da horticultura na visão dos horticultores da zona sudeste de Teresina.

Horticultores urbanos	Valor absoluto	%
Permanecer	30	50
Se transformar	15	25
Desaparecer	15	25
Total	60	100

Fonte: SILVA, 2014.

Para 25% dos entrevistados, a atividade deve se transformar, pois funciona de forma precária e a terra está sendo subutilizada por falta orientações adequadas para melhorar o aproveitamento e aumentar a produção. Faltam cursos de capacitação e mais verbas para investir em infraestrutura das hortas. Para outros 25%, a atividade tende a se extinguir, pois o vandalismo, a onda de assalto é muito grande. Por isto é importante o incentivo ao associativismo, para garantir o acesso a créditos, cursos e outros benefícios como segurança e melhoria no processo de comercialização da produção.

No Quadro 13 procura-se resumir os obstáculos apontados pelos horticultores para a realização de suas práticas, mas por outro, foi possível observar que existem oportunidades que favorecem a produção da horticultura no sudeste de Teresina.

Quadro 13 - Obstáculos e oportunidades para realização da horticultura urbana na zona Sudeste de Teresina.

Horticultores urbanos	
Obstáculos	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> -Falta de apoio técnico e financeiro -Ausência de organização associativa -Ausência de capacitação; -Roubos e furtos; -A perda da safra no período seco -Falta de transporte para compra de esterco e transportar a produção -Falta de união entre os horticultores que dificulta a solução de problemas. 	<ul style="list-style-type: none"> -A prática se dá por necessidades econômicas e pela tradição cultural e social. -Aproveitamento de terras sob os fios de alta tensão; -Água disponível (poço artesiano) -facilidade de comercialização; -Experiências trazidas de imigrantes da zona rural; -Educação da comunidade para compreensão dos benefícios dessa atividade para a segurança alimentar das famílias; -Geração de emprego e renda; -Terapia ocupacional; -Manutenção da tradição do cultivo na cidade.

Fonte: SILVA, 2014.

Para os representantes da SDR, o projeto de hortas urbanas tem sido proveitoso para a cidade, pois garante emprego para uma média de três mil famílias, com rendimentos que variam de 1 a 2 salários mínimos mensais, além de melhorar o abastecimento do mercado interno e contribuir também para mudanças nos hábitos alimentares. A PMT tem se

empenhado na busca de novas parcerias para gerenciar melhor o projeto e atender às expectativas das famílias envolvidas, assim como dos consumidores.

Para os horticultores, o projeto tem passado por muitas mudanças, boas e ruins, se não houver ações políticas mais eficazes, fica difícil de trabalhar. Mas o desejo de todos é que melhore o funcionamento das hortas, pois traz muitas vantagens para quem trabalha e para quem consome.

6 CONCLUSÃO

Durante o período de desenvolvimento dessa pesquisa realizada em bairros da zona sudeste de Teresina, foi possível inferir que a agricultura urbana ali desenvolvida, tanto a agropecuária urbana como a horticultura, vêm passando gradativamente por processos de transformações que tendem a se redefinirem a partir do avanço da urbanização da área citada, ainda em processo de expansão, onde os agentes imobiliários e o estado continuam a investir no setor de moradia, além de outras formas de uso do solo urbano. Entretanto, as áreas “não edificadas” ou “vazias” continuam a existir, permitindo que o rural permaneça ou seja recriado na cidade.

Os agropecuaristas urbanos da zona sudeste de Teresina são produtores de bens alimentícios no espaço urbano. As duas modalidades de agricultura urbana identificadas nesta tese se apresentam ora como permanência ora e como recriação do rural na cidade expressando esta realidade.

A criação de animais na zona sudeste de Teresina, diz respeito à primeira modalidade de agricultura urbana investigada nesta tese. Apesar da proibição da criação de animais na cidade, esta atividade representa um fator muito expressivo da permanência do rural no urbano. Constatou-se claramente a materialização de práticas rurais dentro da dinâmica social e econômica desta zona da cidade, acontecendo de forma espontânea, informal.

O desenvolvimento da AU se dá através da criação de animais e cultivo de alguns produtos de subsistência, além do capim. É uma modalidade de agricultura bem diferente das hortas, pois acontece em áreas privadas e alguns dos produtores, principalmente os criadores de gado de leite, estão inseridos num circuito econômico mais amplo, pois comercializam seus produtos com o setor industrial do ramo de laticínios, doces, picolé, sorvetes.

Mas há também a venda para os consumidores diretos, tanto do leite como da carne, uma vez que criam vários tipos de animais. A venda destes produtos representa o desejo daqueles que querem consumir produtos de origem rural que, embora sejam produzidos na cidade, têm todas as características e o gosto do rural, como o leite *in natura* e a carne de animais comprados vivos ou abatidos.

Entende-se que a busca por estes produtos, cujas vendas aumentam com a expansão da cidade, tendem a fortalecer os costumes rurais e contribuir para que o rural permaneça na cidade de Teresina, concorrendo inclusive para a criação de elementos capazes de modificar a

paisagem urbana. Esse fato pode acontecer tanto com a prática de cultivo, uma vez que as hortas se encontram em diversos bairros da cidade, como com a criação de animais, que representa outro reverso de uma paisagem que é urbana, ao mesmo tempo em que é marcada por características rurais.

Ao contrário dos horticultores, que têm acesso à terra, geralmente pertencentes ao poder público, os criadores de animais, tidos como clandestinos, mesmo sendo donos de suas terras vivem num clima de inconstância, seja pelo crescimento da cidade seja pela exigência legal que, embora não fiscalize, mas coíbe tal prática na cidade.

A questão da valorização da terra pelos agentes imobiliários gera muitas dúvidas para os proprietários, com relação à venda da terra ou a criação de animais, pois os preços das terras costumam trazer mais vantagens do que a pequena criação, por ser uma atividade inconstante, que de momento pode ser interrompida pelo avanço da cidade ou pela imposição da lei.

Entretanto, isto não quer dizer que o rural desapareça da cidade, ao contrário, ele acompanha todo o processo de urbanização e permanece, embora se transforme como vem ocorrendo na zona sudeste de Teresina, pois mesmo que muitos proprietários vendam suas terras, às vezes pressionados pela força do urbano, na figura dos promotores imobiliários, ainda assim continuam realizando práticas não urbanas em espaços que não são rurais.

Enfatiza-se aqui a questão do rural e do urbano no Brasil, definidos pelas Câmaras Municipais, que nem sempre condiz com a realidade do que venha ser um ou outro. Assim, quanto à urbanização brasileira, seja em Teresina ou em outra cidade, como um processo em andamento, nela necessariamente, o rural vai se fazer presente, fortalecendo uma relação que é contraditória e complementar ao mesmo tempo, pois estão inseridas num espaço em transformação.

Vale ressaltar que a agricultura urbana, não deve ser vista apenas como mera transposição de saberes do campo para a cidade ou um resquício indesejado resultante da urbanização incompleta, como diz Coutinho (2010), pois pensando desta forma, nada se traz de novidade para esta discussão. É relevante que esta prática seja vista como elemento da dinâmica urbana, que abre possibilidades interpretativas quanto à existência de diversas formas de viver e se organizar em espaços em transformação, que estão conectados em vários aspectos, tornando-se sem sentido a preocupação com as delimitações entre cidade-campo e

ou rural-urbano, pois estes são abstrações conceituais que devem ser revisitados para explicações de realidades mutantes.

A segunda modalidade de agricultura urbana investigada na zona sudeste de Teresina, diz respeito à prática de horticultura, que é fruto de projetos de hortas implantados pela Prefeitura Municipal de Teresina, desde o fim da década de 1980 aos dias atuais. Estes projetos, que contam hoje com 45 hortas em Teresina, têm sido pensados e gerenciados graças às ações dos agentes responsáveis, que envolve desde os horticultores ao BNDES, onde cada um tem desempenhado seu papel, dentro daquilo que lhe compete.

A questão do rural recriado no caso da zona sudeste de Teresina, se explica pelo fato das hortas, como atividades rurais inseridas na cidade, numa área que já foi rural antes da construção do conjunto habitacional Dirceu Arcoverde, terem se tornando urbanas. Como as terras que se encontram sob os fios de alta tensão da CHESF ficaram ociosas, as medidas tomadas pela PMT por motivos já explicados, foi a implantação do projeto de hortas, configurando-se o que se denominou de rural recriado.

Percebe-se que este rural recriado no espaço urbano de Teresina, através da prática de horticulturas, tende a permanecer num contexto em que os cidadãos, passam a adquirir novos hábitos alimentares, incluindo aí os produtos oriundos dessa prática rural, que continua tendo o setor público como promotor de ações que garantem o funcionamento dos projetos de hortas para atender às populações em contextos diversos. Neste sentido, é importante ressaltar que a agricultura urbana tem contribuído para enfrentar desafios, como desemprego, fome e pobreza.

Dessa forma, percebe-se que as dimensões da agricultura urbana se expressam na ZST, cumprindo suas finalidades políticas e econômicas para gerar emprego e renda para famílias, que passam a ter trabalho e independência financeira e, além de produzir alimentos, podem também consumir outros produtos com a venda do excedente de sua produção.

As instituições parceiras desse projeto junto à PMT, tendem a repensá-lo no sentido de buscar melhorias como: i) disponibilizar mais recursos e tecnologia para os horticultores; ii) capacitar os horticultores; iii) implementar sistema de segurança para coibir assaltos; iv) criar sistemas de irrigação para manter a produção, inclusive no período seco; v) criar mecanismos para reaproveitar melhor a terra; vi) melhorar a qualidade da produção para atender melhor ao mercado local; vii) incentivar o associativismo para incluir os produtores nos Programas Federais (PRONAF e CONAB).

Analisa-se este processo produtivo ligado à horticultura na ZST como algo muito positivo e inovador. É um rural integrado ao mercado urbano pela relação de compra e venda, pela renda e trabalho que geram para as famílias, além de valorizar e preservar a cultura rural, pode também proporcionar lazer para pessoas idosas, que se sentem felizes em trabalhar com a terra porque lembram suas origens, como falou uma horticultrice de 76 anos, residente no bairro Dirceu, [...]” *na cidade eu pranto, aqui mesmo eu vendo e sou feliz porque faço o que sempre fiz desde pequena*”.

Na visão de mais de 70% dos horticultores, apesar das dificuldades enfrentadas, essa atividade tende a continuar, pois traz muitos benefícios para as pessoas. Concorde-se com os horticultores, pois “as hortas do Dirceu”, como são popularmente conhecidas, já fazem parte do patrimônio da cidade de Teresina, pela beleza e modificação da paisagem e pelos benefícios econômicos e sociais que trazem à população do Grande Dirceu.

A própria ONU reconheceu a eficácia desse projeto. Num encontro realizado em abril de 2000, na cidade de Quito, no Equador, Teresina foi escolhida entre as seis cidades da América Latina e Caribe para apresentar seus projetos de agricultura urbana. O caráter positivo está relacionado às ações políticas da PMT e outros agentes, que aproveitam terras sob os fios de alta tensão da CHESF, o que possibilita a geração de renda para mais de 3.000 mil famílias.

Esse rural que permanece, é recriado e se transforma no sudeste de Teresina, não deve ser visto somente como atividade que gera renda para famílias oriundas do meio rural, pois para alguns autores há contextos em que, as pessoas da cidade também buscam na prática da AU algo mais do que cultivar alimentos ou uma memória ligada ao rural, elas procuram também sair da rotina da cidade, buscam o contato com a terra, plantas e animais; buscam a convivência nos quintais com familiares e vizinhos, onde acontece troca de mudas, verduras e plantas medicinais. De modo que a cultura urbana fortalece e alimenta a produção agrícola na cidade fazendo com que os cidadãos também se adequem à cultura rural.

Diante da constatação da presença do rural em Teresina representado pelas duas situações de agricultura urbana, entende-se que esta prática sempre esteve presente nas cidades, antes como uma atividade arcaica, desprezível, mas na sociedade urbana, esta agricultura aparece como um fenômeno que tende a ser moderno, na medida em que tem se tornado preocupação das políticas de planejamento e gestão urbanas, seus produtos são valorizados, pois atendem a requisitos que primam pela qualidade da saúde humana, a partir do incentivo a hábitos alimentares saudáveis. Vale ressaltar que essa atividade serve como

terapia ocupacional para pessoas idosas e ou doentes, além de gerar emprego e renda para pessoas inseridas em contextos econômicos e sociais diversos.

REFERÊNCIAS

ABREU, I.G. de. **O Crescimento da Zona Leste de Teresina – um caso de segregação?** Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

_____. Lembranças de Teresina. **Cadernos de Teresina**, Teresina, a. 10, n. 23, p. 17-19, ago. 1996.

_____. Teresina e sua dinâmica: bairros Dirceu Arcoverde e Mocambinho, sub-centros teresinenses. In: FAÇANHA, A. C.; SOUSA, M. A. (Orgs.). **Indicações geográficas e temas em foco**. Teresina, EDUFPI, 2011, 384p.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. pluralidade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos; (org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. EDIUPF, Passo Fundo, 1999.

ALVES, F D. **Trajatória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009**. 350f. 2010 (Tese de Doutorado em Geografia). Disponível. <http://br.search.yahoo.com/search?p=ALVES%2C+Flamarion+Dutra.+Trajetória+teórico-metodológica+da+geografia+agrária+brasileira%3A+A+produção+em+periódicos+científicos+de+1939+–+2009>. Acesso em: 12/04/13

ANDRADE, M. C. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: Campo-Território. **Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 9, p. 5-16, fev., 2010.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura Orgânica em Áreas Urbanas e Periurbanas com Base na Agroecologia. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. X, n.1, p. 137-150, jan.-jun. 2007.

ARAÚJO, F. A. Vieira de; SOARES, B. Ribeiro. **Quando o urbano e o rural se inter cruzam**: discussões acerca da relação cidade-campo no distrito de Amanhece/Araguari (MG) (TCC- Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2008.) Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=FLÁVIA+APARECIDA+VIEIRA+DE+ARAÚJO&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&source=hp&gfe_rd=cr&ei=FY1AVMHeJlqC8QfivYHwAw. Acessada em: 21/05/14.

ARRUDA, J. **Agricultura Urbana e Peri-urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. Dissertação (Engenharia Agrícola na área de concentração e Planejamento e Desenvolvimento). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2006. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Dissertação+Juliana+Arruda&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&s>. Acessada em 10/11/2012.

_____. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias**. 2011. 197 f. Tese de Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Dissertação+Juliana+Arruda&ie=utf-8>

[8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&s](http://org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&s).
Acessada em 16/07/2013.

BACELAR, O. I. de B. Crescimento populacional e dimensão migratória. **Carta Cepro**. Teresina, v 15, n. 1, jan./jun. 1994.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. Tradução José Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas), 2000.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BICALHO A. M. S. M. Agricultura e Ambiente no Município do Rio de Janeiro. In: ABREU. M. de A., (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, Divisão de Editoração, 1992. 235-316p.

BOUKHARAEVA, M. L. et. al. Agricultura Urbana como um Componente de Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.22, p.413-424, maio/ago. 2005.

BRYLD, E. . Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in developing countries. **Agricultural and Human Values** 20, 2003, p. 79-86.

CABANNES, Y. DUBBELING, **La agricultura urbana como estratégia para undesarollo sostenible municipal**. Revista de Agricultura Urbana, vol. 1, nº 1 Jul. 2000 - pp. 21-23. em: [http://www.ipes.org/aguila/publicaciones/Revista%20AU1/AU articulo7.pdf](http://www.ipes.org/aguila/publicaciones/Revista%20AU1/AU%20articulo7.pdf) Acesso em: 20 jun. 2011.

CARLOS, A. F. A. **Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”**. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/geo>. Acesso em: jan. 2010.

_____. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2007.

CARNEIRO M. J. O rural como categoria de pensamento (2008). In: CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. n. 11, p. 53-75. out. 1998.

_____. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: CARVALHO, C. L.F. et al. (org.) **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323-344.

CARTA DA DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 1973.

CARVALHO, R. C. **Os Planos de urbanização de Teresina e a Agenda 2015**. Dissertação (Mestrado) Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CINTRÃO R.; SILIPRAND E. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Segurança Alimentar e Nutricional**, (PAA) Campinas, 18(2): 12-32, 2011.

CORREIA, R. L. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)

COUTINHO, M. N. **Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas** 2010, 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMG, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-87YHD5>>. Acesso em: 03/07/13.

CUNHA, J. M. P. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores, in: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Organizadores: Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani.— Curitiba: Kairós, 2013. 393 p

FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco.

FAO. Comitê de Agricultura. La agricultura urbana y periurbana. In: **Documento do Tema 9 del Programa Provisional**. Roma, 25-29 jan. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/x0076s.htm>>. Acessado em 18/02/13.

FAVARETO, A. S. A longa evolução da relação rural urbano para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **R u r i s**. v. 1, n.1, março de 2007. Disponível em: <http://br.search.yahoo.com/search?p=Evolu%C3%A7%C3%A3o+das+rela%C3%A7%C3%B5es+ruralurbano+no+Brasil%3A+din%C3%A2micas+demogr%C3%A1ficas+e+an%C3%A1lise+comparada+em+perspective+hist%C3%B3rica&ei=UTF-8&fr=moz35>. Acessado em 12/05/2013.

FERREIRA, R. J. **Agricultura na cidade do Recife-PE: complementaridades rural-urbana e dinâmica espacial**, 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: http://www.agriculturaurbana.org.br/textos_imagens_sitios/AU_RECIFE_RUBIO_FERREIRA.pdf. Acessado em 22/06/12.

_____. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE**. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Tese+de++Rúbio+Agricultura+urbana&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&>. Acessada em 15/03/14.

FILHO, L. S. S. **A outra face da produção do espaço em Aracajú/SE: O desenvolvimento da agricultura urbana, seus impasse e contrações**, 2010, 278f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?ei=faE1WqGqCoGBwgTdrqLwCw&q=A+outra+face+da+produ%C3%A7%C3%A3o+do+espa%C3%A7o+em+Aracaj%C3%BA%2FSE+pdf&oq=A+outra+face+da+produ%C3%A7%C3%A3o+do+espa%C3%A7o+em+Aracaj%C3%BA%2FSE>

E+pdf&gs_l=psy-ab.3...47398.49292.0.50091.4.4.0.0.0.0.269.988.2-4.4.0....0...1c.1.64.psy-ab..0.2.488...35i39k1j33i160k1.0.8Ia_9FwaTtg. Acessado em: 15/10/2013.

FONTINELES, C. C. **Reminiscências de um tempo de euforia**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS. **Carta Cepro**. V. 08, n. 01 Jan / jul, 1982.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBY e PESSOA. **Comercialização informal do leite**: uma reflexão sobre esse mercado em Uberlândia (MG). Acessado em 30/09/14 Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=Portaria+n.+56+do+Minist%C3%A9rio+da+Agricultura12&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&source=hp&gfe_rd=cr&ei=IP8rVO2QNIKC8QfD-oHICg#rls=org.mozilla:pt-BR:official&channel=np&q=COMERCIALIZA%C3%87%C3%83O+INFORMAL+DO+LEITE%3A+uma+reflex%C3%A3o+sobre+esse+mercado+em+Uberl%C3%A2ndia+%28MG%29. Acessado em 25/05/14. (IBGE)

GOMES, C. **Antecedentes do capitalismo**. 2008. Disponível em:

http://resistir.info/livros/c_gomes_antecedentes_do_capitalismo.pdf. Acessado em 05/11/12

GUERRA, I. Modos de vida, novos percursos e novos conceitos. In: **Revista de Sociologia – Problemas e Práticas**. n. 13, 1993. Pp. 59-74. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/932/1/6.pdf>. Acesso em 20/10/13.

GURAN, M. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. **Revista discursos fotográficos**, Londrina, v.7, n.10, p.77-106, jan./jun. 2011. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/9215/7841>. Acessado em 14/01/13.

HARVEY, D. A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna. In: **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989. Cap. 17, p. 257-276.

HESPANHOL, R. A. de M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2). p. 103-112, set. 2013.

HOWARD, E. **Cidades-jardins de amanhã**. 2. ed. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia-HUCITEC, 1996. p.211. (Estudos urbanos. Serie Arte e Vida Urbana)

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Região de Influência das cidades, 2008. Disponível em:

https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=4dAyWpy6F8qvwATit4KQCQ&q=regic+2007&oq=REGIC+&gs_l=psy-ab.1.2.0i8j0i10i203k1i2.3788.15930.0.19948.14.8.4.0.0.0.321.1700.2-5j2.7.0....0...1c.1.64.psy-ab..3.11.1754.0..35i39k1j0i131k1j0i67k1j0i13k1.0.91n6Moiw5o0. Acessado em 21/02/2014.

_____. Contagem Populacional, 1996. Disponível em: http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=74707425&folderId=45803087&name=DLFE-12780.pdf. Acessado em 22/10/2013.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/default.shtm?c=3>. Acesso em 09/07/2011.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/metodologia/default.shtm?c=3>. Acesso em 30/06/2013.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2007.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2010. https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=4dAyWpy6F8qvWATit4KQCQ&q=Censo+demografico+2010&oq=Censo+demografico+2010&gs_l=psy-ab.3..015j0i22i30k115.2885.13593.0.16685.24.20.0.3.3.0.218.3905.0j4j15.20.0....0...1c.1.64.psy-ab..1.23.4428.6..35i39k1j0i67k1j0i131k1j0i10k1.483.AIZj5LgJpM0

JORNAL MEIO NORTE, 19 outubro. Teresina-PI, 2008.

_____. 16 de agosto. Teresina-PI, 2012.

LAGO, A. L. HEGEDUS, P de. MACHADO, J A. D. FAGAN S. Principais causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma (Rs, Brasil) e estratégias de extensão. (2006). Disponível em: https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=ZDMzWo_BJZCvWgS1ormoCw&q=PRINCIPAIS+CAUSAS+DO+N%C3%83O+ASSOCIATIVISMO+ENTRE+AGRICULTORES+FAMILIARES+DO+MUNIC%C3%8DPIO+DE+NOVA+PALMA+%28RS%2C+BRASIL%29+E+ESTRAT%C3%89GIAS+DE+EXTENS%C3%83O&oq=PRINCIPAIS+CAUSAS+DO+N%C3%83O+ASSOCIATIVISMO+ENTRE+AGRICULTORES+FAMILIARES+DO+MUNIC%C3%8DPIO+DE+NOVA+PALMA+%28RS%2C+BRASIL%29+E+ESTRAT%C3%89GIAS+DE+EXTENS%C3%83O&gs_l=psy-ab.3...333334.333334.0.339061.4.2.0.0.0.0.0..1.0...0...1c.2.64.psy-ab..3.1.237.6..35i39k1.238.h2AHjghsZnw. Acessado em 02/09/2014

LARA, C. F. ALMEIDA, A. D. **Agricultura Urbana: Belo Horizonte Cultivando o Futuro**. Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE). Organizado por Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008. 36p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **De lo rural a lo urbano: antologia** preparada por Mario Gaviria. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LIDNER, M. **Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS**. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Anais. São Paulo, 2009. p. 1-15.

LIMA, I. M. M. F.; AUGUSTIN, C. H. R. R. O relevo de Teresina: **compartimentação e aspectos da dinâmica atual**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 9, 2011. Goiânia, 2011.

LIMA P. H. G de. Crescimento imobiliário de Teresina: **Uma análise do desenvolvimento da produção privada de habitações – 1984/1999**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

LOCATEL, C. D. AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Gestão do território e a pratica da agricultura urbana na cidade de Natal (RN Brasil). **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XIV, núm. 331 (55), 1 de agosto de 2010.

LOVO, I. C. **Agricultura urbana**: um elo entre o ambiente e a cidadania. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2011.

MACHADO, F. S. **Agricultura Urbana, Mercado de Trabalho, Renda e Família**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG - Setembro 2008.

MACHADO, A. T; MACHADO C. T. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF Embrapa Cerrados, 2002. 25 p.

MADALENO, I.M. Agricultura urbana em Presidente Prudente. **Revista Geonotas**, Maringá - PR, v.5, n.3, p. 1-9, jul./set. 2001.

MAIA, D. **Tempos lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **O campo na cidade**: necessidade e desejo (Um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB). 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado) Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, dez.de 1994.

_____. D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, A. L. D.; CARLOS, A. F. A. C.; SEABRA, O. C. de L. S. (Org.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p. 95-112. 2002.

MARTINS, P.; VINHOLI, A. C. e. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de ciências sociais**. Fortaleza, v. 43, n. 1, jan./jun., 2012, p. 66-79.

MARTINS, J. de S. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**. Trabalho apresentado no Seminário Interno sobre “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI” para a Alimentação e a Agricultura. Santiago do Chile, 11-13. Dez/2001.

MATEUS, M. de L. P. da F. R. **Campos de Coimbra: do rural ao urbano**. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. 2009. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=Campos+de+Coimbra%3A+do+rural+ao+urbano.+Faculdade+de+Letras.+Universidade+de+Coimbra.+2009+&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&source=hp&gfe_rd=cr&ei=POszVJDxOYWC8QfU44DgDQ. Acessado em 02/11/13.

MAXWELL, D. G. 1995. Alternative food security strategy: a household analysis or urban agriculture in Kampala. **Food Policy** 23: 411-424.

MBIBA, B. O gado de Chitungwiza: **conflitos no limite rural-urbano**. 1994. Disponível: em <http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU02/AU2publica.html>. Acessado em 07/10/14.

MELO, C. de C. C. J. **Expansão urbana do município de Teresina e as políticas habitacionais a partir de 1966**. 110 f. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura) São Paulo 2009.

MENDONÇA, M. M. Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 29-31, 2004.

MENDES, E. P. P. **A Produção rural familiar em Goiás as comunidades no município de Catalão**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia - Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MONTEIRO, J. P. do R. **Hortas Comunitárias de Teresina: alternativa econômica, social e ambiental?** 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFPI, Teresina, 2005.

MONTEIRO, M. S. L.; MONTEIRO J. P. R. 2008. Hortas comunitárias de Teresina: geração de renda e consequências ambientais. In: **Hortas Comunitárias: os projetos horta urbana de Teresina e hortas peri-urbanas do Novo Gama e Abadia de Goiás**. Vol. 2. Brasília; Embrapa Hortaliças, p. 15-64.

MONTEIRO, A. V. V. M. Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.32, n.6, jun. 2002. <http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/ana%20victoria%20sobre%20AU.htm>. Acessado em 12/04/14.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.14p. (Texto para discussão).

MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. A cidade de Teresina. In: IBGE. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro. Ano 31, n. 230, set./out.. 1972, p. 3-185.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad; UFRJ/CPDA, 1999.

MOUGEOT, Luc J.A. Agricultura Urbana - conceito e definição. **La Agricultura Urbana Urbana**. Vol. 1, jul. de 2000. Disponível em: www.agriculturaurbana.org.br. Acessado em 15/09/2012

_____. Cultivando cidades melhores: a agricultura urbana para o desenvolvimento sustentável. **Growing Better Cities: Urban Agriculture for Sustainable Development Luc J.A. 2006**. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU16/AU16livros.html>. Acessado em 25/01/13.

_____. A. **Urban food production**: evolution, official support and significance. Ottawa: IDRC, 1994a, 41 p. (Cities Feeding People. Series Report 8). Disponível em: http://www.idrc.ca/en/ev-4692-201-1-DO_TOPIC.html. Acesso em: 19 fev. 2012.

MUNFORD, L. **A Cidade na História**. Suas Origens, Transformações e Perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.

MURAYAMA, S. **Horticultura**. Campinas: Ed. Campinas, Instituto Campineiro de ensino agrícola, 1983.

NASCIMENTO, A. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n. 53, jan.-jun., 2007. p.195-215.

_____. **Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza**. XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). Anais... São Paulo, jul. 2010.

NOLASCO, C. L. **A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de Juiz de Fora – MG**. 2009 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada a Conservação e Manejo de Recursos Naturais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

NUGENT, R.; EGAL, F. La agricultura urbana y peri-urbana, seguridad alimentaria y nutrición doméstica. In: **Documento de discusión para la Conferencia Electrónica de FAO-ETC/RUAF sobre la Agricultura Urbana y Peri-urbana**, 21 ago.-30set. 2000. Disponível em: <http://www.fao.org/urbanag>.

OLIVEIRA, A. M. de, Agricultura em áreas metropolitanas. In: MENEZES, Ana V. C. de; PINTO, Josefa E S. de S. **Linhas geográficas**. Aracaju: Programa Editorial NPGeo/ UFS, 2001. P.33-183. (Série Dissertações).

PERFIL DE TERESINA: Econômico, Social, Físico e Demográfico. Raimundo Leôncio Ferraz Fortes, coord. Teresina: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDEC. 2010. 112p.

PIAUÍ. Lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013. Prefeitura Municipal de Teresina.

Denominações e delimitação dos perímetros urbanos dos bairros de Teresina.

Disponível:

<http://www.teresina.pi.gov.br/sistemas/portalpmt/admin/upload/documentos/ac11d14e98.pdf>.

Acessado em 11/05/14.

PINHEIRO, M. C.; FERRARETO, L. C. Política Nacional de Agricultura Urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar (s/d). Disponível em [www.agriculturaurbana.org.br/textos/artigo%20fome % 20 zero](http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/artigo%20fome%20zero). Acessado em 20/02/2014.

PINTO, R. **Hortas Urbanas: Espaços para o Desenvolvimento Sustentável de Braga.**

Dissertação de Mestrado em Engenharia Municipal, Escola de Engenharia, Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2007. 531 p.

Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=Hortas+Urbanas%3A+Espa%C3%A7os+para+o+Desenvolvimento+Sustent%C3%A1vel+de+Braga.+Disserta%C3%A7%C3%A3o+de+Mestrado+em+Engenharia+Municipal%2C+Escola+de+Engenharia%2C+Departamento+de+Engenharia+Civil%2C+Universidade+do+Minho%2C+Braga%2C+Portugal%2C+531+p.&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&source=hp&gfe_rd=cr&ei=qm7tU8PvJoOk8wfEpICIBQ. Acessado em 25/06/14

PORTAL 180 GRAUS TERESINA, em 08/05/2013. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=portal+180+graus&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&>. Acessado em jan./14.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. LEI Nº 2.960/2000), Prefeitura Municipal de Teresina, Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/6.-Estrutura-Administrativa.pdf>

REBÊLO, E. M. de C. G. A urbanização no Piauí. In: FUNDAÇÃO CEPRO. **Carta CEPRO**. Teresina. v. 18. n. 1, p. 99 – 114, jan./jun. 2000.

RESENDE, S. **Entre o rural e o urbano: a agricultura urbana em Uberlândia (MG).**

Dissertação (Mestrado em Geografia), UFU/Uberlândia, MG, 2004. 146 f.

REVISTA DE AGRICULTURA URBANA: Gênero e Agricultura Urbana. Nº. 12, Maio de 2004. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU12/AU12.htm>. Acessado em 10/10/14.

RODRIGUES, R. S. **Planejamento urbano em Teresina: análise das projeções de expansão urbana.** (Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Piauí), Teresina, 2013.

ROESE, A. D. **Agricultura urbana.** Corumbá: Embrapa Pantanal, (2009) Disponível em:

Acesso em: 30 mar. 2013.<<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=112>>. Acesso em: 15/01/2014.

ROSA, P. P. V. Políticas Públicas em Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL. Costa Rica II Semestre 2011, pp.

1-17. Disponível em:

<http://br.search.yahoo.com/search?p=POL%C3%8DTICAS+P%C3%9ABLICAS+EM+AGRICULTURA+URBANA+E+PERIURBANA+NO+BRASIL&ei=UTF-8&fr=moz35>. Acessado em 15/11/13.

ROSENEAU, H. **A cidade Ideal: Evolução arquitetônica na Europa**. Lisboa: Presença, 1988.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo-Território.

Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=RUA%2C+João.+Urbanidades+no+rural%3A+o+devir+de+novas+territorialidades&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&source=hp&gfe_rd=cr&ei=x. Acessado em 21/02/2013.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo, Editora Best Seller, 1999.

SANTADREU, A.; LOVO, I. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Documento referencial geral. Belo Horizonte: REDE, IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible, RUAF – FAO, MDS, SESAN, DPSD n. 4, diciembre 2007. Disponível em: <http://br.search.yahoo.com/search?p=Panorama+da+Agricultura+Urbana+e+Periurbana+no+Brasil+&ei=UTF-8&fr=moz35>. Acessado em 05/04/2013.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico-informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Natureza do espaço**. Técnica e tempo razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1999.

_____. **A Urbanização brasileira**. São Paulo Hucitec, 1993.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Editora da USP, São Paulo, 1988.

_____. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Edusp. São Paulo, 2008.

SANTOS, E. A. da S. **Transformações espaciais na área da horta comunitária do Bairro Tabuleta em Teresina-PI**. 50 fl. Monografia (TCC de Geografia) UESPI Teresina, PI, 2012.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ - SEBRAE/PI. Diagnóstico socioeconômico das Bacias leiteiras de Parnaíba-PI e Teresina-PI. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Piauí. Teresina: SEBRAE/ PI, 2005. 36 p. Disponível em <http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=890081&biblioteca=vazio&busca=assunto:Produ%C3%A7%C3%A3o&qFacets=assunto:Produ%C3%A7%C3%A3o&sort=&paginacao=t&paginaAtual=79>. Acessado em 11/10/2014.

SEMINÁRIO – TALLER LA AGRICULTURA URBANA EM LAS CIDADES DEL SIGLO, 21. 2000.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v.1 maio, 1999. Disponível em:
<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>. Acessado em 10/11/2014.

SILVA, M. D. **Em Busca da Prevalência: Padrões de Relacionamento entre Movimentos Sociais Urbanos e Estados**, em Teresina. João Pessoa: UFPB. (Dissertação de Mestrado), 1989.

SILVA, L. O. da. Agricultura: utopias e práticas urbanas. **Revista Integração**. Jul./ago./set, 2006. Nº 46, págs.217-230. Disponível em:
www.google.com.br/search?q=Agricultura%3A+utopias+e+práticas+urbanas.+Revista+Integração&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&source=hp&gfe_rd=cr&ei=JLkwVIP6FoyC8Qf-4YCgCA. Acessado em 12/10/12.

SJOBERG, Gideon — "Origem e evolução as cidades". In: DAVIS, K. et alii. **Cidades: a urbanização da humanidade**, Zahar, Rio de Janeiro, 1972.

SMIT J, N. J & Rattu A. **Urban agriculture: a neglected resource for food, jobs and sustainable cities**. New York: UNDO, 1996.

SINGER, P. **Economia política e urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOROKIN, P; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p.198-224.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

_____. **Capitalismo e Urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**. v. 3, n, 5, 2006, p. 143-157.

_____. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: FILHO REIS, N. G. (Org.). **Sobre Dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009, p. 38-54. Disponível em:
<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABYpoAD/urbanizacao-difusa-cidades-dispersas-encarnacao-sposito>. Acessado em 15/11/13.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SOUZA, S. V.de. **Relação cidade-campo**: permanência e recreação dos subespaços rurais na cidade de Campina Grande-PB-- João Pessoa, 2013. Dissertação (Mestrado) – UFPB, 2013.

SOUZA, R. P. LUCIANA. et al. **Análise urbana da zona Sudeste de Teresina**. Disponível em: 2011. <http://porteiradocua.blogspot.com.br/2011/03/analise-urbana-da-zona-sudeste-de.html>. Acessado em: 23/08/13.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, M. A. A. de. **Cidade**: lugar e geografia da existência. Conferência no 5º Simpósio de Geografia Urbana. Salvador-BA, 1997.

TAVARES, I. **Itararé**: a república dos desvalidos? Estudo arquitetônico sobre o conjunto habitacional Dirceu Arcoverde 1 e 2. Teresina. 2010. Iniciação científica (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Piauí.

TERESINA. **Manual do horticultor**: recomendações para o cultivo orgânico de hortaliças. 3. ed. Teresina: Editora, 2013.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) 1969.

_____. **Seminário – Agricultura Urbana nas Cidades no Século XXI**, 2000.

_____. Organizadores: Município do Distrito Metropolitano de Quito; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (CNUAH —Habitat); Escritório Regional do Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGUALC); Instituto de Promoção da Economia Social (IPES — Peru); Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Internacional (IDRC — Canadá). Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/teresina.htm>. Acessado em 15/04/12.

_____. Lei nº 3.559, de 20 de outubro de 2006. **Delimita o perímetro da zona urbana de Teresina**. Disponível em: <http://teresina.pi.gov.br/portalmpt/orgao/SEMPPLAN/doc/20100419-330-1411-D.pdf>. Acessado em 02/05/14.

_____. **Código Sanitário do Município 2007**. Disponível em: <http://www.teresina.pi.leg.br/acervodigital/tag/codigo-sanitario>. Acessado em 08/05/14

_____. SEMPLAN. **Teresina - aspectos e características – Perfil**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 1993.

_____. SEMPLAN. **Teresina - aspectos e características – Perfil**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2009.

_____. CENSO DE VILAS E FAVELAS EM TERESINA, 1996.

TERESINA. Agenda 2030. **Avançando para o Futuro. Diagnóstico, avanços e desafios.** Secretaria Municipal de Planejamento e Avaliação de Teresina. 2013. 67p.
TERESINA, Lei que altera o perímetro urbano da zona Sudeste, (Nº 3.559, DE 20 DE OUTUBRO DE 2006).

TERESINA AGENDA, 2015. Disponível em
https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=pu8yWvDnNJP9wASumoG4AQ&q=TERESINA+AGENDA++2015&oq=TERESINA+AGENDA++2015&gs_l=psy-ab.3..35i39k1j0i22i30k1l3j0i22i10i30k1j0i22i30k1l4.6627.20526.0.21080.23.22.0.0.0.0.1044.5424.2-20j7-1.22.0....0...1c.1.64.psy-ab..1.22.9886.6..0j0i131k1j0i67k1j0i10i67k1.4469.89OaN 7FPVY. Acessada em 03/05/2014.

TEXEIRA, M. A. C.M. **Agricultura urbana na cidade de Teresina: hortas comunitárias - políticas ou segurança alimentar?** 2011. 180 fl. Tese (doutorado em geografia), UNESP, Rio Claro. Disponível em: [http://br.search.yahoo.com/search?p=TEXEIRA%2C Marcos A. C.M. Agricultura urbana na cidade de Teresina%3F 2011%2C 180 fl. Tese \(doutorado em geografia\) %2C Unesp%2C Rio Claro%2C &ei=UTF-8&fr=moz3](http://br.search.yahoo.com/search?p=TEXEIRA%2C Marcos A. C.M. Agricultura urbana na cidade de Teresina%3F 2011%2C 180 fl. Tese (doutorado em geografia) %2C Unesp%2C Rio Claro%2C &ei=UTF-8&fr=moz3).

TUBALDINI, M. A. dos S.; RODRIGUES, E. F. **Conflitos e interação rural-urbana nos nichos agrícolas da agricultura metropolitana de Ibirité MG.** XII Encontro Nacional da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Caxambu, 23 a 27 Outubro 2000.

TUBINO, J. Construindo uma Política Nacional para a Agricultura Urbana e Periurbana em face das agendas internacionais, In: **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo), 2004. – (Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo Disponível em:
<http://br.search.yahoo.com/search?p=ROCHA%2C M.+%28Org.%29.+Seguran%C3%A7a+Alimentar%3A+Um+desafio+para+acabar+com+a+fome+no+Brasil.&ei=UTF-8&fr=moz35>. Acessado em 17/03/2013).

UCHOA, G. et al. Hortas Dirceu. **Análise ambiental Vol. 1**, outubro de 2012. Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí 2012.

VALIERI, T. S. D. Agricultura urbana em Curitiba: **o caso do Loteamento Vitória Régia.** Monografia de Especialização. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, 2012. Disponível em:
http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/796/1/CT_CECONS_II_2012_11.pdf. Acessado em 15/10/2014.

VEENHUIZEN et al. A Criação de animais nas cidades e em seus arredores. **Revista de Agricultura urbana**, 2, 2000. Disponível em: <http://www.ruaf.org/revista-de-agricultura-urbana-edi%C3%A7%C3%A3o-no-2-outubro-de-2000>. Acessado em 21/05/14.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano que se calcula.** Campinas: Editora, Autores Associados, 2003. 304p.

VIDAL, D. M. **A Permanência e o desenvolvimento da Agricultura Urbana na Cidade do Rio de Janeiro.** IV ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA - ENGRUP. São Paulo, 2009. p. 709-738.

WANDSCHEER E. A. R.; MEEDEIROS, R. M. V. **Agricultura urbana em Belém do Pará:** atividade produtiva, dinâmicas socioeconômicas e organização espacial Geo UERJ - Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 192-222. Disponível em:
https://www.google.com.br/search?q=WANDSCHEER+E.+A.+R.+e++MEEDEIROS%2C+R.+M.+V.+Agricultura+urbana+em+Bel%C3%A9m+do+Par%C3%A1+atividade+produtiva%2C+din%C3%A2micas+socioecon%C3%B4micas+e+organiza%C3%A7%C3%A3o+espacial+Geo+UERJ+-+Ano+14%2C+n%C2%BA.+23%2C+v.+1%2C+1%C2%BA+semestre+de+2012+p.+192-222.+&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a&channel=np&source=hp&gfe_rd=cr&ei=6lg0VI7kM4mC8Qfw4YDoBA. Acessada em 05/10/14.

WANDERLEY, M.de N. B A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas, avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. **Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87 – 145, out. 2000.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/rural/rural.html>. Acesso em: 12/09/12.

_____. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º Caxambu/MG, 1996. Anais Caxambu/MG, out. 1996.

_____. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**. Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 82-98, dez. 2004.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ZAAR, M. H. Agricultura urbana: algumas reflexões sobre sua origem e atual importância. **Revista Bibliográfica De Geografía Y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XVI, nº 944, 15 de octubre de 2011. Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-944.htm>. [ISSN 1138-9796]. Acessado em: 22/10/2014.

ZEEUW, H.; LOCK, K. La agricultura urbana e peri-urbana, salud y medio ambiente urbano. In: **Documento de discusión para la Conferência Eletrônica de FAO-ETC/RUAF sobre la Agricultura Urbana y Peri-urbana**, 21 ago.-20 set. 2000. Disponível em: <http://www.fao.org/urbanag>. Acessado em 27/06/12.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIROS DE QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

I - ENTREVISTAS APLICADAS COM ANTIGOS MORADORES DA ZONA SUDESTE DE TERESINA ANTES DA URBANIZAÇÃO.

- 1 - Desde quando o senhor reside aqui nessa terra?
- 2 - A quem pertenciam as terras onde foram construídos os conjuntos Dirceu Arcoverde I e Dirceu Arcoverde II?
- 3 - Quais as atividades que eram realizadas aqui?
- 4 - O senhor poderia descrever como era essa área antes da construção dos conjuntos habitacionais?
- 5 - O que foi modificado?
- 6 - Foi bom ou foi ruim a mudança?

II - ENTREVISTA COM AGRÔNOMO DA PMT, RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DE HORTAS DE TERESINA

- Quanto ao tempo de ocupação da área _____
- Quantas hortas urbanas existem hoje em Teresina? _____
- Quantos hectares em Teresina? _____
- Quantos hectares no Grande Dirceu? _____
- Quantas famílias estão produzindo nas hortas atualmente em Teresina? _____
- Quantas famílias já foram atendidas nas hortas do Grande Dirceu desde a implantação do projeto?
- Quantas famílias são atendidas hoje nas hortas no Grande Dirceu?
- Como a PMT executa esse projeto? _____
- Quais os órgãos que apoiam o funcionamento das hortas?
- Qual a condição de uso da terra?
- Como os agricultores se mobilizam para reivindicar seus direitos? Eles são associados?
- Qual a contribuição da associação ou sindicato dos horticultores?
- Quais as principais vantagens das associações para os agricultores?
- Existe o programa de compra direta da produção?
- Eles estão incluídos no programa de compra direta?
- () Sim. Como funciona? () Não. Por que? _____
- Quantas famílias o projeto atende hoje em Teresina? _____
- Como a PMT avalia o projeto hoje? Garante o sustento das famílias?
- Qual o futuro dessa atividade nessa a área (sob os fios de alta tensão)?
- O que mudou no funcionamento do projeto com mais de duas décadas de funcionamento?
- O que a PMT pretende fazer para aproveitar melhor a terra?
- Quais os plano da PMT para resolver a questão dos assaltos nas hortas?

Os horticultores têm acesso a crédito?

Sim () Quais bancos? _____ Não () Por que _____

Em que os agricultores da cidade se diferenciam dos agricultores do campo?

O que é necessário para se inserirem no projeto? _____

O que a PMT disponibiliza para o horticultor iniciar na atividade?

Quis os direitos trabalhistas dos agricultores urbanos que atuam nas hortas?

III - LISTA DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS COM HORTICULTORES DA ZONA SUDESTE DE TERESINA

Nome: _____

1. Sexo: () Masculino () Feminino

1.2 - Faixa etária:

() 15 a 24 anos () 25 a 34 () 35 a 44 () 45 a 54 () 55 a 64 () Acima de 65

2. - Escolaridade:

() Analfabeto; () Ensino fundamental incompleto;

() Ensino fund. completo () Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo () Ensino superior incompleto; () Ensino superior completo.

2.1 – Condição Associativa:

a) () Sindicato dos trabalhadores rurais b) () Cooperativa

c) () Outra condição d) () Não sócio.

3 - Perfil migratório:

3.1 - Município de origem: _____ Estado: _____

3.2 – Bairro onde reside _____

4 – O senhor (a) gosta de trabalhar com hortas?

Sim () Não () Por quê? _____

4.1 – Que atividade o senhor(a) exercia antes de trabalhar na horta? _____

4.1.1 – O senhor (a) atualmente exerce outra atividade além da horta?

Sim () Não () Qual? _____

4.1.2 – Desde quando trabalha na horta?

() Há menos de 10 anos; () Entre 10 e 20 anos;

() Entre 20 e 30 anos; () Há mais de 30 anos

4.1.3 – Por que motivo (principal) resolveu trabalhar nas hortas?

a) () Desemprego b) () Necessidade de ocupação.

c) () Experiência com agricultura d) () Vontade de trabalhar por conta própria.

e) () Outro motivo. Qual?

4.2.1 Como o senhor conseguiu a terra para trabalhar na horta? _____

4.2.2- Qual o tamanho da área cultivada? ____

5 - O senhor (a) paga algum imposto pelo uso da terra de sua horta?

Sim () Não () Se paga, para quem? Quanto?

5.1 – Existe alguma linha de crédito que possibilite empréstimos aos horticultores?

() Sim () Não Se responder sim, qual?

5.2 – Relações de trabalho

() Trabalha só () Trabalha com a família () Paga diária Valor _____

() Paga salário N° de empregados () Outra situação. Qual?

5.3 – Que produtos cultiva? (Listar)

6 – Quais são as despesas com a produção na horta? (listar)

6.1- O senhor(a) acha que o lucro do trabalho na horta é satisfatório?

Sim () Não () Por quê ?

6.2 - Renda média obtida na horta (em salários mínimos):

() Até 1 SM () De 1 a 2 SM () De 2 a 3 SM () Acima de 3 SM

7 – O apoio na produção das hortas é proveniente do governo

() Municipal () Estadual () Federal () ONGs () Outros. Quais? _____

7.1 – Explicar como se dá o apoio (ajuda que recebe)

8 – O senhor(a) já participou de algum curso e ou treinamento para horticultor?

Sim () Não () Se responder sim, explicar quem ministrou o curso.

9 – O que é necessário para a produção na horta (listar instrumentos/ferramentas de trabalho)

9.1 - Assistência técnica.

() Própria () Via cooperativa () Via associação () Via poder público

() Inexistente () Outros. Quais?

9.2 - Manejo da horta

9.2.1 – Sistema de Irrigação: a) () Manual b) () Mecânico c) () Outro. Qual?

9.2.2 – Tempo de irrigação:

a) () Diariamente b) () Em dias alternados c) () A cada semana

d) () Outra. Qual? _____

Explicar cada situação

9.3 - Adubação: Como é feita?

a) () Semanal. b) () Quinzenal c) () Mensal d) () Outra. Qual? _____

Explicar cada situação

10 - Como é feito o controle de doenças e pragas na plantação?

a) () Removendo as plantas afetadas; b) () Usando produtos naturais

c) ☐ Usando produtos químicos; d) ☐ Nenhum produto

e) ☐ Outro. Qual? _____

11- Quem são os compradores de seus produtos?

a) ☐ Supermercados, restaurantes;

b) ☐ Pessoas ao redor; c) ☐ Visitantes; d) ☐ Mercados de Bairros; e) ☐ Outros. Quem?

11.1 Como é feita a venda e entrega dos produtos? (Descrever)

12 – Tem alguma participação do governo na comercialização da produção?

☐ Sim Não ☐ Se responder Sim, explicar

13 – Que transformações a horta tem sofrido desde quando o senhor (a) trabalha aqui?

14 - O senhor (a) se sente um trabalhador ☐ do campo ☐ da cidade?

Por quê? _____

15 – Como o senhor (a) avalia a existência da horta dentro da cidade?

16 – Na sua opinião o futuro dessa atividade é:

☐ Permanecer ☐ Desaparecer ☐ Transformar-se. Por quê? _____

IV - LISTA DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS COM AGROPECUARISTAS URBANOS DA ZONA SUDESTE DE TERESINA

Nome _____

1 - Sexo: ☐ masculino ☐ feminino

1.2 - Faixa etária:

☐ Até 20 anos ☐ 21 a 30 ☐ 31 a 40 ☐ 41 a 50 ☐ 51 a 60 ☐ Mais de 61

2 – Nível de escolaridade:

☐ Analfabeto ☐ Ensino fundamental incompleto

☐ Ensino fundamental completo ☐ Ensino médio incompleto

☐ Ensino médio completo ☐ Ensino superior incompleto ☐ Ensino superior completo

3 – Nome da propriedade _____

3.1 – Reside aqui mesmo na propriedade? Sim ☐ Não ☐ Explicar.

3.2 – Que atividades são desenvolvidas na propriedade?

3.2.1 – Desde quando trabalha com essas atividades? (Anos)

3.2.2 – Essa sempre foi a atividade de sua família? Sim ☐ Não ☐ Explicar

3.2.3 – Atualmente exerce outra atividade além desta? ☐ Sim ☐ Não ☐ Qual?

4 – Qual o regime de ocupação da terra?

☐ Própria ☐ Arrendada ☐ Alugada ☐ Outro. Qual? _____

4.1 – Qual o tamanho da propriedade? _____

4.2 - Houve mudança no tamanho da propriedade com a expansão da cidade?

() Sim () Não Explicar.

4.3 – Participa de alguma linha de crédito que possibilite empréstimos?

() Sim () Não Se responder sim, qual?

5 – Atividades ligadas à pecuária () Gado de leite () Gado de Corte () Caprinos.

() Suínos () Galinha () Equinos () Peixes () Outros tipos. _____

5.1 - Desenvolve agricultura? Elencar os produtos.

5.1.1 - Planta capim? Sim () Não ().

5.1.2 – Faz uso de fertilizantes e outros aditivos químicos na plantação?

Sim () Não () Por que?

5.2 – Desde quando essa propriedade trabalha com cultivo e criação?

5.3 – A proximidade com a cidade interfere nas atividades?

Sim () Não () Por quê?

5.4 – O que mudou na estrutura da produção com a expansão da cidade?

Descrever

6 – Qual o regime de trabalho?

() Carteira assinada, quantos: () Diaristas, quantos ()

() Trabalho familiar (não pago) quantos; _____; () Outras situações. _____

7 – Estrutura associativa:

a) () Associação de produtores rurais b) () Cooperativa c) () Não sócios

8 - Assistência técnica.

() Própria () Via cooperativa () Via associação () Inexistente () Outros. Quais?

8.1 – Os cuidados com a vacinação do rebanho:

() Trimestral () Semestral () Anual () Outro. Qual? _____

8.2 - Alimentação do rebanho (especificar os tipos)

8.3 – Como é adquirida a alimentação do rebanho?

() Produção própria? (citar) () Produtos comprados? (citar)

9 – Produção de leite.

Tipo de ordenha: () Manual () Mecânica

Números de ordenhas por dia ____; Número de litros por dia _____

9.1 - Destino da produção de leite.

() Consumo próprio () Comercialização *in natura*;

() Comercializado p/ Pasteurização; () Produção de Iogurte/queijo/manteiga

9.1.1 – Quem compra o leite?

() Consumidor direto () Cooperativa () Atravessador () Laticínios

() Usinas de pasteurização () Outros. Quais?

9.1.2 - Como é feita a venda e entrega do leite? (Descrever)

9.2 – No caso de venda de carnes, que tipos comercializa?

Citar os produtos; Quem são os compradores:

() Consumidor direto () Frigorífico () Supermercados

() Outros. Quais? _____

9.4 – Tem participação do governo na comercialização da produção em geral?

() Sim Não () Se responder Sim explicar.

10 – Qual a postura do poder público diante do funcionamento das atividades realizadas?

11 – A proximidade com a cidade ajuda ou atrapalha a permanência das atividades na sua propriedade? Explicar.

12 – Que transformações ocorreram nas atividades realizadas aqui na propriedade? Descrever

13 - O que ainda permanece de costumes antigos que caracterizam a originalidade do funcionamento das atividades?

14 – A expansão da cidade representa ameaça à permanência dessa atividade?

() Sim Não () Explicar.

15 – A produção compensa ou traz em prejuízo? Explicar

15.1 – Qual a renda estimada?

16 – Na sua opinião o futuro dessa atividade é:

() Permanecer () Desaparecer () Transformar-se Por quê? _____.